

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL (PEPI)

PAULO VITOR SANCHES LIRA

IDENTIDADE E SEGURANÇA NACIONAL: GÊNESE E RETORNO À
AGENDA DISSUASÓRIA NO BRASIL MODERNO

RIO DE JANEIRO

2018

PAULO VITOR SANCHES LIRA

Identidade e Segurança Nacional: gênese e retorno à agenda dissuasória no Brasil moderno

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Padula

Rio de Janeiro
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

L768 Lira, Paulo Vitor Sanches

Identidade e segurança nacional: gênese e retorno à agenda dissuasória no Brasil moderno / Paulo Vitor Sanches Lira. – 2018.

176 p. ; 31 cm.

Orientador: Raphael Padula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.

Bibliografia: f. 157 – 176.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo CRB 7-6851 Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

FOLHA DE APROVAÇÃO

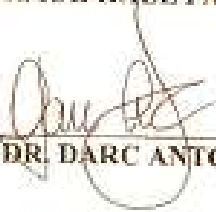
IDENTIDADE E SEGURANÇA NACIONAL: GÊNESE E RETORNO À AGENDA DISSUASÓRIA NO BRASIL MODERNO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. RAPHAEL PADULA (ORIENTADOR)



PROF. DR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA



PROF. DR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES



PROF. DR. JOSE LUÍS FIORI



PROF. DR. MAURÍCIO MEDICI MÉTRI

Ao povo brasileiro

AGRADECIMENTOS

A produção de uma tese nunca é algo unilateral e isolado. Viver uma parte considerável de tempo sob essa sombra certamente afeta as demais dimensões de nossas vidas. E, assim sendo, uma tese nunca é apenas um documento, por mais importante que isto seja, pois nela não cabem as experiências que se vive no caminho, e nem mesmo estão representadas aqui todas as mudanças que realizamos em nós mesmos a partir do pensar e repensar sobre as questões a que nos submetemos.

De certa forma, posso dizer que esse trabalho se iniciou muito antes da minha jornada como doutorando. Percebo hoje que ainda em tempos da graduação as preocupações que lá se colocavam aqui se inserem em um escopo mais amplo na tentativa de entender o Brasil. Portanto, não seria justo apenas lembrar-se daqueles que estiveram ligados ao período desse trabalho. E, por mais que a mente venha a falhar e que se cometam injustiças, minha tentativa aqui é a de expressar minha gratidão a todas estas pessoas:

À minha família que nunca deixou de me apoiar, nem sequer por um dia. A meus pais que sempre sustentaram os valores de justiça e do respeito, e que sempre se sacrificaram para que tivéssemos capacidade de ter dignidade mesmo em períodos de extrema dificuldade. A eles meu amor mais profundo e admiração. Aos meus irmãos, Guilherme Sanches Lira e Juliana Sanches Lira, pelo amor, carinho e companheirismo desde sempre. A meus avós pelo amor e cuidado que sempre tiveram comigo. Aos meus familiares “do Paraná”, tios e primos, pela sempre carinhosa recepção.

Aos meus amigos de longa data e companheiros de jornada, João Roberto Medeiros, Douglas Rodrigues, Wellington Freitas, Wellington Fernandes e Herbert Freitas. Sou extremamente grato em ter vocês por perto e que assim siga sendo até que não haja mais tempo. Aos meus amigos Tamara e Igor Portis pela amizade e pelas conversas sempre interessantes. À Suze Piza, pela amizade e disponibilidade em discutir comigo pontos centrais desta tese. Se há algum valor no que aqui está escrito, certamente se deve em grande medida a nossas conversas. À Beatriz Brambilla pelas conversas sobre o Brasil que me levaram a questionar pontos importantes de meu discurso.

Ao meu amigo e orientador, Raphael Padula, pela amizade, generosidade, apoio e diálogo intelectual durante todo esse período e que certamente seguirá adiante. Sem seu realismo cirúrgico e capacidade de síntese esta tese dificilmente sairia.

Aos meus amigos Ricardo Zortéa e Hélio Farias, que tiveram a paciência de escutar quando eu dizia que ia falar apenas uns minutos e tomava horas inteiras, além de lerem e realizarem comentários sobre os textos. À minha amiga Patrícia Vasconcellos, que além de suportar os comentários sobre a tese também me auxiliou na revisão do texto que aqui é apresentado.

A algumas pessoas que não vejo mais com a mesma frequência, mas que certamente têm influência nesse caminhar. Aos meus professores do período de PUC-SP: Regina Gadelha e Pedro Barros, pelo incentivo e ajuda nos primeiros momentos de minha carreira acadêmica. Agradeço à Fernanda Brozoski e ao Luciano Severo pela ajuda que me deram quando cheguei ao Rio. À Angela Leite, pelos diálogos que certamente ecoam nesse trabalho. À Marília Carolina Souza pela ajuda com discussões e textos no período do mestrado e ao José Luiz Pimenta Jr. pelo incentivo e apoio no prosseguimento da pesquisa.

Aos professores do PEPI-UFRJ pela luta em sustentar um espaço do livre-pensar tão necessário nesse país. Em especial aos professores José Luis Fiori e Maurício Metri, pelas contribuições, discussões e por aceitarem ser parte integrante da banca julgadora deste trabalho. De mesma forma ao professor Luis Fernandes, da PUC-Rio, pelo aceite em participar da banca.

Aos amigos que o Rio me trouxe. Não posso deixar de agradecer ao professor Darc Costa pela generosidade e amizade durante esses anos, além do suporte sempre presente e desejo por manter acesa a discussão sobre a brasilidade e o futuro de nosso povo; e por ter aceitado ser parte da banca julgadora. De mesma forma, agradeço ao professor Carlos Lessa pelas tardes de conversa sempre elucidativas e enriquecedoras. Ao meu amigo Marcelo Nicolau pelo companheirismo, apoio e discussões sobre o trabalho no Brasil.

A todos meus companheiros de PEPI, com quem pude disfrutar de uma diversidade bastante grande de pensamentos e discussões. Em especial, à Janaina Pinto, cuja convivência me fez ampliar horizontes importantes do pensar; ao Lucas Carames, pela amizade e disposição em discutir as ideias aqui expostas, além da disposição em ajudar com questões operacionais desta tese; Ao Diego Eugênio, pela disposição em me receber em Nova Iorque e pela amizade desde então; À Nikola Parisková, pela amizade e carinho.

De mesma forma, agradeço aos meus camaradas Túlio Sene e Paula Sene pela amizade e disposição em ajudar no meu período de pesquisa em Nova Iorque. Ainda nesta cidade, não posso deixar de lembrar os nomes de Peter Noel e Lynette Lee pelo acolhimento e generosidade com que me trataram. Agradeço também à Wiviany Mattozo, ao Benno Alves e à Isabela Suguimatsu pela companhia e amizade. Ao Luiz Pinto pela ajuda no processo do doutorado sanduíche. E, sem dúvidas, ao Thomas Trebat por ter aceitado o meu convite para orientador externo e pelo apoio que tornou possível minha ida à Columbia University.

Por fim, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro para a consecução da pesquisa aqui apresentada.

“If there is no struggle there is no progress. Those who profess to favor freedom and yet deprecate agitation are men who want crops without plowing up the ground; they want rain without thunder and lightning. They want the ocean without the awful roar of its many waters. This struggle may be a moral one, or it may be a physical one, and it may be both moral and physical, but it must be a struggle. Power concedes nothing without a demand. It never did and it never will. Find out just what any people will quietly submit to and you have found out the exact measure of injustice and wrong which will be imposed upon them, and these will continue till they are resisted with either words or blows, or with both. The limits of tyrants are prescribed by the endurance of those whom they oppress”.

“Se não houver luta, não há progresso. Aqueles que professam em favor da liberdade e ainda depreciam a agitação, são Homens que querem colheita sem arar a terra; eles querem a chuva sem trovões e raios. Eles querem o oceano sem o terrível bramido de suas muitas águas. Essa luta pode ser moral; ou pode ser física; pode ser ainda ambos, moral e física; mas deve ser uma luta. O poder não concede nada sem demanda. Nunca o fez e nunca o fará. Descubra a que qualquer povo passivamente se submeterá e você terá descoberto a medida exata da injustiça e do erro que serão impostos sobre eles, e isso continuará até que eles tenham resistido com palavras ou golpes, ou com ambos. Os limites dos tiranos terão prescrito pela resistência daqueles a quem eles oprimem.”

Frederick Douglass (1814-1895), discurso proferido em 1857 em comemoração à luta que levou à emancipação dos negros escravizados pela Companhia das Índias Orientais britânicas em 1833.

“Da lama ao caos, do caos à lama
Um Homem roubado nunca se engana”

Chico Science & Nação Zumbi

RESUMO

Nesta tese buscamos compreender a relação existente entre identidade e segurança nacional, e a importância de tal entrelaçamento na contínua construção do Brasil moderno. Mais especificamente, interessa-nos entender a origem e o retorno da agenda de segurança visando, prioritariamente, ameaças externas. Utilizando-se da dialética de recortes hegelianos, busca-se aqui compreender os elementos que conformaram tal agenda a partir da Revolução de 1930 e suas transformações a partir do adensamento das relações internacionais do Brasil, bem como o seu retorno no Século XXI. Enquanto elementos explicativos desse processo, identificamos, em um primeiro momento, o surgimento de um grupo ligado à conjuntura da Guerra do Paraguai e que vai se constituindo enquanto um bloco político que visa reorganizar e modernizar o Brasil; em um segundo momento, o retorno de tal agenda se deveu, a nosso ver, ao grupo formado no processo de transformação estrutural a que passou a sociedade brasileira durante o Século XX, sobretudo em relação à formação das massas trabalhadoras nos centros urbanos. Ambos os processos se colocam, a cada tempo, em disputa com grupos que sustentam a tradicional identidade nacional baseada na determinação econômica advinda de fora, cujo foco da agenda de segurança tende a ser voltada para ameaças internas.

Palavras-chave: Segurança Nacional; Identidade Nacional; Dissuasão.

ABSTRACT

This research was conducted as an attempt to comprehend the relation between the national identity and the national security agenda, as well as the importance of its intertwining in modern Brazil. In particular, making an effort to understand the elements that shaped a deterrence agenda since the 1930's Revolution and its modifications due to densification of Brazil's international relations, as well as its return in the 21st Century. In doing so, it was identified at a first stage the emergence of a political group related to the Paraguayan War conjuncture, whose national project's intention was to reorganize and to modernize Brazil in the decades to come; at a second stage, the return of a deterrence security agenda reemerges due to the outcomes of the modernization process that took place in Brazil during the 20th Century: the large work force in the new urban areas organized politically is in the foundation of this process. Both periods were built, each time, against the elites that traditionally supported a national identity based on an economic perception of Brazil, generally an imported vision, whose security agenda tended to be mainly focused on internal threats.

Palavras-chave: National Security; National Identity; Deterrence.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1. A imanência do poder e o movimento dialético do Sistema Interestatal Capitalista: guerra multidimensional e dinâmica macrossocial	17
1.1 <i>A dialética como movimento, ou o suprassumir do outro e o fortalecimento da verdade de si</i>	17
1.2 <i>A perspectiva de construção a partir da posição de subsumido</i>	28
1.3 <i>Sobre a imanência do poder no Sistema Interestatal Capitalista</i>	34
1.4 <i>Sobre a centralidade da agenda de segurança no Sistema Interestatal Capitalista</i>	46
Capítulo 2. Gênese e evolução da agenda dissuasória no Brasil Moderno	60
2.1 <i>Um panorama sobre a economia política da segurança e defesa no Brasil pré-1930: determinação econômica e herança geopolítica portuguesa</i>	61
2.2 <i>O surgimento da contestação em relação à determinação econômica a partir da guerra</i>	67
2.3 <i>Identidade e Segurança no Brasil Moderno: gênese da construção da capacidade dissuasória</i>	74
2.3.1 <i>Antagonismos e vulnerabilidades à expansão da essência brasileira moderna</i>	78
2.3.2 <i>Geopolítica e recomposição da doutrina de guerra após 1945</i>	94
Capítulo 3. Crise econômica e social e o retorno à agenda dissuasória	107
3.1 <i>Transformações estruturais da Era Desenvolvimentista e seus resultados na política nacional</i>	107
3.1.1 <i>Forças políticas resultantes do processo de desenvolvimento nacional</i>	114
3.1.2 <i>As massas urbanas enquanto objeto de disputa política</i>	118
3.2 <i>O retorno à inessencialidade econômica e a agenda de segurança no limiar do século XXI</i>	122
3.2.1 <i>Uma elite inessencial: a definição pela dependência</i>	123
3.2.2 <i>Agenda de segurança continental: segurança enquanto mecanismo de contenção de pressões sociais</i>	128
3.2.3 <i>A contraparte brasileira na segurança global</i>	133

3.3 <i>O retorno à agenda dissuasória no século XXI</i>	139
3.3.1 <i>Crise econômica e social e a chegada ao poder de um governo de bases populares</i>	139
3.3.2 <i>Geopolítica, Segurança e Desenvolvimento Nacional: redirecionamento estratégico e dissuasão extrarregional</i>	144
Considerações Finais	154
Bibliografia	159

INTRODUÇÃO

Alguém interessado em questões relativas à construção da agenda de segurança e defesa do Brasil, e que se debruce sobre essa problemática em termos históricos, pode ter a estranha sensação de reconstruir em linguagem moderna e atualizada embates de tempos que se vão ao longe. O tempo presente faz com que essa estranha sensação seja agudizada pelo escancarar e desvelar de um movimento que se estende estruturalmente sobre as relações brasileiras, tanto em seu âmago quanto com seus pares.

Tal percepção possui ressonância nesta tese justamente por conta de seu questionamento principal, o de que forma a agenda de segurança e defesa nacional voltada para ameaças externas, cuja gênese se confunde com a construção do Brasil moderno, passa a não apenas ser reeditada em um governo de bases populares, mas também sofisticada em termos de suas percepções acerca da geopolítica brasileira e de sua inserção no mundo. Dessa forma, nosso objetivo central aqui é entender o processo de construção de tal agenda, compreendendo tanto os seus principais pilares de sustentação enquanto ideias e conjunturas que tornaram possíveis a sua elevação ao nível de política nacional e as possibilidades de realizá-la objetivamente em um sistema de unidades em competição constante.

Do nosso ponto de vista, a resposta a tal questionamento passa, obrigatoriamente, por uma leitura multidimensional de ambos os períodos, por meio de um arcabouço teórico que possibilite uma interpretação holística do processo de desenvolvimento brasileiro. Dessa forma, por se caracterizar como uma tese preocupada com um movimento macro, ou o que se poderia chamar de movimento macrosocial, muitos pontos específicos podem aparecer com análises não tão aprofundadas. Entretanto, pela leitura sistêmica que apresentamos aqui, em um movimento totalizante da dinâmica social, elementos isolados não teriam por si só capacidade de alterar todo um movimento inscrito na formação social do Brasil e na relação com seus pares. O rompimento sendo uma importante chave para a resposta a nossa questão, possui, então, um caráter de reescrita das principais nuances da vida nacional.

De forma a dar sustentação a nosso argumento acerca da questão central dessa tese, a mesma encontra-se dividida em três capítulos, além dessa pequena introdução e das considerações finais.

No Capítulo 1 apresentamos o arcabouço teórico que guia nossa análise das questões objetivas concernentes ao Brasil. Dessa maneira, as questões relativas ao Sistema Interestatal Capitalista são pensadas a partir de sua relação essencial, ou em outras palavras, da imanência que o poder possui na relação entre os Estados Nacionais e na própria lógica interna às sociedades. A forma de realização do poder é pensada a partir do movimento dialético de recortes hegelianos. Assim, são discutidas primeiramente o movimento de suprasunção tratado por Hegel no caminho que o “espírito” trilha ao se expandir. E, de forma a contrastar tal percepção, discutimos a resposta de Frantz Fanon a

esse processo, apresentado a perspectiva do subsumido e o papel que a violência possui na construção dos espaços pelo globo a partir da relação com o sistema europeu de estados. De posse de tais conceitos, discutimos a multidimensionalidade do conceito da violência dialética e, conseqüentemente, da guerra no Sistema de estados que se expandiu desde a Europa. Por considerarmos que o conceito de violência física organizada não contempla a ideia de guerra nesse sistema, discutimos os vários mecanismos que fazem parte dessa relação essencial entre os países. Dessa maneira, a agenda de segurança e defesa nacional ganha também esse caráter multidimensional da guerra, além de manter estreita relação com o processo de construção nacional.

De posse das considerações teóricas, o Capítulo 2 discute objetivamente a constituição de uma agenda de segurança no Brasil pautada pela dissuasão em relação às determinações externas. Em um primeiro momento abordamos a economia política da agenda de segurança brasileira anterior à Revolução de 1930, marco de um processo que estruturaria o Brasil moderno. A partir das relações de poder que se estruturam ainda no Brasil entre colônia e metrópole, a marca desse longo período se dá pela determinação basicamente econômica do território e da população nacional, ainda que a geopolítica portuguesa guiasse as relações de um jogo de guerra em nível mais amplo com os espanhóis. A nosso ver, é dessa relação ibérica que também se estrutura no tabuleiro sul-americano que surge a possibilidade de rompimento com tal determinação econômica.

Portanto, dois conceitos centrais discutidos a partir da ruptura processada ainda na primeira metade do século XX estão conectados com o redesenho da identidade nacional e de sua agenda de segurança. Antagonismos e vulnerabilidades à vontade nacional brasileira mantêm-se como importantes bússolas por todo o período conhecido como Era Desenvolvimentista. Tão importante quanto à ruptura que se processa em 1930, a década de 1970 aponta não só para a reestruturação do sistema internacional por parte da de sua principal grande potência, mas também pela reestruturação da relação entre Brasil e Estados Unidos que se modifica em termos da permissividade e apoio que o país norte-americano daria ao processo de desenvolvimento nacional.

No terceiro e último capítulo, são discutidas, em termos econômicos e sociais, as mudanças processadas no Brasil durante os mais **de** 50 anos em que a geopolítica brasileira operou e guiou a busca pela reorganização nacional e a criação de capacidade dissuasória. Na primeira parte são discutidas em termos das principais cifras agregadas as mudanças em termos do nível de produção, complexificação do aparelho produtivo e das relações com as demais unidades do sistema, além da necessária alteração de suas indústrias de base que sustentaram o processo de industrialização. O movimento galopante de crescimento das massas urbanas e o surgimento de novas forças políticas resultantes desse processo são centrais para a continuidade do embate entre caminhos para o Brasil. Principalmente pelo caráter de disputa política que essas massas tiveram a partir do retorno do sufrágio no Brasil e da necessidade de cooptação das mesmas.

Após o período turbulento das décadas de 1970 e 1980, a reestruturação neoliberal em termos globais seguiu no Brasil durante a década de 1990 com o apoio popular. Do

nosso ponto de vista, esse período marca o retorno à inessencialidade da determinação do Brasil, pois reprocessa uma agenda ligada novamente à concessão de poder às subunidades nacionais, ou às elites regionais, além de cercear a União em termos da recentralização de poder no país a partir de diversas reformas. Do ponto de vista da agenda de segurança e defesa, o período marca uma ruptura importante mesmo com o período pré- 1930: o fim da ideia geopolítica sobre o Brasil e a determinação do caráter de sua agenda baseada em diretrizes forâneas.

Dessa maneira, o retorno à agenda dissuasória é pensado a partir dos resultados processados no período neoliberal mais extremo no país. A crise econômica e social que se seguiu foi um importante catalizador para a constituição de um governo com bases populares na primeira década dos anos 2000. Esse período marca importantes mudanças em relações às políticas de segurança e a estratégia de defesa, com o retorno à geopolítica, o redirecionamento para a dissuasão em termos extrarregionais e o retorno da ligação entre desenvolvimento e defesa nacional enquanto termos retroalimentados. A nosso ver, ainda que a identidade nacional que marcou esse período tenha se estruturado em bases econômicas – não raramente referenciadas o futuro do Brasil enquanto o sonho de um país de classe média -, a consecução de tal projeto, dado o caráter holístico do sistema de estados, reorienta e informa à reorientação em termos de segurança, defesa, inserção internacional e desenvolvimento, certamente não sem criar inconsistências no processo.

Capítulo 1. A imanência do poder e o movimento dialético do Sistema Interestatal Capitalista: guerra multidimensional e dinâmica macrossocial.

Por mais de cinco séculos a Europa exteriorizou-se por terra e mar em um movimento bastante rápido se comparado ao longo período de “adormecimento” do medievo. Esse movimento teve como efeito definições das mais diferentes dimensões da vida global: o modo singular de vida de um espaço ínfimo de terra criou ligações que extrapolaram seus limites territoriais para dimensões cada vez mais aprimoradas e sofisticadas de junção dos espaços. Tais ligações, a despeito de suas diferenças qualitativas em comparação à conquista territorial direta - conforme será discutido mais diante - possuem a mesma natureza dos primeiros movimentos de exteriorização, a saber: a construção do mundo a partir de uma verdade. Ambos os movimentos estão ligados à disputa pelo Globo, remontando, assim, a um sistema cuja ontologia se define pela imanência da relação de poder.

Visando demonstrar mais claramente nosso argumento, passaremos por alguns instantes de caracterização desse sistema europeu. O primeiro deles relativo à forma de seu movimento: a dialética de moldes hegelianos, explicitando a maneira das relações nesse espaço e a forma de robustecimento do mesmo em relação a outras partes do Globo; em um segundo momento, passaremos, então, à discussão da “energia” que coloca esse sistema em movimento - seu aspecto de imanência: a relação de poder; como fenômeno desse movimento, ou mesmo um corolário, passaremos a discussão do conceito de guerra com uma abrangência mais ampla em relação à perspectiva estanque da violência bélica. Propomos, assim, uma percepção desse fenômeno como violência cujos meios são constantemente inovados pela expansão sistêmica de acumulação de poder, cujas bases estão arraigadas na estrutura social que gerou esse processo global; por fim, dentro desse arcabouço de análise, discutiremos as questões relativas à agenda de Segurança Nacional: sua importância, bem como as formulações de inimigos, ou ameaças internas e externas, relacionando-as à posição hierárquica internacional e a formação social. Desse modo, esse capítulo torna-se importante por remontar a tônica de análise da situação e problemas específicos que enfrentaremos nos próximos capítulos.

1.1 A dialética como movimento, ou o suprassumir do outro e o fortalecimento da verdade de si.

A passagem do século XVIII para o século XIX foi marcada por mudanças drásticas tanto na relação dos Estados com seus pares quanto na relação dos cidadãos com o poder central. Além disso, transformava-se no mesmo período a maneira de interação produtiva com a natureza. Essa dupla mudança que Hobsbawm chamou de “dupla revolução” alterou substancialmente a faceta de disputa entre os Estados europeus e

recolocou em outros moldes as lutas internas nas sociedades construtoras da modernidade (HOBSBAWM, 2011).

Esse é o período de conflagração do sistema em que vivemos, nomeado de Sistema Interestatal Capitalista (ARRIGHI, 1995; FIORI, 2004, 2008). De fato a Revolução Francesa, em toda sua complexidade, foi o cume de um longo processo de choque entre a população civil e a elite; e de mesmo modo, do choque entre diferentes centros de poder na Europa. Pode-se resumir esse processo pela ideia de que a “massa amorfa” que sofria violências de diversas dimensões encampou um movimento contra a elite francesa; a violência foi a forma de reorganizar a luta política interna e que ao mesmo tempo projetou essa força além de suas fronteiras. Esse longo processo histórico de formação estatal europeu criou um casamento bastante virtuoso em termos de direitos civis, riqueza nacional e segurança (TILLY, 1996); além disso, em termos da Segurança Nacional, criou uma agenda orientada para fora com forte identificação da segurança do estado com a segurança de seus cidadãos (KRAUSE; WILLIAMS, 1996). Sobre esse período complexo foi que Friedrich W. Hegel se debruçou e concebeu seu sistema filosófico que marca a modernidade de maneira decisiva.

Duas questões se colocam como essenciais no pensamento hegeliano: a primeira sobre a “natureza da subjetividade humana” e; a segunda enquanto seu mecanismo de formação, por meio do povo, da relação com o resto do mundo (TAYLOR, 2014:23). A maneira de responder a essas questões, e a própria preocupação nascente com a evolução, o progresso e com a modernidade iam de encontro às visões sobre os mesmos temas formuladas pelas linhas do pensamento iluminista¹, desenvolvida principalmente na

¹ “As tentativas de fundar tal ciência [do ser humano], feitas pelo iluminismo radical (...) baseavam-se nessa noção de objetividade, e a era do iluminismo desenvolveu uma antropologia que constituía um amálgama – não inteiramente consistente – de duas coisas: a noção de subjetividade autodefinitória correlativa à nova objetividade, e a visão do ser humano como parte da natureza e, em consequência, plenamente sob a jurisdição dessa objetividade. Esses dois aspectos nem sempre se coadunam. Eles se reforçam mutuamente no apoio ao atomismo, a uma ciência atomística da natureza compatível com uma teoria política, cujo ponto de partida era o indivíduo num estado de natureza”. (TAYLOR, 2014: 30-31). Essa percepção atomística do indivíduo, sobretudo em relação à busca do bem estar, está na base da maioria das teorias do *mainstream* econômico; fato que demonstra a força dessa ideologia enquanto formadora de subjetividades. Interessante notar que grande parte do pensamento político e econômico alemão se debruçou sobre a tarefa de explicitar os interesses por detrás dessas teorias. Mesmo em casos opostos, como é o caso de Friedrich List – discutido mais adiante - e Karl Marx, esse intento aparece de maneira clara. Segundo Marx: “O homem, no sentido literal, é um *zoon politikon* [animal político], não somente um animal sociável, mas também um animal que não se pode isolar senão dentro da sociedade – fato raro que pode ocorrer muito bem quando civilizado, que possui dinamicamente em si mesmo as forças da sociedade, se extravia acidentalmente num meio selvagem – é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência dos indivíduos que vivem e falam juntos. É inútil deter-se mais tempo sobre isso.” (MARX, 2008: 239).

crítica à visão aristotélica do mundo, como, por exemplo, as visões chamadas contratualistas, como a de Hobbes e Locke².

Em nossa visão, o arcabouço do sistema hegeliano é superior ao contratualista, base da maioria das teorias mais influentes das Relações Internacionais, na medida em que supera o entrave “todo-parte” na formação social – em que o todo é a soma dos indivíduos. A formação social aparece na percepção hegeliana como um resultado de um longo processo histórico: processo político complexo que orienta a formação individual, além de constituir juridicamente a manifestação da vontade livre ao fundar sua substância e determinação. Por ser a forma institucional da negação do outro, o Estado efetiva o indivíduo que está em seu interior.

O princípio central desse movimento histórico complexo é o de que o mundo é em sua atualidade, independente do ano, um conjunto de processos inacabados cuja decifração é possível pela sua lógica dialética de movimento. Se assim pensamos a realidade, os conceitos referidos a qualquer diacronia refletem momentaneamente a pressão competitiva entre forças de mais longo prazo na vontade de pôr-se como dominante. Portanto, por meio da dialética, não se criam divórcios entre aspectos e dimensões da moral e da política: a ideia de “necessidade histórica” pode ser refletida em termos de uma “Ideia ética” que se apresenta enquanto construção que busca realizar-se de forma objetiva por determinado ente nacional. Por meio dessa perspectiva não há como se pensar o interno apartado das relações externas entre as sociedades; ou mesmo ambas as esferas enquanto categorias excludentes. Historicamente a construção interna das sociedades está necessariamente relacionada com as demais por sua maneira mediata: a negação³.

Assim, ao partirmos da percepção do mundo como um sistema dialético, não há como qualquer parte deste possuir uma natureza *per se*, desconectada ontologicamente do todo - como é da própria natureza de um sistema. Entretanto, aqui nos utilizaremos mais da forma do que do conteúdo hegeliano; mais da dialética hegeliana e menos da ideia do “Espírito do Mundo”, ou da Razão como absoluto a ser reconciliado por meio de alguma singularidade. Como expressaremos mais adiante, este absoluto em nosso pensamento é a relação de poder. Nesse sentido, consideramos o projeto filosófico hegeliano mais uma leitura política dos acontecimentos, dos mecanismos relacionais de

² Filosofia Política de extrema importância em diversas áreas e campos de estudo. Em Relações Internacionais não é diferente, a consideração do indivíduo concedente de parte de sua soberania está contida em diversas teorias tanto realistas quanto idealistas. Nesse sentido é que essa retomada a partir desse sistema filosófico, de certa forma deixada de lado pelo “*mainstream*” das Relações Internacionais, e dos estudos de Segurança, se faz importante.

³ Isso não implica assumir e defender a alcunha de “hegeliano”, enquanto crente na “astúcia da razão”; mas antes utilizar a potência das reflexões para a interpretação de problemas específicos, como é o caso do objeto desta tese.

um pedaço exíguo de terra, cujo sistema se expandiu sobre o globo, do que uma espécie de revelação ontológica da vida.

Para tanto apresentaremos nessa subseção, de maneira sucinta, o mecanismo dialético de movimento e a sua expressão objetiva, ou seja, a relação dos Estados e a própria guerra dentro desse movimento.

Como apontamos, se considerarmos o todo como um sistema, não há como conceder qualquer estatuto ontológico a uma variável a parte. Do ponto de vista da filosofia hegeliana, o que nos interessa aqui é a forma de ver o movimento dialético. O ponto nevrálgico desse pensamento é o de que partindo de qualquer momento de toda a sua obra seja possível recuperar o seu ponto de partida, exatamente pela ideia do movimento (TAYLOR, 2014: 156).

Para a finalidade dessa tese, serão utilizados principalmente três textos. O primeiro deles, a Fenomenologia do Espírito (FE), de 1807; o segundo, O Sistema da Vida Ética (SVE), escrito entre 1802/03, publicado postumamente, e; a Filosofia da História (FH), também publicado postumamente reunindo aulas e palestras. Utilizando-se desses textos, acessamos duas dimensões importantes do pensamento hegeliano, a passagem da leitura do “espírito subjetivo” para o “espírito objetivo”. Segundo Charles Taylor, tal passagem do pensamento hegeliano representa a “necessidade racional subjacente expressa a si mesma nas estruturas gerais do mundo natural, assim ela também se expressa ainda mais nos fenômenos do mundo humano” (TAYLOR, 2014:399). Consideramos nessa tese o movimento das consciências para a demonstração do processo dialético.

O capítulo quarto da FE expressa esse movimento de formação do que Hegel chama de consciência-de-si essente. O capítulo chamado de “A verdade da certeza de si mesmo” apresenta o movimento de constituição de uma consciência e seu caminhar para um consciência-em-si visando o desejo de tornar-se para-si. Ou seja, o movimento positivo de constituição retroalimentado na FE é pensado a partir de um polo.

Em Hegel, o movimento de desenvolvimento de uma consciência independente, para si essente, se dá pela negação. Nesse sentido, o essente da certeza sensível - “a coisa concreta da percepção”, “a força do entendimento” -, o Em-si se revela apenas na relação com um outro: quando este põe-se a si frente ao outro. “O conceito do objeto se suprassume no objeto efetivo; a primeira representação imediata se suprassume na experiência, e a certeza vem a perder-se na verdade”.

De maneira mais direta, poderíamos dizer que a percepção sobre outra consciência informa a maneira com a qual esse polo lida com a mesma. Ao colocar essa ideia previamente concebida em relação com o outro de forma convincente, realiza-a na objetividade; agora, para ambas as extremidades da relação o real é a concepção de uma delas. Surge, então, a certeza como verdade, pois a certeza é para si mesma o verdadeiro.

Nesse sentido, o movimento do saber, é um saber sempre *reconhecido*: não há como analisar a essência de algo alheio ao que está no interior de quem observa.

“chamemos conceito o que o objeto é em-si, e objeto o que é como objeto para-um-Outro; então fica patente que o ser-em-si e o ser-para-um-Outro são o mesmo (...) o Eu é o conteúdo da relação e a relação mesma, defronta um Outro e ao mesmo tempo o ultrapassa; e esse Outro, para ele, é apenas ele próprio”. (HEGEL, 1999:119-120)

Na longa jornada de negações para vir-a-ser descrita por Hegel, o primeiro movimento é o da passagem da consciência para a consciência-de-si; negação da consciência sensível, que é suprassumida na própria experiência e que vem a ser consciência-de-si. Como chama atenção o filósofo alemão, a consciência é para esta mesma um ser-outro. Sendo a consciência-de-si o que denomina como a “terra pátria da verdade” (HEGEL, 1999:119).

“A consciência-de-si é a reflexão, a partir do ser do mundo sensível e percebido; é essencialmente o retorno a partir do ser-Outro. Como consciência-de-si é movimento, como um ser-outro. **A diferença não é; e a consciência-de-si é apenas tautologia sem movimento do “Eu sou Eu”.** Enquanto para ela a diferença não tem também a figura do ser, não é consciência-de-si. (...)“**A consciência tem de agora em diante, como consciência-de-si, um duplo objeto: um, o imediato, o objeto da certeza sensível e da percepção, o qual porém é marcado para ela como o sinal do negativo; o segundo objeto é justamente ela mesma, que é essência verdadeira e que de início só está presente na oposição ao primeiro objeto.** A consciência-de-si se apresenta aqui como um movimento no qual essa oposição é suprassumida e de onde igualdade consigo mesma vem-a-ser para ela.” (HEGEL, 1999:120, grifo nosso).

Nesse movimento, forma-se a singularidade a partir de uma ideia, cuja universalidade absoluta dessa ideia, segundo o filósofo alemão, paira sobre esta como algo a ser alcançado. Para Hegel, essa consciência-de-si é ainda carente de certeza de sua verdade. O movimento dialético é, então, o mover-se no sentido de *reconciliação entre a singularidade e a universalidade*. Esse movimento, esse desenvolvimento, esse progresso, são os termos hegelianos da busca do absoluto por meio de uma singularidade; é o movimento contido na expressão “necessidade histórica”: a busca de determinada singularidade por sua totalidade, expressa sempre como algo reconhecido.

Portanto, o universal é a projeção de uma ideia singular sobre o todo. O motor da construção dessa história universal é a negação da mesma essência a outros. Assim, tal reconciliação se dá pela diferenciação do outro, pela conformação de uma independência em relação às outras consciências; em verdade, pela determinação destas em relação à consciência que é. Assim, o universal é nada mais nada menos que um encobrimento do todo por meio de uma parcialidade que busca expandir a sua verdade, a sua universalidade.

“a determinação da vida, tal como deriva do conceito ou do resultado universal, com o qual entramos nesta esfera, é suficiente para caracterizar a vida, sem que se deva desenvolver ainda mais sua natureza. Seu ciclo se encerra nos momentos seguintes. A essência é a infinitude, como o Ser-suprassumido de todas as diferenças, o puro movimento de rotação, a quietude de si mesma como infinitude absolutamente inquieta, **a independência mesma em que se dissolvem as diferenças do movimento**; a essência simples do tempo, que tem nessa igualdade-consigo-mesma, a figura sólida do espaço.” (HEGEL, 1999:121, grifo nosso)

O que Hegel chama de vida, o pôr-se de uma consciência, é por meio de um ser refletido, ou seja, um ser que ao marcar a consciência como um sinal negativo, suprassumindo-a, conecta o seu Eu sensível, material, singular, com o Eu percebido pela razão, o universal. A certeza e a verdade de si tornam-se, assim, a consciência-de-si. Portanto, “a determinação da vida por meio do conceito” significa a determinação da realidade a partir do saber que só é porque é reconhecido, ou seja, existe previamente na consciência-de-si “com o qual entramos nesta esfera”, a própria Terra.

De tal modo, a essência tem sua infinitude dada pela suprassunção “de todas as diferenças”; a “quietude de si mesma”, ou seja, a certeza de ser contrastada com a “infinitude absolutamente inquieta”, que necessita ser exteriorizada para encontrar a verdade de si mesma. Essa “independência de si mesma” dissolve todas as diferenças por meio da relação dialética com elas, “marcando-as com sinal negativo”, retirando-as a essência e *passando-as para trás como momentos da evolução de uma consciência* em busca do absoluto. Essa essência ao se lançar para fora um tempo e espaço num movimento de “arriscar perder-se”, de testar a certeza ao exteriorizar-se; e ao fazê-lo move o tempo e o aprofunda como verdade nos espaços desse Globo.

A independência, então, é igual-a-si-mesma, é o subsistir (a substância) das diferenças, que estão espalhadas em membros distintos, mas que continuam sendo parte do todo, do para-si-essentes da consciência-de-si independente. Dessa forma, *os seres-Outros – aqueles criados como um momento da trajetória expansiva da consciência positiva - podem variar qualitativamente*, mas não o são a não ser na relação com a consciência-de-si em movimento; enquanto que as “figuras independentes”, indiferenciadas, o são na relação com a unidade forjada pela consciência-de-si, ou seja, pela ideia a ser reconhecida.

“O suprassumir individual é também o produzi-la. Com efeito, como a essência da figura individual é a vida universal, e o para-si-essente é em si substância simples, então, ao pôr o outro dentro de si, suprassume essa sua simplicidade ou a sua essência; isto é, a fraciona. Esse fracionamento da fluidez indiferenciada é precisamente o pôr da individualidade. **Assim, a substância simples da vida é o seu fracionamento em figuras, e ao mesmo tempo a dissolução dessas diferenças subsistentes; e a dissolução do fracionamento é também um fracionar ou um articular de membros (...)** Assim, coincidem,

um ao outro, os dois lados do movimento total que tinham sido diferenciados, a saber: a figuração, tranquilamente abrindo-se-em-leque no meio universal da independência, e o processo da vida. Esse último é tanto figuração quanto suprassumir da figura.” (Ibidem: 123, grifo nosso)

O cindir-se do si-essente sobre outra consciência a coloca como forma negativa, em realidade a cria; o realizar-se desse movimento de forma polissêmica abre o leque de outros-de-si na caminhada da consciência independente, de que fala Hegel. A vida é, então, a continuidade, o desenvolvimento, do caminhar dialético que determina os Outros pela negação; e ao fazê-lo, deixa-os livres novamente; agora fortalecido, certo, novamente da verdade que exteriorizou no mundo. O para-si-essente, então, dissolve seu desenvolvimento e se conserva nesse movimento.

“Certo da nulidade desse Outro, põe para si tal nulidade como sua verdadeira; aniquila o objeto independente, e se outorga, com isso, a sua certeza de si mesma como verdadeira certeza que lhe-veio-a-ser de maneira objetiva”. (Ibidem: 140)

Como aponta Hegel, “A consciência-de-si é em si e para si quanto e por que é em si e para uma Outra, só é algo como reconhecido” (Ibidem: 142). Dessa forma, a unidade é a relação que forma ambas as extremidades do conceito, como no caso da relação senhor-escravo.

“Portanto, a relação das duas consciências-de-si é determinada de tal modo que elas se provam a si mesmas e uma a outra através de uma luta de vida ou morte (...) **Devem travar essa luta porque precisam elevar à verdade, no Outro e nelas mesmas, sua certeza de ser-para-si. Só mediante o pôr a vida em risco, a liberdade [se comprova];** e se prova que a essência da consciência-de-si não é o ser, nem o modo imediato como ela surge, nem o seu submergir-se na expansão da vida; mas que nada há na consciência-de-si que não seja para ela momento evanescente; que ela é somente puro ser-para-si. O indivíduo que não arriscou a vida pode bem ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse reconhecimento como uma consciência-de-si independente. **Assim como arrisca sua vida, cada um deve igualmente tender à morte do outro; pois para ele o Outro não vale mais que ele próprio.** Sua essência se lhe apresenta como um Outro, está fora dele; deve suprassumir seu ser-fora-de-si. O Outro é uma consciência essente e de muitos modos erodidas; a consciência-de-si deve intuir seu ser-Outro como puro para-si, ou como negação absoluta.” (HEGEL, Ibidem: 146)

“São essenciais ambos os momentos; porém como, de início, são desiguais e opostos, e ainda não resultou sua reflexão na unidade, assim os dois momentos são como duas figuras opostas da consciência: uma, a consciência independente para a qual o ser-para-si é a essência; outra,

a consciência dependente para a qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. Uma é ao senhor, outra é o escravo.” (HEGEL, *Ibidem*: 147)

A relação mediata que faz o escravo é o que está dentro do senhor, é o reconhecer do senhor. Por não ter podido exteriorizar-se, “abstrai-se”, na luta das consciências, fez-se escrava, dependente. Transformou-se em coisa da consciência independente, por meio da capacidade desta em colocar o Outro como negativo. Assim, Hegel apresenta o agir dependente como um agir inessencial.

Entretanto, apesar de ter atingido tal certeza de si, esta se reflete em termos de uma inessencialidade. Segundo Charles Taylor, o reconhecer dessa relação é unilateral, pois há o reconhecimento do senhor pelo escravo, mas não do senhor em seu refletir no escravo. Fato que estancaria o movimento dialético; há, então, a necessidade de recriação da possibilidade de negação.

“ao contrário, ele é reduzido à condição arriscada de estar rodeado de seres que, para ele, não poder ser autoconscientes; assim sendo, o mundo circundante, do qual ele continua a depender, não pode refletir para ele um rosto humano. Por conseguinte, a sua integridade é radicalmente solapada justamente quanto parecia assegurada (...) Porém, se para o senhor esse resultado, no final das contas, é um fracasso, para o escravo ele prepara o terreno para um êxito em última instância e, no âmbito do relacionamento, lentamente tem lugar a uma inversão. O escravo pelo menos tem diante de si um ser que existe por si mesmo na figura do senhor, mesmo que esse senhor não o reconheça. Seu entorno não é reduzido ao sub-humano, como é o caso do senhor.” (TAYLOR, 2014: 182-183)

Essa inversão, que é colocada por Hegel no final do capítulo, é central para se pensar as forças de oposição, pois a partir dela se coloca a possibilidade de estruturação do escravo pela relação com a materialidade. Como vimos, a relação do senhor com o mundo é mediada pelo escravo, e isso se dá, segundo Hegel, de duas formas: (i) pela própria violência física de uma subjetividade que alcança sua verdade objetiva e, por isso mesmo, a realidade, e (ii) pelo acesso ao mundo material pelo trabalho do escravo com a natureza de maneira organizada. Esse último ponto expressa a carência da relação objetiva do senhor com o mundo. Assim, o escravo experimenta a sua independência na relação com a natureza, ao transformá-la por meio do trabalho. Portanto, (i) medo e (ii) disciplina são fatores essenciais da tomada de consciência pelo escravo.

Esse ponto último apresentado de maneira sumária por Hegel, algo menos que três páginas, é o eixo que terá um efeito profundo no pensamento crítico da modernidade. Em Karl Marx a dicotomia entre alienação e emancipação surge de processo semelhante, sendo a tomada de consciência, de ganho de essencialidade pelo trabalhador por meio da percepção da posição ocupada em relação à reprodução material da sociedade. Análoga à

relação “senhor-escravo”, no capitalismo existe a consumação de polos extremos de uma unidade, burgueses e proletários conformam a unidade do conceito da relação-capital⁴.

A despeito de Marx partir da força libertadora do trabalho na relação senhor-escravo como formadora de uma subjetividade, o filósofo comunista extrapola essa relação que para Hegel é o “espírito subjetivo” para uma leitura objetiva da história do mundo: a territorialização toma os contornos determinados pela expansão da relação-capital. Por isso que a violência tem um efeito de remodelar as relações na Europa –mais especificamente na Grã-Bretanha –, sendo a pré-história do capitalismo rompida tanto internamente quanto externamente para o chamado “novo mundo”, que só passa a ser na história em relação ao “velho mundo”. Assim como em Hegel, há apenas uma história universal, e para Marx essa se apresenta na incorporação ao capitalismo mundial – o capital é o absoluto que desenha o mundo. A despeito de não partirmos do mesmo ponto absoluto (a relação-capital) para pensarmos nosso objeto, a percepção de Marx em relação ao pensamento dialético hegeliano foi, e é, essencial na medida em que explicita a violência dentro da formação dialética; e mais do que isso, aponta no pensamento hegeliano a previsão de mudança por esse tipo violência, a mudança se desenrola pela violência dialética: violência de oposição de vontades.

Em Hegel, a descrição de formação da consciência por meio do que foi apresentado na FE poderia dar a impressão da formação do indivíduo como núcleo do sistema. Entretanto, antes mesmo da construção teórica mais abstrata de tal formação, Hegel, em seu texto “Sistema da Vida Ética” (SVE), aponta claramente que o centro de seu pensamento é o povo, ou a sua entidade em relação à sociedade, o Estado Nacional: o Espírito Objetivo.

⁴ “Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 1996:340).

O Estado para Hegel não está aí como um ente dividido entre os indivíduos, ele na realidade informa a realidade, é a realização una da moralidade, da eticidade e do direito como apresentamos anteriormente; *de um pôr-se violento sobre outros tanto interna quanto externamente*. Não existindo algo fora da relação com o Estado, a liberdade se dá na relação com a totalidade. Nesse sentido, a constituição de um Estado é em si uma constituição política completa, de poder, que se extrapola, se exterioriza, e ao fazê-lo cria sua liberdade⁵.

A passagem do “Espírito subjetivo” para o “Espírito objetivo” se dá de uma forma mais ampla, a reconciliação do singular com o universal absoluto se apresenta em fenômenos morais, que são territoriais e históricos. De fato, o *telos* da história em Hegel é essa trajetória de reconciliação entre singular e absoluto por meio de um povo. Entretanto, o que nos interessa aqui é a violência em relação aos outros desse movimento de reconciliação. A forma objetiva de conformação de subjetividades se dá sob um edifício moral e o desenvolvimento geográfico desse ente. Para Hegel, a Ideia da Ética absoluta é um povo, cujo absoluto é a comunidade, ou o Estado. “O seu conceito é o ser-um absoluto das individualidades” (HEGEL, 1991:13).

Por enquanto, o movimento apontado aqui é o de determinação do Outro a partir de uma indiferença, ou seja, um ente que não tem sua construção como uma unidade dependente em relação à outra qualquer; mas antes o polo positivo que na busca de unificar certeza e verdade negativa os demais. Essa posição tem também sua expressão em dois outros textos de “Espírito objetivo”, tanto no já citado SVE como no “Filosofia da História” quando Hegel apresenta uma leitura do caminho do Espírito no mundo.

“A determinação ideal do outro é objetiva, mas de tal modo que esta objetividade se põe também imediatamente como subjetiva e se torna causa; com efeito para que algo seja potência para outro, não deve ser simplesmente universalidade e indiferença na relação com esse outro,

⁵ “O Estado é a realização da liberdade, o objetivo final absoluto, e existe por si mesmo, todo o valor que tem o homem, toda a sua realidade espiritual, ele só tem através do Estado. A própria essência do espírito é a ação. Ele se torna o que essencialmente é – ele é o seu produto, o seu próprio trabalho. Assim, ele se torna o objeto de si mesmo, vê-se como uma existência exterior e, da mesma forma, o espírito de um povo: é um espírito de características muito bem definidas, que se constrói em um mundo objetivo. Este mundo existe e permanece em sua religião, seu culto, seus costumes, sua constituição e suas leis políticas em toda a esfera de suas instituições, seus acontecimentos e seus feitos. Este é o seu trabalho: um povo, é isso que é uma nação! Os povos são o que são os seus feitos. Todos ingleses dirão: “somos os homens que navegam pelo oceano e que dominam o comércio mundial, somos os senhores das Índias Orientais e de suas riquezas, temos um parlamento, um sistema jurídico” – e assim por diante. A função do indivíduo é apossar-se de sua existência material, tornando-a parte de seu caráter e de sua capacidade, fazendo com que dessa maneira ele tenha um lugar no mundo. Ele descobre a existência do povo a que pertence como um mundo já estabelecido, o mundo estável, a que deve adaptar-se. Assim, o espírito do povo goza de sua existência, satisfazendo-se com ela em seu trabalho, em seu mundo. O Povo é moral, virtuoso e forte enquanto está empenhado na realização de seus objetivos, defendendo-os contra as forças externas através do trabalho. Desaparece assim a contradição que existe entre o seu potencial e a sua realidade (o que nele é subjetivo – sua meta e vida interior) e aquilo que ele é objetivamente” (HEGEL, 2012:137).

mas deve ser oposto que é para si, ou um universal verdadeiramente absoluto; e isto é a inteligência no mais elevado grau; um universal segundo o mesmo aspecto pelo qual é precisamente um particular, ambos não mediados e absolutamente uma só coisa” (HEGEL, 1991:21-22)

Em um mundo de “singularidades do absoluto”, e, por conseguinte, potencialidades para ser, o outro se apresenta como potencialidade a ser colocada na diferença de uma singularidade que se desloca na relação e o transforma no “ser oposto que é para si”; tal negatividade apresenta-se agora como “um universal segundo o mesmo aspecto pelo qual é precisamente um particular”; um cindir-se sobre o outro, assim, cada extremo é parte de uma unidade que é ao mesmo tempo singularidade do absoluto na extremidade que é, e universalidade da singularidade no *Outro* – ou seja, a sua determinidade. E nesse processo de subsunção do outro em um conceito pela intuição que é - a intuição moral, “que é um povo” -, a singularidade se fortalece e segue se movimentando sobre outras potencialidades. Como mesmo expressou Hegel, “o que precede tem como princípio a singularidade (...) a superação das determinidades deve ser a superação absoluta, a assunção de todas as determinidades na universalidade absoluta.” (Ibidem: 41).

Ainda no mesmo Texto, Hegel dá atenção, ainda que pouca, ao movimento de encontro entre dois entes indiferenciados. O resultado de tal encontro seria a guerra, a impossibilidade do subsumir necessário do outro para o caminhar independente,

“perante a qual se desvanece o lado do direito e do subsumir, e a igualdade é o que domina, os dois lados são indiferenças, a diferença é o exterior, o formal do combate, não o interior, mas algo que está numa inquietude absoluta, que passa constantemente de uma lado para o outro (Marte, um desertor) e que deixa o tornar-se-subsumido inteiramente duvidoso e decidir-se primeiro. Ele decide-se ou mediante a completa subsunção de uma parte, que em si é imortal enquanto totalidade, não pela extirpação, mas pela subjugação da mesma e pela servidão.” (Ibidem: 51).

Como vimos, a violência é parte inerente da forma dialética; está em seu estatuto ontológico. E essa não é apenas a forma da construção da subjetividade dos indivíduos, senão uma leitura da própria formação das sociedades, ou dos Estados europeus. Nesse caminho de formação, para ficarmos numa expressão hegeliana, há um leque de diferentes figurantes nesse caminhar de uma ideia ética, da consciência independente. Cada uma, ou grupo delas, assumindo diferentes aspectos herdados da passagem e do relacionamento travado com essa consciência. Isso define a pré-história e história no pensamento hegeliano; o Espírito é gerador da História e para Hegel esse Espírito havia feito uma longa jornada até se estabelecer no espaço europeu, mais especificamente em torno da França, Alemanha e Inglaterra (HEGEL,2008:91).

Portanto, o território ganha importância ímpar nesse movimento em busca de universalizar uma singularidade. A projeção desse Eu-coletivo que é o Estado é a

diferença, para Hegel, entre “quem possui história” e quem “não possui”. Essencialmente, esse é um dos pontos de partida mais importantes para o pensamento geopolítico que vai nascer em fins do século XIX, como podemos constatar no pensamento de Friedrich Ratzel.

“A mente do homem, e portanto também a mente de povos inteiros, mostra ampla divergência tanto em razão da diversidade nos dotes naturais como em razão dos diversos efeitos que sobre a própria mente produzem as circunstâncias externas. Varia principalmente o grau da coesão interna e portanto também da estabilidade ou duração do patrimônio mental. A falta de coesão e o desfazer-se desse patrimônio caracteriza os estágios inferiores da civilização tão claramente como a sua coesão, a impossibilidade de perde-lo e sua força de crescimento caracterizam os estágios superiores. Encontramos em estágios inferiores uma tal pobreza na tradição que não permite a esses povos conversar por um tempo considerável a consciência das suas condições passadas, nem reforçar e aumentar o seu patrimônio mental através de conquista de homens singulares eminentes, ou acolher e tornar proficuos impulsos provenientes do exterior. Nisto, se não nos enganamos, está colocado o fundamento da mais profunda diferença entre povos. É aparentemente sobre isto que se fundamenta a contraposição entre os povos históricos e os povos privados de história. Mas os fatos históricos estarão perdidos para a história pelo fato de a historiografia não conservar deles recordação? A essência da história está nos próprios acontecimentos, não na conservação da memória destes. Preferimos ressaltar esta diversidade ao contraste entre populações atomizadas e populações organizadas, porque a coesão interna parece distinguir a diferença mais profunda existente no campo dos fatos históricos, e portanto em geral no campo mental.” (RATZEL, 1990:131)

Em realidade, conforme aponta Jeremy Black (2015), essa percepção da geopolítica, em que Ratzel aparece como fundador, a despeito do termo ter sido cunhado no último ano do século XIX por Rudolf Kjellén, apresenta pouca diferença estrutural na definição do espaço territorial pelo mecanismo de projeção de sentido. “*The most fundamental difference between past and present relates to the treatment of sacred space and the religious dimension of power*” (Ibidem:20). John Agnew demonstra como o discurso geopolítico se apresenta não mais enquanto um sentido extraterreno, mas como uma derivação racional e estratégica da forma de atuação das elites europeias com a formação de poderes centrais.

“*A case can be made, however, that such linkage had begun much earlier when European political elites had begun to consider their geographical strategies in terms of global conditions revealed to them by European encounter with the rest of the world. The onset of the capitalist world economy and the growth of European territorial states gave rise to new understanding of the division and labeling of global space.*” (AGNEW, 2001: 2)

1.2 A Perspectiva de Construção a partir da Posição de Subsumido

A negação da essência ao outro não significa a extinção física desse, como nas invasões mongóis ao longo do século XIII. Pelo contrário, o outro seria esse desdobrar de uma moral que o desenharia e apontaria sua importância no movimento de fortalecimento do ente que se exteriorizou. Entretanto, como observamos, a própria relação de trabalho exercida pelo outro é potencializadora da construção de uma consciência.

Nos países periféricos, sobretudo na América Latina, abordagens que tentaram dar cabo ao problema chamado de dependência se expandiram no pós-Segunda Guerra. Autores de diferentes matizes políticas apresentaram teses sobre essa construção sistêmica, e a posição que os países latino-americanos ocupavam no sistema capitalista. A marca geral dessas análises é o monismo econômico.

Autores como Andre Gunder Frank (1980), Ruy Mauro Marini (1991) e Theotônio dos Santos (2011), ainda que possuam focos distintos de análise em relação às situações de dependência, partem da tese de que não seria possível haver um pleno desenvolvimento nos marcos do capitalismo periférico, apenas um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, uma vez que o atraso e a pobreza dessas regiões constituíam a contrapartida histórica e necessária ao avanço econômico e social dos países ricos. Isso se daria, pois, as grandes potências mundiais, exercendo seu poder imperialista sobre os países satélites que orbitam ao seu redor, subtraem dessas regiões boa parte do excedente econômico aí gerados, tornando o desenvolvimento auto-sustentado uma miragem. Essa permanente drenagem de capitais levaria os países explorados a dois caminhos: a super-exploração do trabalho ou ao sub-imperialismo. Sendo as elites econômicas desses países coniventes e apoiadoras desse processo, não restaria nenhuma possibilidade de redenção social aos povos oprimidos senão a revolução socialista.

Outra perspectiva acerca do mesmo problema foi concebida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2010), cuja perspectiva de conexão política entre elites do centro e da periferia ganhava certo espaço em relação à determinação apenas material; nessa perspectiva, a busca de diferenciação de vontade dos países centrais do sistema - pelas burguesias nacionais - para o desenvolvimento da modernidade dava cabo da explicação geral das diferentes escolhas e, conseqüentemente, do nível de desenvolvimento dos países. A dependência não seria sempre a mesma; poderia ser qualitativa e quantitativamente diferenciada. E, assim, apresentaria potencialidades de modernização também distintas; sendo a leitura de cada posição específica a chave para se pensar o desenvolvimento dentro da relação de dependência⁶.

Dentro de tal perspectiva, os conflitos entre os países seriam meramente derivados da competição econômica, pois assim se daria a totalidade da construção do sistema

⁶ Essa perspectiva será apresentada com maior detalhe no terceiro capítulo por ter chegado ao poder e comandado a visão de segurança nacional nos anos de 1990 no Brasil.

internacional. Conforme chama atenção David Harvey, importante autor também da perspectiva da dependência, a capacidade de absorção do excedente por meio da expansão geográfica caracteriza períodos de maior pressão sistêmica, levando a rupturas em termos de alianças de classe na relação entre os países. Segundo o autor, “*protectionist responses of all sorts abound. Aggressive moves are made to export devaluation to other regions (...) indeed, both national and international policies lose whatever coherence they may have had*”, em conclusão, o autor argumenta que “*[the] geopolitical realignments and conflicts appear inevitable under such conditions.*” (HARVEY, 1985:158-159).

Em suma, a perspectiva dialética de se pensar o *status* de dependência dentro do sistema internacional não é algo novo. Entretanto, como apontamos, em geral essas percepções, guardadas as diferenças nas construções teóricas, tratam do desenvolvimento em termos econômicos como centro do sistema. A lógica é a construção dos Estados como *proxy* do sistema econômico.

Dentro dessa mesma abordagem dialética, porém como uma percepção que destoa da abordagem dependentista, Frantz Fanon apresenta uma visão holística dessa formação – mantendo-se coerente com a ideia do sistema cujo “o todo é maior que a soma das partes”. O pensamento fanoniano apresenta-se como uma fonte importante de reflexão tanto na caracterização desse outro enquanto população determinada quanto na importância do território para a construção dessa consciência em um movimento que se retroalimenta. Dois elementos por vezes deixados de fora de análises que partem da perspectiva dialética centralizadas nas questões de produção, distribuição e acumulação de capital como absoluto.

A despeito de um autor que apresenta argumentação para um ponto temporal e território específicos, claramente as categorias empregadas por Frantz Fanon podem ser utilizadas em suas potencialidades para a discussão acerca de outros espaços tocados por esse sistema europeu. Ainda que o estatuto dos espaços sejam distintos – muitas vezes apenas na aparência –, as variáveis que informaram sua construção – como a colonização – tem uma mesma origem. Como aponta o autor, esta força tem continuidade no jogo político entre os países e na constituição de interpretações sobre o futuro nacional.

“(…) pode acontecer que a descolonização se efetue nas regiões que não foram suficientemente abaladas pela luta de libertação e que se encontrem aí os mesmos intelectuais ladinos, astutos, ardilosos. Neles continuarão intactas as normas de conduta e as formas de pensamento acumuladas no curso de uma convivência com a burguesia colonial. Meninos mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais. Implacáveis, erguem-se por meio das mamatas ou dos roubos legais (...) acima da miséria nacional.” (FANON, 1968:36).

Posição que guarda relação com a recusa de construção de outro estatuto para o país no sistema internacional, mantendo-se ligado às antigas condições de tutela, ou até mesmo criando novas condições.

Em sua obra de 1961, “Os Condenados da Terra”, em contrapartida a ideia hegeliana de “Espírito” que se expande, Fanon apresenta uma análise da “Musculatura” que se forma no espaço de determinidade da unidade expansiva, bem como as características desse território. Se sua formação é realizada por meio da violência dialética, Fanon se questiona, como seria o processo de criação dessa consciência nacional senão pela violência? “Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, *Commonwealth*, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização, é sempre um fenômeno violento”. (Ibidem: 25). Portanto, mais que um ponto superado na história, abre-se a possibilidade de se pensar a continuidade da relação de determinação, ou pelo menos a busca constante, pelo reavivamento de uma relação colonial que vai alterando a cada diacronia, mas que mantém a oposição entre forças iniciais – uma que busca criar sua essencialidade e outra que busca negá-la - subsistindo sob outras roupagens relacionais polissêmicas (ZORTÉA; LIRA; FARIAS, 2017).

“O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial”. (IDEM: 26).

E esse mundo colonizado é constituído de forma cindida, cujo território denuncia essa construção inessencial como uma espécie de *proxy* da formação do povo: a não complementariedade entre as áreas da cidade, diferenciada em termos de onde vivem sua elite dirigente e a grande massa, a “musculatura” que faz girar a roda produtiva. Esses são fatores importantes para se pensar a questão da segurança nacional em espaços com esse tipo de formação⁷.

“A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado (...) por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato como o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer (...) o intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.” (Ibidem:28)⁸

⁷ Celso Furtado (2003) em “Formação Econômica do Brasil” demonstra essa cisão na construção territorial pela dicotomia “arcaico” e “moderno”, ao que chamou de heterogeneidade estrutural criada pela construção do país por meio da colonização.

⁸ Ainda que não sendo um país colonial, de maneira formal, essa descrição poderia facilmente ser aplicada à realidade de boa parte da população brasileira. Em não poucas partes, o dia amanhece com a visita militar, em suas corporações estaduais, e se encerra com programas policiais que informam o imaginário coletivo nacional as justificativas para a violência contra a própria população em nome da boa continuidade da sociedade, em flagrante desrespeito e crime contra a constituição em incitações e defesa da pena de morte praticada diariamente no país pela mesma corporação militar.

Segundo Fanon, a expressão dessa formação inessencial, que o autor chega a afirmar como falta de humanidade pela violência europeia e o espaço que essa cria para os corpos que aí estão, é a de uma musculatura que cresce por meio da demografia galopante dentro do aprofundamento e evolução da sociedade. É esse mecanismo que Fanon identifica como um dos *componentes de instabilidade do relacionamento colonial*: A pressão causada por esse componente central, que em diversos momentos esteve cindido e imerso na violência urbana ou mesmo alijada de processos políticos por distrações extra-terrenas, em sua formação enquanto essência é que vai realizar o mesmo no espaço territorial. Em realidade, não há a possibilidade de um sem o outro, ou seja, *consciência política apresenta necessariamente sua expressão espacial*, geopolítica.

Isso se deve, pois, mesmo em alguns casos de descolonização, a classe dirigente é antes de tudo “o que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, ‘os outros’” (IDEM:30). Em suas palavras, e de olho na periferia latino-americana, dizia sobre a possibilidade do maniqueísmo aberto pelas elites ligadas ao antigo colonizador. A expressão de uma sociedade “sem valor” em relação à própria definição de valor que vem do espaço que informa à consciência colonizada que possui seus próprios intelectuais locais:

“Mas o intelectual colonizado oferece variantes a essas exigências e, de fato, parece que não lhe faltam motivações: quadros administrativos, quadros técnicos, especialistas. Ora, o colonizado interpreta essas preterições como outras tantas manobras de sabotagem, e não é raro ouvir-se, aqui e ali, um colonizado declarar: ‘não valia a pena, então, ser independente’ (...) o intelectual colonizado aprendera com seus mestres que o indivíduo deve afirmar-se. A burguesia colonialista introduzira a golpes de pilão no espírito do colonizado a ideia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se encerra em sua subjetividade, em que a riqueza é a do pensamento.” (Ibidem: 34-35)

É assim que, por meios formais distintos, as forças formadoras da sociedade se manifestam em distintas diacronias: a colonização que informou o *modus operandi* de uma sociedade não pode ser revogada por uma assinatura em um documento. Entretanto, a variável populacional, a nosso ver, apresenta um ponto importantíssimo que coloca limites à expansão completa dessa mentalidade colonizada: a massa crescente desses “seres inessenciais” de que fala Fanon sujeitos a todo tipo de violência - desde a econômica à violência da segurança nacional introvertida.

Fanon chama atenção para o fato de que contra esse movimento crescente que se opõem a negação original - tanto interna quanto externamente - surgem das mais diversas frentes argumentos reversivos dos valores apontados na carta magna para frear a desestruturação. Nesse sentido é que Fanon argumenta que “o retrocesso da febre amarela e os progressos da evangelização fazem parte do mesmo balanço” (Ibidem:32).

Esse movimento de animalização do povo, sua ideia de mau absoluto, da falta de valores e racionalidade, sobretudo por sua demografia galopante, é parte do pacote

completo de manutenção das ligações entre elites privilegiadas e o centro do sistema. E, do nosso ponto de vista, mantém relação direta com a identidade que tal elite guarda com o território nacional – enquanto espaço de produção da riqueza privada e da proteção a sobrenomes em detrimento ao nacional, a partir da agenda de segurança que se cria nesse espaço na busca de contenção da ruptura enquanto espaço inessencial.

Como espaço criado pela violência dialética multidimensional, em cuja vida colonizada a violência física aparece em maior relevo, é que Fanon argumenta sobre a necessidade da mesma para a descolonização. Além da óbvia luta física, o ponto central da violência que fala o autor tem uma abrangência e profundidade muito maior. A violência do estado que se exteriorizou formou mais que um espaço de reprodução da vida material com foco a suprir suas necessidades; formou também a identidade “cindida” da população em um ambiente igualmente cindido e sem expressão de vontade: *não são espaços geopolíticos com ideias próprias, mas sim espaços geoeconômicos em disputa pelas forças nacionais centrais.*

Portanto, é por meio do mesmo mecanismo dialético que o autor vê a possibilidade de restituição do território ao povo, que, de forma retroalimentada, se forma nesse processo violento de criação de si mesmo.

“A mobilização das massas, quando se efetua por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Também a segunda fase, a da construção da nação, vê-se facilitada pela existência dessa argamassa preparada em meio ao sangue e à cólera. Compreende-se melhor então a originalidade do vocabulário empregado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da liberdade nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim.” (Ibidem:73)

É com a independência, com a essencialidade cujo território é ponto central, é que a sociedade adentra então em um âmbito de pressão muito maior, cuja violência em contexto internacional é compreendida por meio de distintas frentes, como a exclusão: de fontes de financiamento, de técnicas para construção soberana do território em termos de infraestrutura e de defesa etc. Tais vetos sucessivos, chama atenção Fanon, são expressões da capacidade que países centrais do sistema possuem em transformar a “apoteose da independência” em “maldição da independência”. E uma vez que esta ideia toma o núcleo do estado, os Estados passam a buscar o desenvolvimento pela antiga associação direta e subordinada.

Fanon aponta que os países que se recusaram a passar pela prova de força e preferiram o caminho da tutela, deixaram o status de “país dominado” para “país economicamente dependente”. Ou seja, *a dependência seria um estágio de falta de vontade política, de continuidade da mentalidade colonizada*, cuja percepção de impossibilidade de construção mais autônoma levaria à busca pela diminuição do hiato

de riqueza com relação ao centro um processo distinto da formação nacional, e, conseqüentemente, com impactos na formação da segurança nacional. Dessa maneira, a formação nacional em Fanon é tida, assim como em Hegel, um processo histórico holístico, que compreende a moral, a política e o território; e que informa a própria consciência da população, por meio da vontade política.

1.3. Sobre a Imanência do Poder no Sistema Interestatal Capitalista

Até o momento discutimos o que entendemos ser a forma de se realizar do sistema interestatal capitalista. Entretanto, falta caracterizá-lo em sua essência; melhor dizendo, em sua ontologia; ou o que chamamos na apresentação desse capítulo de “energia” que move o sistema e que se apresenta como imanência em seus movimentos multidimensionais.

Na explicação do movimento dialético, ficou caracterizado o movimento do “pôr-se” de uma consciência no sentido de realizar no mundo a sua verdade. Entretanto, ao tratar de o porquê desse movimento, ou o que daria início a esse processo, Hegel fala muitas vezes do “desejo”, ou da “necessidade” de uma consciência em encontrar a universalidade de sua própria singularidade. Como a história hegeliana é a história de um polo, essa vontade apenas residiria em povos tocados pelo *Geist*, ou o Espírito do Tempo, ou a própria razão. A despeito dessa explicação, a contribuição de Frantz Fanon vai no sentido de caracterizar esse “espírito” enquanto um movimento político; de vontade política, em cuja perspectiva nos identificamos. Dessa forma, essa subseção trata de discutir e definir essa expressão da vontade política no sistema internacional, traduzida aqui em termos de poder.

A perspectiva ocidental de reflexão acerca do sistema interestatal, pelo menos em suas duas principais escolas, a liberal/ idealista e a realista, partem de um mesmo ponto, a questão do interesse como núcleo duro do pensamento. O interesse, baseado em filosofias morais informaria, então, a melhor forma de governo de um Estado.

A despeito de um mesmo ponto de partida, as definições e conseqüências dos conceitos e categorias pensados pelas escolas apontam para conclusões bastante distintas.

Edward Carr (1892-1982), tido como um dos fundadores do campo da moderna Relações Internacionais, apresentou em sua obra “Vinte anos de Crise” (CARR, 2001) o processo dialético de desenvolvimento tanto da política internacional quanto das reflexões no campo de estudos que denominou “ciência política internacional”. De maneira geral, argumenta o autor, os estudos modernos apresentados dentro desse arcabouço de preocupação foram referenciados, tradicionalmente, ora respondendo aos desafios internacionais em termos do que chamou de “doutrina da harmonia de interesses” pela visão liberal/ idealista, ora definido pelo interesse egoísta da “política de poder” pela tradição realista. Assim, o avanço, ou o próprio progresso das análises nesse campo

seriam provenientes da pressão desses dois extremos, que ao se corrigirem mutuamente marcariam o caminho de evolução do mesmo, ou o seu amadurecimento enquanto ciência – fato que originou uma tese da evolução do campo pela ideia de grandes debates (OLSON, 1991; NOGUEIRA; MESSARI, 2005) que contemporaneamente é fortemente questionada (ASHWORTH, 2002).

Em termos do que nomeou de visão idealista, Carr chamou atenção para a formação de conceitos que destoavam da forma com que as relações entre os países se dava. Mais do que uma discussão acadêmica, o autor utiliza o mesmo método de análise para refletir acerca das políticas adotadas, geralmente influenciadas por uma ou outra corrente de pensamento.

Carr identificou a visão idealista com a percepção da “doutrina da harmonia de interesses” criada em fins do século XVIII e início do século XIX, a partir do pensamento do filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), mais especificamente no livro de 1776, “Uma investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações”. Utilizando-se de sua tese acerca dos “sentimentos morais”, de 1759, Smith argumenta sobre a possibilidade de a harmonia de interesses entre Homens que buscavam realizar seu próprio interesse, o que chamou de “*self-love*”. Em sua “Teoria dos Sentimentos Morais”, Smith (2002) argumenta que os indivíduos são seres dominados por paixões, cujos instintos de auto-interesse e auto-preservação são intrínsecos à sua natureza. De forma a contrabalancear tais instintos, os sujeitos seriam dotados de valores morais cuja função seria a de julgar seus atos, aprovando ou desaprovando-os, evitando, assim, que os instintos levassem a atitudes que pudessem por em risco a existência de outros. Isso, pois, existiriam alguns princípios na natureza individual que identificariam a felicidade dos outros como necessária a sua própria felicidade. Uma espécie de compaixão na experiência em ver os outros felizes⁹. Tal princípio moral guia o pensamento smithiano na ideia acerca das virtudes da busca das paixões individuais, da busca pelos interesses próprios dos indivíduos, que mesmo sem saberem, realizam o interesse completo da sociedade. Seguindo esses preceitos, um estado em sua visão deveria zelar para que essa condição fosse respeitada, sem que interesses particulares cerceassem os benefícios naturais da liberdade humana expressa pelo impulso individual (SMITH, 2003) - já que os Homens poderiam ser mais afeiçoados aos próprios parentes do que a outros, ou ainda a criação de monopólios na questão econômica que destruiriam a capacidade inventiva dos indivíduos.

Dessa forma estava pavimentado o caminho para a separação entre política e economia, ainda que Smith não a tenha feito. Essa percepção moral do interesse teve como derivação uma série de análises que davam especial atenção para a conformação da

⁹ “*How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it. Of this kind is pity or compassion, the emotion which we feel for the misery of others, when we either see it, or are made to conceive it in a very lively manner. That often derive sorrow from the sorrow of others, is a matter of fact too obvious to require any instance to prove it.*” (SMITH, 2002:11).

paz por meio da suplantação da política “irracional” de poder, pois indo contra a moral pretensamente universal, levariam à guerra.

Norman Angell (1872-1967), em “A Grande Ilusão”, de 1910, parte dessas premissas para afirmar a “ilusão” existente de que a busca do interesse unilateral, sem a consideração moral pelo outro, traria vantagens a quem o faz. Considerando o âmbito dos Estados, apontava que tais interesses políticos expandidos por meio da guerra não levavam ao desenvolvimento e bem-estar: “A anexação de Schleswig Holstein e da Alsácia pela Alemanha não aumentou em um só centavo o patrimônio pessoal de nenhum alemão” (ANGELL, 2002:26). Concluía, então, “que o poder político e militar é economicamente inútil; ou seja, em nada contribui para a prosperidade e o bem-estar daqueles que o detêm”. (Ibidem). Assim, a prosperidade pela busca dos interesses individuais, apartados da política, colocava em xeque a ideia de que a indústria e o comércio estivessem ligados à expansão territorial.

“Se não estivéssemos hipnotizados por essa extraordinária ilusão, aceitaríamos em princípio o fato de que a prosperidade de um povo depende de fatores como a riqueza natural do solo, sua disciplina social e sua engenhosidade resultado de anos, de gerações, talvez séculos, de toda uma tradição sustentada e de um processo seletivo lento e minucioso; e também - ademais de todos esses fatores profundos e fundamentais de inumeráveis desdobramentos comerciais e financeiros, da aptidão técnica especial para determinadas produções, para adaptar-se às peculiaridades de certos mercados e para organizar processos produtivos complexos, contando para isso com uma população adestrada em certas operações e ofícios, mediante a prática de anos e de gerações sucessivas.” (Ibidem:54)

Assim, quase que como um “processo seletivo”, algumas nações chegaram a um estágio mais avançado que colocaria a guerra como irracional, pois a interdependência e a educação em larga escala, por meio dessa moral, seriam a chave para a civilização. Entretanto, não tardaria mais cinco anos para que a Europa entrasse em um período de guerras que arrastou consigo o globo - segundo Hobsbawm (1995), mais uma guerra europeia de trinta anos.

A despeito de a realidade contradizer as premissas morais e históricas desse pensamento, não é raro verificar que esse tipo de pressuposto se mantém em diversas análises. Ainda que em outras claves, retornam a afirmar as vantagens da separação entre economia e política e as vantagens decorrentes desse processo, sobretudo por evitar a “irracionalidade da guerra”. Nesse sentido, o período pós-Segunda Guerra, viu ressurgirem análises que preconizavam a ideia de arranjos regionais (DEUTSCH, 1957; MITRANY, 1966) visando suplantarem acordos intranacionais por meio de entidades supranacionais com base no argumento da passagem gradual de lealdade das organizações nacionais às supranacionais por meio dos resultados obtidos pela eficiência desses arranjos (HAAS, 1964 ; HAAS & SCHIMITTER, 1964). Na década de 1970, o argumento foi levado a nível global. Keohane e Nye (1977) criaram uma nova roupagem

para a ideia da interdependência. Nomeada pelos autores de complexa, apontavam para a perda de importância relativa das armas nas relações internacionais aos diversos meios alternativos de política externa dos países. Os novos canais de comunicação criados por empresas, terceiro setor e investimentos estrangeiros em países aliados foram analisados sob a lógica da criação de interesses mútuos que afastavam as guerras por meio de interesses mais harmoniosos que fariam as guerras interestatais se tornarem obsoletas.

Assim, essa longa tradição se estruturou sobre um argumento filosófico moral de separação entre política e mecanismo econômico de troca, cuja centralidade reside na ideia de harmonia de interesses. Carr (2001) chama atenção para um movimento comum da passagem das ideias que surgem de forma progressista e passam a posições conservadoras; nesse sentido aponta que a liberdade individual preconizada por Adam Smith no século XVIII passou, sob o manto “darwinista”, a uma espécie de seleção natural e desenvolvimento; o que colocaria a esses países uma espécie de compromisso moral na expansão de determinados padrões de vida. Em termos das questões de segurança ocorre o mesmo, as chamadas missões de paz e construção de estados liberais são parte desse imaginário, mas que na realidade seguem uma lógica bastante estruturada na criação dialética.

Do ponto de vista da outra força tanto no debate quanto na política internacional, o realismo moderno tem seu ponto de partida, segundo Carr, nos pensamento do filósofo florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), passando por Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch Espinoza (1632-1677) e tendo sua grande conformação em Friedrich Hegel (1770-1831).

Apesar de serem considerados realistas, muito por conta dos pressupostos quase intransponíveis das fronteiras (soberania) e da não submissão das sociedades a um ente que se coloque hierarquicamente acima de todos (princípio da anarquia sistêmica), os pontos de partida são bem distintos e têm, também, consequências distintas em suas conclusões. Como afirmamos anteriormente, a filosofia moral que pauta na natureza inata do humano informa o diagnóstico, a descrição do sistema e suas possibilidades. A tradição realista do século XX, em sua grande maioria, assenta-se em uma visão pessimista dessa natureza humana que remete às reflexões de Maquiavel. Em “O Príncipe”, a mesquinhez intrínseca aos Homens e a busca da satisfação de seus desejos sem nenhum amparo moral de bem ou mal são centrais na explicação do ser; dessa maneira, a condição normal seria a condição extrema, em que a sobrevivência estaria em jogo em diversas esferas, tanto quando falamos de guerras ou revoluções. Em não havendo separação entre uma moral virtuosa individual e o desejo de autopreservação, a política seria então o espaço de violência e de submissão de outros, seja a própria população ou outros estados. É nesse sentido que a “política de poder”¹⁰ é vista como a pressão contrária de duas tendências: uma que deseja governar e outra que não deseja ser governada.

¹⁰ Na visão de Maquiavel, essa seria mais o mal do que o bem que pretensamente alguns imaginam da humanidade: “Como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa

Hobbes (1979), em “O Leviatã”, ao negar o pressuposto clássico da filosofia grega de que as ações seriam motivadas por ações positivas que visavam o melhor, o filósofo político aponta, então, o medo como grade motivação do agir humano. O medo da morte, sendo o maior deles, levaria a sociedade a se organizar com base na autopreservação. Assim, a política passa a ser uma função da sobrevivência; a organização interna do estado um “abri-de-mãos” de parte da soberania dos indivíduos em prol do poder central que tem como objetivo a sobrevivência dessa sociedade perante outros estados. Reforça-se assim uma dicotomia entre interno e externo; além das ideias de soberania e do princípio anárquico que se impõem como padrão nas relações entre os Estados.

Esses conceitos basilares do pensamento realista formaram uma série de pesquisadores que tornaram o realismo a mais proeminente escola de pensamento em Relações Internacionais. Hans Morgenthau (2003), estrategista estadunidense de origem alemã, afirma essa concepção de “política de poder”, ou as leis objetivas que governam a sociedade tem como base na natureza humana, que seria, em sua visão, o de realizar o interesse próprio. Interesse satisfeito em relações de poder, a busca constante de “A” para determinar “B”¹¹. Esta percepção, para Morgenthau, teria base empírica, pois a história da humanidade demonstraria que reações a situações sociais se dariam por “padrões repetitivos”. Portanto, ao refletir sobre esses padrões seria possível pensar a partir do mecanismo de equilíbrio de poder, conhecido como abordagem da “balança de poder”¹². Ainda que padrões de interesses individuais pudessem se alterar a cada tempo, não restaria ao Estado a mesma possibilidade¹³.

imaginar. E muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade.”

(MAQUIAVEL, 1982: 145)

¹¹ “Quantas vezes estadistas, levados pelo desejo de melhorar o mundo, acabaram por torna-lo ainda pior? E, com que frequência, não têm eles buscado um objetivo, para terminar realizando algo que não era esperado nem desejado?” (MORGENTHAU, 2003:11)

¹² “O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra. O poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salvaguardas constitucionais (tal como ocorre nas democracias ocidentais), como quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e justificação em seu próprio desejo de engrandecimento.” (Ibidem:18)

¹³ “O indivíduo pode dizer por si próprio: “Que se faça justiça, mesmo que o mundo pereça”, mas o Estado não tem o direito de dizer o mesmo, em nome daqueles que estão aos seus cuidados.” (Ibidem:18).

A solidificação dessa perspectiva moral e das categorias derivadas desse arcabouço deu vazão a estudos cada vez mais mecânicos. É o caso do realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979), que avançou na ideia de possibilidade de previsões de processos de interação que guardassem semelhanças, que poderiam ser entendidas através de princípios como de ordenação das unidades em termos hierárquicos, pela distinção qualitativa de funções que exerce na estrutura e a distribuição das *capabilities* entre as unidades, ou seja, recursos a serem utilizados no jogo internacional. A partir daí poder-se-ia pensar interações a partir da multipolaridade/ bipolaridade ou mesmo a partir de outras formas de distribuição de capacidades no sistema. John Mearsheimer (2001) segue no mesmo caminho de análise, apontando para os incentivos que a estrutura internacional dá aos estados de maximizarem poder relativo à custa das demais unidades. Por meio da racionalidade da busca pela sobrevivência, há, então, uma determinação do comportamento dos estados de modo agressivo.

De acordo com Carr (2001), a tradição realista de pensamento teria uma espécie de missão corretiva dos conceitos idealistas/ liberais que, não raramente, perdem conexão com o mundo real; em contrapartida, o pensamento liberal apareceria como uma espécie de antídoto à visão monolítica do realista. Entretanto, o que se verifica é um constante distanciamento de ambas as visões; concretizando mais uma disputa política em torno do campo, e das políticas adotadas pelos países centrais, do que um movimento dialético de construção.

A despeito de sua crítica aos conceitos de paz mundial dos idealistas por meio da harmonia de interesses, Carr, por fim, apresenta aspectos de possibilidade desta por meio de supostos valores universais: chamando atenção para a ideia de “sociedade global” que sempre volta à tona; e a consternação da “civilização” frente aos crimes de guerra em relação aos inimigos.

Do nosso ponto de vista, tal reflexão sobre a possibilidade de paz global está fora de seu próprio modelo de explicação tanto do sistema quanto do campo de pensamento; aparecendo, assim, mais como um *wishful thinking* do que fruto de uma análise a partir do movimento dialético do sistema internacional.

Em nossa visão isso se deve muito a uma falsa dicotomia na percepção da ontologia dos interesses que subscrevem ambas as visões. Entendemos que ambas podem ser compreendidas dentro de um mesmo tipo de relação, distintas em termos qualitativos a partir da posição hierárquica em que um ente se encontra no sistema internacional. Assim como nunca houve um Estado hegemônico que esteve em dúvida das benesses da expansão de seu modo de vida pelo globo, também não há qualquer dúvida acerca da injustiça ou da exploração sofrida por parte dos Estados em uma posição hierárquica mais baixa no sistema. Ambas as formas de inserção estão compreendidas na relação de poder. Esse é o conceito que julgamos ser importante de ser explicitado e articulado para a explicação do movimento dialético do sistema internacional como discutimos anteriormente.

A questão do poder dispõem de grandes acervos de debate. Diversas são as perspectivas que se pode apresentar o tema a depender do prisma em que se verifica. Em geral, a ideia de que poder seria a capacidade, ou habilidade, de impor a própria vontade em uma relação, não obstante a ocorrência de resistências, pode ser tida como lugar comum desde Maquiavel. Entretanto, as formas de articulação dessa percepção é que vão se expressar de maneiras distintas, como distintas são as consequências possíveis de serem extraídas. Pode-se, de forma sociológica, pensar tipos de dominação como fez Max Weber (2000) ao identificar questões como tradição, carisma e aspectos legais; e a partir daí organizar um arcabouço explicativo para as relações estatais e intraestatais.

Entretanto, o conceito que assumimos aqui deriva da escola do realismo de Maquiavel para pensarmos as relações no sistema internacional. Um importante ponto dessa trajetória advém das reflexões do jurista alemão Carl Schmitt (2007), que cunhou a ideia de que o próprio Estado tem como conceito subjacente o conceito do político, que o separa das demais áreas da vida humana como a economia, a arte, a moral, a religião. Ao recusar a identidade do Estado com as demais derivações da vida coletiva, Schmitt aponta para a capacidade desse ente político em decidir as relações de amizade e inimizade (que serão importantes na discussão da importância da agenda de segurança a seguir), e derivar daí a sua trajetória que certamente influenciará as demais áreas, além de se utilizar destas para seus objetivos. E, mais do que isso, ao poder é resguardada a decisão sobre a vida do outro. Em última análise, o único capaz de decidir sobre o estado de exceção¹⁴.

A despeito de nos aproximarmos dessa percepção do poder, entendemos que não está aí contido todo o caráter de energia que impulsiona esse sistema. Se, como dissemos, o movimento desse sistema se apresenta de forma dialética, então assim há que ser a forma de se apresentar do poder, enquanto uma relação que se constitui sobre o próprio poder como fim. O poder como ontologia que assume formas multidimensionais.

É nesse sentido que a contribuição de José Luis Fiori aponta para a compreensão do poder. O caráter de fluxo, de ação, sem a possibilidade real de vácuo de poder, pois “poder é mais poder” (FIORI, 2007:17). Portanto, por sua imanência ao sistema interestatal em que vivemos, impossibilita qualquer tipo de equilíbrio concreto, ou paz, pois a forma dialética da negação como motor e energia das relações políticas necessita da acumulação contínua em quaisquer que sejam as dimensões aparentes; dessa forma, poder é sempre uma relação expansiva que, ao mover-se, suprasume as fronteiras que o limitam e cria um novo cenário a sua imagem¹⁵. É nesse sentido que Slavoj Žižek escreve

¹⁴ Tais ideias são bastante influentes hoje na análise do mundo contemporâneo. Giorgio Agamben (2004), em seu livro “Estado de exceção”, argumenta sobre uma forma de governo estrutural que suspendeu as mais distintas constituições para um patamar suspenso de governo que se aplica quase em termos absolutos ao sabor dos amigos-inimigos que o sejam criados dentro dos Estados.

¹⁵ Conforme argumenta Michel Foucault, “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve

acerca do mover-se dialético – que aqui interpretamos como cerne das relações de poder - como inventivo da objetividade:

“is the striving to reach the void, namely, “things move”, there is something instead of nothing, not because reality is in excess in comparison with mere nothing, but because reality is less than nothing. This is why reality has to be supplemented by fiction: to conceal its emptiness” (ŽIŽEK, 2012:4).

Por essas características fundamentais, pode-se dizer que não há possibilidade de haver simetria de poder, pois a própria relação se define pela busca absoluta, mas nunca o alcance completo. Caso assim o fosse, a própria relação de poder se extinguiria, conforme aponta Fiori (2004; 2007). Seguindo os argumentos de Maquiavel e Carl Schmitt, as relações de amizade e inimizade criadas pelo poder são essenciais para a sua sobrevivência. Assim, a busca pelo absoluto poder, ou o poder global (FIORI, 2004), apresenta-se sempre como fenômeno inacabado, uma espécie de “necessidade histórica” desse sistema, para ficarmos em um termo hegeliano.

Além dos aspectos de movimento, acumulação e assimetria, outros componentes são de igual importância em sua definição, como sua característica sistêmica entre diversas unidades:

“Não é possível pensar uma unidade de poder sem supor logicamente a existência do conjunto de outras unidades de poder que se multiplicam na forma de triângulos que supõem outros triângulos, e assim sucessivamente. E, como não é possível imaginar algum poder fora desse sistema de poderes, também se pode inferir que não existe nada anterior ou posterior ao próprio sistema, ou seja, ao próprio poder” (FIORI, 2015: 19).

Portanto, dentro desse sistema, as relações de poder se expressam não apenas entre os entes de maior monta, como os Estados. Tal relação perpassa o intraestatal em relações cruzadas: grupos internos que ao disputarem o aparelho central do Estado realizam alianças externas (FIORI, 2007). Desse modo, essa energia sistêmica assume também a forma da disputa política interna aos Estados e, conseqüentemente, influencia as decisões deste acerca de amigos e inimigos. Tais relações, especificamente na Europa renascentista, são a gênese do sistema que se espalhou pelo globo nos últimos séculos e que formatam as diferentes dimensões das relações entre população e poder central, e dos estados na hierarquia internacional. Essa percepção tanto da imanência do poder quanto da sua forma de movimento e expansão necessariamente compreende uma grande narrativa sobre processos sociais, como demonstraremos na próxima subseção.

Contemporaneamente, diversos são os críticos a expressões desse tipo. A base desse pensamento reside, mormente, na tese foucaultiana acerca da normatização das

considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 2004:8).

relações por meio do discurso do normal e do anormal; da disciplinarização constituída pelo discurso que “impõe a distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 1987). Autores como R. B. J. Walker e Richard K. Ashley são nomes proeminentes dessa abordagem e que discutem a modernidade e o sistema internacional, bem como a objetivação de conceitos em uma crítica ao realismo.

Um primeiro ponto levantado pelos autores se dá sobre a homogeneização das categorias. Em *“Speaking the language of the exile”* (WALKER; ASHLEY, 1990), os autores apresentam uma série de casos em que, através dos conceitos criados pelos paradigmas que disputam a modernidade, o lugar relativo de cada um desses exemplos se daria de maneira diferente e com consequências bastante distintas. Para ficarmos em dois exemplos bastante elucidativos desse argumento, os autores apresentam a posição de um desempregado:

“whose place in life is potentially crossed by both the narrative of “class struggle” which might inscribe for her as identity in opposition to an international bourgeoisie, and the narrative of “national competition”, which might inscribe for her an identity in opposition to the workers of other nations” (WALKER; ASHLEY, 1990:260)

E o de uma mulher *“whose womb is claimed by irresolvably contesting narratives of “church”, “paternity”, “economy” and “liberal polity”* (Ibidem). Em todos os exemplos apontados pelos autores, existem quatro pontos em comum. A primeira sendo a impossibilidade de se referir ao tempo e espaço de maneira homogênea em todos eles; a segunda passa pela ideia de desterritorialização das resistências praticadas por essas pessoas exemplificadas; a terceira pela recusa do saber constituído na modernidade¹⁶ em qualificar positivamente esses tempos e espaço¹⁷ e; por último a tese de que esses espaços que escapam do controle da normatização da modernidade devam ser pensados não com obscuridade, mas como espaços que tendem a se ampliar e criar consequências incertas para a vida da política global.

Assim como exercem a crítica à homogeneização dos conceitos na modernidade e apresentam os limites de seu entendimento sobre a vida política no mundo, os autores atacam os mesmos conceitos em suas dimensões de atemporalidade e normatividade na construção de grandes narrativas. Em *“Inside/ Outside”*, Walker (1993) apresenta um estudo detalhado da normatividade criada nas Relações Internacionais a partir de conceitos políticos, éticos e históricos em que criam um *telos* que promete arrastar de um ponto a outro em que essa passagem sempre tenha um sentido de melhora em termos das

¹⁶ “where to “know” is to construct a coherent representation that excludes contesting interpretations and control meaning from the standpoint of a sovereign subject whose word is the origin of truth beyond doubt” (WALKER; ASHLEY, 1990: 262).

¹⁷ *“Uncertainty, indeterminacy, darkness, disorder, turbulence, irrationality, ungovernability, terror, and anarchy – these are words that modern discourse uses to mark off these marginal places and times. These words demarcate marginal places and times as voids of truth and meaning that must be feared, exiled, and, if they persist, disciplined by the violent imposition of the certain voices of truth they lack”* (Ibidem)

diferentes dimensões da vida. Walker argumenta que em diversas perspectivas da história pensadas dentro das Relações Internacionais, o mecanismo de teleologia aparece como denominador comum “*in this sense, they reproduce the fixing of temporality within spatial categories that has been so crucial in the construction of the most influential traditions of Western philosophy and socio-political thought*”(Ibidem:4). Além disso, crítica, ao que chamou de anacrônico, a condição do pensamento realista do século XX em considerar Maquiavel como um par, pois as questões de poder expressas pelo italiano se restringiriam a espaço-tempo específico cuja estrutura social se apresentava de maneira bastante distinta das relações internacionais contemporâneas – como a análise realizada pelo autor sobre a obra “O Príncipe” (Ibidem: 31).

Do ponto de vista político, Walker apresenta o conceito de soberania como um dos mais falhos nos principais paradigmas que analisam as relações internacionais, principalmente o realista. A principal crítica é a de que esse conceito não se sustenta ao se verificar as diversas formas e articulações espaciais das relações entre os países, cuja inovação contemporânea das relações que não cabem nos quadros modernos de interdependência e de autarquia. Na mesma direção apontam geopolíticos construtivistas e críticos contemporâneos, como John Agnew e Gearóid Ó Thuathail.

John Agnew (2001) assinala que a forma-geopolítica estruturada em termos modernos, cujo peso político na decisão das grandes potências é inegável, cria uma hierarquia geográfica internacional que sustentam as leituras das relações político-econômicas na política internacional. A primeira escala dessa hierarquia se daria pelo jogo global, pensando o mundo como um espaço em disputa em sua completude; a segunda a escala internacional, que daria a dimensão das relações interestatais; a terceira na relação nacional, considerando Estados pela ideia de soberania, e por fim; uma quarta escala regional que apresenta a relação de parte dos Estados. O autor argumenta que esta estrutura se sustenta em uma determinada percepção da natureza do poder de maneira imutável: “*an ability to make others do the state’s will as this reflects the state’s advantages of location, resources, and population*”, e “*an inherent characteristic of territorial states that attempt to monopolize it in military competition with others state*” (AGNEW, 2001:31).

Agnew apresenta uma crítica a essa perspectiva que, em sua visão, leva a um pensamento basicamente militar, de posições territoriais e de conquista. Enquanto que as relações contemporâneas teriam, a seu ver, se modificado em termos relativos de importância nas relações geopolíticas, o que implicaria uma mudança na natureza do poder, levando a necessidade de uma interpretação crítica a essa tradição realista. Como contraponto a essa percepção, Agnew argumenta sobre as distintas formações dos Estados, sobre as assimetrias em suas forças externas e na habilidade (ou falta de habilidade) em controlar o próprio território. Fatores que falseariam a ideia de que existem imperativos geopolíticos que caracterizam repetições nas histórias dos países, seja em nível regional ou mesmo global, e que recursos territoriais, como ativos nacionais, parecem na contemporaneidade ter pouco ou nenhum efeito sobre o desenvolvimento econômico (Ibidem:31).

Gearóid Ó Thuathail (1996), em seu livro “*Critical Geopolitics*”, segue a linha apontada anteriormente pela perspectiva foucaultiana em que a linguagem é compreendida como um grande arcabouço de sentidos tomados como essenciais, ou seja, descrevendo intimamente a realidade objetiva. Nesse sentido, a crítica se daria também ao próprio conceito de geopolítica, cujo centro reside na figura de um estado soberano em relação a seus pares. Em verdade, a provocação do autor é exatamente demonstrar essa inquietação crítica, enquanto escola, à formação de conceitos que passam a ser tratados como verdade, como, por exemplo, o conceito clássico de geopolítica formado na estrutura social europeia do final do século XIX.

“The geopolitical gaze triangulates the world political map from a Western imperial vantage point, measures it using Western conceptual systems of identity/ difference, and records it in order to bring it within the scope of Western imaginings. Geopolitics depluralizes the surface of the Earth by organizing it into essential zones (middle strip, heartland, rimland, New World, Old World, Eurasia), identities (continental, oceanic), and perspective (the seaman’s point of view, the land’s man point of view). In sighting a world within the terms of Western forms of knowledge, geopolitics is siting it within the desires and fantasies of a privileged community of “wise men” and also citing it within the textual tropes and discursive contours of hegemonic centers of knowledge and learning”. (THUATAIL, 1996:53).

Do nosso ponto de vista, grande parte das críticas realizadas por escolas contemporâneas que tentam se afastar de uma visão moderna sobre as relações tanto em seu nível mais amplo, quando tratadas as questões concernentes aos estados, quanto em nível específico, pensando regiões até o nível de pessoas, reforçam o arcabouço de análise apresentado nessa tese.

Sobre uma das percepções mais caras a essa perspectiva, a homogeneização de categorias, e a leitura de uma pretensa estrutura por meios destas, encontra para esses autores um entrave em espaços distintos da narrativa central, o que impediria a lógica de uma grande narrativa. Entretanto, se pensarmos dialeticamente, essa forma de marcar o outro com uma diferenciação, como o negativo em sua completude, é parte da lógica de movimento desse sistema. Esses mesmos espaços são parte de um todo; parte de uma verdade imputada, de uma ideia ética, que os constituíram enquanto território e enquanto população. Nesse sentido, a leitura realizada por Fanon sobre esses espaços é valiosa e nos capacita a mais que criar novos conceitos, pensar pelas forças de formação dessas sociedades, cujo espaço não é desterritorializado como apresentaram Walker e Ashley,

mas antes criações territoriais sem geopolítica própria¹⁸; constituídos como espaços geoeconômicos, não substantivo a princípio¹⁹.

O próprio movimento de criação de identidade é um movimento que politiza os espaços e as relações. Por isso nossa explicação busca antes as forças presentes na formação da sociedade, mais do que uma engenharia de conceitos ligadas a um clichê de “um mundo em transformação” que perdeu relação com o passado. Nesse sentido, a crítica realizada por Agnew ao conceito de poder como força militar possui limitações claras, como as levantadas pelo autor. Entretanto, não entendemos que variáveis como economia e cultura apresentadas pelo autor alterem a substância das relações de poder. O poder como imanência do Sistema, que tem sua definição por si mesmo, conforme apresentado por Fiori (2007, 2014), permeia os diferentes campos citados: da geopolítica, da educação à economia, da cultura à doutrina militar, no sentido de criar a objetividade.

A poderosa crítica realizada por Gearóid Ó Thuathail acerca da “imaginação geopolítica” e das vantagens e privilégios de determinados polos internacionais aparece em nossa análise como uma descrição bastante fiel de um processo que engloba também a geopolítica, mas que não se limita a ela – a invenção e propagação do *homos economicus* segue o mesmo sentido. Esse processo dialético de criação de si, do outro, tem como base a relação de poder, que como apresenta Foucault pode ser tanto positivo quanto negativo.

Portanto, o Estado é pensado aqui mais como uma complexificação social que se consolidou em bases sistêmicas e passou, paulatinamente, a ser a organização mais ampla em que subsiste a experiência comum. O estado sendo o todo, cria, invariavelmente, os seus seres-Outros e os nega para continuar sua trajetória. Daí a incapacidade desse sistema criar empatia capaz de unir os espaços políticos em uma comunidade moral. Nesse

¹⁸ “(...) a geopolítica não é uma ciência, é apenas uma disciplina que estuda a relação entre o espaço e a expansão do poder, antecipando e racionalizando as decisões estratégicas dos países que exercem poder fora de suas fronteiras nacionais. É por isto, aliás, que só existe produção geopolítica relevante nas chamadas "grandes potências", e cada uma delas tem sua própria "escola geopolítica", com suas preocupações, objetivos e racionalizações específicas. Como no caso clássico da "escola geopolítica alemã", de Friederich Ratzel e Karl Haushofer, com a sua teoria do "espaço vital" e do "pangermanismo", que serviu de ponto de partida para explicar a "necessidade geográfica" de expansão alemã na direção da Europa Central e da Rússia/União Soviética. Ou, também, como no caso da "escola geopolítica inglesa" de Halford Mackinder, com sua famosa tese de que "quem controla o 'coração do mundo' (situado mais ou menos entre Berlim e Moscou), controla também a 'ilha mundial' (a Eurásia), e quem controla a 'ilha mundial' controla o mundo". Teoria que serviu de base para justificar a política externa britânica durante todo o Século XX e seu permanente veto e bloqueio de qualquer aliança entre a Alemanha e a Rússia/União Soviética” (FIORI, 2007a).

¹⁹ Basta lembrar, como o faz Enrique Dussel (1993), sobre a substantivação dos espaços latino-americanos pelos Europeus: Argentina (argentum, ou prata); Costa Rica; Costa del Oro (Panamá), o próprio Brasil (proveniente do Pau-Brasil). Esse traço de construção de espaço econômico que gravita sobre um centro é lembrado pelo geopolítico estadunidense, Nicholas Spykman (1942), quando aponta ainda no começo do século XX a necessidade de vetos norte-americanos a uma política externa autônoma dos países da América do Sul que requer, conseqüentemente, uma leitura política própria de seu território.

processo a violência é a forma inerente ao movimento de constituição e de continuidade de determinada sociedade no sistema cujas relações de poder não se apresentam de forma estanque.

1.4. Sobre a Centralidade da Agenda de Segurança no Sistema Interestatal Capitalista

Conforme apresentamos anteriormente, entendemos o poder como ontologia, aspecto de imanência desse Sistema que, entretanto, se apresenta sempre como processo inacabado de construção por sua própria natureza dialético-expansiva (FIORI, 2004, 2007, 2014). E é nesse sentido que nos mantemos alinhados com a ideia de Estado enquanto ente formado sem divisões do tipo interno-externo. O Estado, como em Hegel, é aqui entendido como a manifestação da vontade, na medida em que sua liberdade constitui sua substância e determinidade. Ou seja, nesse Sistema, o Estado é o elemento central de uma estrutura política que se aprofunda no mundo pela exteriorização de si. Em cujo movimento, por figurar em um espaço com diversos entes criados pela vontade, a guerra como expressão física de violência aparece como forma determinante em última análise; portanto, um aspecto central da própria formação estatal no sentido de sua expressão política, tanto internamente quanto externamente. Sendo assim, a ênfase colocada e a primazia na direção constituinte da agenda de segurança - uma *proxy* da identidade do Estado - expõem o “conflito de opostos”, suas rivalidades e a sua inserção global.

Conforme apontamos, a guerra está no centro das relações estatais. Pretendemos demonstrar aqui que o conceito de guerra enquanto enfrentamento físico, entre massas organizadas militarmente, não compreende todo o potencial desse conceito, pois, se assim o fosse, teríamos um fenômeno que irromperia uma suposta linearidade tida como o que é normal e razoável. Portanto, a guerra seria algo irracional, talvez fruto de ressentimentos históricos. Assim, o primeiro ponto que devemos explicitar é o entendimento sobre a violência, tendo esta como parte do processo de realização dos Estados e, por conseguinte, do próprio Sistema.

Conforme tratamos anteriormente, o movimento dialético, cuja negação é motor, tem a violência como ontologia. Desse modo é que o filósofo Slavoj Žižek afirma que devemos ver esse objeto em uma visão em paralaxe, o que significa uma reavaliação a partir de uma mudança de posição por parte do observador. Nesse caso específico, o filósofo esloveno busca reorganizar a análise sobre esse fenômeno e desmistificar noções estanques. Sua provocação mais latente nesse sentido é a de que “Gandhi teria sido mais violento do que Hitler”; “mais violento”, pois esse operou para romper com a violência “normal”, objetiva, que sustentava as relações hierárquicas, políticas e econômicas,

dentro do Estado²⁰ - em verdade, que informavam a identidade do Estado indiano. A violência definida apenas em termos físicos depende, então, de uma distorção conceitual que normaliza, endossa e garante suas demais dimensões vistas da perspectiva normal: o que chamou de “potência do horror” provocada por atos violentos, e a empatia diferenciada a depender de quem sofre, faz com que se crie um “engodo para o pensamento”, além de estimular uma falsa urgência de sentido humanitário que acaba por reforçar a violência objetiva sobre algumas sociedades²¹.

A visão em paralaxe seria o “passo atrás” necessário para compreendermos a violência objetiva em detrimento da subjetiva que salta aos olhos como uma espécie de rompimento com uma normalidade pacífica. Assim, ambas as formas não podem ser percebidas de uma mesma posição na hierarquia social, e aqui adicionamos também a vertente sistêmica global. Enquanto que a violência subjetiva é aquela que explode de um ponto aparentemente de “nível zero de violência” – como o terrorismo; a violência objetiva é parte inerente ao funcionamento sistêmico, em realidade, sustenta a normalidade do “nível zero” de uma amostra desse universo complexo. Desse modo, a violência subjetiva, percebida como “do nada” pela normalidade, tem profundos e enraizados motivos e razões.

²⁰ É nesse mesmo sentido que Immanuel Wallerstein sai em defesa da leitura de violência da obra de Frantz Fanon, apresentada aqui anteriormente. Em artigo escrito em 1970, Wallerstein ataca os críticos europeus que acusavam Fanon de ser apenas um ideólogo da violência: “*The concept of that Fanon was in favor of any and all violence because it resulted somehow in a radicalization of the oppressed is simply false*” (WALLERSTEIN, 1970:228). Sobre questão similar, acerca da criação do outro de forma violenta e as consequências de tal feito, é que Žižek faz o seguinte comentário: “*According to a well-know anecdote, a German officer visited Picasso in his Paris studio during the Second World War. There he saw Guernica and, shocked at the modernist “chaos” of the painting, asked Picasso: “Did you do this?” Picasso calmly replied: “No, you did this” Today, many a liberal, when faced with violent outburst such as the recent looting in the suburbs of Paris, ask the few remaining leftists who still count on a radical social transformation: “Isn’t it you who did this? Is this what you want? And we should reply, like Picasso: “No, you did this! This is the true result of your politics!”*” (ŽIŽEK, 2008:6).

²¹ “*Let’s think about the fake sense of urgency that pervades the left-liberal humanitarian discourse on violence: in it, abstraction and graphic (pseudo)concreteness coexist in the staging of the scene of violence-against women, blacks, the homeless, gays . . . “A woman is raped every six seconds in this country” and “In the time it takes you to read this paragraph, ten children will die of hunger” are just two examples. Underlying all this is a hypocritical sentiment of moral outrage. Just this kind of pseudo-urgency was exploited by Starbucks a couple of years ago when, at store entrances, posters greeting costumers pointed out that a portion of the chain’s profits went into health-care for the children of Guatemala, the source of their coffee, the inference being that with every cup you drink, you save a child’s life. There is a fundamental anti-theoretical edge to these urgent injunctions. There is no time to reflect: we have to act now. Through this fake sense of urgency, the post-industrial rich, living in their secluded virtual world, not only do not deny or ignore the harsh reality outside the area-they actively refer to it all the time. As Bill Gates recently put it: “What do the computers matter when millions are still unnecessarily dying of dysentery?”*”(Ibidem:6).

De modo semelhante a essa análise sobre a violência, podemos pensar na contribuição de Karl Polanyi (2000) acerca do movimento de defesa da sociedade frente às forças fragmentadoras do mercado desregulado, em “A Grande Transformação”. Apesar de utilizar um arcabouço sociológico, fica clara a consideração acerca do que Žižek chamou de “violência objetiva”. A violência como parte do próprio sistema de mercado exercido sobre a sociedade provocou, em sua análise das transformações da passagem do século XIX para o século XX, tanto na Alemanha quanto na Rússia respostas violentas em defesa da organização social. Ainda que qualitativamente distintas ambas foram fruto de uma violência objetiva, e cuja resposta, também violenta, foi dada pela reorganização da sociedade em oposição aos postulados da antiga normalidade do “nível zero”. Portanto, a violência subjetiva está ligada a casos evidentes de provocação e de relações de dominação²².

Da mesma forma que a visão em paralaxe sobre a violência nos abre um leque de possibilidades para a verificação de circuitos distintos da construção social, entendemos que tal perspectiva sobre a guerra proporciona, também, uma melhor percepção sobre as relações de poder expressas no sistema interestatal. Assim, percepções de ameaça, de relações do tipo “amigo-inimigo” (na construção schmittiana) e formulação das agendas de segurança nacional explicitam posições internas de poder entre grupos distintos da sociedade, inscritos na própria formação social, bem como a relação de determinado país com seus pares.

Conforme demonstramos anteriormente no arcabouço hegeliano, diferentemente das teorias contratualistas, e também das visões utilitaristas, a sociedade é um espaço de confronto tanto interno quanto externamente. Hegel aponta, assim, o “conflito de opostos” em seu nível mais alto antes como o encontro entre dois entes não diferenciados, em cuja relação estabelecida pela guerra dá-se em torno do risco de perder-se enquanto verdade, e, partir de então, as posições que cada ente assumirá.

“The true (spiritual) meaning of war is not honor, victory, defense, etc., but the emergence of absolute negativity (death) as the absolute Master which reminds us of the false stability of our organized, finite lives. War serves to elevate individuals to their “truth” by making them renounce their particular self-interests and identify with the State’s universality. The true enemy is not the enemy we are fighting but our own finitude – recall Hegel’s acerbic remark on how easy it is to proclaim the vanity of our finite terrestrial existence, but how much more difficult it is to accept when enforced by a wild enemy soldier who breaks into our

²² Questões ligadas a tipologias, a nosso ver, são bastante complexas pois a definição, ou a arbitragem, sobre o que seria uma violência ligada à construção de uma nova ética social ou a violência de resistência à violência objetiva que pode não ter tal essência criadora se realiza apenas com o distanciamento histórico. Sobre essa discussão, ver o capítulo sobre a “violência divina” em que Žižek (2008) discute essa violência sem organização e estratégia de longo-prazo.

home and starts to slice up members of our family with a saber” (Žižek, 2012:200)

A percepção de falsa estabilidade e a possibilidade de finitude apontam para essa necessidade contínua de reconciliação com determinada verdade, sempre em relações de poder. Desse modo, quaisquer que sejam as relações sociais estabelecidas pelos estados no sistema internacional, serão sempre relações de poder – o que não significa dizer que sempre uma relação negativa será estabelecida. A essa questão, em termos geopolíticos, nos referiremos mais adiante quando tratarmos da exteriorização dos principais Estados do sistema e o resultado sobre outros territórios.

Conforme apontou o jurista alemão, Carl Schmitt, o Estado como ente que tem por definição a possibilidade de arbitrar o estado de exceção, o faz como em bases do domínio moral: a partir da dicotomia, nesse caso amigo-inimigo. Assim, a guerra (pensada em termos de violência organizada contra um outro) nos daria, em sua percepção, uma visão privilegiada do mundo político, da definição da identidade só possível pela ideia do todo. A normalidade do dia-a-dia esconderia, então, tais determinações por seu aspecto de continuidade pacífica. Entendemos, porém, que a percepção sobre a guerra, e, portanto sobre a violência em sua forma normalizadora (objetiva) e subjetiva, nos gabarita a entender de forma mais ampla a construção da agenda de segurança em países que foram constituídos como um ser-outro e cuja constituição do entendimento de inimigo destoa da forma europeia predominante no mundo.

Dentro do mecanismo original de formulação da segurança baseada em um inimigo externo, este figura como obstáculo à realização completa do poder que o arbitra como ameaça. Desta maneira, a confrontação, ou a concessão desse status, não implica literalmente um obstáculo objetivo, mas antes, por conta das próprias inconsistências internas que determinado ente possui, a ameaça externa é a espécie de ilusão acerca de sua sólida identidade frente a um inimigo; uma espécie de autocontradição. Na realidade essa fronteira externa é a sustentação, o amparo em que determinada identidade depende. Como argumenta Žižek (2008:200): “*so much so that this (eventual) victory amounts to his own defeat or disintegration*”. Sendo esta a lógica do sistema, quando da reconciliação com a totalidade, não haveria mais força para a sustentação de tal dialética; “o sistema de acumulação do poder entraria em crise, e tenderia a um estado de entropia por causa do desaparecimento das hierarquias, da competição e da guerra” (FIORI, 2004:46).

Os circuitos internos desse sistema, que interligam a construção de uma ideia ética sobre o Estado, a leitura geopolítica do espaço a partir desse polo de poder, a agenda segurança - construção da ideia de inimigo - e os meios para a própria defesa tem, portanto, na fronteira um aspecto central. Anteriormente apresentamos a importância da fronteira na constituição da consciência, e a forma dialética do seu caminhar. Entretanto, quando falamos objetivamente do desenho do mundo em termos desse denominador comum, e principalmente na importância que o obstáculo externo tem em sua constituição, o espaço territorial europeu, desenhado por uma formação social excêntrica,

apresenta-se como gênese. Como chama atenção Enrique Dussel, esse sistema se origina na própria identidade do espaço europeu medieval, em verdade na sua própria expansão.

““nació” cuando Europa pudo confrontarse con “el Otro” y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un “ego” descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, esse Outro no fue “des-cubierto” como Outro, sino que fue “em-cubirto” como “lo Mismo” que Europa ya era desde siempre. De manera que 1492 será el momento del “nacimiento” de la Modernidad como concepto, el momento concreto del “origen” de um “mito” de violência sacrificial muy particular y, al mismo tempo, um processo de “en-cubrimiento” de lo “no-europeu””. (DUSSEL, 1993:8)

Esse “ego” europeu criou, do ponto de vista da agenda de segurança, uma identificação da população como um ativo nacional dentro de um jogo que se projetava para fora dos polos de poder. E por tal orientação, os recursos necessários para fazer frente aos obstáculos passaram a sofrer incrementos cada vez mais volumosos.

Em “Coerção, Capital e Estados Europeus”, Charles Tilly (1996) apresenta esse movimento no espaço europeu, do final do século X em diante, de defesa e ampliação do domínio de centros de poder sobre territórios e populações. Nesse sentido, a ameaça externa é central na busca e extração de recursos e homens possíveis de serem mobilizados. O ambiente europeu constantemente sob o marco das guerras aparece como principal fonte de explicação das lutas internas da sociedade e a busca por ampliação de direitos; além desse efeito, fica clara a necessidade da ampliação e sofisticação da estrutura produtiva. Os Estados, então segundo Tilly, se desenvolveram como consequência desse espaço de pressão política única no globo.

Tendo em foco a questão da segurança e a relação com a sociedade, o importante da pesquisa histórica de Tilly é a demonstração por meio de evidências de que a criação de exércitos permanentes no espaço europeu forçou ainda mais as negociações com a população. Em uma longa e lenta caminhada durante os séculos, Tilly demonstra que a parcela da população que serviu nas guerras estatais passou a possuir privilégios; tanto os veteranos de guerra como às famílias dos mortos em combate. Por outro lado, aos que não obtiveram o mesmo direito, as agitações sociais internas tiveram o mesmo sentido e pressionaram os Estados a incluírem e acomodarem tais demandas. Assim, quanto mais se aprofundavam as guerras, mais as negociações se complexificavam. Conforme aponta Tilly, “para conseguir essa mobilização, enfrentaram-se negociações difíceis, muitas vezes violentas, e com concessões verdadeiras aos civis” (Ibidem:26).

O trabalho de Norbert Elias (1993) vai na mesma direção apontando para essa construção lenta durante os séculos em que o monopólio do poder “privado” vai se tornando “público” com a maior participação social nas esferas estatais. Nesse movimento, a guerra e a segurança em relação ao externo são essenciais. Elias toma como exemplo o Império Franco do Ocidente, que no século XII, quase não enfrentava inimigos

externos, e, como resultado, decaía e se fragmentava. Tendo esse processo de centrifugação do poder das mãos do monarca, o que se seguiu foi a intensificação e fortalecimento de outros polos de poder que passaram a se colocar como obstáculo a casa reinante, que então possuía status não muito diferente de um senhor feudal. A luta de retomada, ou o processo centrípeto de poder, segundo Elias, tornou-se tendência; após alguns séculos, então, o monarca passaria a controlar monopolisticamente enormes meios militares e financeiros.

Tal movimento, que Elias chamou de “lutas de eliminação” de outros polos resultava na incorporação da população conquistada, no incremento do aparato estatal e econômico. A pressão competitiva, as rivalidades, fazia com que esse mecanismo se apresentasse sob uma regra muito clara no espaço europeu: “quem não sobre, cai” (Ibidem:134). Assim, a conformação do monopólio estatal se caracterizou pelo livre emprego das armas e a tributação sob seu espaço territorial de domínio. A passagem de uma posição autônoma de um polo para uma posição dependente dentro de determinado estado foi acompanhado por uma lenta transformação da atuação de tais grupos; esta é a passagem descrita por Elias sobre grupos como “cavaleiros livres” para a posição de “cortesões” da corte – um processo que compreende a institucionalização de diversas esferas do poder central.

Do ponto de vista das populações, a expansão cada vez maior do monopólio realça o poder relativo dos dependentes. A luta anterior em um nível de busca autônoma, monopolista, passa a ser desempenhada dentro do próprio Estado. O impulso dado pela pressão externa faz com que a pressão interna também aumente.

“Quanto mais abrangente se torna a posição monopolista, mais altamente desenvolvida a sua divisão do trabalho, com mais clareza e certeza ela se moverá para um ponto em que o governante monopolista se tornará o funcionário central de uma máquina composta por funções diferenciadas” (Ibidem:100).

Nesse movimento de monopolização, a questão do espaço monetário surge como ponto essencial, por conta da necessidade de cada vez mais se ampliar a produção em face das “lutas de eliminação”. A tributação passa a financiar a guerra por um lado, e por outro, como apresenta Fiori, passou a pressionar a população para o aumento da produção²³.

“foi só depois da proclamação dos tributos que a população foi obrigada a separar uma parte de sua produção para entregá-la ao soberano. E esta se tornou, a partir daí, um excedente obrigatório de produção a ser transferido periodicamente para as mãos do “poder tributador”, independentemente do nível alcançado pela produção e pela produtividade da terra e do trabalho. Dessa forma, o valor do tributo em moeda – que foi definido pelo poder soberano – se transformou no

²³ Para a discussão acerca do papel da moeda nesse jogo das guerras que formou o sistema interestatal europeu, ver METRI, 2014.

primeiro preço do “trabalho excedente” e também, por subtração, do “trabalho necessário””. (FIORI, 2010:135-136).

Portanto, como aponta Tilly, “de 990 d.C. em diante, as principais mobilizações para a guerra propiciaram os melhores ensejos para os estados se expandirem, se consolidarem e criaram novas formas de organizações políticas” (TILLY, 1996:127). E com esse movimento, criou-se também nesses espaços cada vez mais a distinção entre o que era relativo ao “externo” a esses estados e os aspectos “internos”, tornando-se variável decisiva no “jogo das guerras” que criou o Estado: “a guerra teceu a rede europeia de estados nacionais, e a preparação da guerra criou as estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede”; portanto, do ponto de vista do que podemos chamar hoje de agenda de segurança dos Estados: “todo aquele que controlava meios substanciais de coerção tentava garantir uma área segura dentro da qual poderia desfrutar dos lucros da coerção, e mais uma zona-tampão fortificada, talvez conseguida aleatoriamente, para proteger a área segura” (TILLY, 1996:127).

A fronteira geopolítica e as questões de segurança não tem seu efeito apenas nas questões militares e na conquista territorial direta. Do ponto de vista do desenvolvimento do aparato produtivo, assim como a sua sofisticação, a força gerada pelas rivalidades alterou substantivamente a questão econômica e continua a atuar no mesmo sentido de forma global. A leitura do economista Robert Wade para o desenvolvimento do leste asiático apresenta bastante convergência com as leituras de origem e desenvolvimento do sistema interestatal apresentados aqui.

“The short answer to why the East Asian capitalist developmental states took the form they did is that (a) their societies faced external state enemies capable of overwhelming the whole society, which generated wide acquiescence to state discipline and taxation, including cohesion in the capitalist class; and (b) the owners and managers of capital consented to state direction in exchange for tight control over collective labour, in response to episodes of labour unrest early on. The famed “embedded autonomy” of the East Asian developmental state came out of co-determination between external military threats, class relations, and state fiscal and legal capacity” (WADE, 2014:26).

De fato, a percepção de que o aparato econômico em toda a sua complexidade é um fator de extrema importância para se fazer frente tanto a ameaça externa quanto para a incorporação da população em um corpo social sólido não é algo novo nesse sistema. As reações americana e alemã à projeção do livre-comércio inglês tanto por meio da esquadra britânica quanto pela leitura de um mundo aberto e mais rico e produtivo apontam a centralidade dessa dimensão da vida estatal. O relatório apresentado por Alexander Hamilton ao congresso americano, em 5 de dezembro de 1791, enunciava a importância da indústria manufatureira da seguinte forma:

“O Secretário do Tesouro (...) tem dedicado a sua atenção, tão prontamente quanto o tem permitido as suas demais obrigações, ao assunto das manufaturas, particularmente, aos meios de fomentar as que

tendam a tornar os Estados Unidos independentes de outras nações em seu abastecimento militar e de bens essenciais”. (HAMILTON, 2009).

Além das questões sobre a necessidade do avanço do setor econômico em face da ameaça externa, Hamilton aponta o caráter integrador de uma economia em que a sinergia entre setores possam criar demandas cruzadas, empregar parte da população antes fora do sistema econômico, além de superar a dependência de um país predominantemente agrícola.

Na mesma linha de argumento, e bastante influenciado pelo processo de desenvolvimento estadunidense e pelos escritos de Hamilton, Friedrich List apontava a incorporação do espaço germânico como satélite da economia inglesa como o principal ponto de fragilização do processo de integração alemã. Por meio da hierarquização de capital, o que denominou de “poderes produtivos”, List (1983) demonstrou como o capital mental - que caracterizou como as instituições criadas pelo estado, desde a educação universal às forças militares, passando pelos diversos tipos de indústrias, possuía prevalência sobre a simples produção material. Assim, determinava, por meio da ideia de “poder produtivo”, a diferença entre a causa da riqueza de um país e a própria riqueza; sendo a primeira a capacidade de produzir mais do que consome, e a segunda o simples disfrute material. Some-se a isso, a possibilidade, no segundo caso, a incapacidade em se defender e a possibilidade, quase certa em sua visão, de que com o passar do tempo o país que trilhasse tal caminho teria cada vez menos a desfrutar em termos materiais. Desse modo List acusava o pensamento smithiano como um fomentador do caminho para o poder inglês, e apontava a economia como mais uma dimensão da disputa entre os estados, assim como também o fez Hamilton.

A questão da economia como uma arma de guerra é bastante clara quando da expansão da influência e cooptação de determinado território que se constituem como verdadeiras fronteiras em disputa por grandes potências. Robert Wade (1990), em “*Governing the markets*”, apresenta as questões do desenvolvimento japonês tanto no século XIX quanto no século XX em função da relação com a ameaça externa; distinguem-se em ambos os períodos a posição ocupada hierarquicamente pelo Japão no tabuleiro de guerra tanto regional como global no pós-Segunda Guerra.

“The leader’s fear of invasion, aroused by opium wars in China and by Perry’s landing in 1853, prompted agonized debate on how to strengthen political organization to deal with the outside threat. This occurred as Tokuhawa pattern of control was in any case weakening. These developments drove the strong Japanese state of the late nineteenth century. The subsequent dislocation of the Sino-Japanese War, followed by World War II, prepared the way for a renewed concentration of social control in the hands of the state. Social disorganization and an external military threat presented both an opportunity and a need to tighten the state’s ordering of society. U.S. aid and the social basis for an independent and skilled bureaucracy presented the means to do so. Because of their geopolitical position in

an area of chronic international tension between the Soviet Union, China, and the United States, they received massive amounts of U.S. assistance. The aim was to create economically viable and politically stable regimes on the West's defense perimeter. This aid helped to strengthen the state vis-à-vis nonstate organization” (WADE, 1990:338).

A descrição difere em forma, mas não em substância, do que nos apresentou Charles Tilly sobre a expansão dos Estados europeus. Ou seja, a organização interna e criação de zona tampão de segurança, a subsequente expansão para zonas tampão adversárias, incorporação das zonas anteriores à área interna e a configuração de novas zonas-tampão. Robert Wade apresenta a ideia de “*defense perimeter*”, o que significa dizer que por conta de uma série de sofisticações na forma de expansão do poder Estatal com o desenvolvimento do “jogo das guerras” (FIORI, 2007) outros meios foram sendo incorporados e constantemente inventados por meio da lógica original. Isso explica, como aponta Fiori (2012), o porquê alguns países com “baixa propensão nacional expansiva ou imperialista” possuem altos níveis de desenvolvimento e qualidade de vida. Países como Canadá, Nova Zelândia, Finlândia, Suécia, Austrália, Dinamarca, Noruega, ocupam, assim como o Japão, “posições decisivas no tabuleiro geopolítico mundial”; além de vários deles terem se especializado em serviços e setores de alta tecnologia, a lealdade com o sistema estadunidense é inegável e inseparável de suas posições na hierarquia mundial.

Assim, conforme apontou Susan Strange (1988) nos anos de 1970, as diferentes dimensões em disputa entre os países, como a produção, as finanças, a segurança e o conhecimento fazem parte de um mesmo jogo de disputa do que chamou em um plano de “poder estrutural” dentro do sistema interestatal. O veto realizado pelas grandes potências que se mantém em disputa pelo poder global em relação aos demais países da hierarquia mundial tem influência direta nas possibilidades abertas a cada tempo para o desenvolvimento. Tais dimensões são partes estruturantes de um jogo de guerra que se desenrola desde a exteriorização da estrutura social europeia pelo globo.

Portanto, nesse jogo de poder europeu, as questões relativas à segurança estiveram ligadas ontologicamente a própria natureza da guerra nesse espaço, qual seja: a ampliação de recursos materiais e de pessoas para a ampliação material com fins políticos; além disso, por uma dinâmica interna de pressão por maior participação no aparelho estatal, corroboraram para o avanço institucional do Estado. O principal ponto a ser notado, para os fins de análise que nos propomos aqui, é a identidade entre povo e organização social – de fato a criação de uma identidade com base na guerra -, uma agenda voltada à dissuasão externa e a constante busca de ampliação de meios para tal. Nesse sentido o povo é parte integrante do processo de desenvolvimento nacional. Esse foi, e é, o sentido da segurança no centro do sistema interestatal capitalista.

Do ponto de vista da perspectiva periférica de formação do Estado, a segurança aparenta tomar outra direção. Conforme argumenta Miguel Centeno (2002), em “*Blood and Debt*”, na América Latina os conflitos observados, principalmente no século XIX,

apesar de sua violência, destruição e nível elevado de mortes, aparentam não possuir a mesma substância da forma de guerra articulada com a formação nacional dos países europeus.

Ao tipificar as guerras como internacionais e civis, Miguel Centeno demonstra que há um padrão de diminuição de ambas as formas desde o século XIX; além de a segunda forma ser dominante na região. Centeno demonstra, estatisticamente, em seu segundo capítulo que, durante 1860 e 1890, três zonas principais compreenderam os espaços com maior belicosidade nessa região do globo: México, em sua parcela norte e central, a Bacia do Prata e o lado Pacífico da América do Sul. Do ponto de vista civil, a maioria das guerras no século XIX se concentraram em torno de questões comerciais e ideológicas contra o poder central; sendo no século XX tais conflitos marcados por revoltas de classes e camponesas.

A divisão aplicada por Centeno, a despeito das dificuldades em delimitar o que é externo e interno, apresenta um dado importante. Nas três regiões citadas, as guerras de independência aparecem com um padrão bastante sólido. Geralmente guerras de independência apresentam um caráter criador de uma nova ordem. Como o próprio autor nota, o movimento dessas guerras ocorreu não apenas entre colônia e metrópole na América Latina, mas também compreendiam enfrentamentos entre elites criolas e peninsulares. Neste processo, Centeno demonstra um padrão de surgimento de alianças entre ambas após o período de enfrentamento, ou mesmo ainda no seu decorrer. Dois seriam, então, os principais motivos de tal ação: (i) o medo das elites de que um prolongado embate resultaria não só em destruição da infraestrutura bem como do aparato econômico que eram empurrados para o esforço de guerra e; (ii) a possibilidade real de um levante popular que alterasse substantivamente as relações hierárquicas internas.

“There is no question that Latin Americans have tried to kill each other (...) Yet in general, Latin America has experienced low levels of militarization, the organization and mobilization of human and material resources for potential use in warfare. Latin Americans have frequently tried to kill one another, but they have generally not attempted to organize their societies with such a goal in mind. The region has experienced what we may call a violent form of peace. It has largely been spared the organized mass slaughter into which modern warfare has developed over the past two hundred years, but it has also been subjected to ferocious chaos.” (CENTENO, 2002: 35)

Sobre esse mesmo processo de conformação social, porém vislumbrado de uma posição identitária, Walter Mignolo aponta para a homogeneização da região em torno da ideia francesa de “América Latina” e os efeitos sociais de tal tomada de identidade pelas elites criolas.

“The “idea of Latin” America twisted the past, on the one hand, and made it possible to fram imperial/colonial period as proto-national histories, and, on the other hand made it possible to “make” into “Latin America” historical events that occurred after the ideia was invented

and adapted. In this way Creole elite responsible for building nation-states according to the new dictates of the European idea of modernity needs to refashion their identity (...) The “idea of Latin” America allowed the Creole elites to detach themselves from their Spanish and Portuguese past, embrace the ideology of France, and forget the legacies of their own critical consciousness. As a consequence, “Latin” America Creoles turned their backs on Indians and Blacks and their faces to France and England.” (MIGNOLO, 2005:67).

A luta entre elites criolas e peninsulares, então, calcou-se na identidade latina para se desconectar na forma de ideia de seus pares metropolitanos. Entretanto, por não conceberem a população como parte de um processo de criação mais amplo acabaram operando, sistematicamente, no sentido de negar identidade política a estes; e mais do que isso, a realizar alianças que conformariam o espaço nacional em espaço privado de acumulação de parcela ínfima da população. Conforme nota Mignolo, *“The idea of “Latin” America belongs to a sphere of the colonial matrix of power that touches the question of knowledge and subjectivity”* (Ibidem:69); a questão do conhecimento no sentido de uma nova identidade territorial sendo desenhada sempre em uma posição de ser-outro, e de subjetividade em termos de uma nova identidade que paulatinamente permeou tais sociedades.

É sob esse caráter marcante de um espaço sem geopolítica em termos do imaginário europeu, mas antes marcado pelo desenho da identidade e do território de forma econômica é que Miguel Centeno (2002) explica os principais embates entre os Estados da região. Diferentemente das narrativas religiosas ou mesmo ideológicas, as guerras internacionais na América Latina teriam sido marcadas pela competição de espaços de central importância para o comércio internacional e por mais recursos – como a guerra na embocadura do Prata entre Brasil e Argentina que deu origem ao Uruguai; a Guerra do Pacífico entre Bolívia, Peru e Chile e; a Guerra do Chaco já no século XX em que a Bolívia buscava acesso ao Rio Paraguai.

A despeito das mudanças ocorridas em termos do pensamento e da prática geopolítica no Brasil do século XX, como veremos nos próximos capítulos, essa força social apontada por Centeno e Mignolo parecem bastante presentes quando da análise da agenda de segurança. A percepção do teórico argentino vai no mesmo sentido da análise de Frantz Fanon, a ideia de “modernidade não acabada”, como o próprio caminho que a globalização teria a percorrer, tem o caráter de reforçar os traços não-essenciais de espaços periféricos: *“coming from the perspective of coloniality, to complete the incomplete project of modernity means to keep on reproducing coloniality.”* (MIGNOLO, 2005: XV)

Esse processo de continuidade da relação-colonial, apresenta-se claramente em termos do sentido de segurança. O “inimigo externo” na construção periférica assenta-se sobre a população, não entendida pelas elites econômicas como um ativo estratégico, ou parte do que é nacional. Esse é um dos pontos centrais apresentados por analistas ligados ao arcabouço de análise intitulado *“resource wars”*, ou seja, a inter-relação entre

desgovernos, conflitos, e legado histórico de construções sociais baseadas na exploração de recursos pela lógica imperialista do núcleo duro do sistema. O que significa dizer, como nota Philippe Le Billon (2010), que as práticas da economia política internacional estão ligadas diretamente à ética do poder e que a luta por recursos materiais e geopolíticos (como posição e localização espacial de territórios) modelam os padrões de conflitos e violências²⁴.

Dessa maneira, a construção de uma agenda de segurança estaria ligada intrinsecamente a maneira dialética da formação social. Como nota Kevin Dunn, a “economia política da violência” é formada dentro da própria identidade social que se materializa no espaço, algo que Fanon apresentou como uma sociedade cindida tanto indenitária quanto espacialmente. Dunn chama atenção para a guerra econômica que, nesses espaços, não necessariamente são desencadeadas com o intuito de vencer o inimigo, mas no intuito de “*continuation of fighting and the institutionalization of violence profit*” (DUNN, 2005:247). Esse ponto é essencial quando tratamos do sentido da agenda de segurança em espaços periféricos, a ideia basilar da sociedade apresenta-se como uma das forças contínuas em sua definição. Assim, a institucionalização da segurança em direção ao inimigo interno tem a intenção de manter normalidade, estabilidade do “*business as usual*”; que nesses espaços significa a continuidade da trajetória dessa força colonial:

“It is important to examine critically the definitions of “danger” and the practices that are legitimated to provide “secutiry” against that “danger”. Thus, the material aspects of a war economy are intrinsically linked to its discursive production (...) Social interaction must be explained in relation to its discursive context (...) “Identity in international politics helps shape the hierarchy of social position of power, influences how actors are perceived and treated by others, and affects how actors view and understand the world around them (...) narratives of identities also provide the discursive frameworks through which accumulation of economic, social and political capital is enable.”” (DUNN, 2005:247-248).

A perspectiva de análise apresentadas por Le Billon e Dunn, que ressalta qualitativamente os conflitos por meio da territorialização, da forma de produção do excedente e própria identidade social, se constituem também um mecanismo de análise da institucionalização do sentido da segurança. Conforme nota Le Billon, não apenas o aspecto material dos conflitos políticos estão ligados a um processo discursivo e identitário, da mesma forma “*perceptions of threat, sectarian identity and spaces of (in)security inform and reflect the so-called “greedy” dimension of (violent) resource extraction and trade*” (LE BILLON, 2010:2).

²⁴“*Among these qualities, their territorialization as well as physical, economic and discursive characteristics come to define resources both materially and socially in dialectic relationships with institution and practices*” (LE BILLON, 2010: 2)

Portanto, por meio de um processo ideológico²⁵ é que se constitui a perspectiva de um combate ao povo pelo medo da reorganização hierárquica. De um ponto de vista sistêmico, ao fazê-lo, a própria elite corrói a sustentação de seu espaço de privilégio. Isto, pois, ao não organizar uma agenda que vise à ampliação de recursos a disposição do Estado e o engajamento populacional nesse processo, a tendência de marginalização da população nutre a possibilidade de conflito interno e da constituição de “estados de exceção” articulados contra ensejos populares de participação na determinação sobre o futuro do país. Sobre este ponto, a perspectiva de análise das guerras por recursos (*resource wars*) demonstra claramente, que a continuidade da violência, e mesmo o embate entre grupos internos torna-se uma constante e parte da estratégia de fracionamento e exploração imperialista.

Como notamos anteriormente, há nesse sistema a possibilidade de tornar-se parte de uma zona de influência de um Estado e retirar vantagens de tal relação. Porém, em geral, esta possibilidade está ligada a posição geopolítica privilegiada ligada à ameaça externa arbitrada fora de sua área de comando. É nesse sentido que o poder tem seu caráter positivo e criador. Entretanto, em espaços que não se constituem como fronteiras de identidades indiferenciadas – que não se apresentam globalmente como espaços de disputa –, a possibilidade do mesmo efeito ocorrer quando da aproximação carnal com um Estado central é bastante reduzida. *Em espaços de formação diferenciada e que não apresentam tal característica geopolítica no jogo do poder global, a agenda dissuasória tem sua gênese e é também parte de um enfrentamento político interno em termos da hierarquia social. Além disso, em substância é internamente a disputa sobre a identidade nacional e o caminho que a sociedade deve percorrer para objetivar uma ideia nacional.*

Certamente devemos guardar as devidas proporções a partir da organização social e história de cada espaço, sobretudo em espaços que em algum momento se desenhou uma construção nacional mais próxima à lógica central do sistema, e cujos resultados formados nesse processo – sobretudo a ideia de povo - aparecem como uma nova força impulsionadora dos rumos da sociedade. Como elementos nascidos desse rompimento histórico, apartados de sua força inicial, apresentam-se como tendência confrontadora tanto da hierarquia intraestatal – na formulação da agenda de segurança – como

²⁵ Ideologia no sentido hegeliano. “As Hegel wants to put it, in fighting the external enemy, one (unknowingly) fights one’s own essence. So, far from celebrating engaged struggle, Hegel’s point is rather that every embattled position, every taking of sides, has to rely on a necessary illusion (the illusion that, once the enemy is annihilated, I will achieve the full realization of my being). This brings us to what would have been a properly Hegelian notion of ideology: the misapprehension of the condition of possibility (as an obstacle which prevents your full realization) – the ideological subject is unable to grasp how his entire identity hinges on what he perceives as the disturbing obstacle. This notion of ideology is not just an abstract mental exercise: it fits perfectly with fascist anti-Semitism as the most elementary form of ideology – one is even tempted to say: as ideology as such, *kat’exochen*. The anti-Semitic figure of the Jew, the foreign intruder who disturbs and corrupts the harmony of the social order, is ultimately a fetishistic objectivization, a stand-in, for the “inconsistency” of the social order itself, for the immanent antagonism (“class struggle”) which generates the dynamic of its instability” (ZIZEK, 2008:201).

interestatal, por meio de um redesenho da nova identidade do país. Sob tal luz é que explicamos nos capítulos seguintes (i) a gênese da agenda dissuasória no Brasil e (ii) o seu retorno baseado na ideia de dissuasão extrarregional em um duplo movimento: como parte da luta política interna de definição do nacional e de um redesenho voltado a ameaças externas em cuja nova configuração não figuram países da região.

Capítulo 2. Gênese e evolução da agenda dissuasória no Brasil moderno

Introdução

Remontar longos períodos históricos de forma a buscar nuances originais que perdurem, bem como seus caminhos e descaminhos, pode levantar críticas daqueles que prezem pela exegese factual e episódica em detrimento da possibilidade de se pensar grandes narrativas baseadas em forças sociais fundadoras. Como nota o filósofo Peter Sloterdijk, “quem achar esta pretensão estranha [de pensar por meio de grandes narrativas] poderá considerar que, embora, é certo, seja provocatório reivindicá-la, também seria derrotismo intelectual ignorá-la” (SLOTERDIJK, 2005). Dessa maneira, de posse das considerações teóricas realizadas na primeira parte desta tese, propomo-nos neste capítulo a demonstrar as conexões entre a construção da identidade nacional moderna e a gênese de uma agenda de segurança e de defesa nacional visando à dissuasão externa.

Assim sendo, não é nosso intuito aqui fazer uma descrição ou narrativa puramente histórica do período chamado “Era Desenvolvimentista” (1930-1990), nem mesmo uma compilação de dados sobre tal época. Antes, pretendemos atingir dois objetivos principais: (i) apontar as nuances (in)essenciais que atravessaram o Brasil pré-Revolução de 1930, que constituíram o país como um espaço de determinação econômica e que moldaram suas características em termos da segurança nacional; (ii) demonstrar o rompimento com essa identidade tradicional pelo impulso modernizante que se desenhou a partir do início do século XX e que constitui a gênese da agenda dissuasória no Brasil. Dessa forma, focamos mais no rompimento e não na continuidade.

Como um processo indissociável de seu duplo caráter geopolítico e geoeconômico, o decurso da construção nacional brasileira encontrou distintas tensões a serem equacionadas a cada tempo, apresentando-se simultaneamente e de forma inter-relacionada no âmbito da estrutura social nacional – ou em sua economia política - e nas relações entre seus pares internacionais. Do ponto de vista da estrutura social, a disputa pelo aparato estatal com as tradicionais oligarquias regionais e a conseqüente política de compromisso com as massas ainda na primeira metade do século XX são os pontos de partida nesse processo. Como demonstraremos, as características assumidas pelo núcleo estratégico na Revolução de 1930 e sua vontade em alterar a identidade nacional relação direta com a concepção de segurança e defesa visando à dissuasão em relação a determinações externas.

Ainda que corramos o risco da arbitrariedade na percepção das evidências em relação a um processo extremamente complexo, almejamos evidenciar a centralidade de tal entrelaçamento (identidade e segurança), suas contradições e resultados na construção nacional. Certamente não se trata de apontar esse vínculo como motivo, ou variável única, para a perda de dinamismo do processo na segunda metade do século XX. Certamente como parte periférica de um sistema competitivo de unidades com capacidades distintas,

a pressão exercida pelos movimentos das grandes potências no grande jogo global realiza deliberadamente influência nos resultados dos que se colocam hierarquicamente abaixo. Entretanto, o desenho da identidade, sua essencialidade geopolítica e o comprometimento das massas em torno de um projeto foram (e são) aspectos decisórios no sistema interestatal capitalista. Sobre esse ponto nos debruçaremos para pensar a agenda de segurança e defesa.

Dito isso, o capítulo está organizado em três partes que de forma conjunta sustentam nosso argumento. Em uma primeira parte retomamos, ainda que panoramicamente, a estrutura social e as conseqüentes preocupações em torno da segurança e da inserção internacional da sociedade brasileira no longo período pré-Revolução de 1930, bem como o surgimento da possibilidade de rompimento com tais preocupações. O intuito é o de demonstrar a importância ímpar da reestruturação nacional sucedidas após os eventos de outubro deste ano. Em seguida, caracterizaremos o sentido geopolítico da Revolução de 1930, atrelado a uma nova visão sobre o povo e o compromisso nacional ao qual seriam inseridos. Por fim, em uma terceira parte, discutiremos especificamente o processo de gênese da identidade e da agenda de segurança nacional moderna no Brasil a partir das percepções acerca de seus antagonismos e vulnerabilidades.

2.1. Um panorama sobre a economia política da segurança e defesa no Brasil pré-1930: determinação econômica e herança geopolítica portuguesa

Um dado concreto da realidade no subcontinente sul-americano é o de que o Brasil seguiu trajetória bastante distinta em relação aos vizinhos hispânicos. Diversos são os fatores que corroboraram para que isso ocorresse, e ainda que a construção de uma longa lista não nos fosse de grande utilidade, alguns elementos são importantes para se ter uma ideia em relação a tal distinção. Dessa forma, a inospitalidade na maioria das fronteiras, a frustração portuguesa, a princípio, em relação ao “*el dorado*” nos trópicos e a extração de produtos menos essenciais às suas demandas no jogo europeu criaram nessa parcela do mundo um espaço de relativo isolamento cujas formas de domínio sofreram poucas mudanças durante os séculos.

Logo após a exploração da madeira que dá nome ao país e que era utilizada como corante natural na Europa, o espaço que viria a se constituir no Estado brasileiro fora negligenciado por Portugal, sobretudo, como já notado, por não ir ao encontro de suas demandas, majoritariamente supridas pela costa africana ocidental, pelas ilhas atlânticas e pela “Índia portuguesa”. Por esse motivo, a instalação do poder português no espaço brasileiro se fez de forma bastante distinta da encontrada em território metropolitano.

No espaço colonial, ainda no século XVI, o receio de perdas territoriais e prejuízos ao monopólio comercial pela ameaça de corsários provenientes de seus pares europeus levou a constituição de quinze divisões territoriais, denominadas Capitânicas Hereditárias

(1534) e mais tardiamente a construção de fortificações nas principais vias de entrada para o continente. Os chamados donatários possuíam, então, completo controle político e econômico do espaço das capitanias.

Na metrópole portuguesa, dadas as dimensões geopolíticas de sua formação – a sombra da guerra com Castela pairando constantemente sobre solo português –, a apropriação dos recursos se deu de forma decisivamente distinta em comparação à colônia sul-americana. A organização social residia, então, em mãos reais e dessa maneira todo recurso presente no espaço nacional português haveria de ser mobilizado em prol da centralização de poder e constante expansão da zona de influência portuguesa. Nesse contexto, a identidade nacional-universalista portuguesa teve no projeto ultramarino o grande eixo de organização social que teve seu primeiro fruto logo após trinta anos de sua constituição como Estado Nacional, em 1385 (SARAIVA, 1979; MARQUES, 2012). Portanto, a organização do que viria a ser o Brasil é parte de um processo de expansão de um “Estado centralizado, com forte investimento militar e impulsionado pela Igreja católica” (LIMA; MILANI; DUARTE, 2017:12).

Levando em consideração tais distinções essenciais, a historiadora e geopolítica Therezinha de Castro chama atenção para esse caráter original da identidade colonial: “brasileiro era, portanto, termo de caráter econômico e não político, já que se ligava aos que se dedicavam ao comércio de Pau-brasil.” (CASTRO, 1984:7). Importante notar que, mesmo com a mudança do principal produto brasileiro para o açúcar de cana, a estrutura social que concentrava poder em mãos dos “donatários” aprofundou-se, a despeito da criação de um governo geral na década de 40 do século XVI.

Em fins do século, as velhas aspirações castelhanas de unificação peninsular na Ibéria foram tornadas realidade (DE HOLANDA, 2011). A anexação de Portugal pela Espanha em 1580, e que durou até 1640, teve impactos importantes para a vida colonial. Incurções francesas já se notabilizavam no Brasil quinhentista, como a colônia chamada de França Antártica estabelecida na atual Baía da Guanabara (1555-1567) e na França Equinocial, localizada no Maranhão (1594-1615). Com a incorporação do espaço português, o rol lusitano de “nações amigas” diminuiu sobremaneira, fato que aumentou as tentativas de incurções em terras brasileiras. O imperialismo da Espanha de Felipe II seria um dos traços percebido pelos portugueses enquanto continuidade do jogo geopolítico na América do Sul em seu tabuleiro geopolítico mais quente, a Bacia do Prata.

Dentro desse contexto de união peninsular, a colônia brasileira sofrerá dois importantes efeitos em sua estruturação social. Como aponta Young (1967), o primeiro deles se dá pela invasão holandesa a Pernambuco, em 1630, no contexto da guerra de oitenta anos que levou à independência dos batavos em relação à Espanha - invasão esta mais robusta do que as que haviam ocorrido anteriormente por outros Estados; o segundo efeito foi o da entrada no país daqueles que ficaram conhecidos como os capitães das bandeiras e que a partir de São Paulo realizaram a colonização territorial tanto para o centro-oeste quanto para o sul.

Com a invasão estrangeira não somente houve a organização militar pelos colonos para expulsar os invasores, que ocorreria finalmente na Batalha de Guararapes (1648-1649), como também, do ponto de vista social, criou-se um clima de desorganização do aparato colonial que deu capacidade para diversos negros escravizados de fugirem e constituírem quilombos de forma a se protegerem da dura vida nos engenhos. Data desse contexto a expansão de uma das mais emblemáticas organizações de luta dos negros escravizados, o Quilombo dos Palmares, formado na região, à época, pernambucana da Serra da Barriga, cujo principal símbolo de resistência seria identificado como Zumbi dos Palmares.

Do ponto de vista do segundo movimento, galegos, portugueses, castelhanos, cristãos novos passaram a líderes de grupos de bandeirantes responsáveis pela expansão territorial para o interior do Brasil. O historiador brasileiro Rui Facó chama atenção para a construção objetiva e subjetiva da sociedade brasileira em torno da posse da terra:

“inicialmente [o monopólio] nas mãos dos representantes diretos do Rei, os donatários das capitanias em que foi subdividida a colônia, a terra tornou-se um símbolo da fidalguia, fator de prestígio e respeito, distinção máxima dos agentes do domínio estrangeiro e dos futuros senhores das classes dominantes do país”. (FACÓ, 1960:32).

Portanto, a despeito de ampliarem o território a oeste das costas marítimas, a organização social não se realizava de maneira distinta da organizada historicamente no litoral. O monopólio das terras e dos corpos estruturava o processo de busca por minerais valiosos no interior do país. Os principais efeitos da colonização do território a oeste da tradicional área de ocupação litorânea se deram principalmente pela expansão do sistema econômico colonial para o interior do país e pela constituição paulatina de uma maior oposição à centralização de poder por parte dos detentores de terras lá instalados. Ainda que o governo português houvesse criado no em meados do século XVII intentos de diminuir a autonomia dos proprietários de terras, por exemplo, por meio da figura do Juiz de Fora, a própria dinâmica de expansão da fronteira a oeste contrabalançava tal tentativa (SKIDMORE, 1998:28).

Como vimos, a pressão do jogo da guerra na Europa rompia com a monotonia quinhentista no Brasil. Com a abertura do interior do território e a descobertas de um produto colonial de características distintas dos até então explorados no nordeste brasileiro, as pressões sociais internas passaram a se tornar mais agudas. O ouro enquanto principal produto colonial passava a atrair cada vez mais colonos europeus, transformando o estado de Minas Gerais num espaço de confluência da imigração e de ligação com os demais espaços do Brasil, dando sobrevida, por exemplo, à monocultura do açúcar no nordeste (FURTADO, 2003). O resultado político, no século XVIII, dessa alteração geoeconômica foi a um só tempo, a mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro na tentativa de dar fim ao contrabando do minério valioso e; o surgimento de grupos republicanos influenciados pela independência dos Estados Unidos (1776). Nesse contexto é que toma forma a figura de Tiradentes como um mártir da luta republicana, elevado ao posto de herói pelo movimento de 15 de novembro de 1889.

Certamente o jogo geopolítico internacional e as implicações decorrentes da movimentação da vida social na colônia, que se desenrolaram do período que compreende o desligamento de Portugal do domínio espanhol e perpassa todo século XVIII, consolidam duas das grandes ameaças que no século XIX se tornariam de grande preocupação tanto para o imperador quanto para as oligarquias regionais.

A primeira e mais constante era o da possibilidade de um levante da parcela subsumida da população. Esse fator de ameaça se explica pela estrutura da economia política brasileira por meio de sua instituição fundamental, a escravidão. Como apontamos, a invasão holandesa foi uma faísca importante para o processo ainda antes da Revolução Haitiana (1791-1804)²⁶ tornar-se uma preocupação nas Américas; a conjuração bahiana já antecipava o perigo do “haitianismo”, do chamado “perigo negro”, no seio das oligarquias regionais (SAMPAIO, 2016).

A despeito da institucionalização da hierarquia colonial que se instalou pela organização política do aparato produtivo, a miscigenação e, conseqüentemente, as ramificações das relações que se estabeleciam por esse padrão, enfraquecia a possibilidade de tal antagonismo - apesar das constantes recusas individuais e em massas e resistências que perpassam toda a história brasileira. Conforme afirma Therezinha de Castro, “a miscibilidade foi o grande fator de vitória da colonização portuguesa; nenhum povo colonizador se cruzou mais com os nativos que o português”, entretanto, como nota a autora, “se a homogeneidade étnica se foi concretizando no Brasil, a unidade política foi, no entanto sempre fictícia”. Isso, pois, “de formação portuguesa, não herdaríamos nós a precocidade nacionalista e centralizadora que caracterizara a Mãe-Pátria.” (CASTRO, 1984: 19). O individualismo, no sentido do interesse imediato pelo privilégio oligárquico, fez do Brasil “uma terra ingovernável”; tendo os governadores enviados por Portugal pouco ou nenhum poder sobre os fazendeiros. Além dos pontos levantados pela autora, como já destacamos, os bandeirantes que se lançaram ao oeste carregaram de forma militar a estrutura produtiva e religiosa, além de corroborarem para a miscigenação destacada pela geopolítica brasileira. Ainda sobre a questão da institucionalização, Darc Costa chama atenção para a ampliação dos poderes da elite colonial extrapolando as fronteiras da propriedade, “sua palavra tinha força de lei, e contestá-la era um abuso imperdoável” (COSTA, 2009:248); com o avançar da história, as Câmaras Municipais constituíam-se como símbolo último do controle e determinação do território, corpos e mentes.

Nesse sentido, a estrutura original da identidade brasileira - para os poucos que podiam reivindicá-la - caracterizava-se pelo privilégio do comando político e econômico em um espaço cuja estrutura central de poder se colocava ao longe; sendo assim, tal ânsia pela manutenção da vida material que lhes era possível apresenta-se como uma das

²⁶ Importante lembrar a pesquisa de Susan Buck-Morss (BUCK-MORSS, 2000) na qual a autora aponta as raízes históricas do pensamento hegeliano, sobretudo na metáfora que se tornou uma das mais importantes em seu grande esquema filosófico, a relação senhor-escravo. Conforme abordamos no primeiro capítulo, o receio da revolução por parte do subsumido se coloca em seus escritos como uma possibilidade do real e uma espécie de alarme político.

constantes da estrutura social brasileira pelos séculos adiante e, como um traço ainda presente, veem na centralização e na construção nacional uma espécie de crime, de ameaça à sua liberdade e direitos. Calmon aponta que esse colono original, e, conseqüentemente, a manutenção dos privilégios não se altera com a passagem do tempo nesse espaço de terra. “No império, julgava-se governado pelo Rei de Portugal; na República, julgava-se governado pelo imperador do Brasil”, assim, “vive num quadro obsoleto; vibra com os seus velhos sentimentos coloniais; repete a resistência de 15 gerações de sertanejos”, continua ele, “o fazendeiro, que é o chefe espiritual do clã, continua a ser “major” ou “coronel”, como os antigos oficiais da ordenança.” (Ibidem).

Portanto, duas variáveis importantes estruturaram a forma da economia política brasileira, informando a percepção de ameaça às elites regionais. A primeira delas sendo a instituição da escravidão como eixo organizador das relações e, conseqüentemente, do próprio espaço que teria **o fantasma da revolta escrava** pairando constantemente; a segunda, justamente pela configuração da posse da terra e pela tradição de relativo isolamento em relação ao poder central português, **o receio da centralização do mando político e a conseqüente perda de poder.**

Ao lado da ameaça de um levante escravo no imaginário da elite brasileira, coloca-se a segunda questão tão importante quanto a primeira, esta por sua vez com maior afinco calcada nos interesses portugueses: a da **fragmentação territorial**, dada a configuração da economia política colonial, e a **expansão hispânica** também no tabuleiro sul-americano. Tensão esta transplantada da Ibéria por meio da identidade portuguesa e de suas relações geopolíticas no velho continente (LIRA & VASCONCELLOS, 2017). A despeito da estruturação da economia política nacional se estruturar de forma oposta a ocorrida na metrópole portuguesa, a continuidade do conflito entre Portugal e Espanha fora trasladado para a América do Sul, conformando-a em uma “grande Ibéria” (CHACON, 2005). Dessa maneira, a forma de se pensar a geopolítica em relação a ameaça espanhola estruturou a organização da defesa portuguesa no espaço sul-americano, sobretudo em na região da Bacia do Prata como apontamos anteriormente.

Além das ameaças externas baseadas na reivindicação do espaço colonial português a partir do princípio internacional do *uti possidetis* e da citada invasão holandesa (SKIDMORE, 1998), tensões fronteiriças com os hispânicos na América do Sul despontam como as mais importantes para a constituição do território da parcela portuguesa do território sul-americano. Como salienta Leonel Itaussu Almeida Melo (1997), a fixação das fronteiras meridionais do Brasil está longe de ser apenas questões de segundo plano na explicação da formação da sociedade brasileira; as tensões que culminaram nas linhas hoje existentes possuem centralidade na explicação da política externa brasileira desde o seu primeiro minuto. A região da Bacia do Prata tornou-se o núcleo da rivalidade entre Portugal e Espanha, perdurando após as independências de Brasil e Argentina.

As tensões geopolíticas que definiriam a região tem início ainda no século XVI. A mando do Império português casais da ilha atlântica de Açores ocuparam a região de

Colônia do Sacramento, atual Uruguai, por volta de 1580. Situada à margem oriental do Rio de Prata, o espaço de colonização portuguesa se colocava de forma estratégica em relação às posições hispânicas da margem oposta que viriam a se constituir na cidade de Buenos Aires e que já possuía localização estratégica em questões comerciais.

Com o avançar da história, do ponto de vista doméstico brasileiro, já no período do ciclo do ouro mineiro, a região platina ganha importância como fornecedora de gados, mulas e trigo para fazer frente à demanda no interior do país. Nesse sentido, Minas tem um papel decisivo na integração econômica do Brasil. A dupla dimensão dos produtos do ciclo do ouro, como produto colonial e moeda, teve a capacidade de conectar regiões antes isoladas como ressaltado anteriormente - por exemplo o nordeste e o extremo sul.

De meados do século XVIII em diante, as tensões recorrentes do processo de demarcação de fronteiras e do jogo geopolítico por eles delineado passaram a se intensificar (MELLO, 1997). Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, o que segundo Kantor (2017) impulsionou a rápida expansão das estruturas políticas e produtivas portuguesas, além do avanço militar para a demarcação de fronteiras. Ponto importante no desenrolar da rivalidade ibérica nesse espaço, pois a entrega de Colônia do Sacramento em detrimento da região oeste dos atuais estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, conhecida como Sete Povos das Missões, apresentava-se para a corte portuguesa como espaço de contraponto às posições espanholas (CORTESÃO, TOMO II, 2001). À tentativa de ocupação portuguesa nessa região seguiram-se as chamadas Guerras Guaraníticas (1754-1756), no intuito de dominar os indígenas que ali estavam e ofereciam resistência ao movimento de supressão português.

Com o avançar da política na região, sobretudo pela liderança do Marquês de Pombal, a localidade de Colônia do Sacramento passou novamente à disputa entre Portugal e Espanha. O acordo assinado em 1761, que colocava a região ao lado dos portugueses foi logo invalidado pela tomada dos espanhóis no ano seguinte; a expansão hispânica chegou, em 1777, sobre espaços que hoje constituem Santa Catarina e Mato Grosso (CARDOSO, 2000). Apenas no final do século a região viu algum período de distensão nos conflitos, isso se deu, principalmente, por conta do jogo geopolítico europeu com a avalanche francesa que se iniciou com a Revolução de 1789. Como é amplamente conhecido, esse evento europeu teve sérios desdobramentos para as colônias sul-americanas nas décadas seguintes.

Nesse processo, Buenos Aires, a “pampa bonaerense”, constituiu-se geopoliticamente em oposição às posições brasileiras. Até 1776, a região que atualmente compreende o centro político argentino se constituía como espaço subordinado ao Vice-Reinado do Peru. Lima, além da maior cidade sul-americana, era o centro político de onde emanavam as principais missões de povoamento, sobretudo na região norte da contemporânea Argentina. Entretanto, Buenos Aires figurava como principal escoadouro das minas do Alto Peru, além de ser o espaço natural de penetração para o interior do subcontinente no

sentido do “*el dorado*” hispânico de Potosí e também de acesso a territórios ermos no interior do Brasil, como a região de Mato Grosso (RICUPERO, 2011).

O Vice-Reinado do Prata foi então uma criação geopolítica instituída em torno dos conflitos regionais com o Brasil. Em realidade cumpriu a missão de avançar sobre o território brasileiro²⁷, além de paulatinamente unificar regiões antes completamente destacadas de seu espaço, como Mendoza e Corrientes, respectivamente fundadas por chilenos e paraguaios (FILHO, 2015, 270-271). Fato que constituiu o ambiente geopolítico de maior determinação do futuro dos países envolvidos, a disputa pelo controle da navegação do estuário platino, com seus rios Paraguai e Paraná, dominou desde muito cedo a política externa de Portugal e Espanha na região e, certamente, selou o futuro de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. De fato, a geopolítica herdada da antiga metrópole lusitana é certamente um eixo importante para se entender a tomada de ação do Estado brasileiro. As velhas pretensões ao domínio da embocadura do Prata se mantiveram como uma bússola constante do Brasil independente, ligando-se com a velha tese geopolítica portuguesa da constituição da “Ilha Brasil”²⁸ em relação ao cinturão hispânico no subcontinente (OLIVEIRA, 2017).

2.2. O surgimento da contestação em relação à determinação econômica a partir da guerra.

No século XIX, os receios em relação aos principais eixos de ameaças ao Brasil colonial ganhavam tons vívidos. O aumento da pressão na região platina em um contexto de independência das colônias sul-americanas, a perda do território da província Cisplatina conjugadas com levantes populares e pressões fragmentadoras das próprias

²⁷ “Não há dúvida de que os conflitos regionais com o Brasil foram motivo importante para a criação do Vice-Reinado, com Buenos Aires como capital. Antes desse ato, Pedro de Cevallos, já com o título de Vice-Rei, tinha governado Buenos Aires “instruído e equipado” (assim como dizem as ordens reais) para enfrentar os brasileiros. Cumpriu sua missão, tomando a ilha de Santa Catarina e invadindo o Rio Grande do Sul, onde retomo os Sete Povos, em 1765, e chegou, na costa, até o sangradouro da lagoa dos Patos. O domínio espanhol no Sul durou 13 anos. Data desse período a fortuna de Porto dos Casais, hoje Porto Alegre.” (FILHO, 2015, 271).

²⁸ “Esta doutrina era chamada de Magnus Brasil na corte portuguesa e obedecia a um projeto geopolítico de Portugal de estabelecer os limites do território brasileiro através dos limites naturais. O historiado português Jaime Cortesão, a chamou de Ilha Brasil. Esta denominação se dá em função de os portugueses passarem a divulgar que o Brasil era uma espécie de território insular com uma unidade territorial (ou uma grande ilha), situado dentro das águas dos rios Amazonas e do Prata. Alardeava-se que ambos os rios procediam de uma mesma nascente: um lago localizado no interior do continente, cartografado como lago de Xarayes. Esta doutrina surgiu por escrito em livros do português João Afonso datados entre 1528 e 1532 e divulgados a partir de 1544. A obra chamada *Voyages Aventureux* descrevia que os rios foram circunavegados por um navio português partindo do Maranhão e outro espanhol partindo do Prata. Não se tem notícias destas viagens, mas conhecendo a estratégia portuguesa de sigilo não se pode descartar esta possibilidade.” (MURADÁS, 2008:73)

elites regionais que ocorreram durante todo o século constituíram as principais tensões ao governo central brasileiro.

No limiar do século XIX, o Brasil possuía uma população de cerca de 3,2 milhões (0,3% da população mundial de então), com aproximadamente metade sendo de negros escravizados (YOUNG, 1967:7) e uma ínfima parte da população, as elites regionais, controlando fortemente a vida política e econômica do país com base na propriedade da terra. Com o recrudescimento do jogo geopolítico europeu na primeira década do século, a colônia brasileira seria novamente retirada de seu isolamento e monotonia. A implantação, do “dia-para-a-noite”, da burocracia estatal portuguesa de forma substantiva, desde a Biblioteca Real até a Academia Militar (COSTA, 1999), alteraria a paisagem bucólica da vida na colônia ao internalizar o centro decisório da política imperial portuguesa.

Em menos de uma década, o Brasil seria tirado de sua condição de colônia e passado para a cabeça do império português (1816). A estadia prolongada do rei português, D. João VI, por conta da conjuntura europeia, havia criado uma situação completamente anômala, com o núcleo do Estado português vivendo em uma colônia. Nessa conjuntura, o cenário político português se deteriorava por conta da revolta liberal de 1820, que acabou a forçar o retorno do governo português. Com o retorno do rei a Portugal no ano seguinte, as forças independentistas brasileiras ganhavam ressonância internamente. Nesse período a figura de José Bonifácio ganha relevo, tornando-se um dos maiores pensadores do projeto nacional e artífice da independência de 1822 (CASTRO,1984).

A despeito da ruptura política com Portugal, o recém-criado Império do Brasil constituiu-se muito mais como continuidade ao período colonial português do que uma real mudança de rumo para o país. A independência manteve a identidade econômica e, mais do que isso, sobretudo por conta da conjuntura que viria a se instalar pela guerra no extremo sul do país, em menos de uma década ampliou a autonomia das elites regionais em relação ao mando central²⁹. Conforme chama atenção José Murilo de Carvalho, a elite imperial “mediava a relação entre proprietários e o rei, dividida ela própria entre os interesses dos dois polos muitas vezes conflitantes” (CARVALHO, 2006a:257).

Em 1828, o projeto platino-brasileiro sofreria um grande golpe pela perda da província Cisplatina, agora transformado no independente Uruguai. A região que havia estado em disputa ainda durante o período de Brasil colônia, passa, com o fim das guerras napoleônicas, e a conseqüente diminuição da dependência em relação aos ingleses, a ser

²⁹ Segundo dados da pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Histórica do Arquivo Nacional, utilizada pelo professor José Murilo de Carvalho, é possível notar a ínfima parcela dos chamados Barões em relação a população brasileira. Se antes do período da Regência eles representavam cerca de 36% dos títulos concedidos pela Coroa (num total de 253), no segundo reinado eles alcançariam 76,81% do total de todos os títulos (número total de 1318). Muitos desses possuíam também títulos de Duques, Marqueses, Condes e Viscondes, mas a concentração no Baronato expressa substancialmente as diretrizes da economia política brasileira, as políticas adotadas principalmente depois de 1850 e a crise final do Império. Para tais dados ver (CARVALHO, 2006a:257).

um dos pontos centrais de interesse da coroa portuguesa, sobretudo após a incorporação do Brasil como cabeça do império. Assim, no ano seguinte, em 1817, Portugal invade Montevidéu, e, assim, a permanência portuguesa se tornaria a permanência brasileira.

À luz dos interesses globais ingleses e de um possível enfrentamento com Portugal, o esforço brasileiro para reconhecimento de sua independência pela então grande potência mundial passava pela política de ampliação comercial. Do ponto de vista externo isso significava dizer que não era de interesse inglês o domínio do Rio da Prata pelo Brasil. É nesse contexto que em 1825, com o desembarque argentino em Montevidéu, tem início o conflito violento que anos depois esgotaria ambos os lados. Como resultado, a mediação britânica, fortemente interessada nas questões do Prata, forja a criação de um novo estado: o Uruguai seria chamado pelo embaixador inglês como “um algodão entre dois cristais” (DORATIOTI, 2014).

Com a derrota, o Brasil perderia parte substancial de seu território na zona de maior importância para o país e ainda veria a influência inglesa se expandir na região. Os efeitos em termos da política brasileira não tardariam a aparecer. D. Pedro I, figura já debilitada na política interna brasileira, é então fragilizado por conta de uma guerra que havia sido aconselhado pelo seu gabinete a não lutar. Com sua abdicação, em 1831, instaura-se um período de grande turbulência em que as elites regionais seriam as maiores beneficiadas e passariam a cada vez a autonomia em relação ao poder central.

Como traço geral da colonização brasileira, a coroa enfrentava a todo tempo os protestos das oligarquias regionais em relação a constante demanda por maiores poderes, a exemplo da revolta pernambucana de 1824. Porém, é com a conjuntura iniciada com o fim da Guerra da Cisplatina é que esse processo se intensifica. Como aponta Liliam Schwarcz e Heloisa Starling (SCHWARCZ; STARLING, 2015), as pressões e as cisões do período regencial fizeram com que o segundo império (1840-1889) se ligasse estreitamente com a proteção do sistema produtivo escravocrata, além da constante preocupação com a manutenção advinda da geopolítica portuguesa na tradição da rivalidade com os hispânicos; ambos os fatores se ligando diretamente com a ameaça de fragmentação.

Nesse contexto, o aparato de segurança do governo central - o exército nacional - não era bem visto pelas elites locais, cujas regiões eram controladas por “milícias dos fazendeiros”, por serem percebidas enquanto uma ameaça contra o poder constituído nesses espaços; E do ponto de vista da elite imperial, as facções republicanas surgidas no bojo do processo de independência não eram vistas com bons olhos (SKIDMORE, 1998).

Talvez a mais importante concessão às províncias, então nesse período, tenha sido a constituição das chamadas Guardas Nacionais (1831), cujo alistamento era obrigatório àqueles que não possuísem renda comprovada de forma censitária para o voto. As oligarquias regionais ganhavam agora, formalmente, o título de coronéis e um grande poder político sobre suas regiões. À guisa de comparação, o efetivo do exército brasileiro após a guerra que se findou em 1828 era de aproximadamente 30 mil homens; no ano de fundação das Guardas, e pela sua política de alistamento local, o exército ficaria com

menos da metade do efetivo, pouco mais de 14 mil homens, não recuperando tal monta até as vésperas da Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX (COELHO, 2000). Mesmo assim, no momento de ápice do efetivo de mais de 100 mil homens para a Guerra, aproximadamente metade eram efetivos ligados às Guardas Nacionais.

Além de revoltas que ganhavam traços de defesa contra a “província estrangeira” do Rio de Janeiro (MAESTRI, 2001), como foi o caso da Sabinada na Bahia em 1838, em que a elite provincial se colocou contra o mando Imperial de servir na Guerra dos Farrapos, no sul do país, os levantes populares se colocavam como uma importante variável a ser equacionada na segurança do país. Com a exceção do norte do país (Grão-Pará e Maranhão, respectivamente, a revolta denominada Cabanagem e a Balaiada), onde houve o genocídio para o retorno ao controle na região, os demais revoltosos, mesmo as do extremo sul com a instituição da independência do Rio Grande do Sul, foram resolvidas na forma de acordos e concessões por parte do imperador. Tais pressões foram tratadas sob o fantasma da Revolução Haitiana do século XVIII, o chamado “perigo negro”³⁰ (VIEIRA, 2017).

O segundo reinado (1840-1889) se constituiu, então, num esforço em manter o país integrado e, para tanto, as necessidades da máquina produtiva seriam tratadas como assunto de primeira importância. Nesse sentido, a política externa buscava equacionar as questões regionais e os interesses econômicos e sociais das elites (CERVO; BUENO, 2008:158); internamente, diversas reformas seriam empreendidas para dar cabo das pressões externas sobre o aparelho produtivo escravocrata. Em um contexto que José Murilo de Carvalho chamou de período de “Consolidação do Império” (1840-1853) é que se inserem a extinção do tráfico negreiro e a Leis de terras, ambas no mesmo ano, 1850 (CARVALHO, 2006a). Como pontua José de Souza Martin (MARTIN, 2010), a manobra que uniu elites regionais e imperiais se deu numa espécie de acordo de interdição do acesso à terra; portanto, como forma de continuidade do mando político, já que mesmo um imigrante livre não poderia comprar terras, nem mesmos as do Estado. Dessa forma, a manutenção territorial e a manutenção do aparelho produtivo estariam garantidas.

Do ponto de vista da política externa na região, a distensão na região da Bacia do Prata ocorrida após a independência uruguaia veria seu fim no início da segunda metade do século. A velha geopolítica portuguesa em relação ao cerco hispânico ganhava novo relevo sob a antiga percepção de ameaça sobre a pretensão, agora argentina, de reconstrução do velho Vice-Reinado do Prata (DORATIOTO, 2014; MELLO, 1997). Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, a relação do Brasil com os países da região platina passou de um período de “neutralidade”, na regência, a um período de

³⁰ “O tema do “haitianismo” não era só panacéia — metáfora de controle —, pânico manipulado sobre uma revolta escrava em gestação. Ao contrário de algo relativo somente à escravidão e aos significados de liberdade envolventes, evocava justamente o papel que a questão racial poderia ter em termos políticos numa nação emergente. No Brasil, talvez mais do que em qualquer outra sociedade escravista, o medo do Haiti não evocava somente levantes escravos generalizados, mas fundamentalmente anarquia, desordem, caos e ruptura da ordem social pós-colonial”. (GOMES; FERREIRA, 2008)

“intervenção”. Este segundo que compreende, sobretudo, a relação com o governo argentino de Juan Manuel Rosas – derrotado pelos seus conterrâneos na Batalha de Monte Caseros, em fevereiro de 1852.

Após pouco mais de uma década, Brasil e Uruguai voltariam a divergir acerca de questões comerciais e de fronteiras. O governo uruguaio além de não renovar um tratado que de navegação com o Brasil, investiu contra a expansão dos estancieiros gaúchos sobre a fronteira dos dois países, que levavam consigo o desejo da expansão de seus privilégios. A resposta imperial à elevação de tributos e proibição de trabalho escravo em terras cultivadas por brasileiros veio em forma de um ultimato de guerra. Na conjuntura conflituosa da política interna uruguaia, emissários do partido Blanco (oposta aos Colorados) buscam o governo paraguaio para criar uma aliança contra o Brasil. Tendo suas considerações sobre as questões políticas do Prata não levadas em consideração, Solano Lopez, presidente paraguaio, invade o Brasil, após este invadir o Uruguai (CERVO & BUENO, 2008: 132; DORATIOTO; 2008).

A Guerra do Paraguai que se iniciaria em 1864 e se estende até 1870, compreende o ponto máximo do adensamento das rivalidades platinas que nos quarenta anos anteriores já havia gerado quatro guerras e diversas contendas comerciais e fronteiriças. Tal guerra é sem dúvida um ponto decisivo para a vida não só do Brasil, mas também da Argentina, e, conseqüentemente, para o desenho da balança de poder da região no século seguinte. Após a maior guerra já travada no espaço sul-americano, a República Argentina, constituída em 1861, se consolidaria em sua integração tendo Buenos Aires como centro político; enquanto que o Brasil seria novamente chacoalhado em sua política interna, sobretudo pelo papel político assumido pelo exército que leva o país para um republicanismo bastante *sui generes*: em uma aliança entre elites regionais e exército que passaria paulatinamente à rivalidade.

A corporação em armas do Império, diferentemente da Guerra da Cisplatina, com o resultados obtidos na Guerra do Paraguai se viu colocada em posições bastante opostas. A primeira era a de que como organização que derramou sangue pela nação, buscava maior participação na vida política brasileira; e a segunda foi a resposta imperial ao fim do período de Guerra, o desmantelamento da corporação: as forças armadas que enfrentaram a guerra somavam mais de 100 mil homens e chegaram no final da década de 80 do século XIX com menos do que o efetivo pós-Guerra da Cisplatina (CARVALHO, 2006:30)³¹. Como havia sido antes, as guardas provinciais foram as que tiveram maior vantagem com o desmonte, como nota Quartim Moraes,

³¹ Como havia sido antes, as guardas provinciais foram as que tiveram maior vantagem com o desmonte. “Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, os efetivos do Exército, que eram de 30.000 homens em 1830, foram reduzidos a 14.342. As dotações orçamentárias também foram drasticamente reduzidas pela Regência: as despesas do Ministério da Guerra, que, em 1829 (quando já havia terminado a Guerra da Cisplatina) representaram 37% das despesas totais do governo, foram reduzidas a 20%. Não era, evidentemente, por espírito antimilitarista e ainda menos por convicções pacifistas que a oligarquia agrária trabalhava sistematicamente no sentido de enfraquecer o Exército. O que neste a inquietava era seu caráter de braço armado do Poder

“Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, os efetivos do Exército, que eram de 30.000 homens em 1830, foram reduzidos a 14.342. As dotações orçamentárias também foram drasticamente reduzidas pela Regência: as despesas do Ministério da Guerra, que, em 1829 (quando já havia terminado a Guerra da Cisplatina) representaram 37% das despesas totais do governo, foram reduzidas a 20%. Não era, evidentemente, por espírito antimilitarista e ainda menos por convicções pacifistas que a oligarquia agrária trabalhava sistematicamente no sentido de enfraquecer o Exército. O que neste a inquietava era seu caráter de braço armado do Poder Central. As bases do poder político de uma classe dominante rural são locais. Só uma força armada política e organicamente descentralizada constituiria um instrumento de hegemonia subordinado ao poder local dos grandes plantadores escravocratas.” (MORAES, 1991:28).

Desde a fundação do Império o exército havia sido visto com desconfiança pelas elites regionais e imperial, respectivamente, pelo medo da centralização de poder e pelas ideias republicanas que não raramente surgiam em grupos de militares³² - além, claro, de no período da Regência os diversos episódios de formação de grupos de populares e militares em torno de melhores condições de vida (MACCAN, 2009). Essa falta de uma “nobreza de espadas”, à exemplo dos processos europeus, como chama atenção Quartim de Moraes (MORAES, 1991), haja vista a identidade econômica que havia conformado o espaço brasileiro, colocava o exército em posição marginal na política brasileira³³. A constante

Central. As bases do poder político de uma classe dominante rural são locais. Só uma força armada política e organicamente descentralizada constituiria um instrumento de hegemonia subordinado ao poder local dos grandes plantadores escravocratas.” (MORAES, 1991:28)

³² Como chama atenção Thomas Skidmore, “A ideia [republicanismo] não era nova na história brasileira, tendo inspirado revoltas regionais nas décadas de 1830 e 1840. Mas ela havia esmaecido com a consolidação do Império. Agora o republicanismo revivia quando os brasileiros mais jovens questionavam se a monarquia, com o ethos socioeconômico que acompanhava, era o melhor sistema para o seu país. A rápida industrialização da república norte-americana reforçava essa dúvida em um Brasil que permanecia preponderantemente agrário.” (SKIDMORE, 1998: 99)

³³ Como demonstra o historiador Roger da Silva, em sua análise da discussão das elites nos principais jornais do Império, como o “Jornal do Commercio” e “O Paiz”, em um momento pré-abolição os argumentos em relação a utilização do exército para a captura de escravos fugitivos. Os principais argumentos utilizados, sobretudo pela elite paulista, se baseavam em uma retroalimentação entre forças de “agitação abolicionista” e “ações insurrecionais” dos escravos. O perigo do levante escravo, como um fantasma que assombrava o país durante os séculos, parecia, então, algo na eminência de ocorrer. Dessa forma, a ideia de uma emancipação escrava deveria ser realizada de forma “lenta e gradual” para não oferecer riscos à ordem; e sobretudo, não deveria contar com a atuação de escravos e abolicionistas SILVA, 2013:66-72. Em resposta às demandas paulistas, Joaquim Nabuco argumenta veementemente contra a atuação do exército nesse tipo de ação, além da própria instituição da escravidão: “prestar-se a atirar sobre escravos que fogem de castigos bárbaros é a última das covardias que pode praticar o homem que veste a farda, mas há uma infâmia maior – é defender essa covardia, essa degradação (...) o soldado que sucumbe na captura de escravos não morre pela pátria (...) [pois] o coração todo do país seria pelos escravos e conta a lei, [quando esta autoriza] “a força pública a atirar contra escravos que

politização do braço armado do Estado brasileiro e o apoio dos Barões levariam a insurreição militar em relação ao Império.

Do ponto de vista dos que concentravam maior poder e riqueza na política nacional, as elites dos Barões, o rompimento com o Império havia começado sua gestação nas questões relativas à escravidão - instituição que cortava o Brasil na vertical, desde a agricultura para a exportação quanto à agricultura para a subsistência interna. A busca de equiparação em *status* de liberdade que o fim da escravidão representava era vista pelos grandes produtores como conflagração da grande ameaça escrava e a possibilidade de uma “mudança fora da ordem”³⁴. Um atentado, como apontava Pedro Calmon, aos direitos últimos de capacidade de diferenciar-se dos demais. Assim, na esteira da conjuntura iniciada com a Guerra do Paraguai e um ano após abolição da escravidão, os Barões apoiariam os republicanos do exército no golpe que, em 1889, destronava o Imperador brasileiro.

A passagem para a República - que ficou conhecida como Velha - tem início com um golpe militar assim como o seu fim. Tal movimento representa o constante ganho de poder que a corporação em armas angariou dentro da política brasileira e que viria a delinear os contornos e a essência do Brasil moderno no século XX. Ainda que esse movimento não ocorresse de forma coesa, como discutiremos, a questão da industrialização, ou da modernização do país, se colocava como seu *ethos* principal. Como chama atenção Thomas Skidmore,

“A ideia [republicanismo] não era nova na história brasileira, tendo inspirado revoltas regionais nas décadas de 1830 e 1840. Mas ela havia esmaecido com a consolidação do Império. Agora o republicanismo revivia quando os brasileiros mais jovens questionavam se a monarquia, com o *ethos* socioeconômico que acompanhava, era o melhor sistema para o seu país. A rápida industrialização da república norte-americana reforçava essa dúvida em um Brasil que permanecia preponderantemente agrário.” (SKIDMORE, 1998: 99).

A despeito da fundação da República brasileira, a constituição que se desenhou em 1891 era, nas palavras de Skidmore (1998:109), “radicalmente descentralizada”. Cada província, agora denominados estados, elegeria sua legislatura e governadores, além de

seguem o seu caminho”. NABUCO, Joaquim. “O exército e os escravos”. O Paiz, Rio de Janeiro, 21/10/1887, p.1, apud, SILVA, 2013:75

³⁴ Ponto sumarizado da seguinte forma pelo historiador Roger da Silva, “Sendo assim, considerando o abolicionismo uma ameaça, provavelmente pelo fato do mesmo se pautar em uma “razão social”, o Jornal do Commercio, através das retóricas da prudência, da ameaça e da dádiva, e pautado em uma “razão econômica”, buscou sempre “neutralizar a grita dos impacientes”, de modo a manter sob controle o emancipacionismo gradualista. Desse modo, se, por um lado, as retóricas veiculadas no Jornal do Commercio variavam conforme a conjuntura, por outro lado, a razão de sua mobilização permanecia sempre a mesma: a conservação, mesmo que, para tanto, fosse necessário alguma mudança. Dito de outro modo, as retóricas da prudência, da ameaça e da dádiva foram mobilizadas, todas elas, em nome da ordem.” SILVA, 2017: 260.

poderes extensivos de contração de empréstimos estrangeiros, arrecadar impostos na relação com outros estados da federação e manter sua própria milícia. Do ponto de vista das forças armadas, os militares conseguiram incorporar um traço que seria aprofundado com o tempo e levados às últimas consequências no século seguinte, os de serem uma força “nacional e permanente”. Como nota Quartim de Moraes, a destinação da defesa externa e a manutenção da lei internamente “exorcizavam”, em suas palavras, não só o espectro de dissolução do exército, mas também incorporava no braço armado a missão de zelar pela não ruptura da unidade nacional e iniciava um forte apelo nos militares, que se estende durante as décadas recentes, de que as forças armadas são a única instituição verdadeiramente brasileira, cuja vontade e perenidade se liga diretamente aos interesses brasileiros (MORAES, 1991:58-60). Estavam, assim, colocados os termos do principal embate que levaria a ruptura da aliança que levou o Brasil à república em 1889.

Apesar de contar em pequena monta com produtos manufaturados do século XIX, A industrialização aparecia para a elite como “contrária aos interesses a longo prazo do Brasil” (SKIDMORE, 1998: 118). Nesse sentido, o Barão de Mauá era um sujeito “deslocado do seu tempo”, sofrendo as consequências de buscar a modernização sem o apoio do Estado nacional e em um período em que a ideia de “vocaçao natural” a partir das riquezas naturais se impunha por meio das principais elites econômicas. Nesse sentido, os militares, politizados na relação com a guerra, surgem com as demandas de redesenho do Brasil em torno de uma identidade bastante distante da pretendida pela elite agrária que se desenhara por séculos no Brasil. A conjuntura internacional aberta pela ruptura interna ao capitalismo mundial, em 1929, deu capacidade para a insurgência de uma elite que aos poucos veio se fortalecendo nas entranhas da primeira república brasileira de acessar o Estado. O desejo modernizante que já figurava no Brasil do final do século XIX, em figuras como o Barão do Rio Branco, e que permeavam o imaginário de parte da elite brasileira poderia agora ser exercido de um lugar bastante privilegiado nas relações internas de poder no Brasil. A chamada Revolução de 1930 pode ser entendida como uma real ruptura com os séculos anteriores, ainda que o processo ali colocado em marcha se originasse a partir de dissidências oligárquicas, sobretudo pela sublevação no Rio Grande do Sul, o levante avançou sobre as delimitações do sistema existente, superando a si mesmo. Constituindo-se, a partir das oposições das elites dos Barões, na formação do Estado moderno no Brasil.

2.3. Identidade e Segurança no Brasil moderno: gênese da construção da capacidade dissuasória

Das mudanças colocadas em marcha após a tomada do Estado brasileiro em 1930, as questões relacionadas à Segurança e Defesa são as mais patentes. Ainda que haja um consenso em torno de tal mudança, o prisma de interpretações quanto origens e resultados variam sobremaneira. Tal fato decorre, sobretudo, por conta da ampliação do debate sobre

a questão de segurança no campo das Relações Internacionais ainda nas duas últimas décadas do século XX (BUZAN; HANSEN, 2012).

A análise realizada por Laura Lima (LIMA, 2012:11), em *Worlding Brazil*, busca explicar como o uso do léxico segurança utilizado após a instalação do movimento político de 1930 impõe uma determinada identidade à sociedade brasileira, além da própria ideia de desenvolvimento. Segundo a autora, o período iniciado em 1930 instalou uma forma específica de organização entre identidade e segurança que passa por três pontos essenciais, a saber: (i) a ideia de que o Brasil possui características inatas das pessoas e do Estado; (ii) ambos têm potencial não realizados e que precisam ser atingidos e; (iii) a proposição de um método para que esse potencial seja realizado (Idem:52).

Nesse sentido, o conceito de *worlding* compreende a forma como é representado o país a partir da visão de segurança implantada no Brasil. Tal representação, em sua explicação, assume caráter de núcleo central de onde emanam as reflexões sobre o país. Partindo das reflexões de Jesse Souza acerca da dicotomia Brasil-Estados Unidos, criada pelos intelectuais brasileiros que construíram, de maneira hegemônica, o pensamento que atravessa a modernidade brasileira - em que a essência do segundo seria constituída por uma racionalidade não encontrada no primeiro. Tal forma de se pensar o Brasil atravessaria todo o período até a contemporaneidade, ainda que diferentes grupos acessassem o aparelho central do Estado, os três componentes apresentados acima se constituiriam na fórmula de se pensar o Brasil, tanto pela intelectualidade quanto pelos grupos políticos³⁵.

À vista disso, tanto o desenvolvimentismo quanto o neoliberalismo possuiriam uma mesma forma de construção da relação identidade-segurança e de inserção do país, ainda que a ideia quanto à relação potencialidade-realização variasse entre os grupos, a operação se daria por um mesmo mecanismo: o da negação de conflitos internos à sociedade a partir da pretensão dos grupos de se colocarem sempre em torno da totalidade do conceito de Brasil. Dessa forma, a ideia de superioridade moral e guia da realização das potencialidades permearia toda a modernidade brasileiro de 1930 a 2010, estabelecendo

“(...) what and who is rational constitutes a central claim of theorizing in Brazil. This claim specifies those who are able to lead the modernization project and differentiates them from the rest of the population. Such moves entail the essentialization of society between those who can command and those who simply cannot. In addition, such

³⁵ Apesar de se utilizar o argumento de Jesse Souza quanto à negação das contradições internas, criticando, então, a ideia de “potencialidades a ser realizadas”, o próprio autor (SOUZA, 2015) apresenta a necessidade da fundação de um mito nacional que seja inclusivo verdadeiramente. Dessa forma, partindo da escravidão como central à formação nacional e a não-continuidade com Portugal, o avanço nacional só seria possível pela superação da constante indigência da população pela submissão de uma elite que se perpetua num privilégio que remonta tempos coloniais. Portanto, apesar apontar para um rompimento de conteúdo, a forma criticada pela autora com base na “Teoria emocional da ação” é mantida pelo autor, como parte da construção do porvir. Uma ideia ainda não realizada e os esforços necessários para tal.

dichotomy hinders considerations regarding class, race and gender, rendering invisible the political claims of multiple sectors of society.”
(Ibidem:61)

Ainda que a crítica em relação ao autoritarismo que perpassa a as questões de identidade-segurança na sua construção moderna seja acertada, do nosso ponto de vista a homogeneização de todos os períodos por tal unidade mais esconde do que revela quando colocada à luz da economia política e da inserção brasileira no sistema. Como discutimos no primeiro capítulo, a busca da realização de determinada identidade no sistema interestatal capitalista é não apenas um lugar comum para as grandes potências, como também o *modus operandi* desse sistema. A forma dialética que por meio da “vontade de potência” se cria uma identidade totalizante, e que nega indisposições internas, realiza sua verdade ao se expandir pelos demais espaços do mundo, criando um movimento retroalimentado de territórios negativos em relação à autoafirmação da identidade nacional que se expande. Dessa maneira, parece-nos que o próprio surgimento de dissidências que coloquem em xeque a própria sustentação de uma identidade está na sua incapacidade de se realizar no plano objetivo, conforme aponta Fiori:

“Costuma-se falar de uma “vocação natural” dos países e dos povos, que estaria determinada pela sua geografia, pela sua história e pelos seus interesses econômicos. Mas ao mesmo tempo, sempre existiram países ou povos, que se atribuem um “destino manifesto” com o direito de ultrapassar os seus limites geográficos e históricos, e projetar o seu poder para além das suas fronteiras, com o objetivo de converter, civilizar ou governar os demais povos do mundo. Entretanto, quando se estuda a história mundial, o que se descobre é que nunca existiram povos com vocações inapeláveis, nem países com destinos revelados. Descobre-se também, que todos os países que projetaram seu poder para fora de si mesmos, e conseguiram se transformar em “grandes potências”, foram em algum momento países periféricos e insignificantes, dentro do sistema mundial. E se constata, além disto, que em todos estes casos de sucesso, existiu um momento em que havia uma distância muito grande entre a capacidade imediata que o país dispunha, e a sua vontade ou decisão política de mudar o seu lugar dentro da hierarquia internacional. Uma distância objetiva, que foi superada sem voluntarismos extemporâneos, por uma estratégia de poder competente que soube avaliar em cada momento, o potencial expansivo do país, do ponto de vista político, econômico e militar. Donde se deva deduzir que existe uma “vontade de potência” mais universal do que se imagina, e que de fato o que ocorre é que a própria natureza competitiva e hierárquica do sistema impede que todos tenham o mesmo sucesso, criando a impressão equivocada de que só alguns possuem o destino superior de supervisionar o resto do mundo.”
(FIORI, 2010)

Assim como Lima (2012), Kristina Mani (2010) aponta a industrialização como uma pauta que ganhava cada vez mais corpo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com

as demandas de modernização do exército e também como uma reclamação em torno da dependência brasileira com relação ao mercado externo. Segundo Mani (2010), a ascensão de militares no Brasil na política nacional, ainda que não se apresentasse como novidade em termos continentais, mantinha uma conduta distinta em relação aos que viriam ocupar o comando central em Cuba, por exemplo. Nesse caso, os militares cubanos se caracterizariam como *state builders*, pois seriam “*militaries whose strategic priority at the critical juncture was social development tended to become national builders*”, pois criariam “*economic enterprises intended to advance economic redistribution and social cohesion*”. Em contrapartida, os militares brasileiros, “*whose strategic priority at the juncture was the acquisition of armaments tended to become industrializers, embarking on a path to promote industrialization that could provide a domestic base for arms production*” (MANI, 2010:34). Ainda sobre este caso, Mani aponta que o surgimento de tais grupos estaria ligado por forte orientação geopolítica ligada as rivalidades fronteiriças.

A despeito dos pontos centrais da argumentação da autora, sobretudo por meio do grupo de militares ligados a revista *A Defesa Nacional*, que discutiremos adiante, entendemos que tais questões vão além de somente a busca pela reorganização material do Brasil de maneira a constituir a forma da perpetuação do grupo militar no poder, como poderia ser derivado de tais explicações. Além de que, para nós, as questões ligadas à construção de uma visão geopolítica passam necessariamente pela constituição de uma identidade nacional exteriorizada em seu espaço, e não como um argumento realista genérico ligado as questões de fronteira.

Do nosso ponto vista, a gênese em torno da construção da capacidade dissuasória no Brasil possui características de busca pela construção nacional que se colocam em relação de oposição ao passado colonial, ainda que reforce as questões geopolíticas inscritas nesse passado. Seguramente não se trata de um processo coeso, sobretudo porque, a nosso ver, as reconfigurações que ocorrem em meados do século XX reorganizam as forças sociais e as pressões de grupos outros compreendidos no tecido social brasileiro.

Dessa forma, como chama atenção Ayoob (1995), a política de segurança dos espaços “tardios”, “periféricos”, ou do antigo “Terceiro Mundo” guarda pesada relação com o desejo de construção nacional e que pelas barreiras internas mantém ligação direta com a industrialização e modernização do aparato militar. Assim, não encontrando relação direta com a experiência europeia tende a se construir de maneira bastante distinta, ainda segundo Ayoob

“By turning a political (and quite often a social and economic) problem into a military one, and by presenting the military threat as coming from external sources, regimes in the Third World quite often try to choose an arena of confrontation with domestic dissidents that is favorable to themselves, namely, the military arena. While this strategy might work well in the initial stages of such confrontations, it usually leads to much bigger conflagrations within a decade or two of the initial, usually unorganized, outbursts of political dissent.”(AYOOB, 1983:44)

Portanto, as políticas de segurança nos Estados não-centrais estariam ligadas, em grande parte, ao desejo de construção nacional, o que faz importante a interpretação não-isolada entre questões externas e internas na estruturação do processo. Ou melhor dizendo, como definiu Ken Conca, a capacidade de constituição de um aparato dissuasório residiria na intersecção entre condicionantes domésticos e a pressão estrutural no sistema internacional exercida a cada tempo pelas potências, pois por seu caráter transnacional e ligado às potências: *“their growth [o aparato dissuasório] is at least partly an extension of evolutionary trends in the global arms economy”* (CONCA, 1997:9).

Assim, uma baliza importante para caracterizar e apontar os limites desse processo complexo pode ser encontrada, a cada tempo, na constituição da identidade nacional informadas pela percepção de ameaças, que do ponto de vista da construção do Brasil moderno se expressa pelas chamadas “doutrinas de guerra” que permearam todo o período. Essas constituem uma espécie de *proxy* em relação as alianças internas e externas a cada tempo, e, conseqüentemente, os seus resultados obtidos dentro do sistema interestatal capitalista. Assim, nesta segunda seção discutiremos o surgimento dessa nova identidade nacional que se constitui como a gênese que impulsiona a capacidade dissuasória do Brasil e as mudanças subsequentes em sua identidade para a prevalência geopolítica do país na região, bem como as suas conseqüências.

2.3.1 Antagonismos e Vulnerabilidades à expansão da essência brasileira moderna

Conforme apontado no final da primeira seção, a conjuntura aberta no final da década de 1920 desferiu o último golpe na já decadente organização do Estado brasileiro pelo pacto oligárquico. E, mais do que isso, deu capacidade para a ascensão de um grupo de militares e civis, sobretudo uma elite sulista de tradição positivista e com de forte tradição militar³⁶. Esse grupo conformou o núcleo duro do golpe que impôs o fim à República Velha (1889-1930) e se configurou como gênese do processo de modernização do Brasil.

Certamente a correlação de poder dentro do grupo que inaugurou um novo período da história brasileira não era simétrica. A parcela que viria a ser chamado de populista - origem da ideologia trabalhista - viu sua viabilidade política diminuir ao longo do tempo, sobretudo pelas alianças externas que os militares foram criando, principalmente após a Segunda Guerra, no intuito de colocar em marcha forçada o seu programa de industrialização.

³⁶ Como era o caso família Vargas, cujo pai de Getúlio, Manuel Vargas, havia lutado na Guerra do Paraguai, além do próprio Getúlio que no início do século XX esteve estacionado com tropas brasileiras na fronteira com a Bolívia (NETO, 2012).

Herdeiros dos grupos modernizantes formados dentro da República Velha, o grupo de militares que se colocavam em oposição à tradição liberal oligárquica brasileira se via em um “antagonismo irreductível”, uma “luta surda e ininterrupta” como chama atenção Azevedo Amaral³⁷, pois “procuravam por todos os meios ao seu alcance preparar o melhor possível o aparelhamento da defesa nacional e os políticos civis infiltrados de democratismo, de liberalismo, de pacifismo”, continuava ele, estavam imbuídos “de todos os ismos criados pelas ideologias internacionalizantes e dissolventes do século XIX” (AMARAL, 1940:18).

Tal traço aludido por Amaral, de único ente verdadeiramente nacional que, como consequência, colocava sobre os ombros o fardo da construção da nação, está, segundo Edmundo Campos Coelho, no centro do processo de desconexão societal entre exército e a sociedade. Aspecto que o autor chamou de rompimento com “vínculos primários”, compreendido “sob a forma de uma aguda consciência de sua condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta na sociedade brasileira” (COELHO, 2000:79). Ainda segundo Campos Coelho, três pontos são centrais para a constante desconexão da corporação em armas, sendo: (i) interesses e necessidades da própria organização em se modernizar; autonomia em relação ao sistema societal e; o fechamento ao influxo dos civis (Ibidem:43).

Entretanto, ainda que a corporação tivesse, por conta das questões históricas apontadas, criado tal mecanismo interno de proteção que se ligava intrinsecamente à proteção do Estado, três elementos são centrais para a explicação da gênese da agenda nacional de segurança pautada em ameaças externas, ou na dissuasão, sendo estas: (i) *a tradição geopolítica brasileira, de herança portuguesa, estruturada sobre a rivalidade platina com a Argentina, além da preocupação com a projeção das potências mundiais;* (ii) *a doutrina de guerra, baseada na visão de construção nacional alemã que se constituiu no cerne do programa que seguiu até 1945, e que a partir do final da década de 1950 esteve em rota de colisão com novas formas de organização da doutrina de segurança e, por fim;* (iii) *o Estado populista, cuja valorização dos trabalhadores se conectava com a forma de organização estatal pela doutrina de guerra no sentido de gerar coesão societal e apoio ao projeto modernizante.* Certamente o aspecto de desconexão com a sociedade apontado por Campo Coelho é uma variável importante para a explicação dos embates políticos em relação à estratégia nacional e os rumos tomados após a Segunda Guerra Mundial, como veremos na última parte seção do capítulo.

O primeiro elemento destacado, o desenvolvimento da geopolítica brasileira, é, sem dúvidas, o denominador comum de todo o processo de desenvolvimento que segue desde 1930 até a última década do século XX. Enquanto guia último, a ligação entre

³⁷ Pensador político de tradição conservadora, afirmava que “o sufrágio universal e o voto direto eram incompatíveis com o povo brasileiro e que o transplante das instituições liberais para o Brasil resultou em mero simulacro de liberalismo e promiscuidade eleitoral” (CHAVES, 2010). Porém de posição industrialista, colocava-se contra o liberalismo oligárquico no Brasil, ao qual via como ideologia anglo-saxão incompatível com as necessidades brasileiras de construção nacional. Foi reitor da Universidade do Brasil entre 1945 e 1948.

Estado e território, ou em ou clave, o território enquanto realização política multidimensional dominou todo o período desenvolvimentista. Assim como a doutrina de reorganização do exército trazida para o Brasil no início do século XX – discutida mais adiante - a geopolítica brasileira assentou-se primeiramente em bases germânicas.

Formalmente organizada enquanto disciplina acadêmica em 1916, por Rudolf Kjellén - autor suéco tributário do pensamento geopolítico alemão -, a perspectiva alemã de Friedrich Ratzel surgida ainda no final do século XIX é trazida para o Brasil pelo geopolítico Everardo Beckheuser em 1925, que participou ativamente do círculo de produção alemã, chegando a publicar na revista editada por outro importante nome da geopolítica germânica, Karl Haushofer³⁸. Seguindo a tradição de pensamento alemão em torno da problemática formação, ou da integração do Estado germânico, a perspectiva ratzeliana aborda a problemática a partir de uma perspectiva holística, referenciando o Estado Nacional em termos biológicos. Mais especificamente o Estado nacional enquanto ente que se realiza pela ligação entre a cultura de um povo que assume dimensões territoriais, o “espaço vital” de sua própria existência. Condição *sine qua non* para a sobrevivência do organismo nacional, haja vista a sua relação de oposição com espaços de mesma vontade.

Dessa forma, o território é resultado não apenas de uma anexação por interesses desligados da construção cultural. Se assim fosse, poderia ser facilmente deslocado pela competição com outros Estados e por interesses particularistas. Utilizando-se do exemplo romano e as constantes ameaças à sua desintegração no primeiro século antes de Cristo, Ratzel aponta que o problema foi apenas resolvido quando Roma criou um aparato dissuasivo bastante forte para que mantivesse o espaço italiano unido e levasse a Itália a um lugar de superioridade em relação aos seus oponentes. De forma geral, em suas palavras, a força de um Estado pode ser percebido a partir da relação com seu território:

“Esse processo de fusão de distritos regionais se beneficia da relação mais próxima do povo com a sua terra. O crescimento do Estado na superfície da Terra pode se comparar ao crescimento em profundidade, que leva a um apego ao solo. É mais que uma metáfora dizer que um povo cria raízes. **A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta contra a sua terra, dela se apropriando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torna impossível pensa-las separadamente.** Quem pode pensar os franceses sem a França, ou os alemães sem a Alemanha? Mas esta vinculação nem sempre foi tão sólida, e ainda hoje existem muitos países onde o povo não está tão intimamente ligado à sua terra. Como em referência às dimensões do Estado, há aqui também uma série histórica de estágios na relação entre o Estado e seu território.”(RATZEL,1990:183, *grifo nosso*)

³⁸ Ver: LOSANO, 2016.

Portanto, sob a entidade estatal sobreviveria toda a vida cultural de um povo, a representação do Espírito em termos hegelianos, que se constituiria pela vontade daqueles que, segundo Ratzel, possuísssem uma “ampla concepção do espaço”.

Além de Everardo Beckheuser, ainda no início do século XX, a produção de outro civil também trazia o pensamento europeu para pensar a geopolítica brasileira. Delgado de Carvalho, partindo da perspectiva francesa de Paul Vidal de la Blanche, produziu importantes textos como “O Brasil Meridional” e “Geografia do Brasil” também na segunda década do século XX (MELLO, 1999) . Contudo, nenhum outro geopolítico brasileiro exerceu a mesma influência no pensamento estratégico brasileiro como o General Mario Travassos.

Além de principal postulante da posição e projeção geopolítica do Brasil, Travassos esteve intrinsecamente ligado ao movimento militar de modernização do país. Sua principal obra, “Projeção Continental do Brasil”, com publicação após a Revolução de 1930, viria a concatenar não apenas a percepção germânica em relação à formação nacional, mas também a percepção do importante geopolítico inglês, Halford Mackinder, em sua tese sobre o pivô geográfico em que se desenrolava a história europeia, aplicando-a no caso das rivalidades sul-americanas. Segundo Mackinder, em seu texto “*The Geographical Pivot of History*”, o autor enfatiza o controle sobre o chamado heartland, área central da geopolítica global compreendida pela Rússia e pela Ásia Central, para o controle do que chamou de “ilha mundo” eurásiana. Dessa maneira, a Europa do leste se constitui como um caminho em direção ao heartland e, conseqüentemente, um espaço de disputa dado que, em sua percepção, quem controlasse tal área, controlaria também o espaço central de maior importância para a geopolítica global. Desse ponto de vista é que Travassos se vale da construção de Mackinder para pensar o jogo geopolítico do espaço sul-americano, tendo o espaço boliviano importância semelhante ao do heartland eurásiano. Como chama atenção David Schwam-Baird (1997:23), “*while Travassos describes the main geographical features of South America as they affect political, economic and demographic developments on the continent*”, continua o autor, “*from the outset he considered the conscious human modifications of geographical features as a factor of the greatest significance*”.

As possibilidades de suprasunção das determinantes geográficas pela vontade é, sem dúvida, um aspecto desta “germanização” do entendimento acerca da construção nacional. Tal aspecto corrente no pensamento alemão é central na explicação de Travassos de o porquê a oposição no espaço sul-americano se dá entre Brasil e Argentina. Para elucidar tal questão, o geopolítico brasileiro apresenta a oposição entre a parcela ocidental e oriental da América do Sul, recortada pelos Andes. Se do lado ocidental as comunidades apresentam uma baixa dinâmica de construção nacional, tal fato se daria pela “mentalidade estática” atrelada às dificuldades impostas pela geografia, sobretudo pela pobreza de articulações; do lado oriental, por conta dos obstáculos não tão severos, haveria um impulso maior à construção de entes nacionais com capacidade de projeção pelo espaço sul-americano e, conseqüentemente, a homogeneização territorial sob uma bandeira.

Em sua descrição da geografia sul-americana, esta seria a primeiro antagonismo encontrado e de fácil superação pelo lado ocidental, onde se colocaria a principal oposição. Seguindo a tradição da escola luso-brasileira, Travassos aponta um segundo “antagonismo em presença” no subcontinente: o das bacias do Prata e da Amazônia. Pois, divididos entre Estados com a mesma vontade nacional, tenderiam a se projetar em direção ocidental de maneira a anular e supressumir o antagonista oriental no espaço sul-americano. Ou seja, antagonismos que “se revelam como forças homogeneizadora por excelência, se se encaram os aspectos antropogeográficos que se encerram” (TRAVASSOS, 1938:8-9).

Importante notar a ideia que Travassos coloca na relação entre “antagonismos” da vontade nacional e o “desenvolvimento”, pois quanto maior as ligações, as comunicações entre os estados e a riqueza, maior a exacerbação das rivalidades. Ou seja, a necessidade perene do avanço nacional de forma ampla pelo território de maneira a anular a projeção de outros estados. Como chama atenção Gugliamelli, a geopolítica brasileira, cujo Travassos é peça basilar, se caracteriza por “*sus diversas propuestas hegemônicas a partir de parâmetros en los que el factor espacial y el desarrollo económico pesan de manera definitiva*” (GUGLIAMELLI, 1979:20).

Diagnosticados os antagonismos à vontade nacional, as vulnerabilidades se apresentam, a cada tempo, como momentos distintos de tais rivalidades. Demandando estratégias bastante conectadas com as possibilidades de suprasunção do outro. A leitura geopolítica que se expressa historicamente viabiliza as lógicas de poder das vontades nacionais. Dessa forma, seguindo a tradição secular luso-brasileira, a construção nacional argentina se coloca como o mais premente antagonismo à construção nacional brasileira, sobretudo pela antiga sombra da reconstrução do Vice-Reinado do Prata, agora sob bandeira portenha.

Vislumbrando o avanço argentino em direção ao centro do subcontinente³⁹ pela multiplicação de seus contatos e comunicações, a possibilidade de dominar a projeção do lado oriental sobre o lado ocidental era vista por Travassos como projeto de anulação do antagonismo platino-amazonense. Sobre tais vulnerabilidades, o geopolítico brasileiro propõe um leque de ações estratégicas a serem tomadas pelo estado brasileiro para se contrapor a expansão portenha⁴⁰.

Apesar da urgência em relação ao principal rival sul-americano, a própria concepção da vocação territorial do Estado no pensamento travassiano insere o Brasil na correlação de forças com países além dos limites territoriais do subcontinente. A oposição

³⁹ Área constituída pelo “triângulo econômico Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre” que o autor, por meio da influência teórica de Mackinder, nomeou de *heartland* sulamericano. Espaço que resolveria os antagonismos nacionais prevaletentes na América do Sul. Ver TRAVASSOS, 1935:25-30.

⁴⁰ Uma série de movidas são apresentadas por Travassos no tabuleiro sul-americano como forma de “contra-golpe” e estruturação da projeção continental brasileira, ver TRAVASSOS, 1935:46-50.

entre as parcelas norte das Américas, cuja bandeira estadunidense já apresentava indícios de forte homogeneização do espaço, e a parcela sul se apresentaria como um outro nível do jogo geopolítico de antagonismo à vontade nacional brasileira.

O antagonismo *yankees* na América do Sul, conforme chama atenção Travassos, se apresenta pela possibilidade de criação de instabilidades internas aos países. De forma objetiva, o caso colombiano de perda territorial com a independência do Panamá é apontado como um caso claro da influência estadunidense, sobretudo pela construção do Canal que transformou o Caribe em um “mar mediterrâneo” estadunidense. Segundo Travassos, “encontramos toda a América Central completamente fracionada desde a fronteira com a Colômbia até a fronteira com o México. Embora houvesse continuidade territorial”, continua ele, “as influências marítimas, opondo-se de perto, exageram as características marítimas ao ponto de conduzir ao fracionamento político” (TRAVASSOS, 1935:73).

Mais do que a própria fragmentação territorial, historicamente uma ameaça aos interesses de centralização do poder no Brasil, o geopolítico aponta um raio maior dessa influência na América do Sul como um forte antagonismo ao processo nacional brasileiro, haja vista a possibilidade de projeção tanto em termos territoriais para o Brasil a partir das ligações fluviais pela Venezuela⁴¹ quanto em termos da projeção econômica, sobretudo pelas empresas estadunidenses em espaços como Equador e Bolívia, que segundo Travassos as medidas adotadas por estes para a defesa do petróleo denunciava “por onde andam já as influências *yankees* em territórios sul-americanos”.

De forma sintética, o geopolítico apresenta um prognóstico da projeção de tal antagonismo: “tudo faz crer que os maiores progressos da infiltração dos interesses norte-americanos em nosso continente se farão pelas vias andinas e ao longo do pacífico” (Ibidem:79), pois pela retroalimentação entre fisiografia, fracionamento político e formação política débil de tais sociedades andinas Travassos apontava a facilidade de homogeneização pela projeção do norte.

Conforme supracitado, o pensamento de Mário Travassos, quanto aos **antagonismos e vulnerabilidades** à vontade nacional brasileira, é tanto pedra fundamental no assentamento do pensamento geopolítico brasileiro que seguirá a diante com nomes como Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Meira Mattos (MELLO, 1999; GUGLIALMELLI, 1979; HEPPLER, 2004; SCHWAM-BAIRD, 1997) quanto forma da ação política do Estado enquanto esforço conjunto e multidimensional em segurança e defesa.

⁴¹ Pela fisiografia sul-americana, a projeção de poder estadunidense na parcela norte da América do Sul poderia apresentar uma vulnerabilidade em termos territoriais ao Brasil pela conexão existente a partir do Rio Magdalena, ligação entre a Bacia do Orinoco, Venezuela, os Andes e o próprio Brasil pela ligação direta com a Bacia do Amazonas. Conseqüentemente, uma ligação direta de penetração e influência no principal palco das rivalidades sul-americanas, a Bacia do Prata. Ver TRAVASSOS, 1935:76-77.

A obra de Travassos, juntamente com outras obras do período, como Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, como uma das mais importantes na formação da identidade cultural brasileira (SOUZA,2015), passam a sustentar a formação da identidade moderna do Brasil. Segundo Freyre, que escreve o prefácio no relançamento da obra, o trabalho do geopolítico brasileiro coincide com “outras artes e de ciências hoje em pleno desenvolvimento no Brasil: a geografia, a antropologia, a história social, a sociologia”, que se colocariam “em pleno desenvolvimento e vivo contato com aquelas necessidades de organização nacional que transbordam do quadro rigorosamente militar para se tornarem largas e profundas necessidades de ordenação de todos nossos recursos e valores” (TRAVASSOS, 1942:10).

A esse papel de construtor nacional, é que a outro importante elemento ganha relevo no constructo identidade-segurança. *A doutrina de guerra* que se estrutura no Exército ainda na primeira década do século XX é parte essencial na gênese da agenda dissuasória no Brasil por concatenar tanto a geopolítica apresentada anteriormente quanto à homogeneização da identidade nacional tendo como cerne a coesão societal pela disciplina.

Conforme apontamos anteriormente, os militares passaram a não só a pressionar por melhoras técnicas e por maior participação no orçamento nacional, mas também se desenvolveram diversas ramificações acerca do papel do exército na política brasileira⁴². Além dos traços apontados por Campos Coelho em relação à ideia do exército como único ente “verdadeiramente nacional”, a ideologia que ganhou maior relevo dentro das disputas que se colocavam ainda em tempos da República Velha teria não apenas a preocupação estrita com a modernização da corporação, mas também se relacionavam diretamente com a ideia de construção do espírito nacional (MacCANN, 2009; CARVALHO; 2006; MORAES, 1991).

O grupo formado a partir das constantes expedições à Alemanha ainda na primeira década do século XX, denominados de “Jovens Turcos” de maneira pejorativa pelos seus opositores⁴³, fundou em 1913 a revista “A Defesa Nacional” (LUNA, 2010) que ficaria conhecida pela importância das formulações que seriam incorporadas ao movimento de 1930. Diversos autores (LIMA, 2012; SCHAWAM-BAIARD, 1997; MANI, 2010) apontam as preocupações da revista apenas em torno de questões técnicas do exército.

⁴² Ver CARVALHO, 2006.

⁴³ A referência se deve aos jovens oficiais turcos treinados pelos alemães ainda no final do século XIX, e que ao retornarem ao Império Otomano constituíram não apenas um movimento de modernização do exército, mas também uma mudança do regime (ARAÚJO,2010). Nesse sentido, ainda que em menor escala no Brasil, a questão cultural perpassa a posição do exército na sociedade turca. A busca pela construção de uma nova identidade naquele espaço levou, em 1915, a um movimento de extrema violência contra a população armênia. Ver ZÜRCHER, J. ERIK. *The Young Turk Legacy and Nation Building*. London, UK: I.B. Tauris & Co Ltda, 2010; LANDAU, M. Jacob. *Atatürk and the Modernization of Turkey*. BOULDER, Colorado (US): Westview Press, 1984.

Muitas dessas interpretações se devem à leitura superficial, focada, muitas vezes, apenas nos títulos dos editoriais da revista em um largo período de tempo. Entretanto, a análise mais aprofundada dos temas e posições colocados na revista demonstra a preocupação com a modernização do país e de sua própria construção nacional integral tanto contra a velha política oligárquica quanto a grupos de militares alheios a visão germanófila desenvolvida pelos militares do grupo. Conforme aponta Fernanda Nascimento, “o discurso dos Jovens Turcos era favorável ao afastamento da política mesquinha e partidária, porque isso levaria à quebra de hierarquia e disciplina dentro da corporação”, entretanto tais militares “possuíam grande preocupação em encaminhar o Exército, como instituição, para a grande política, para o envolvimento nacional, onde atuariam como instituição formadora de opinião” (NASCIMENTO, 2011:4).

A preocupação central dos militares partícipes⁴⁴ da revista se colocava no âmbito da chamada guerra moderna. Nesse sentido, coetaneamente ao processo de fundação e ampliação do debate sobre a modernização do Exército e do Brasil, a Primeira Guerra (1914-1918) representou uma espécie de validação para as ideias então discutidas pela “vertente alemã” do exército brasileiro⁴⁵. O nível de destruição da guerra dada a escala industrial dos países europeus, a incorporação de massas populares tanto no *front* quanto na produção voltada à guerra, a organização societal pelo nacionalismo são fato para os quais o historiador inglês Hobsbawm (1995) chama atenção como a novidade da guerra total travada na segunda década do século XX. Dessa maneira, demandas do exército tanto em termos técnicos como em termos políticos se concentraram sob o guarda-chuva da chamada doutrina de “Guerra Total” de origem alemã, que elevava todos os elementos nacionais ao nível de ativos estratégicos na dissuasão da projeção de outros estados, bem como em termos da fragilização interna dos países por movimentos regionais.

A percepção em relação ao sistema internacional por parte dos militares atrelados a *Defesa Nacional* ia de encontro a outros grupos de militares, sobretudo aos que seguiam uma doutrina liberal ou pacifista. Logo em 1916, no editorial da Revista, os militares já chamavam atenção para a necessidade da construção da capacidade dissuasória para fazer valer a vontade nacional. A guerra que se desenrolava na Europa era apresentada, então, como uma lição para os povos “fracos e desorganizados” da América Latina em um sentido de urgência das superações dos entraves da nação. Conforme demonstra Vieira (2013), os editoriais na década seguinte reforçavam o caráter realista da percepção dos

⁴⁴ Dentro os nomes elencados no corpo técnico da revista estão figuras centrais em todo o período de construção do Brasil moderno, como: Mario Travassos, Humberto Castelo Branco (futuro presidente do Brasil entre 1964 e 1967), Gustavo Cordeiro de Farias (Primeiro Presidente da Escola Superior de Guerra – ESG), Góes Monteiro (comandante militar do movimento de 1930; Ministro da Guerra 1934-1935), Eurico Dutra (Presidente do Brasil entre 1946-1951), Pantaleão da Silva Pessoa (Chefe do Estado-Maior do Exército, 1935).

⁴⁵ Ainda que o prestígio alemão houvesse diminuído por conta do resultado da guerra, a ideia de modernização do Exército e da consequente modernização do país traria em 1920 a missão francesa que daria vazão às demandas políticas da corporação em armas. Ver para tal questão ARAÚJO, 2010.

militares ligados à *Defesa Nacional* e a desconfiança em relações às alianças externas, sobretudo àquelas que pudessem caracterizar a passagem da responsabilidade da segurança do país para as mãos de outros estados.

Assim como a guerra era vista como total na percepção dos Jovens Turcos, a segurança deveria corresponder à altura da nova forma de conflito. Dessa forma, a percepção que se explicitava era a de que mesmo em tempos de suposta paz, os estados construiriam sua capacidade de prevalecer no momento de enfrentamento. Em verdade, os mecanismos de expansão de argumentos da totalidade eram reconhecidos como ideologias de anulação dos demais países, de mesma forma eram percebidos os ensejos liberais econômicos (LIRA, 2013; VIEIRA, 2013). Não raramente os ataques às potências eram desferidos no sentido de questionar a percepção benéfica que alguns grupos dentro do país tinham em relação às alianças. Segundo J.B. Magalhães, escrevendo em 1929, as noções totalizantes como “humanidade” não sendo predominantes no mundo, impossibilitam a eliminação da guerra. De tal forma, a normalidade é a guerra que as grandes potências, mesmo em tempos de paz, “preparam a guerra fingindo evita-las, sob o pretexto de evita-las” (MAGALHÃES, 1929:9).

A própria atuação dos Estados Unidos em relação à Inglaterra é vista por Magalhães como uma percepção apurada do jogo internacional, em que “nenhum ente internacional existe que haja provado não ser imperialista”. Desde o início da formação nacional estadunidense, a ideia de um “destino manifesto” e logo depois da própria “Doutrina Monroe” é lembrada pelo militar como o explicitar da forma com a qual os estadunidenses se colocaram no jogo internacional, já se projetando para fora desde o início. Assim sendo, a aliança com estes seria equivocada enquanto não houvesse, por parte do Brasil, um equilíbrio em termos de forças dissuasórias. Se tal aliança ocorresse segundo o estado da arte das forças, a “subordinação” e a “perda de liberdade” seriam consequência graves, pois a lógica internacional leva a que “os fracos [fiquem] subordinados aos mais fortes”, dessa forma, “a aliança dos fracos com os fortes é sempre um perigo relativo aos primeiros” (Ibidem).

Em consonância com a análise de Travassos, os militares ligados à Revista apontavam a capacidade de incorporação dos espaços nacionais pela essência econômica do imperialismo. Areladas às rivalidades no sistema internacional, seguiam a lógica de guerra. Dessa forma, por meio da concepção do sistema internacional, da precaução com alianças com as potências, o desenvolvimento do aparato econômico seria condição necessária ligada à segurança. Por tal compreensão dos fenômenos internacionais é que as oligarquias regionais se tornavam um entrave à construção do *estado orgânico* no Brasil, pois a estrutura fragmentária se determinava pela projeção de países centrais e davam substância ao perigo de perda da soberania territorial, além da possibilidade de perda territorial conforme alertava Travassos sobre a projeção estadunidense na Colômbia.

Conforme chama atenção Ricardo Vieira (2013:47-48) sobre a produção dos militares na *Revista*, além do temor ligado a debilidade política nacional por conta do

caráter não-nacional das oligarquias, tal posição se ligava com outras classes políticas e frações do Exército ligadas a tais interesses. Fernanda Nascimento (2010:88) chama atenção para o combate dos Jovens Turcos às Guardas Nacionais que, pela falta de centralização do Estado e aversão das oligarquias, enfraqueciam a capacidade de alistamento do Exército.

Ainda que por razões históricas e geopolíticas a Argentina se colocasse como principal rival brasileiro, a ameaça portenha se configurava também pela maior lealdade patriótica dos argentinos, na interpretação dos militares brasileiros, e também de sua organização militar com a instituição do serviço obrigatório, quadros de reserva e contingente com alto grau de formação (VIEIRA, 2013:49). Dessa maior capacidade do Exército argentino de coordenação das forças nacionais, a preocupação passou a ser com a projeção argentina tanto em termos econômicos, de maneira semelhante ao imperialismo das potências, quanto pela expansão de suas capacidades de comunicação por meio de uma infraestrutura superior à brasileira.

Sobretudo após a vinculação de Mario Travassos à revista em 1926, a ameaça com o “cerco hispânico” ganha paulatinamente maior espaço. No editorial do ano seguinte, chamado “Lembrai-vos da guerra”, as páginas da *Defesa Nacional* traziam os últimos avanços portenhos em tom de clara preocupação, chamando atenção para a “aquisição de copioso material e possibilidades de fabricação de material de guerra”, além da preparação de quadros táticos de grande monta e o “aumento considerável do poder naval”, com “política econômica e ferroviária acompanhando de perto a complexa montagem” (RDN, 1927:45).

Em suma, o entendimento do Estado Nacional enquanto um organismo, derivado da escola alemã, o diagnóstico em relação ao futuro da guerra moderna e a preparação para tal por meio da doutrina de Guerra Total criou dentro os militares chamados de *Jovens Turcos* um sentido de urgência na construção nacional. Construção que possuía no horizonte pelo menos três entraves claros que se apresentavam de maneira interligada pelo: imperialismo das potências, principalmente por sua forma econômica da guerra, a estrutura política nacional baseada no poder das oligarquias fundiárias e a constância do perigo austral representado pela Argentina com desenvolvimento econômico muito maior que o brasileiro, sobretudo pelo avanço bélico.

A passagem da visão dos *Jovens Turcos* ao núcleo estratégico do Estado brasileiro com a revolução de 1930 marcou, então, a construção do Brasil moderno baseado, claramente, em uma concepção de guerra. Ponto central para a radicalização de tal processo se deu pela conjuntura deflagrada pelo levante paulista de 1932 em paralelo à Guerra do Chaco (1932-1935). Do ponto de vista regional, a preocupação brasileira se dava em relação ao ensejo argentino em absorver terras aproveitando-se da conjuntura da guerra entre Paraguai e Bolívia, atrelado à simpatia dos argentinos pela luta dos paulistas em relação ao governo central. Segundo MacCann (2009:442), o adido militar do Brasil na argentina em 1932, Capitão Kruehl, informava por onde andava a projeção argentina no Chaco, sobretudo pela posse privada das terras, tendo mais da metade dos 30 mil

paraguaios empregados em terras comandadas por argentinos. Além disso, dos 416 quilômetros de ferrovias, 316 eram argentinos.

O perigo de fragmentação interna pela revolta da oligarquia paulista e a pressão regional argentina fez com que a coesão em torno da agenda apresentada anteriormente se efetivasse no aparelho do Estado de maneira bastante célere, tendo no ano de 1937 chegado a seu ápice com a formação do Estado Novo (1937-1945)⁴⁶.

Em 1934, o Conselho de Superior de Segurança Nacional (CSSN) passa a operar dando organicidade aos problemas enfrentados pelo país nas mais diversas frentes. Nas palavras do presidente Vargas, a guerra moderna não dava chance aos países que contavam com a “improvisação” para a Defesa Nacional, portanto o Conselho estabelecia “a indispensável coordenação entre as atividades dos diferentes ministros, tendo em vista a Segurança Nacional” (CSSN, 1934). Conforme chamava atenção o Chefe do Estado-Maior do Exército ainda em 1934, Francisco Ramos de Andrade Neves⁴⁷, baseado na interpretação da impossibilidade de integração regional, da dependência econômica que havia se processado nas últimas décadas em relação ao mercado estadunidense do café e a oposição dos governos provinciais, a decisão foi a de “organizar-se militarmente” e “libertar-se da dependência norte-americana, sem prejuízo até de uma maior aproximação com a grande confederação do norte” seriam essenciais para a segurança nacional (*apud* MacCann, *Ibidem*:445).

A consecução do *Conselho* deu vazão então às demandas da doutrina de guerra constituída durante as duas décadas anteriores. De dezembro de 1934, quando da primeira sessão, até a reunião de 31 de agosto de 1937, três meses do golpe de estado de 10 de novembro, as ameaças que pautavam a ação política ganhavam tons estratégicos com a discussão dos meios mais eficientes para diminuir as vulnerabilidades em relação aos antagonismos. Em relatório do Ministério da Guerra, sobre a situação do país em 1936,

⁴⁶ Importante notar a percepção de um dos mais importantes personagens da chamada Revolução de 1930 sobre a concepção da Guerra Total, os perigos da projeção do imperialismo econômico e das alianças externas. Góes Monteiro, em sua obra “A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército” (MONTEIRO, 1934:140-141), chama atenção para os conflitos provocados pela invasão estrangeira de maneira econômica, ao que chamou de “concessões-escravizadoras” para a vida nacional. Em sua visão, “são sempre uma ameaça, como outra ameaça é o estado de tensão político-social que paira sobre as nações, prenunciando novas e mais trágica conflagração”. Aponta que em um cenário de guerra entre os antagonismos expressos pela oposição das duas alianças mundiais, à época, a condição brasileira levaria à associação a um dos lados e seria arrastado a uma batalha que não sua por origem. “Parece difícil algum país, cuja soma de interesses antagônicos o prende a outros, possa livrar-se da pressão para participar de um conflito universal destinado a resolver as complexas questões que o motivam”. Refletindo uma posição que se tornaria hegemônica, Góes aponta para a disciplina e eliminação da política no Exército como centrais à continuidade da construção nacional brasileira, cujo Exército era o ator central na mudança. De maneira reflexiva, à projeção de tal cultura à sociedade seria condição necessária para a mitigação das ameaças ao projeto nacional seja em suas vertentes internas quanto externas.

⁴⁷ Indicado por Góes Monteiro a Chefe do Estado-Maior do Exército, assumiu o posto em 1932 após a deflagração da guerra civil contra os paulistas. Permaneceu na chefia até 1934, quando assumiu como ministro do Supremo Tribunal Militar (STM).

era apontada a urgência para o fortalecimento do projeto nacional, sobretudo após os episódios da intentona comunista de 1935 e o recrudescimento da política internacional após 1933. A ameaça de ser arrastado para uma guerra e necessidade de abandono da posição de neutralidade “[geraria] uma dependência lastimável”, além de por conta de a política interna poder levar ao Estado governos com interesses particularistas “aos moldes da velha república” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1936).

Dentro do CSSN, as inferências acerca das vulnerabilidades quanto aos transportes em relação às fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, quanto à fraqueza econômica do Estado para a guerra, como a necessidade de fábricas de armamentos e munições – e sua produção evitando dependência de outros países – e a ampliação de efetivos, realizadas em comparação aberta com a Argentina, trazidas à tona na sessão de 1935 nas palavras de Pantaleão da Silva Pessoa (LIRA, 2013:65), reforçavam a urgência de consolidação do projeto. Em carta a outro general do Exército, João Francisco, Goés Monteiro faz uma apreciação das mudanças colocadas em rumo pela Revolução de 1930 e a necessidade de acentuá-la; do seu ponto de vista, a República cujo rompimento se processou em 1930, “trouxe em seu bojo as mais variadas ideias facciosas regionalistas, porém devemos confessar também que venceria e vencerá todo movimento que se fizer no terreno das ideias nacionalistas” (MONTEIRO, 1936) - sobretudo em torno de uma política de coesão em relação ao trabalho – como veremos mais adiante.

A construção do aparato dissuasório nacional, ou em outras palavras, a própria industrialização do Brasil, pelos motivos demonstrados nas reuniões do *Conselho*, se deu até o fim da Segunda Guerra em torno de dois setores de base: siderurgia e petróleo. Em 1947, sobretudo pela forma do desfecho da Segunda Guerra e o início da conjuntura da Guerra Fria, a questão da energia nuclear surge como outro setor de grande importância para o projeto nacional, discutida mais adiante.

A siderurgia como setor estratégico já figurava como uma preocupação dos *Jovens Turcos* desde as páginas iniciais de *A Defesa Nacional* (VIEIRA, 2013). Com a instituição do governo pelo golpe de 1930, foi fundada a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos (CMEM), em que figuraria um dos militares mais importantes para a construção do setor no Brasil, sobretudo nas negociações e no projeto que levaram a consecução de uma grande usina no Brasil. Edmundo de Macedo Soares, segundo Rodrigo Cintra (2005:47), foi o grande mentor especialista “em metalurgia que desenvolveu projetos que visavam desenvolver essa indústria; isso ocorreu num contexto nacional no qual o setor não tinha expressividade”, mas que dentro da CMEM era visto como fundamental para a segurança nacional, mormente pelo desenvolvimento da indústria bélica. Nesse contexto, a centralização do comércio exterior, por meio do Conselho Federal de Comércio, de 1934, dava sustentação financeira essencial ao processo de construção do aparato produtivo moderno apenas possível pelo controle mais rígido de um Estado centralizado quanto aos interesses das oligarquias exportadoras.

A consecução do setor passou por diversos ajustes e adequações, por exemplo a possibilidade de integrá-lo com as questões de Viações e Obras Públicas. A busca pelo

apoio estadunidense para a construção de uma grande usina, que vinha sendo discutida desde 1939, acabou por frustrar as expectativas brasileiras em torno dos investimentos da empresa estadunidense U.S. Steel. Segundo Schwam-Baiard (1997:75), “*fearing from its own future investments, this corporation at first refused to cooperate as long as the U.S. government was seriously offering to forgive Brazil its debts*”.

Após a recusa o governo resolveu construir a usina pelos esforços nacionais, em uma empresa nacional, com o auxílio de um empréstimo estadunidense de vinte milhões de dólares (CINTRA, 2005). No início de 1941, o governo criava então a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com Macedo Soares como presidente. Durante as décadas seguintes os militares estiveram à frente da expansão do setor que viria a colocar o Brasil em lugar de destaque na produção e exportação de armamentos décadas mais tarde (MALDIFASSI, 1994; SCHWAM-BAIARD, 1997; Barros, 2013).

A capacidade brasileira de produção de energia fóssil teve também sua organização e exploração a partir da lógica de guerra de criação do Brasil moderno, além de contar com o apoio da classe média em torno da questão (WIRTH, 1970). Na segunda metade dos anos de 1930, desenvolveu-se no Brasil um intenso debate acerca possibilidade de existência de reservas ou não de petróleo em território brasileiro. Em resposta à constatação do Departamento Nacional de Produção Mineral, o diretor de engenharia do Exército, Júlio Caetano Horta Barbosa, remeteria memorial para o, então à época, Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, denominado “O petróleo e a defesa nacional”, acerca da necessidade de submeter a análise da questão a nomes brasileiros para que não houvesse prejuízo à defesa do País - sobretudo pela dependência que a questão do petróleo criava. A questão havia sido analisada por empresas como *Standart Oil, Shell e Dutch*, desse modo, afirmava Barbosa, “cheios de fê nutrimos fundadas esperanças de que tal substituição ocorrerá tanto mais cedo quando maior for a eficácia da cooperação do Exército nas pesquisas para localização das fontes daquele combustível”. No ano seguinte, na constituição de 1937, o petróleo seria incorporado no artigo 145, com exclusividade a empresas nacionais, além de incorporado ao Código de Minas (PINTO, 2015:84).

A interrupção do fornecimento pela guerra que se colocava no horizonte levou o Estado brasileiro à criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938, tendo Horta como primeiro presidente. Outro nome importante na defesa do petróleo enquanto ativo nacional voltado à defesa do País foi o *Jovem Turco*, Estevão Leitão de Carvalho, também dos quadros de *A Defesa Nacional*, figurando ao lado de Barbosa desde meados da década de 1930 em torno da defesa da tese do petróleo enquanto monopólio estatal. Como veremos adiante, após a Segunda Guerra a questão do petróleo passa a ser um divisor de águas dentro do Exército, principalmente nas eleições do Clube Militar, sobretudo pela capacidade de aceleração do desenvolvimento por meio da aliança com os Estados Unidos, uma questão, como apontamos anteriormente, que encontrava grande resistência entre os militares da Revolução de 1930 pela possibilidade das concessões se tornarem “concessões-escravizadoras”, como apontava Góes Monteiro.

Como vimos, a gênese da formação do Brasil moderno está calcada numa relação direta com a guerra. Ou melhor, é concebida por um grupo com ligação direta com a guerra ainda no século XIX, e que ganha proeminência dentro da estrutura estatal na primeira parte do século XX. A dissuasão, para além das questões de cunho puramente geopolítico, liga-se diretamente na capacidade de resistir às determinações externas em nível sistêmico, que segundo Klaus Knorr (1976:79) define-se pela possibilidade de ganhos territoriais de estados contíguos ou mesmo da superioridade militar de outros entes internacionais. E assim, o processo de construção dissuasório também aponta para uma vertente doméstica, como garantia das mudanças internas necessárias em torno das ameaças de desintegração do projeto de dentro para fora. Conforme aponta MacCann, na estratégia dos militares que se colocaram no estado em 1930, “o melhor modo de barrar as ameaças internas e externas era organizar-se para uma guerra contra os inimigos externos poderosos”, pois, segundo ele, “essa preparação sem dúvida daria aos militares recursos suficientes para manter a ordem interna” (MacCann, 2009:448).

A manutenção da ordem interna, conquistada pelo golpe de 1937, se deu de maneira bastante turbulenta. Em boa parte ligada à guerra civil de 1932, mas também proveniente de grupos militares opositores ao governo revolucionário e dos movimentos de greves de trabalhadores, sendo as mais drásticas entre os anos de 1927 e 1930 (BANDEIRA, 1979). Além da tradição geopolítica, da percepção sobre a guerra desenvolvida ainda na década de 1910, uma perna desse tripé que constituiu a gênese da agenda dissuasória no Brasil foi certamente a criação de um arcabouço de “segurança cultural” e de meios para a cooptação das massas trabalhadoras.

As possibilidades e potencialidades de desestabilização interna apontam para a cultura, conforme demonstram Oladiran e Adadevoh (2008:95), como instrumento estratégico essencial enquanto vínculo vital entre cultura e segurança que, em qualquer nível, guarda relação direta com o nexos cultura e desenvolvimento. Tanto o arcabouço disciplinar do trabalho quanto o ambiente criado para reconstrução cultural do país colocaram a massa populacional, pela primeira vez na história do Brasil, como parte importante da sustentação do projeto nacional; também como um ativo nacional dentro da concepção de Guerra Total. Conforme aponta Ronald Scheneider (1996), em “*Culture and Politics in a new industrial powerhouse*”, o processo iniciado em 1930 não só criou uma ligação direta com os trabalhadores, institucionalizando tal relação e criando lastro direto entre Estado e trabalhadores, como espalhou de forma sistemática agências e instituições federais que serviram para criar por meio do mecanismo do forjamento cultural o apoio das massas em relação às antigas forças regionais das elites locais.

Como chama atenção Moniz Bandeira, a preocupação com a construção dessa ponte com a população veio logo após a Revolução de 1930, na esteira da guerra civil com os paulistas. No âmbito do Congresso Revolucionário, no final de 1932, o Manifesto do PSB, “cuja redação o Major Juarez Távora decisivamente influenciou, apareceu com as assinaturas dos Tenentes revolucionários e, inclusive, do Coronel Góes Monteiro”, que se colocava em defesa de uma “linha geral ao socialismo”, subordinada, porém, à “realidade brasileira” (BANDEIRA, 1979:25). Apesar de não ter vingado tanto por

críticas do movimento trabalhador, a instauração da regulamentação do trabalho abriu caminho para o pacto com a massa trabalhadora tanto pelo partido criado “de cima para baixo” pela relação direta com o grupo ligado à Getúlio Vargas, como Partido Social-Democrático, quanto o Partido Trabalhista Brasileiro, que já se estruturava desde 1932 – e que contou com a tentativa de organização nacional pelos revolucionários de 1930.

A estrutura de governo que sustentou tal processo é conhecida na literatura como Estado populista. Sua conceituação esteve, na maioria das vezes, ligada a uma conotação pejorativa, de cooptação da massa popular em torno de um líder carismático (MOISÉS, 1974/1981). Em parte, as análises simplistas acerca do fenômeno são evidências claras da relação de poder entre grupos dentro do Estado Nacional (BANDEIRA, 2010). Como chama atenção Ernest Laclau (2011:29), o populismo não pode ser considerado enquanto essência de um governo, mas antes uma construção política baseada em uma estrutura social prévia de dominação, podendo “*estar presente en movimientos de signo ideológico muy diferentes*”. Sendo o populismo uma força de ruptura com a assimetria anterior e a conexão de determinado projeto com a parte mais baixa da pirâmide social.

No caso da América Latina, argumenta Laclau, o Estado liberal mascarava a subordinação de toda a nação sob o privilégio das oligarquias locais, sendo seu movimento de ruptura inserido, assim, por fora da máquina estatal, por uma inversão da hierarquia e implantação de um sistema de maior coesão social. Conforme afirma, processos políticos como os inaugurados no Brasil em 1930, “*implementarian programas redistributivos y reformas democráticas bajo regímenes políticos claramente antiliberales*”, em alguns casos de forma ditatorial. “*Lo que es importante destacar es que, en todos os casos, el “pueblo” constituido mediante las movilizaciones asociadas a estos regímenes tenían flerte componente estatista*”. Tendo como resultado, “*la construcción de um Estado nacional fuerte en oposición al poder oligárquico local fue la marca característica de este populismo*” (LACLAU, 2011:240). Portanto, seguindo a reflexão do autor, a formação do Estado Nacional nesse espaço do mundo tem na criação de uma coesão societal de oposição à “normalidade” das forças políticas originárias de identidade econômica.

A incorporação das massas no processo, segundo Wirth (1970:217), constituída a partir da aliança entre militares e uma parte da elite econômica que subverte o antigo estado da arte na política nacional, forma o núcleo (*core ruling alliance*) que cria um senso de “propósito nacional”, constituindo um *Estados Nacionais* de fato no Brasil. Ainda dentro de uma análise mais econômica, Atul Kohli (2004:160) chama atenção para a consolidação do Estado Novo como “*a cohesive-capitalist state in the making*”. De forma a sumarizar tal processo, Vieira (2017:84-85) apresenta tal formação do Estado brasileiro se deveu ao contexto de ruptura expressa pela crise do final da década de 1920 e de “guerra total” extraída da experiência da década de 1910, além da conformação do “estado de compromisso” em que as classes trabalhadoras foram incorporadas em torno do projeto nacional de “grandeza nacional”, como chama atenção Schwam-Baiard (1997). Ainda que autores de diversas frentes de análise e preocupações, o denominador comum

de todas essas análises apontam para um processo de concatenação de diversas demandas a partir da formação do aparato nacional por uma costura ligada claramente à guerra.

Em seu livro, *Cultural Wars in Brazil*, Daryle Williams demonstra como a formação da coesão nacional em torno da construção da *brasilidade* tem seu nexo na expansão das políticas públicas do Estado. Conforme afirma o autor, “*the expansion of federal powers as necessary to expand political power and economic opportunities and to prevent the return to oligarchical liberalism*” (WILLIAMS, 2001:6). A criação dos Ministérios do trabalho, indústria, comércio, cultura e educação estavam, segundo o autor, na vanguarda do regime criado em 1930: “*to undo a federalist system that had left education, health care, labor relations, industrial policy, and cultural policy making to regional oligarchies and private interests*” (Ibidem). Ainda sobre tal expansão argumenta que

“The Vargas regime’s reliance upon an expanding network of federal agencies charged with cultural management reflected a keen awareness among politicians, educators, artists, intellectuals, and everyday citizens that managing culture could be a powerful weapon in managing Brazilianness” (Ibidem:52)

A velha identidade da velha república fora então substituída por uma visão nacional que, ainda que autoritária, criava pela primeira vez a conexão entre a população e o projeto nacional. Ainda segundo Daryle, a cultura de forjamento da nacionalidade brasileira ligada a uma lógica de guerra resultou na cooptação da parcela urbana recém formada, além de elevar a produção nacional pela institucionalização da cultura de guerra no país.

“The limited social nature of cultural warfare does not discount the importance of the culture war, especially in relation to the crucial process of state formation taking place under Vargas. Although the culture wars helped shape political and cultural power for all Brazilian society” (Ibidem:25).

A disciplina da classe trabalhadora e a formação de uma cultura nacional que se afastasse decisivamente do liberalismo oligárquico do século XIX constituíram-se, então, como o terceiro elemento definidor da identidade do projeto nacional moderno que teve como elemento essencial a mudança da agenda de segurança nacional.

Ainda que o caráter revolucionário do movimento político que chegou ao poder em 1930 seja sobrevalorizado, o componente totalizante da nova identidade nacional que passou a se desenhar a partir de então incluiu, pela primeira vez, os trabalhadores no rol das políticas de Estado e apontou para uma coesão a partir da acumulação de poder do aparato central do Estado. O novo desenho da agenda de segurança alijou as oligarquias regionais da capacidade de montar um aparato de segurança e defesa paralelo ao do poder central, além de as políticas econômicas visando à ampliação da acumulação do grande latifúndio diminuíram frente a ampliação da autonomia do Estado nacional brasileiro, sobretudo pelo controle do financiamento, o que de fato significava “estatizar” a formação de preços e a própria arrecadação do Estado para fins industrializantes.

2.3.2 Geopolítica e recomposição da doutrina de guerra após 1945

A construção do projeto nacional iniciado na década de 1930 se insere em contexto não só de rompimento do comércio e das finanças globais pela crise de 1929, mas também, como salientado no pensamento dos militares brasileiros, da disputa imperialista de europeus e estadunidenses no espaço sul-americano. É nesse contexto de disputas de poder que o governo brasileiro buscou realizar seu projeto de modernização nacional, jogando a cada conjuntura com as forças localizadas no tabuleiro sul-americano.

Desde o final do século XIX e início do século XX, o Brasil buscou dar cabo aos problemas que limitavam sua expressão no jogo internacional. Sobre esse ponto, Doratioto (2014:76) aponta que o Barão do Rio Branco “consolidou o redirecionamento da política externa brasileira da área de influência europeia para a dos Estados Unidos”, pois “aproveitou-se das contradições entre este e a Grã-Bretanha, decorrentes da disputa entre ambos pela preponderância comercial e hegemônica”. Ainda que a posição brasileira não tenha sido de alinhamento direto, esta refletia um movimento de defesa em relação ao privilégio que a Argentina possuía com a Grã-Bretanha, por conta de sua posição de exportadora de alimentos e receptora de investimentos. Além disso, o receio da prevalência argentina na região por conta de suas vantagens em relação ao Brasil acabava por forçar o País a buscar saídas para rebater tal peso.

Por tal relação com os ingleses, os Argentinos sustentavam uma política de bloqueio à projeção continental dos Estados Unidos. A principal reclamação argentina em relação aos Estados Unidos se dava em torno da política protecionista da nação do norte e que, por serem economias concorrentes no mercado internacional (DORATIOTO,2014:93). Entretanto, como demonstra Morgenfeld (2007:18), a preocupação central da estratégia argentina era a de um afastamento latino americano de suas ligações com a Europa. O investimento estadunidense e a formalização de alianças por meio de acordos exclusivos eram vistos como verdadeira ameaça à posição argentina⁴⁸.

⁴⁸ Conforme chama atenção Morgenfeld para a posição Argentina em 1928: “Nuestra defensa se há concentrado ahora en la inacción legislativa y en la ausencia de ratificación de los Convenios y debe ejercitarse más adelante con nuestra cuidadosa intervención en la preparación de los programas de las Conferencias, evitando la incorporación de asuntos que puedan contrariar el liberalismo de nuestra política exterior. En todo caso, hay que admitir que nada nos ayudaría mejor a mantener nuestra posición de equidistancia y a evitarnos mayores obligaciones de carácter estrictamente continental, que nuestra incorporación definitiva a la Liga de Naciones. Independientemente de la consideración de otros factores, que no es del caso examinar aquí, es evidente que uno de los grandes beneficios de nuestra participación en aquel organismo, tendría que ser el de poder neutralizar, sin llegar al antagonismo, esa tendencia de la organización panamericana, que en su sistematización y persistencia conspira contra nuestra política tradicional” ESPIL, Felipe A. 1928 “Informe Presentado al Ministerio de Relaciones Exteriores sobre la actuación como delegado em la Sexta Conferencia Panamericana” (Washington), 30 de marzo de 1928 apud MORGENFELD, 2007:18.

Dentro de tais relações políticas no continente, o Brasil procurava manter autonomia em relação a alianças. Buscando extrair das relações com a Europa, principalmente com a Alemanha, os meios para a consecução de sua estratégia, principalmente em meados da década de 1930⁴⁹; acenando aos Estados Unidos em uma possível aliança que ajudasse o País a desenvolver seus meios industriais e bélicos, aproveitando-se das posições argentinas bloqueando a sua estratégia pan-americana.

A relação entre Brasil e Argentina que passou por momentos mais amistosos no começo do século, como a aproximação de 1910 e a proposta Argentina de se constituir na região do Prata uma hegemonia dual, tenderia a se reverter a partir da aproximação do Brasil com os Estados Unidos na Primeira Guerra. Já na década de 1940, após um período de oposição dos interesses entre Brasil e Argentina no início da década de 1930, tanto na guerra civil brasileira quanto na guerra entre Paraguai e Bolívia, as divergências entre os países sul-americanos foram reforçadas pela entrada do País na Segunda Guerra Mundial e o envio de tropas para lutar na Itália em 1944. De modo contrário à posição brasileira, a Argentina manteve relações normais com o Eixo.

A aproximação de Brasil e Estados Unidos após a conflagração da Segunda Guerra Mundial era vista pelo governo brasileiro como uma forma de avançar mais rapidamente em sua capacidade industrial e bélica; além do ensejo de que o Brasil pudesse disfrutar de uma posição de prestígio e influência no mundo pós-1945 (Smith, 2010:124) a partir da noção de que a posição de “poder associado” seria benéfica ao País (HIRST,2005). Como chama atenção Joseph Smith, “*Vargas calculated that his affirmation of solidarity with Washington would be rewarded with a speeding up of the transfer of munitions from the United States*” (Smith, 2010:119), entretanto, a demanda por munição pelos países europeus fazia com que as demandas brasileiras ficassem em segundo plano.

Após alguns embates entre o governo brasileiro e o estadunidense em relação às expectativas brasileiras que não eram atendidas, a pressão exercida pelo Brasil levou os Estados Unidos, em 1942, a aprovarem empréstimos de US\$ 200 milhões de dólares para a compra de equipamentos militares⁵⁰, além do empréstimo realizado no ano anterior. Do ponto de vista das questões que trata esta tese, faz-se importante destacar dois pontos-chave desse processo de maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos, sendo a

⁴⁹ Como nota Monica Hirst, “*for Brazil, the compensated trade offered by the German government had become advantageous, allowing the exchange of coffee and cotton for heavy electrical and metalworking equipment – previously exported by the British – that would come to favor the industrial policies of the Vargas Administration. Such trade enjoyed the endorsement of the armed forces, which viewed the commercial link with Germany as a way to facilitate the re-equipment of the military. Thanks to this equation, from 1934 to 1938, part of the unconvertible foreign currency from exports to Germany could be used for the purchase of military equipment.*” (HIRST, 2013:36).

⁵⁰ Além da própria demanda brasileira em relação ao financiamento para a compra de armamento e munições, existia por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos, desde a década de 1930, o desejo de projetar influência econômica no além-mar. Dentro do contexto das relações brasileiras, Tânia Quintaneiro (2009) demonstra a busca pela desgermanização das relações brasileiras, em especial em um setor sensível, o setor aéreo.

primeira a consolidação de um grupo de militares alinhados a ideia de viabilização do projeto de preponderância regional a partir de uma “relação especial” e a perda de coesão societal por conta da doutrina surgida no âmbito da agenda coletiva de segurança. Fatores que, a nosso ver, corroboraram fortemente para a fragmentação do projeto por dentro e, conseqüentemente, a decomposição da agenda de dissuasão externa e o fortalecimento de uma elite ligada ao velho liberalismo oligárquico.

Conforme fato amplamente conhecido, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou na Itália em 1944 tornou-se o forte elo das forças armadas brasileira e estadunidense e, no caso da primeira, responsável pela criação de um grupo que ganhou força nas décadas seguintes advogando teses que iriam de encontro ao grupo mais próximo à perspectiva estratégica dos anos de 1930/40. Como sustenta Smith (2010), um dos pontos centrais desse estreitar de relações se deu pelo reconhecimento e compactuação por parte dos norte-americanos da posição estratégica em relação à Argentina. E, mais do que isso, passaram a ver o fortalecimento militar brasileiro como uma vantagem estadunidense em relação a Buenos Aires, dadas as posições de antagonismo sustentadas pela Argentina bloqueando a projeção de Washington. Segundo o Secretário de Estado dos Estados Unidos entre 1933 e 1944, Cordell Hull:

“The Department of State, on its part, favors this plan because of important political considerations, such as strengthening of Brazil’s present position, and its voice in post-war settlements, equivalent to strengthening our own. Also the plans for active participation in the war by Brazilian troops have given a lift to Brazilian public morale.” In addition, a stronger Brazil would act as a counterweight to “bad” Argentina. (SMITH, 2010:43)

Assim, A FEB que lutou no teatro europeu servindo sob o comando dos Estados Unidos não apenas foi um meio para que o país tivesse acesso a armamentos e munições, bem como empréstimos. Ainda Segundo Joseph Smith, *“many brazilian officers received training in the United States at Fort Leavenworth, Kansas, and acquired considerable respect and admiration for the United States”*; em citação as palavras do General brasileiro, Edson de Figueiredo, o autor demonstra a mudança de percepção entre os militares que estiveram no *front* e outros grupos de militares alocados no Brasil: *“after the war, we were less afraid of United States imperialism than other officers because we saw the United States really helped us without strings attached”* (SMITH, 2010:47).

Desse mesmo contexto saem nomes importantes da política nacional nas décadas seguintes, como Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Golbery do Couto e o oficial estadunidense, Vernon Waters⁵¹, que viria a ser apontado como adido militar no Brasil

⁵¹ *“Walters had served as a liaison officer and interpreter for the Brazilian Expeditionary Force that had fought in Italy during World War II and personally knew a number of Febianos who had since become senior Brazilian military commanders. When he arrived in Rio to assume his duties no less than thirteen Brazilian generals were waiting to greet him at the airport.”* (SMITH, 2010:159).

em 1962, sendo um dos principais articuladores externos do golpe de 1964 que colocou fim de fato ao populismo no Brasil.

Após o retorno da FEB ao Brasil, o governo criado com o Estado Novo foi desarticulado por pressão de tais oficiais que encontraram ressonância na política nacional com a formação da União Democrática Nacional (UDN). O governo do Ex-Ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), refletiu a euforia em relação aliança com os Estados Unidos, diminuindo o ímpeto nacionalista em termos da economia nacional e na política externa. Em seu governo, em 1949, é fundada no Rio de Janeiro a Escola Superior de Guerra (ESG), cujos três oficiais brasileiros citados acima viriam a presidir.

Formada a partir da experiência do treinamento recebido na *War School*, em *Fort Leavenworth*, A Escola passou, pelo menos até meados da década de 1950, a construir um pensamento que englobasse a nova condição geopolítica em relação aos Estados Unidos e a necessidade de organização e coordenação do projeto nacional brasileiro. Em comparação com os três elementos apresentados anteriormente acerca da gênese da agenda dissuasória nacional, o primeiro deles, a geopolítica, foi alterada por Golbery do Couto e Silva no sentido de refletir tanto a nova conjuntura quanto os antagonismos à identidade brasileira.

Um ponto central a ser ressaltado em relação ao pensamento golberyano é o de que o conceito de Guerra Total utilizado antes do pós-Guerra, “confundindo soldados e civis” (Golbery,1981:24), perpassando aspectos econômicos, financeiros políticos, científicos, psicológicos, fora redefinido em termos de uma “guerra indivisível”, em suas palavras, em que “não se sabe já distinguir onde se finda a paz e onde começa a guerra”. Nesse sentido, a geopolítica aparece como “fornecedora de informações para que o governo tome decisões políticas em relações aos objetivos e aos meios de alcança-los”, que na perspectiva de Golbery, “sua função é de informar, e este limite não deve ser ultrapassado” (CARVALHO, 2006:80).

A geopolítica, portanto, não tem um caráter de definição do espaço por uma visão política, de uma identidade, mas sim o contrário; em realidade, a geopolítica golberyana ao verificar a geopolítica internacional, informa as decisões políticas do Estado, que por sua vez impactam na perspectiva de identidade nacional e, conseqüentemente, na estratégia de atuação. Esse ponto é crucial, pois ao derivar os objetivos nacionais da “confusão de valores em que periga soçobrar a civilização ocidental” (GOLBERY, 1981:24), Golbery vai abandonar a ideia realista de Mario Travassos acerca do “antagonismo em presença” estadunidense e a ideia do movimento de suprassunção provocados pelos aspectos “antropogeográfico” de cada Estado Nacional, para incorporar o antagonismo moral soviético ao pensamento geopolítico brasileiro, de onde deriva todo o seu pensamento.

Além do aspecto moral do argumento de Golbery, o autor se vale da tese de Nycholas Spykman⁵² sobre uma linha de defesa da parcela atlântica em relação à possibilidade de projeção do centro eurásiano para fora da Europa, para argumentar a necessidade de reconhecimento estadunidense do poder e importância do Brasil na defesa do ocidente cristão e livre. Na construção teórica de Spykman (1942), diferentemente da percepção mackinderiana do jogo na eurásia, o geopolítico apontava uma oposição entre o poder marítimo estadunidense e o poder terrestre russo. Dessa forma, ao invés de se projetar frente ao *heartland*, a proposta de Spykman era de controle do que chamou de *rimland*: área de amortização entre ambos os poderes. Essa área seria caracterizada, então, pelo que o autor chamou de “área anfíbia”, por suas características de borda em relação as duas características de poder, estadunidense e russa. Segundo o geopolítico, o domínio do rimland significava, então, o controle sobre o poder expansivo dos países dessa região e ao mesmo tempo a contenção do poder que controla o heartland, confinando-o em sua posição sem acesso aos mares. Caso esse processo não fosse realizada, alertava Spykman, e um poder uno organizasse a Europa e Ásia, havia a junção de poderes não compensados que cercariam o hemisfério ocidental. Portanto, caberia aos Estados Unidos organizarem linhas de defesa primárias, nas bordas da eurásia, bem como linhas secundárias na retaguarda de defesa do continente americano.

Tal inversão da leitura da geopolítica global colocaria o Brasil em uma importante posição na defesa do Ocidente, pois a defesa da parcela atlântica era constituída por uma linha que se estruturava desde a Groelândia até o promontório nordestino, que ganhava valor geopolítico inestimável para a projeção de poder no sentido do norte da África e para a própria Europa. Por meio dessa leitura do mundo é que Golbery vai buscar valorizar a posição brasileira dentro da agenda estadunidense, no que chamou de “destino manifesto” brasileiro, apontando que: “se a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos-livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica”, continua Golbery, “não parece demasiado que os EUA reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, com o direito inalienável, traçado pela própria natureza do mapa Atlântico Sul” (GOLBERY, 1981:52). Como notaram Gonçalves e Miyamoto (1993:214), nesse ponto residiria a originalidade do pensamento de Golbery em relação ao universo conservador brasileiro, “demonstrar junto aos Estados Unidos a grande serventia estratégica que o Brasil poderia ter, desde que bem apetrechado militarmente e inserido num programa desenvolvimentista de corresponsabilidade norte-americana”.

⁵² Conforme chama atenção, Walter Birkner, em seu livro, “O realismo de Golbery”, Golbery do Couto e Silva “também tinha ciência das intenções norte-americanas quanto a assegurar seu poder político e econômico no hemisfério sul, no que as leituras de Spykman e Lippmann lhe foram reveladoras. Na Compreensão de Golbery, era inútil tentar ignorar a compartimentação crescente do Globo em dois blocos. Nenhum país teria suficiente autonomia para se excluir de uma aliança. Uma negativa assim, por parte do Brasil, criaria infundáveis pressões das mais variadas formas por parte dos Estados Unidos. De outro lado, o Brasil seria alvo certo dos interesses soviéticos, se insistisse numa política isolacionista. E por razões “óbvias”, sejam políticas, econômicas e culturais, qualquer ligação brasileira com a União Soviética seria inadmissível” (BIRKNER, 2002:24).

Enquanto há um abandono sobre a ideia de antagonismo e vulnerabilidade em relação aos Estados Unidos, a marca da tradição geopolítica luso-brasileira se mantém quanto o autor trata da questão sul-americana. A manutenção do “cerco hispânico” no pensamento de Golbery, com a posição central da Bolívia, um espaço essencial de ligação, e, portanto, de projeção de poder, entre o espaço Platino-Patagônico e o Amazônico ganha contornos mais acentuados, pois a ideia de projeção a oeste no sentido de anular a expansão argentina passa a ser realizada a partir da integração territorial nacional pela ocupação do interior e criação de núcleos, ou polos, de desenvolvimento que se interligariam mutuamente. Dessa forma, as pressões fronteiriças teriam menos efeito quanto à possibilidade de perdas territoriais e o poder brasileiro seria reforçado no sentido de se projetar à parcela pacífica do subcontinente.

Conforme demonstra Luiz Nascimento em sua análise entre o pensamento de Golbery e dos cursos oferecidos pela ESG, a geopolítica golberyana informa o pensamento político nacional e se constitui em um Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que busca a organização do Estado nacional, cujas dimensões política (interna), econômica, psico-social e militar, respondem a identidade criada dentro desse amplo espectro de alinhamento continental. Segundo Nascimento (2016:75), “o pan-americanismo, a projeção exterior, o combate ao comunismo, o choque de civilizações e a herança lusitana (...) acabaram por se tornar elementos presentes na formulação de uma identidade esguiana”.

Eduardo Svartman (2009:138) aponta que a partir da Segunda Guerra, o Exército empreendeu um trabalho seletivo de emulação da doutrina estadunidense aprendidas pela FEB, em que “as formulações se dão, contudo, em sintonia com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) – assinado em 1947 - e com a Conferência de Bogotá, na qual, por influência norte-americana, enquadra-se militarmente o Brasil no esforço de “defesa conjunta hemisférica” contra o comunismo”. Tal ligação entre o alinhamento com os Estados Unidos e o desejo de um sistema de segurança coletiva passou a ser o cerne de reforço da doutrina esguiana. Como aponta Nascimento (2016:155), Juarez Távora, em meados de 1950, passou a defender “relações internacionais fundamentados em uma estrita obediência ao Direito Público Internacional”, apontando, segundo Nascimento, que “os organismos destinados a reger as relações entre Estados deveriam se sobrepor aos interesses dos Estados-Nação”.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) adaptada a partir da cartilha estadunidense passou então a ser, com base em tais premissas, a maneira de organização do Estado brasileiro em prol da política de segurança nacional pensada no âmbito dos militares ligados à ESG. Segundo um dos maiores críticos, à época, da importação desse arcabouço aos países latino-americanos, Joseph Comblin (1980), tal Doutrina não possuía uma essência, mas antes era um conceito operacional que empurrava os países ao combate interno dentro do sistema de segurança continental. Conforme aponta Ananda Fernandes (2009:838), “a flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um conceitos-chave da DSN: o do “inimigo-interno””.

Tal percepção acerca do inimigo interno é também incorporada pela geopolítica brasileira, tanto por Golbery como quanto por Meira Mattos, um dos notórios geopolíticos brasileiros que dá sequência ao pensamento articulado no âmbito da ESG. Como afirma Hepple (2004:363), os autores partem da percepção de “estado orgânico”, porém, de forma a dar cabo da agenda chamada de hemisférica pelos estadunidenses, tanto Golbery quanto Meira Mattos inserem a ideia do inimigo interno, “*the body-politic was at risk not only from other states bodies but also from internal eating away of “cancerous cells”, needed to be extirpated*”, sobre Meira Mattos, aponta a percepção de que o inimigo estaria dentro do país “*not a threat of direct attack across our borders (...) the real international threat is revolucionary war*”. Este último conceito, de guerra revolucionária, ou insurrecional, como veremos, sela a relação da geopolítica brasileira com a segurança coletiva propagada no final da década de 1950 por meio da missão francesa à ESG e que introduziu uma nova doutrina de guerra baseada na guerra travada na Argélia.

Durante a década de 1950, a divisão expressa entre as posições mais ligadas as políticas nacionalistas de corte populista e mais ligadas à posição esguiana constituíram dois eixos pensamento em torno da questão nacional e de apoio à política do governo. Das disputas dentro do Clube Militar⁵³, seguiram-se a divisão de percepção entre o grupo lotado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁵⁴ e dos grupos ligados à ESG, por meio de cursos regulares durante toda a década de 1950 e 1960.

A perspectiva de segurança e desenvolvimento desenvolvida dentro do ISEB se colocaria na defesa de um arcabouço que mantivesse a relação identidade-segurança que incorporasse a participação da classe trabalhadora, de forma sustentar o processo de transformação da estrutura social e o próprio governo. Pois, como assume o autor, “o indivíduo e a sociedade constituem uma totalidade, de que um e outro são “momentos”

⁵³ “In this context, polarization erupted in Brazilian political circles between nationalistic and pro-American postures. While the nationalistic banners were marked by preference for State controls and strong hostility to foreign capital, opposing positions promoted alignment with the United States and the importance of investments coming from that country. This confrontation could be observed in the protracted debate on the military agreement in Congress and in the heated national controversy around petroleum, which had already arisen since the country’s re-democratization in 1945. (HIRST,2013:45)

⁵⁴ Fundado no início dos anos de 1950, o ISEB foi incorporado ao aparelho de estado, por meio do Ministério da Educação em 1955. Com a incorporação, o Conselho organizou-se em torno das teses ligadas à industrialização e desenvolvimento, focando nas discussões em torno das preocupações governamentais, o que fez com que diversos nomes ligados a outras vertentes deixassem o grupo. Com incorporação no aparato estatal, o conselho consultivo passou a incorporar pensadores de diversas áreas ligados aos objetivos de desenvolvimento do País, dentre eles: San Thiago Dantas, Gilberto Freyre, Mário Travassos. Em sua coleção de textos brasileiros sobre as questões centrais para o que foi dominado, o editorial da primeira, “Ideologia e Segurança Nacional”, apontava que “empenhado na obra de emancipação cultural do país, o I.S.E.B. se propõe, no que diz respeito a publicações, realizar um plano editorial que inclui não só traduções de obras estrangeiras, - sobretudo da que nos ajudem a compreender os problemas do homem brasileiro e do contexto semicolonial e subdesenvolvido em que se acha situado, - mas também a produção de originais brasileiros que revelem a nova perspectiva em que nos encontramos” (RAMOS, 1957)

na acepção germânica do termo”. Portanto, “a sociologia do século XIX, em grande parte prisioneira do realismo, afirmara uma polaridade entre o indivíduo e a sociedade, colocando uma questão que, hoje, se nos apresenta falsa (...) A sociedade é imanente ao indivíduo” (RAMOS,1957:11-12). Nesse sentido, Guerreiro Ramos reafirma a tradição iniciada em 1930 da indivisibilidade e da especificidade antropogeográfica de cada nação, estado, ou sociedade.

“A sociedade constitui um fenômeno total, cujos ingredientes, geográfico, biológico, econômicos, sociais, políticos, psicológicos, se compenetraram num esforço coletivo que incessantemente se supera a si próprio. Nenhum desses ingredientes permanece estável. A história o demonstra, através das variações de toda espécie que assinalam a vida dos povos sobre a terra” (Ibidem:24-25)

E sobre a subordinação da política, de certa maneira, à leitura geopolítica militar, cita Clausewitz em sua obra clássica, “Da Guerra”: “seria um contra-senso subordinar o ponto de vista político ao militar, porque a política engendra a guerra, é sua inteligência e a guerra é apenas o seu instrumento, e não o inverso”, e conclui, “a subordinação do ponto de vista militar ao político é a única possibilidade” (Ibidem:18). Dessa maneira, conforme afirma o autor, “a delimitação do conteúdo da política de segurança nacional é, sem dúvida, assunto nevrálgico nossa vida social e militar”, e questiona, “ora, há, atualmente, um Brasil em caducidade e um Brasil em estado nascente. De qual deles se trata de elaborar a política de segurança nacional” (Ibidem:22).

A construção de uma agenda segurança na perspectiva do isebiana tem sua gênese na década de 1930, mais especificamente com a industrialização deliberada dentro do Conselho de Segurança Nacional fundado em 1934. Tal processo havia gerado a internalização da capacidade produtiva e criado unicidade nacional, o que temos chamado aqui de coesão societal. Segundo Ramos, a formulação da segurança antes de 1930 “não tinha substância popular, sua população esparsa e desgarrada, não tinha propriamente existência histórica e constituía matéria bruta do processo político”, continua, “A política de nossa segurança nacional era tarefa de elites. Hoje não pode mais ser assim, porque a sociedade brasileira saiu do estado indiferenciado e amorfo em que se encontrava”, concluindo que “hoje o que caracteriza o nosso processo social é a sua coesão interna, que determina não apenas o conteúdo da política de segurança nacional, mas o de todas as instituições” (Ibidem:30-31). Dessa forma, a posição do Brasil no sistema deveria ser a de buscar caminho autônomo em relação à política internacional daquele momento⁵⁵,

⁵⁵ “Na fase em que se encontra o Brasil, autodeterminação é sinônimo de desenvolvimento econômico. Não tem capacidade autodeterminativa o país cujo comando dos fatores de sua economia está fora de seu alcance. Quando isso acontece, a autodeterminação não passa de ficção jurídica” (RAMOS, 1957:33). “Os critérios de nosso sistema de segurança nacional, no tocante à vida externa do país, têm de ser encontrado por indução, o que exige de nós um modo de pensar livre de formalismo e dogmatismo e eminentemente dinâmico. É atualmente inconveniente aos interesses do Brasil qualquer compromisso sistemático com diretrizes de segurança coletiva definitivas em tese, não só porque, internamente, o país está mudando de estrutura, como porque a distribuição de forças no campo mundial entrou num ritmo de grande instabilidade que está proporcionando condições inéditas, favoráveis aos processos emancipatórios dos países

advogando uma posição bastante semelhante a tomada pela elite militar e civil que governou o País até a Segunda Guerra.

Em suma, a proposta isebiana se fixava em sete pontos principais, a ideologia não é uma patologia social, pois há uma relação indivisível entre ideia e conduta para superações; todo conteúdo de segurança nacional possui necessariamente um conteúdo de ideia acerca da sociedade a ser perseguido; a segurança nacional é tanto mais eficaz quanto nela residir a construção ideológica de tal sociedade; dessa forma, a essência do processo brasileiro encontra-se, em sua visão, diretamente com o rompimento processado pelo capitalismo brasileiro; portanto, cabe ao posto de ameaça interna da segurança nacional os

“velhos impeditivos” ao desenvolvimento nacional ligado a estrutura social tradicional; e enquanto ameaça externa “incumbe às autoridades de nosso aparelho de segurança nacional, integradas no estado político geral do povo, contribuir para que o Brasil se torne capaz de tira o melhor partido das oportunidades que lhe oferece a presente conjuntura mundial, no sentido de um desempenho econômico e, em consequência, à consolidação do poder nacional”

Na mesmo época, apenas dois anos após, em 1959, a ESG recebeu o material dos franceses acerca da *Guerre Subversive*. Material que já havia sido incluído nas forças armadas argentinas em 1956 (FILHO:2012). No Brasil, a conferência “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária” (ESG,1959), fora proferida pelo Coronel Augusto Fragoso. No seu cerne estava a organização popular como forma de criação de vulnerabilidades ao Estado pela conquista do apoio da população em torno das demandas subversivas, a preparação de forças para a ação e a própria tomada do governo. Para enfrenta-la, o Estado deveria, segundo consta em manuais da ESG, organizar uma ação psicológica sobre população, elaborar leis que deem possibilidade de ação sobre possíveis focos do levante revolucionário, a organização de um sistema de defesa que se voltasse ao interior do território e a adaptação das Forças Armadas às contingências de tal guerra, tida entre o círculo esguiano como a mais provável⁵⁶.

Do nosso ponto de vista, um ponto crucial a ser notado quanto à incorporação de tal ideia se dá pela própria origem de tal doutrina. A construção do inimigo interno como centro dos esforços de guerra não adveio de algum Estado nacional, mas antes das lutas

periféricos, que se acham fadados a dotar uma condita eminentemente tática nas suas relações com o exterior.” (Ibidem:47)

⁵⁶ Conforme chama atenção Ethan Kapstein, “In Brazil's Escola Superior de Guerra (ESG), military officers and selected civilians were taught that the problem of internal security embraced 'all aspects of social, economic and political life'. There was no question regarding the identity of the 'enemy'. According to historian Bradford Burns, the ESG propagated 'an almost pathological brand of anti-Communism'. Revolutionary activity in Brazil was viewed as part of the international 'struggle between east and west in which there could be no neutral position'. ESG students learned that they were waging a major battle in the cold war, a battle that must be fought with political and economic weapons, as well as military ones. (KAPSTEIN, 1991: 144).

francesas em seus redutos colônias, como a Argélia. Dessa forma, não se ligava a um processo de reafirmação nacional, mas antes pela reafirmação colonial e antinacional; pela continuidade da negação da construção identitária nacional desses espaços e da própria autonomia em relação à sua identidade originalmente econômica.

A complexificação da conjuntura internacional, principalmente continental após a Revolução Cubana (1952), levou os Estados Unidos a uma posição de recrudescimento em relação à permissividade às agendas nacionalistas de segurança, desenvolvimento e inserção internacional. Do ponto de vista brasileiro, entre 1958 e 1964⁵⁷, o país assumiu posição mais flexível em relação à ideologia da segurança hemisférica estadunidense. Ainda no governo Quadros, a política externa brasileira se caracterizou pelo questionamento da bipolaridade quanto a sua relevância para o interesse nacional brasileiro; a partir de uma visão de expansiva das relações do Brasil no mundo e de desconcentração das relações comerciais, o governo brasileiro advogava um relaxamento das relações com os países comunistas, podendo assim assumir compromissos que fossem de interesse nacional para o desenvolvimento (SMITH, 2010:149).

Mônica Hirst aponta que tanto os quadros de Vargas e Juscelino Kubitschek que se aproximaram dos Estados Unidos o fizeram em um evidente esforço nacionalista que tiveram na Política Externa Independente dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart a sua mais terminada definição (HIRST,2013:42). Além de uma posição mais autônoma em relação à política hemisférica estadunidense, a relação com o país norte-americano ficou prejudicada pelas posições nacionalistas em termos da economia, principalmente com o plano de mudanças estruturais na economia brasileira⁵⁸, e a defesa dos recursos nacionais⁵⁹.

⁵⁷ No que ficou conhecido como Política Interna Comum (PEI), cujo princípios, segundo Cervo e Bueno (2008), ampliação do mercado externo aos produtos brasileiros, autonomia de formulação dos planos de desenvolvimento, a coexistência pacífica, autodeterminação, não-intervenção e apoio a emancipação colonial. Segundo Cristina Pecequilo (2011), tal política externa refletia as transformações domésticas, com a urbanização e desenvolvimento produtivo industrial, cujas parcerias globais necessitariam expandir-se de modo a não bloquear o processo.

⁵⁸ Em Março de 1964, das chamadas reformas estruturais anunciadas como plano do governo, a reforma agrária apresentada no Congresso Brasileiro, onde sofreu o veto dos parlamentares. Como apresenta Smith (2010:160-161), confronted with what amounted to a congressional veto, Goulart chose not to resign like Quadros but to issue a direct appeal to the people, thereby mobilizing “popular forces” to overthrow the reactionary forces blocking reform. In effect, Goulart was continuing the populist policies associated with Getulio Vargas. But he lacked the political astuteness of his mentor and was also judged by contemporaries as weak and indecisive. Moreover, the attempt to implement radical reforms coincided with a period of increasing economic, social, and political crisis in Brazil. At a conference of U.S. ambassadors in Washington in mid-March 1964 Lincoln Gordon commented that the economic situation in Brazil was “terrible” and that Goulart was “an incompetent, juvenile delinquent” who “seems intent merely on survival.” The opposition lacked strong leadership and was content to mark time until the 1965 presidential elections. “Like the Brazilian opposition,” summed up one U.S. official, “we hope the ship of state can stay afloat until the elections.”

⁵⁹ “The United States did not welcome the new stance of Brazil’s foreign policy, especially when it tried to keep a more independent position toward the Cuban revolution. This lack of sympathy

O golpe de estado desferido em primeiro de abril pelos militares brasileiros, com decisivo apoio estadunidense, tem nas crescentes tensões apresentadas a suas raízes. Segundo Moniz Bandeira, o golpe se processa dentro do contexto de mudança da agenda hemisférica de segurança por parte dos Estados Unidos: “em larga medida, pela mutação que os Estados Unidos, a partir daquela época, promoveram na estratégia de segurança do hemisfério”, a partir das redefinições de ameaças “com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, particularmente por meio da Junta Interamericana de Defesa, as doutrinas de contrainsurreição e da ação cívica.” (BANDEIRA, 2014:105). A colocação da “primeira hipótese de guerra não mais um inimigo externo, mas o inimigo interno” tomava conteúdo genérico, “a subversão ou “um governo central vermelho contra governos estaduais azuis” (BANDEIRA,2010:46).

Neste contexto, a Cruzada Democrática atentou contra a democracia e instalou uma ditadura que duraria 21 anos. Além das questões ligadas a agenda de segurança, o golpe teve o caráter de reprimir e finalizar o regime populista que se apoiava em posições nacionalistas em relação aos ativos nacionais e na mudança da estrutura social brasileira pela ascensão dos trabalhadores (BANDEIRA,2010).

Conforme aponta Giannasi (2011), os planos econômicos que se seguiram ao golpe de 1964 estiverem bastante próximos à DSN em termos de não subversão da ordem econômica, para tanto a compressão salarial foi importante por duas frentes, primeira para o controle da inflação, no sentido de normalizar as condições de vida e evitar pressões populares, a segunda para a atração de investimentos externos. Nesse sentido Fernando Batarra (2010) aponta que o arrocho salarial ocorrido entre 1965 e 1967 (26,72%) não foi possível apenas pelos programas econômico “sem uma forte ofensiva repressora sobre os sindicatos”, tendo o governo Castelo Branco (1964-1967) colocando “o Estado entre as negociações salariais, proibindo o direito de greve, e instaurando instrumentos jurídicos que tinham por objetivo “disciplinar” a classe trabalhadora”⁶⁰, como o corte do direito à estabilidade e a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que diminuía o custo para a classe proprietária.

Do ponto de vista que nos interessa discutir aqui, a ditadura militar instaurada em 1964, levou por fim os militares a perseguirem com menor fricção interna o seu desafio geopolítico regional. Como aponta Pecequillo (2011), a despeito do alinhamento quase que direto do governo Castelo Branco com os Estados Unidos, a mudança em termos de

toward Brazil's policy increased even more when Goulart's government enforced nationalistic economic policies that hurt the interests of the United States by imposing new rules on the remittance of profits to the United States, expanding nationalization of American firms, and limiting natural resource concessions to foreigners” (HIRST, 2005:7).

⁶⁰ A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) instalada como forma de organização estatal a partir de 1964, partindo da hipótese de guerra interna como principal ameaça ao país teve não só efeitos como do ponto de vista político, com os Atos Institucionais nas decisões políticas, mas também na própria tentativa de construção de um ambiente de coesão social por meio de políticas públicas, como a educacional, que levou a instauração de disciplinas de civismos nas escolas por todo o país.

uma política mais pragmática visando dar cabo das vulnerabilidades materiais do país foi tomada no período que compreende os anos de 1967 e 1978, pelos governos de Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Entretanto, conforme aponta Monica Hirst (2005:7-8), durante o período 1964 a 1974, ou seja, anterior ao governo Geisel, a convergência entre os governos se dava de forma mais clara sob a política hemisférica estadunidense; tendo o período Geisel (1974-1978) reeditado em grande medida a Política Externa Independente por conta das expectativas brasileiras não atendidas em termos de investimentos e cessão de tecnologia. A postura pragmática brasileira se deu pela busca da expansão de sua influência tanto no seu perímetro estratégico quanto pela busca de mitigação de suas vulnerabilidades materiais por meio de novas alianças.

Do ponto de vista da segurança nacional, e de sua agenda voltada à dissuasão, os dois pontos utilizados pelos Estados Unidos para enfraquecer o impulso do governo brasileiro foram dados pela redefinição da política de segurança hemisférica estadunidense, visando outros temas; no Brasil os principais pontos de fricção foram a questão dos Direitos Humanos e da energia nuclear no Brasil.

A preocupação com a questão nuclear surgida ainda em 1945, pela força desproporcional demonstrada no final do conflito pelos estadunidenses e a posição do Brasil enquanto fornecedor de recursos naturais para tal setor. Em 1947, a questão surge pela primeira vez no Conselho de Segurança Nacional – trazida por Álvaro Alberto. Após embates internos em torno da exportação de recursos naturais de forma ilegal pelo governo Dutra, o governo Vargas em 1951 cria o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), para o desenvolvimento da energia nuclear e ciência de ponta no Brasil. Tendo sido frustradas as expectativas em relação a transferência tecnológicas por parte dos Estados Unidos⁶¹, o Brasil estreitou relações com a Alemanha Ocidental, que sofreu forte movimento de sabotagem por parte dos militares ligados aos Estados Unidos⁶² e teve na segunda parte da década de 1950 frustrada a possibilidade de transferência tecnológica.

Na segunda metade dos anos de 1960, o governo brasileiro se viu novamente em oposição a visão estadunidense em relação ao programa nuclear brasileiro. A oposição ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)⁶³ levou o país a uma posição paradoxal, não seguir à risca a política de não-proliferação estadunidense, mas ter como principal fornecedor para o setor o próprio país norte-americano. A questão foi resolvida pelo governo brasileiro apenas no governo Geisel, em que o governo desenvolveu um programa de aquisição da tecnologia não apenas para fins pacíficos, mas também para

⁶¹ “The United States had maintained a policy of technological denial since 1946, following the rejection of Baruch Plan, and until Eisenhower’s Atoms for Peace program in 1953” (SOLINGEN, 1996:87)

⁶² Ver BANDEIRA, 1989.

⁶³ “Countries like India, Brazil, and Argentina – none of whom signed the NPT – have regarded this regime as an attempt by advanced countries to preserve their technological and commercial monopoly through cartel-like arrangements, such as the London Suppliers Group” (SOLINGEN, 1996:88).

fins militares. Para tanto, novamente um acordo com a Alemanha fora assinado. Nesse contexto, tanto as crises da década de 1970 quanto à pressão por parte do governo Carter, pela redefinição das prioridades da agenda hemisférica, como apontamos, em torno da questão dos Direitos Humanos, o combate às drogas e não-proliferação de armamentos colocaram o Brasil em rota de colisão com a estratégia estadunidense.

Em última análise, a razão de ser da aliança entre Brasil e Estados Unidos que se processara em 1964 se debruçava em torno da assistência militar e para o desenvolvimento industrial brasileiro visando à supremacia regional, como reconhece Margarete Luddeman (1978) em estudo realizado para Georgetown University, em fins da década de 1970. Segundo aponta Joseph Smith (2010:178), na segunda metade da década de 1970 o Congresso estadunidense passou a ameaçar com o fim de tal ajuda; alegando interferência nas questões domésticas, o governo brasileiro rompeu com o acordo militar assinado em 1952, tendo buscado a partir de então uma maior aproximação com a Argentina a fim de organizar regionalmente a sua capacidade de manter alguma autonomia em relação à política hemisférica estadunidense. Já nos anos de 1980, a perigo de desenvolvimento do artefato nuclear pelo Brasil passava a ser visto como sério problema dentro do âmbito militar estadunidense exatamente por estar ligada a uma visão geopolítica de busca de maior autonomia. Como chama atenção Max Manwaring,

“mastery of the complete nuclear fuel cycle is one thing, the ability to deliver nuclear weapons is another, and a political decision to produce nuclear weapons is something else again. To this point, Brazilian leaders have been content to continue research and nuclear power development in consonance with the political decision to establish a vast independent nuclear power industry designed to produce energy for peaceful purpose. Nevertheless, this program is a manifestation of geopolitical thinking which has military and political overtones, as well as economic ramifications. Nuclear power is the capstone of Brazilian modernization.” (MANWARING, 1984:44-45).

Capítulo 3. Crise econômica e social e o retorno à agenda dissuasória

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar a configuração da agenda brasileira de segurança após a chamada “abertura democrática”; mais especificamente, tentar demonstrar elementos que corroborem para o entendimento acerca do retorno a uma agenda dissuasória que se assemelha a do período chamado de “Era Desenvolvimentista”. Para tanto, o capítulo divide-se em três partes: a primeira trata de apresentar as transformações estruturais na economia nacional durante o período que se inicia em 1930 e se estende até a década de 1980 e de contextualizar as forças políticas surgidas dentro desse processo; a segunda seção apresenta o retorno à identidade e agenda de segurança vinculada à percepção de uma determinação econômica do processo nacional e; por fim, a uma terceira seção trata de apresentar as nuances que constituíram o retorno a uma agenda de segurança visando à ameaça externa, em uma perspectiva que expande a ideia de dissuasão para além da relação com os países vizinhos.

3.1 Transformações estruturais da “Era Desenvolvimentista” e seus resultados na política nacional

A análise dos antagonismos e vulnerabilidades à modernização do Brasil, levada a cabo no âmbito do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) (LIRA, 2013), não raramente trouxe à tona questões estruturais que obstaculizavam a realização do projeto nacional brasileiro. Questões ligadas à energia, indústria de transformação e indústria de defesa estiveram no cerne do processo de mudança da economia brasileira; de sua trajetória rural e agrícola em direção a um espaço industrializado e urbano.

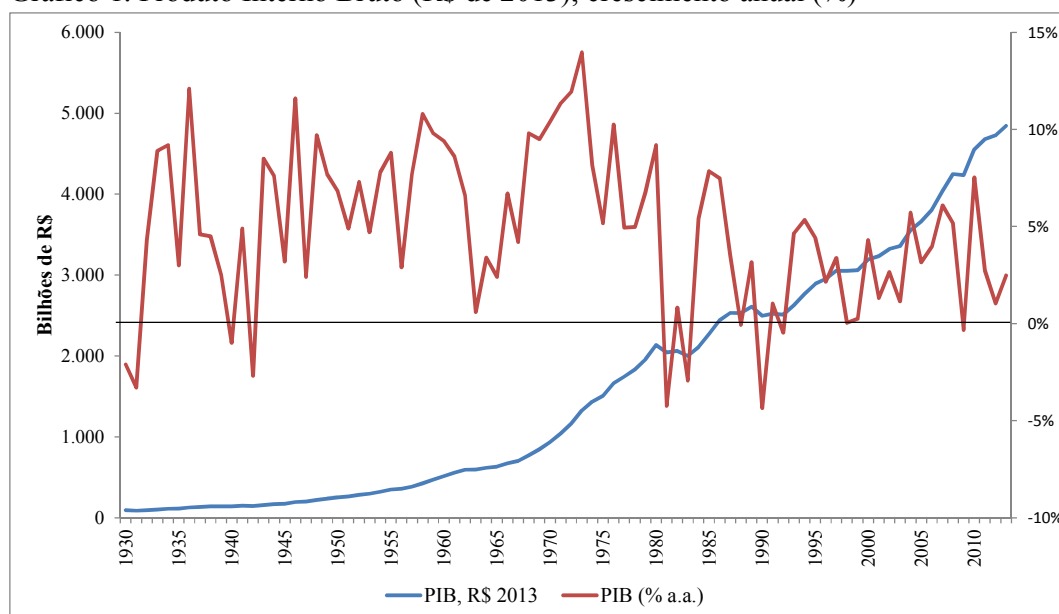
No limiar do século XX, a despeito de seu tamanho territorial e potencial produtivo, o Brasil encontrava-se em uma posição bastante aquém, em termos de produção de riqueza, não só em relação às potências do velho continente, mas também em relação aos demais países da América Latina - principalmente a Argentina, rival histórica. Enquanto na década de 1990 o Produto Interno Bruto (PIB) dos países da Europa ocidental contava em média com a cifra de US\$ 2.912 *per capita*⁶⁴, a América Latina e Caribe apresentavam um montante médio *per capita* de US\$ 1.129. A Argentina por si só apresentava um PIB *per capita* de R\$ 2.756 (JUTTA, TIMMER; ZANDEN, 2014). Nesse mesmo período o Brasil apresentava US\$ 704 de PIB *per capita*, ou seja, apenas 24% em relação ao montante europeu ocidental, e 63% e 26%, respectivamente, em relação à média da América Latina e Argentina.

⁶⁴ O cálculo leva em consideração dólares constantes de 1990, a partir do conceito de Paridade Poder de Compra (PPC), que retira o efeito do câmbio a partir da comparação a uma cesta comum de produtos internacionalmente. São levados em consideração para o cálculo da Europa Ocidental, 15 países, dentre os mais importantes: Grã Bretanha, Países Baixos, França, Alemanha, Itália, Espanha e Suécia; Para a América Latina foram considerados 11 países, dentre os principais, México, Argentina, Brasil, Venezuela e Colômbia.

No final do século, a disparidade havia diminuído consideravelmente. Segundo os dados do Banco Mundial⁶⁵, o PIB *per capita* dos países que integram a União Europeia (ainda com a Grã Bretanha) chegava a cerca de US\$ 24.880 na década de 1970, enquanto a Argentina apresentava um montante ao redor de US\$ 10.815 mil. O Brasil já apresentava uma cifra média de US\$ 10.344, chegando a 42% do valor europeu e a 95% do PIB *per capita* argentino.

Tal resultado se deu por conta de trinta e oito anos de crescimento expressivo e de forma contínua do PIB brasileiro. Entre 1943 e 1980 (Gráfico 1), a taxa de crescimento médio do produto brasileiro atingiu 9,7% ao ano. O período que vai da década de 1950, passando pela conjuntura do chamado “milagre econômico” (1969-1973), até o final da década de 1970, compreende o espaço de tempo de grande aceleração da dinâmica de crescimento do produto nacional, puxada principalmente pelo alto nível de investimento nas indústrias de base e infraestrutura brasileira.

Gráfico 1. Produto Interno Bruto (R\$ de 2013); crescimento anual (%)



Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Séries: PIB (preços 2013) - ref. 2000 - R\$ de 2013 (milhões); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Constas Nacionais Referência 2000, série: PIB - preços de mercado - var. real anual - ref. 2000 - (% a.a.).

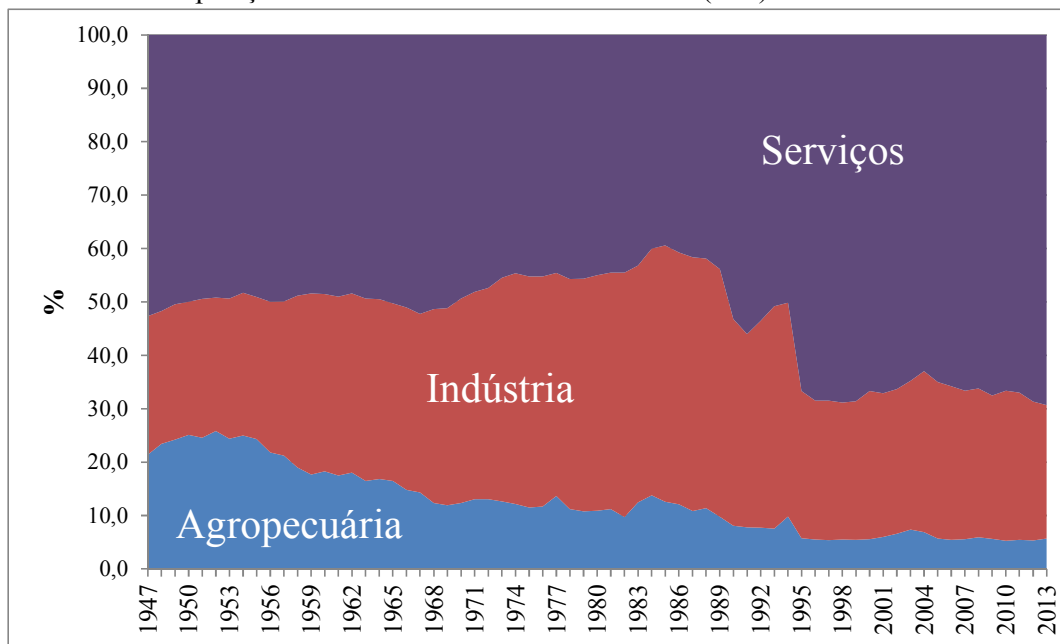
Historicamente, a mudança da estrutura produtiva brasileira guardou relação direta com a queda de participação do setor agropecuário na formação do produto interno. Se no começo do século XX o setor participava com cerca de 45% no PIB brasileiro, sua

⁶⁵ Série histórica apresenta dados do PIB *per capita*, PPP em dólares constantes de 2010, série “GDP *per capita*, PPP (constant 2011 US\$)”. Disponível para consulta em seu banco de dados “DataBank: World Development Indicators” (<http://databank.worldbank.org>).

participação nas décadas seguintes diminuiu paulatinamente chegando no final da década de 1950 a menos de 20% da composição do PIB (Gráfico 2). Por outro lado, a participação da indústria que, em 1900, que era de cerca de 10% (IBGE, 2006), disparou a partir da década de 1930. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em uma série cuja base é o ano de 1939, aponta que já em 1947 o produto gerado na indústria havia chegado a um montante 70% maior do que o ano base.

O período relativo à Primeira Guerra havia alavancado certa produção de manufatura, sobretudo as ligadas com a impossibilidade de compras do exterior - pelo problema da restrição externa -, como a de fiação e tecelagem (IBGE DADOS). Contudo, a limitação da produção nesse período se relacionava diretamente com a baixa capacidade produtiva, tanto pela falta de maquinários quanto pela própria capacidade da infraestrutura nacional.

Gráfico 2. Composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB)



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Contas Nacionais Referência 2000, série: PIB - serviços - ref. 2000 - (% PIB); PIB - agropecuária - ref. 2000 - (% PIB); PIB - indústria - ref. 2000 - (% PIB).

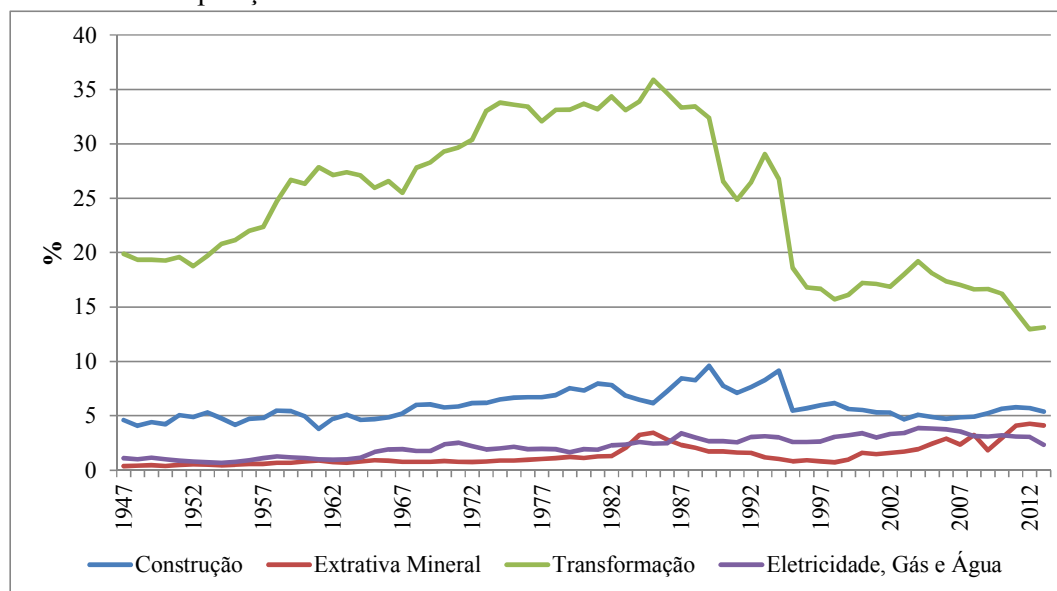
Diversas são as teses que apontam a substituição de importações pelo chamado “choque externo”, provocado pela falta de divisas, como a gênese da produção industrial no Brasil. Ou seja, no limite, a industrialização é vista como um movimento autônomo do mercado. Entretanto, como demonstramos no primeiro capítulo dessa tese, a reformulação da identidade brasileira, baseada na ameaça geopolítica e na contraposição ao passado agrário, esteve no cerne do processo que tornou-se hegemônico após 1930. Em geral, as principais explicações para a industrialização brasileira não levam em

consideração o papel do Exército e, conseqüentemente, da guerra na construção do Estado brasileiro⁶⁶.

Ainda que houvesse no Brasil pré-1930 algum tipo de manufatura, principalmente em São Paulo (MARSON, 2015), esta era reflexo da economia do café que, como chama atenção Sérgio Silva, adotava diversas funções com o capital cafeeiro, bancário, industrial de pequena monta e comercial (SILVA, 1976). A partir do movimento de substituição de importações voltado à industrialização dos anos de 1930, é que novos setores industriais são criados no Brasil.

Além das manufaturas tradicionais existentes desde o final da do século XIX, as décadas de 1930 e 1940 foram importantes para o início da tendência de ampliação do setor da indústria em geral no produto. A participação da base industrial no PIB alcançou, já no final da década de 1950, mais de um terço do PIB (Gráfico 2), tendo nas décadas seguintes ampliado paulatinamente sua participação até o pico da série até hoje registrado, em 1985, com 48% de representação do produto brasileiro. Tal resultado foi possível pela implantação de um setor industrial de transformação que desde o final da Segunda Guerra Mundial, até 1985, manteve sua participação no total da riqueza gerada pela indústria acima dos 75%. Isso significa dizer uma participação da indústria de transformação no PIB total acima dos 25% desde o final da década de 1950 (Gráfico 3).

Gráfico 3. Composição do PIB da Indústria



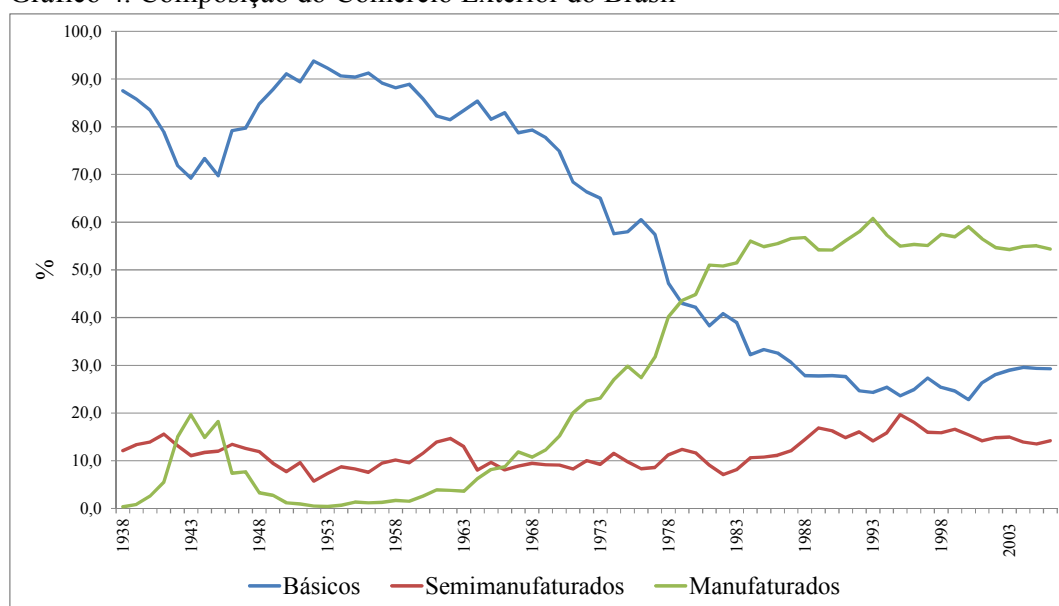
Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Contas Nacionais Referência 2000, séries: PIB - indústria - construção - ref. 2000 - (% PIB); PIB - indústria - extrativa mineral - ref. 2000 - (% PIB); PIB - indústria - transformação - ref. 2000 - (% PIB); PIB - indústria - eletricidade, gás e água - ref. 2000 - (% PIB).

Do ponto de vista da inserção internacional da economia brasileira, ainda que a participação do comércio exterior no PIB tenha sido historicamente baixa - em média de

⁶⁶ Fazer referências as teses.

16% no período que compreende os anos de 1968 a 1980⁶⁷ -, após o chamado “milagre econômico” as manufaturas aumentaram não só a participação na pauta exportadora, mas também sua importância estratégica. No final da década de 1960, as manufaturas representavam pouco mais de 10% (Gráfico 5) da pauta de exportação de US\$ 1,9 bilhões totais; no final da década seguinte as manufaturas superariam as exportações de bens básicos, com pouco mais de 40%, em uma pauta que havia crescido mais de dez vezes, alcançando US\$ 20 bilhões. Nas décadas seguintes as manufaturas seguiriam representando mais de 50% da pauta até meados dos anos 2000, quando novamente os produtos básicos superaram os bens industriais, sobretudo pelo aumento da demanda chinesa.

Gráfico 4. Composição do Comércio Exterior do Brasil



Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), séries: Exportação brasileira por fator agregado 1938/2007.

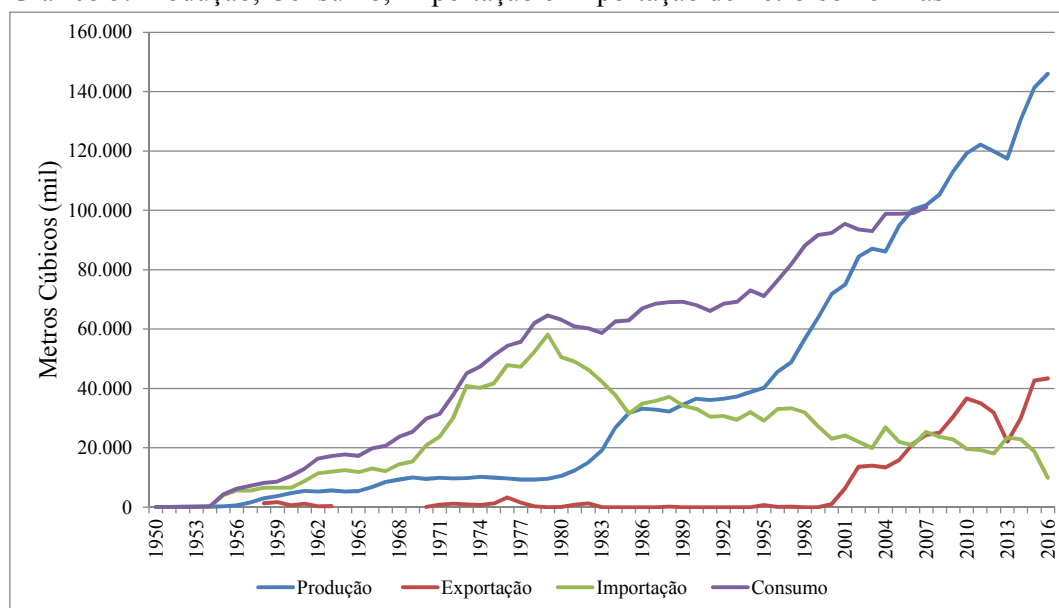
Conforme notado acima, os bens industriais não apenas ganharam espaço, mas também importância fundamental dada a dependência energética que o Brasil possuía em seu processo de industrialização. Como pode ser verificado no Gráfico 6, apenas nos anos 2000 a produção interna encontrou com o consumo aparente interno. No período do “milagre”, o consumo de petróleo aumentou sobremaneira por conta do baixo custo da importação, além da própria entrada de capitais estrangeiros por conta da alta liquidez no cenário internacional. A conjuntura se inverteria na década seguinte, em dois momentos cruciais, 1973 e 1979, em que o preço do petróleo disparou no primeiro momento do

⁶⁷ Segundo dados do Banco Mundial, série “Trade (% of GDP)”, código “NE.TRD.GNFS.ZS”.

patamar de três dólares por barril para cerca de doze dólares; além disso, a liquidez mundial que havia se expandido sobremaneira diminuiria sensivelmente.

Conforme chama atenção Hermann (2011:78-79), o período iniciado em 1974, com o governo do presidente Geisel, se caracteriza pela “busca [d]a superação da dependência externa, investindo na ampliação da capacidade de produção doméstica de bens de capital e petróleo”, conclui ele que, “ao longo prazo, contribuiria para reduzir também a dependência financeira”. Gremaud (2002) também chama atenção para a tentativa de redução da necessidade de importar que afetassem as contas externas.

Gráfico 5. Produção, Consumo, Exportação e Importação de Petróleo no Brasil



Fontes: Agência Nacional do Petróleo (ANP), séries: Produção - petróleo - qde. - Metro cúbico (mil); Exportações - petróleo - qde. - Metro cúbico (mil); Importações - petróleo - qde. - Metro cúbico (mil); Consumo aparente - petróleo - qde. - Metro cúbico (mil).

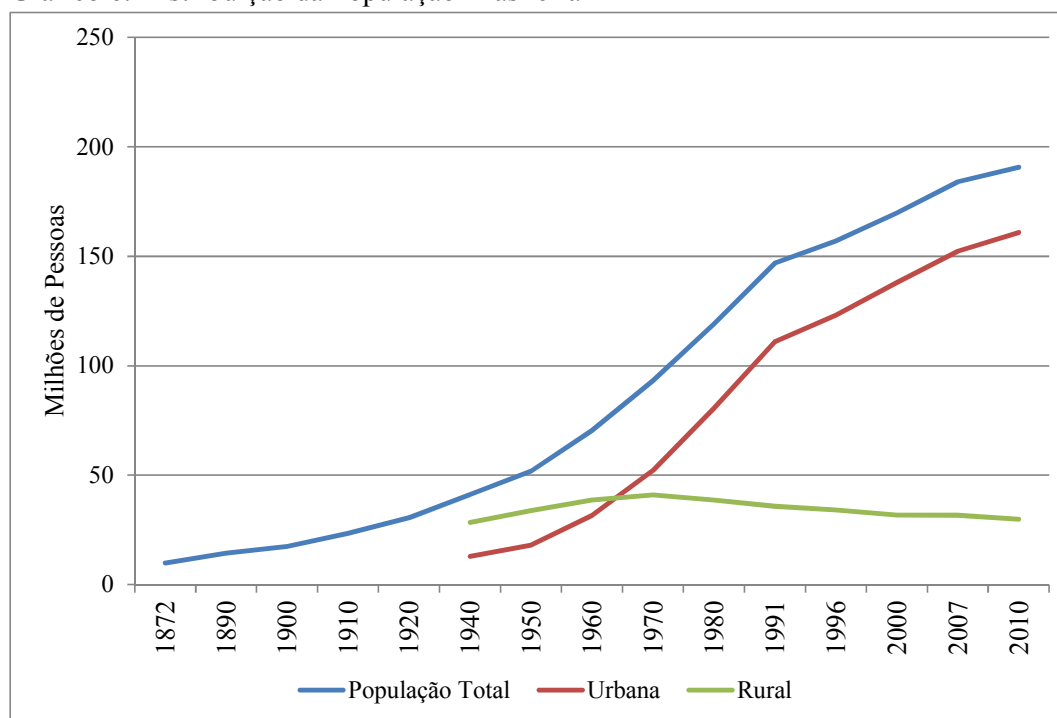
Nesse sentido, a busca constante do aumento da produção da indústria de transformação e da própria capacidade dissuasória de maneira mais autônoma foi enfrentada pelo governo com uma nova política de exportações, a Política Nacional de Exportações de Material de Emprego Militar (PNEMEM), construída em 1974 e que buscava, por uma série de incentivos, estimular a exportação para compensar a baixa demanda interna – além da criação de empresas, como a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), para fazer frente a tal estratégia (DOMINGOS; LIRA, 2017).

Nesse contexto, as relações com o Iraque, de exportação de material bélico em troca de petróleo, figuram como uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro para manter o incremento produtivo industrial em tempos de dificuldades, além da própria produção interna de petróleo que teve expressivo aumento durante a década de 1980.

Segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, as exportações brasileiras de armamentos entre 1974 e 1983, cresceram a uma taxa média de 23,7%.

Como resultado mais substancial desse processo brasileiro de industrialização, coordenado a partir de um projeto nacional com fundamentos geopolíticos, certamente se deu em relação ao aumento da população brasileira e à explosão da massa urbana (Gráfico 6). Até a década de 1960, a população rural no Brasil ainda era majoritária, apesar do crescimento da população urbana se realizar em uma taxa muito maior desde os anos de 1940. Entre 1940 e 1980, a população brasileira total cresceu a uma taxa média de 2,8%, nesse mesmo período a taxa média do crescimento da população urbana foi, aproximadamente, 80% maior. Do período que vai de 1940 a 1960, a taxa de crescimento da população urbana foi de 4,84% ao ano, contra 1,6% de crescimento da população rural; no período subsequente, entre 1960 e 1980, o crescimento urbano supera os 5% ao ano e o ritmo de expansão da população rural cai 1,34 pontos percentuais, para 0,31% ao ano.

Gráfico 6. Distribuição da População Brasileira



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Constas Nacionais Referência 2000, séries: População Residente Total; População Residente Urbana; População Residente Rural.

3.1.1 Forças políticas resultantes do processo de desenvolvimento nacional

A partir das mudanças estruturais apresentadas e da reabertura política nos anos de 1980, dois movimentos importantes vão se configurar na sociedade brasileira: (i) em termos de jogo político, a formação dos partidos que se apresentariam nas décadas seguintes como o núcleo de disputa de um projeto para o Brasil, e; (ii) em termos estruturais, pela formação de uma camada majoritária da população que se colocaria abaixo da formalidade, ou seja, abaixo do proletariado criado pela crescente industrialização brasileira durante todo o século XX, e cuja representatividade política seria alvo de disputa no jogo eleitoral aberto nos anos de 1980.

Do ponto de vista das representações políticas, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) colocaria em nova roupagem a disputa desenhada desde 1930, agora já em uma sociedade urbana e industrial.

A despeito do esvaziamento dos sindicatos e das organizações trabalhistas desde 1964, alijando a classe trabalhadora da política nacional, a industrialização levada a cabo pelos militares criou, como vimos, uma massa populacional ligada diretamente e indiretamente ao setor industrial. A impossibilidade da formação de um partido político no contexto dos anos de 1970, não impediu a organização política da parcela formal dos trabalhadores em torno dos sindicatos setoriais no núcleo do desenvolvimento produtivo brasileiro. Na região conhecida como ABC paulista⁶⁸, desenvolveu-se o que ficou conhecido como “novo sindicalismo” que, a princípio, se organizava em torno do conflito distributivo capital-trabalho; de forma pragmática, se debruçava sobre as reposições salariais perdidas desde 1964/1965.

Nesse contexto, destacam-se as lutas levadas a cabo pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e as greves do final dos anos de 1970. Dentre elas a mais longa e simbólica se estendeu durante quarenta e um dias, no ano de 1980. Tal processo alavancou o nome de Luiz Inácio “Lula” da Silva, militante sindical desde 1972 e que chega a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1975⁶⁹.

Coetaneamente a esse processo, novos movimentos sociais se dinamizaram, entretanto, ainda que sem muita capacidade de coesão e unificação em torno de uma força

⁶⁸ Região compreendida, principalmente, pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Ainda que não raramente o conceito se estenda para outras cidades da região metropolitana de São Paulo, cuja movimentação política foi também de suma importância para o movimento dos trabalhadores, como Diadema e Mauá.

⁶⁹ Além da bibliografia sobre o período, documentários retratam esse período. O mais antigo deles, de 1982, “Linha de Montagem”, focado nas greves do final da década de 1970; em 2004, o cineasta Eduardo Coutinho lançou o documentário “Peões”, e; mais recentemente, de 2017, o documentário “Chão de Fábrica: a história do novo sindicalismo”, de Renato Tapajós, realizado como série para televisão.

política. Como chama atenção Ana Maria Doimo (DOIMO:1995), o surgimento de grupos em um amplo leque de organizações desde a política estudantil até a própria Igreja Católica – como o movimento da Teologia da Libertação - pressionavam o governo em questões ligadas a própria estrutura da vida no Brasil. Movimentos que lutavam por moradia, saúde, contra o desemprego e, mais adiante, na organização na luta pela terra, com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST), em 1984. Segundo a autora, esse novo fluxo de movimentos sociais possuíam um caráter “ético-político” ligados à luta democrática, ainda que do ponto de vista organizacional se demonstrassem fragmentados e com poucos pontos de conexão sobretudo pela conjuntura que impossibilitava movimentos políticos.

A reforma da lei partidária em fins de 1979, e o desmanche dos dois partidos legais instaurados pelo governo militar na segunda metade dos anos de 1960, abriram a possibilidade da reestruturação das forças políticas no Brasil. Como chama atenção Margaret Keck, diferentemente de outras vertentes políticas que viriam a se tornar agremiações pelo país, a formação de um partido “de baixo pra cima” esbarrava em questões de cunho prático, resultado de um longo período de desestruturação das bases populares (KECK, 2010). Dessa maneira, como chama atenção a autora, a busca pela incorporação de outros grupos, com outras demandas sociais, se dava por duas necessidades: uma formal e uma estratégica. Pelo lado da forma, ainda segundo Keck, o Art. 5 da Lei de Reforma Partidária proibia a representação de classe, ou um “partido de classe”, o que trazia a preocupação de se o partido seria aprovado pela justiça eleitoral. Pelo lado da estratégia, a questão da representatividade e da possibilidade de luta dentro do congresso surgia também como uma preocupação, já que a organização do Partido possuía limitações claras quanto ao alcance nacional.

A saída, como chama atenção Celso Roma, foi a da constituição de um partido pluralista de tendências socialistas. *“La valorización de la democracia popular en el ámbito de un proyecto socialista funcionó como punto de convergencia para grupos sociales que tenían en su horizonte preocupaciones más sociales”* (ROMA,2006:157), em cujo centro estariam a representação e educação das classes trabalhadoras. Portanto, uma construção em que predominasse a *“democracia interna, jerarquia y disciplina en la toma de decisiones del partido”* (Ibidem).

Em 10 de fevereiro de 1980, no tradicional Colégio Sion de São Paulo, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores (PT). As lutas sociais aparecem então como o mote central do partido, que nas palavras de fundação, nascia “após prolongada e dura resistência democrática”, como uma novidade na sociedade brasileira pela congregação, além dos operários industriais, de “assalariados, do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados” (PT, 1980). Abrindo, assim, espaço para a representação de grupos aliados da política nacional.

Em seu manifesto fundacional, o Partido trazia ainda a preocupação com o modelo de desenvolvimento do país e a preocupação quanto à utilização dos ativos nacionais. Por conta da matriz socialista, a questão do imperialismo aparece destacada no Manifesto, como, por exemplo, na necessidade de os recursos naturais serem colocados em prol do desenvolvimento nacional inclusivo, de modo a se afastar da relação capital nacional e internacional que havia gerado a exclusão da massa trabalhadora. Nas palavras do Manifesto, para que isso ocorresse seria preciso “que as decisões sobre a economia se [submetessem] aos interesses populares”. Entretanto, o diagnóstico era o de que “esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base”, de modo a efetivar “o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade”. “Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quanto o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras”. (Ibidem).

Dessa forma, o partido nascido da luta do proletariado em um espaço específico do território brasileiro buscou ampliar-se de forma a ganhar corpo na luta pela democratização das riquezas nacionais e na busca pela mudança de ordem em termos do desenvolvimento capitalista brasileiro e sua forma de inserção no jogo internacional, ainda que a partir de uma leitura essencialmente econômica.

Por seu turno, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu quase uma década depois da fundação do Partido dos Trabalhadores, tendo origem no próprio sistema político eleitoral. Majoritariamente oriunda de quadros congressistas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a facção que viria a constituir o núcleo duro do partido rompe com seu partido de origem na conjuntura da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, e funda o PSDB. A raiz desse rompimento é tratada pela literatura ligada ao partido como um rompimento ideológico por meio de um grupo “mais à esquerda” que não compactuava com a tomada de posição da cúpula do PMDB de então.

No conjunto dessas divergências, Raúl Sanchez (SANCHEZ, 2003) destaca já no início da década de 1980, a oposição interna entre Orestes Quércia e Mário Covas, sendo o grupo ligado ao primeiro enquanto corrente majoritária no partido. Olavo Júnior (JÚNIOR, 2010) segue posição parecida ao apontar também as divergências ideológicas no momento da posição assumida pelo PMDB em relação à ampliação do mandato do governo de José Sarney e ao tipo de governo que se institucionalizaria no Brasil como fonte do rompimento; tendo o grupo que formaria o PSDB se posicionado pelo parlamentarismo. Além desses dois pontos, dentro da tese que reafirma diferenças ideológicas, a aproximação do PMDB em relação ao Partido da Frente Liberal (PFL) teria sido o divisor de águas (LAMOUNIER, 1989).

A despeito de tal narrativa, alguns pesquisadores pontuam que a questão tenha sido, de fato, mais pragmática do que ideológica. Celso Roma aponta que “essas interpretações valorizam em demasia o aspecto ideológico como variável explicativa da fundação do PSDB”, dada as evidências factuais que se seguiriam à formação do partido.

Pois, como aponta o autor, quando conquistou o governo, “o fez em coligação com o PFL, que, juntamente com o PMDB, compõe a coalizão legislativa de sustentação ao presidente Fernando Henrique Cardoso já em dois mandatos consecutivos.” Além disso, “empenharam-se na aprovação da emenda da reeleição que, na prática, possibilitou ao presidente Cardoso prorrogar seu mandato de quatro para oito anos” (ROMA, 2002:73).

Conforme aponta André Guiot, desde a sua fundação e nas posições realizadas pelo núcleo do partido, a política delineada para o Brasil pouco lembrava as posições da social democracia clássica. O norte neoliberal, segundo o pesquisador, se colocava como projeto desde seus primeiros dias, como por exemplo, a partir da ideia de “choque de capitalismo” pronunciada por Mário Covas no Senado. Declarava ele: “o Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo”, seguia ele, “vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis” (COVAS, 1989 apud GUIOT, 2006:122).

O “Manifesto ao povo brasileiro”, a carta de criação do PSDB, elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra (GUIOT,2010), apontava que o partido teria como objetivo colocar fim ao “populismo personalista e ao autoritarismo concentrador do poder e da riqueza”, para tanto o parlamentarismo aparece como um tipo de governo necessário, além da necessidade de redefinição do pacto federativo, “objetivando a desconcentração dos poderes, descentralização administrativa e do orçamento até o nível municipal das ações do Governo”.

Tais reformas seriam a base da reorientação dos instrumentos da gestão da economia por meio da redefinição das prioridades e controle dos gastos fiscais do país e das finanças públicas, tendo como principal objetivo a inflação e suas consequências para a população. Dessa forma, o PSDB apontava como problemas centrais ao país: o patrimonialismo, corporativismo, populismo econômico e o clientelismo. Segundo André Guiot (2010:235-236), ao explicitar tais pontos, o PSDB “recuperava as críticas populares a alguns problemas do Estado e elaborava propostas para atacá-las, mas subordinando-as às percepções específicas das frações das classes hegemônicas”⁷⁰.

⁷⁰ No final da década de 1970, o governo Geisel havia ampliado a participação do Estado nas decisões econômicas nacionais, excluindo boa parte dos industriais e empresários brasileiros do direcionamento econômico do Brasil e centralizando ainda mais as decisões de investimento e gastos fiscais. Em grande medida, a busca pela maior centralização esteve ligada à mudança na relação com os Estados Unidos que fora construída o desenrolar do século XX (Capítulo 1). Tal mudança se processa ainda dentro de uma ampla reestruturação global da política estadunidense. O conjunto de eventos compreendido na década de 1970 foi, em muitos sentidos, divisor de águas para o sistema interestatal capitalista. O rompimento do padrão monetário dólar-ouro e a configuração do padrão dólar-dólar, sem nenhuma paridade fixa, representaram não apenas o fim da posição “benevolente” em relação aos países perdedores da Segunda Guerra, mas também uma novidade em termos históricos (SERRANO, 2002). Em termos geopolíticos, o período marcou a mudança da estratégia estadunidense exposta anteriormente, com a reestruturação do enfrentamento contra os soviéticos por meio da recondução do pivô geopolítico para o pacífico, mais especificamente para a China (KISSINGER, sobre a china). Do ponto de vista do governo

Por sua própria composição, contando com alas social-democrata, liberal e democratas-cristãos (GUIOT, 2006:116) e de fortes forças regionais tradicionais em seu cerne, o partido “*construyó una estructura de decisión descentralizada, con autonomía de los líderes en la toma de decisión interna y escassa participación de los demás afiliados.*” (ROMA, 2006:155). Dessa maneira, o partido se configurou de forma bastante distinta da social-democracia europeia, cuja conexão se dava a partir da ligação com a massa trabalhadora organizada em sindicatos.

A despeito de a parcela autodenominada social-democrata aparecer como majoritária a princípio, a própria estruturação do partido, como vimos, o afastou dessa posição, tornando-o um partido de traços liberais. Tal como os partidos republicanos no final do século XIX e início do século XX possuíam muito pouco do republicanismo, a social democracia no país se apresentou de uma maneira muito *sui generis*, sem bases populares e com o neoliberalismo como ideologia. Como chama atenção Olavo Junior, desde sua fundação “o partido foi alvo de críticas, sobretudo provenientes da esquerda, em função do nome escolhido (..) a retórica e a ação políticas do PSDB logo deixariam claro que não se tratava de um partido de fato social-democrata” (JÚNIOR, 2010).

Em 1988 o PSDB já nascia com grande representatividade no parlamento brasileiro e teria seus quadros aumentados na década seguinte por meio dos resultados positivos do próprio partido no jogo eleitoral. Em seu primeiro momento, o PSDB já contava com sete senadores e trinta e sete deputados federais, mas de fato expandiu seus quadros no fim da primeira metade da década de 1990, se colocando como a representatividade de um movimento global chamado de “Terceira Via”.

3.1.2 As massas urbanas enquanto objeto de disputa política

Além desse movimento de conformação do jogo político no Brasil após a abertura da década de 1980, outro fator de grande importância na mudança estrutural na sociedade brasileira foi, como apontamos, a ampliação de uma vasta parcela da população ligada à economia industrial, porém de maneira informal. Esse contingente que André Singer se refere como “subproletariado” e Jesse Souza como “ralé”⁷¹ brasileira vai se configurar

brasileiro, a tentativa de resistir a tal mudança foi a de criar centralizar novamente os mecanismos do Estado para realizar um “salto à frente” no projeto desenvolvimentista. Diversas foram as ações tomadas, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), fundado em 1974, foi o espaço em que a grande maioria dos empresários que haviam se integrado o governo em 1964 foram, à época, excluídos. Tal mudança de rumo tomada pelo governo elevou o empresariado, principalmente o paulista, ao nível de oposição, que, como chama Jesse Souza (2016), vestiu a camiseta da democracia quando conveniente.

⁷¹ “É a classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”,

nas décadas seguintes no grande espaço de disputa política no acesso à máquina central do Estado nacional pelos partidos políticos.

A noção de uma população sub-allocada no sistema produtivo não é nova na explicação da economia brasileira. A perspectiva do subdesenvolvimento do economista Celso Furtado (2003) já apresentava a ideia de um sem-número de pessoas alocadas de maneira informal na dualidade do subdesenvolvimento, uma especificidade de desenvolvimento que congrega setores modernos e setores arcaicos, em uma economia rural, primário exportadora, que limitava o escopo produtivo nacional por não dar sustentação a um processo econômico endógeno por conta da heterogeneidade estrutural.

Caio Prado Jr apontava para o mesmo sentido quando falava da massa de miseráveis, uma herança colonial que constituía um aglomerado populacional inessencial. Em suas palavras, diferentemente do processo ocorrido em países em cujo capitalismo se processava de maneira a compor um “corpo social entrosado”, em sociedades como a brasileira tal fato não ocorreria enquanto essência, pois:

“estruturada essencialmente a partir do nada – isto é, formada com um povoamento exógeno, imigrado, de europeus, africanos, indígenas deslocados, reunidos em áreas antes desocupadas – sociedades estruturada desde logo na base na base do *negócio*, com uma economia organizada fundamentalmente para o atendimento de necessidades estranhas, de outras coletividades, e não da grande massa que a compõe, e que participaria dela não como consumidor mas unicamente como contribuinte com sua força de trabalho para a realização do negócio objetivado (...) determinando com isso a tendência histórica para a conservação da massa da população sem outro papel e perspectiva que o fornecimento de força de trabalho no mais baixo nível material e cultural possível” (PRADO Jr.,2004:247).

Havia então, na perspectiva de Furtado, um consumo da elite deslocado da Produção interna, além da interpretação de falta de poupança por conta do consumo de luxo da elite, e, do ponto de vista de Caio Prado, um vasto contingente da população, parcela majoritária do Brasil, cujo consumo se apresentava em níveis extremamente baixos, dado o seu nível de renda, e que inviabilizariam a produção voltada ao mercado interno. Ou seja, uma dicotomia aparentemente incontornável na sociedade mantida a tendência de inserção colonial.

É sobre essa suposta dicotomia que Francisco de Oliveira vai se debruçar e demonstrar que, em realidade, há uma interconexão entre ambas as esferas, que se combinam para constituir um sistema em detrimento dessa parcela do “setor terciário”,

de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes e perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violências”, “segurança pública”, “problemas da escola pública”, “carente da saúde pública”, “combate à fome” etc”. (SOUZA, 2009:21).

ligado a serviços derivados do processo de industrialização do Brasil. Como aponta Oliveira (2003:54), a participação do setor fica em média entre 53% e 55% do produto interno líquido, considerando o período entre 1939 e 1969, enquanto que a força de trabalho cresceu 15 pontos percentuais no mesmo período, chegando a 38%. Ou seja, a absorção da massa no mundo do trabalho se dá tanto de maneira formal no centro da industrialização quanto de maneira informal. Assim, o tamanho do setor terciário, “numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estreitamente ligada à acumulação urbano-industrial”. Portanto, “a aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (Ibidem:56).

André Singer (2012), apoiado em trabalho realizado por Paul Singer⁷², aponta que essa parcela do que chama de “subproletariado” representava já nos anos de 1980 pouco menos de 50% da população economicamente ativa no país, contra cerca de 30% do proletariado, ou seja, da população vinculada formalmente ao setor industrial - com “carteira assinada”. Segundo o autor, este grupo completamente precarizado vai se tornar essencial no jogo eleitoral, pois teria capacidade desequilibrar a disputa entre os partidos por conta de seu tamanho e proporção.

Ainda sobre esse grupo, a quem os cientistas sociais brasileiros destacam como um produto do processo de desenvolvimento, Jesse Souza (2009) chama atenção pela sua constituição não apenas como classe dentro de um processo econômico estrutural. A “ralé”, essa parcela alijada e retardatária do capitalismo brasileiro, “constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa”, mas também seria desprovida de essencialidade, ou de “aspectos fundamentais”, como chama o autor; desprovido “das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação”. Em seu livro, “Batalhadores Brasileiros”, Jesse (2012) chama atenção para as formas de sobrevivência da “ralé” ao descrever a precarização e a relação com a sociedade em que trabalhadores do telemarketing, por exemplo, são sujeitados – posições similares a que Oliveira (2003) chama a atenção ainda na década de 1970 para os lavadores de carros e pequenas mecânicos de reparos que surgiam atreladas à produção automobilística.

Apesar do consenso sobre essa parcela sub-aproveitada e caudatária do processo de industrialização do Brasil, André Singer e Jesse Souza destoam quando pensam a principal forma de oposição política no país a partir desse grupo majoritário. Para Souza (2012), a oposição principal se daria muito mais em categorias como “excluídos” e “incluídos” do que pela tradicional relação entre trabalhadores e burgueses, ou o tradicional pensamento de “classes” que permeiam as epistemologias marxistas e weberianas. Esse conflito central é, segundo o autor, base de uma “sociedade periféricamente moderna”, de oposição entre “uma classe excluída de todas as

⁷² Ver Paul Singer (1981), Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil.

oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes que são, ainda que diferencialmente, incluídas”, sobretudo dentro de categorias de recorte economicista (SOUZA, 2009:25). Para André Singer, a posição de Jesse Souza deixa de lado a “oposição entre o capital e o trabalho [que] define o destino de toda a época em que vivemos”, dessa forma, seria, para o autor, necessário “integrar o problema da exclusão ao conjunto das relações de produção, se quisermos desvendar a totalidade” (SINGER, 2012:43).

Do nosso ponto de vista, a formulação de Jesse Souza traz elementos de uma complexidade maior do que a da disputa apenas no mundo material, ou circunscrito a esse - ainda que a análise de André Singer seja importante para mostrar o que chama de “alinhamento” da classe subproletária, ou a “ralé”, a um governo de origem popular, ou seja, se libertando da velha amarra política vinculada à sua sobrevivência⁷³ que criava um movimento difuso de desejo de avanço econômico, porém aversão a rompimentos bruscos politicamente no país.

Nesse sentido é que Jesse Souza chama atenção para a importância da formação do caráter coletivo informado pela identidade nacional, pela ideia de “mito nacional”, enquanto imaginário social:

“O ‘mito nacional’ é a forma moderna por excelência para a produção de um sentimento de ‘solidariedade coletiva’, ou seja, por um sentimento de que ‘todos estamos no mesmo barco’ e que, juntos, formamos uma unidade. Sem a construção de um sentimento de ‘pertencimento coletivo’ desse tipo, não existe nação no sentido moderno, nem sentimento de compartilhamento de uma mesma história e de um mesmo destino” (SOUZA,2009:29).

Ainda sobre a questão complexa de expressão de um conservadorismo político e a busca pelo progresso econômico, é que Singer (2012) vai apresentar a conjuntura da primeira eleição para presidente no Brasil após vinte e um anos de ditadura. Segundo o autor, a derrota do Partido dos Trabalhadores se deveu, em grande medida, pelo voto dessa classe subproletariada que via na figura de Luis Inácio Lula da Silva o líder grevista da década anterior. O retrato desse processo pode ser visto a partir das pesquisas de intenção de voto para o segundo turno da eleição: nas famílias que recebiam até dois salários mínimos, Lula obtinha 41% de intenção de votos, enquanto Fernando Collor, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), candidato apoiado pela grande mídia, obtinha 51% das intenções; no lado inverso da pirâmide social, em famílias que a renda ultrapassava dez salários mínimos, a intenção de voto para Lula era de 50% contra

⁷³ O texto de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil”, lançado originalmente em 1948, é uma das grandes referências para esse tema.

40% de Collor; em realidade, Lula ganhava, segundo dados da pesquisa eleitoral⁷⁴, em todos os domicílios com renda acima de dois salários mínimos.

À época, Lula reconhecia que fora vencido exatamente pela população mais pobre do país: “a verdade nua e crua é que nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos”, continua ele, “a minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo (...) Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida” (SINGER, 1990:98-99). A eleição de 1989 levou essa parcela ampla da população a vencer Lula e em 1994 a levar ao governo Fernando Henrique Cardoso ao poder, em um período de elevada inflação, em que o sociólogo era Ministro da Fazenda do governo anterior. André Singer argumenta então, que o “realinhamento político”, ou seja, a conexão a real oposição entre ricos e pobres no Brasil vai ocorrer na reeleição de Lula da Silva, já em 2006, no que caracteriza como “Lulismo”, um governo que propõem um reformismo gradual em um pacto conservador com a classe proprietária.

Do ponto de vista do interesse imediato dessa tese, o projeto político colocado em marcha na última década do século XX altera de maneira radical a forma de construção da identidade de segurança nacional do Brasil. Como veremos, nem mesmo os traços da herança luso-brasileira em termos da geopolítica que perpassa desde o período colonial, imperial e por toda a turbulenta “era desenvolvimentista” dão lugar a uma nova narrativa profundamente economicista de leitura da própria formação do país e de suas possibilidades no mundo. Tal identidade, fortalecida pela conjuntura global e regional, vai dar sustentação a uma agenda de segurança que coloca em outras claves as ameaças ao Brasil, porém mantendo no horizonte questões internas ao país.

Assim, o retorno a uma agenda baseada numa visão tradicional da geopolítica brasileira, atualizada para o momento contemporâneo, vai se desenvolver exatamente no período em que o tradicional liberalismo oligárquico das forças regionais brasileiras vai ser pressionado pela força política que advém da parcela da população forjada pelo processo de industrialização do Brasil – industrialização pensada a partir do jogo da guerra que se desenvolveu, como vimos, desde a Revolução de 1930.

3.2 O retorno à inessencialidade econômica e a agenda de segurança no limiar do século XXI

Na atual seção teremos como principal objetivo demonstrar a agenda de segurança colocada em prática na última década do século XX. Para tanto, a seção divide-se em três partes em que: (i) apresentaremos a interpretação economicista que permeia a percepção da elite que forjou no Brasil uma agenda baseada em sua vertente interna de ameaça; (ii)

⁷⁴ Dados retirados da Pesquisa Ibope. Pesquisa com amostra nacional de 3650 eleitores realizada entre 13 de dezembro de 1989. Reproduzida em Singer (2012:224).

o contexto de mudança da agenda continental propagada desde os Estados Unidos, e; (iii) propriamente a agenda constituída no Brasil a partir da chegada de tal elite ao poder e a convergência ao projeto estadunidense para a América Latina.

3.2.1 Uma elite inessencial: a definição pela dependência

Ainda que a elite militar que assumiu o governo brasileiro em meados da década de 1960 tenha atrelado o projeto nacional a um projeto mais amplo liderado pelos Estados Unidos, os mesmos mantiveram uma coerência em torno de um projeto de modernização produtiva focado em uma leitura política do espaço nacional. Na última década do século XX, muito pouco havia sobrado dessa percepção que havia conduzido - não sem turbulências, oposições e contradições - o país à consecução de um Estado moderno.

Conforme notamos anteriormente, após a abertura política do Brasil e a realização de eleições no final da década de 1980 e na primeira metade de 1990, levou ao poder um projeto de país cujo objetivo central era o de buscar uma inserção competitiva, em termos econômicos.

Por conta da ligação direta entre interpretação sobre do processo de desenvolvimento brasileiro e a formulação das políticas por determinado grupo que acessa o núcleo estratégico do Estado durante quase uma década, é que se faz necessário entender os meandros dessa percepção sobre o Brasil, bem como as suas possibilidades de futuro. Tal interpretação se tornou um importante condicionante das formulações de políticas públicas no Brasil, inclusive nas políticas de Segurança e na estratégia de Defesa. Dessa maneira, a produção de Fernando Henrique Cardoso tornou-se um elo importante entre identidade e segurança da política de defesa para a América Latina formulada nos Estados Unidos desde o final dos anos de 1970, e colocada em prática desde o início dos anos de 1990.

Um ponto essencial da obra de Cardoso, analisada aqui em três tempos, é a da constituição de uma elite dependente em sua essência, de própria definição enquanto dependente. Ou em termos dialéticos, como um reflexo negativo de seus pares forâneos centrais do capitalismo global.

Em sua tese de doutoramento (1962), “Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional”, Fernando Henrique Cardoso recorre à dialética marxista - ou a uma visão materialista-dialética - para pensar a totalidade de determinada formação social. Em sua percepção, recorrer ao método dialético de origem marxista não significava remontar um padrão único, mas antes entender as especificidades formadas em um processo global e que constituem o próprio limite de cada sociedade a partir de relações inscritas em sua unidade, bem como na totalidade da relação entre as demais unidades: “desse ângulo, portanto, a importância metodológica do conceito de totalidade não diz respeito apenas à necessidade que ele supõe da retenção e explicação de situações globais” (CARDOSO,

2003:29), mas também “transforma-se numa perspectiva de interpretação para a análise de cada um e de todos os fenômenos sociais”. Ou seja, a constituição de sociedades específicas ligadas a um processo mais amplo, mas ainda como momentos específicos do global e que teriam, assim, diferenças importantes em essência:

“a totalidade assim entendida pressupõe não apenas a existência de diferenças numa unidade, mas também a existência de “conexões orgânicas” que explicam, ao mesmo tempo, o modo de inter-relacionamento existente entre as determinações que constituem as totalidades e o próprio processo de constituição das totalidades. Noutros termos, quando se afirma que a análise dialética na sociologia assume uma perspectiva totalizadora, diz-se, implicitamente, que ela visa descobrir as determinações essenciais, capazes de explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interações social quanto as condições e efeitos de sua manifestação.” (Ibidem).

Assim como em outras formas de organizações sociais que se distanciavam da expressão do capitalismo no Brasil, a complexidade da estrutura socioeconômica era funcionalmente articulada com a totalidade sistêmica, apresentando as oposições inscritas dentro de tal formação. Apontando, assim, as possibilidades políticas na dinâmica de um movimento social específico. Portanto, ainda que um plano conceitual geral – o do capitalismo global – seria importe e necessário para a definição de categorias explicativas da estrutura, o plano singular não seria mera ilustração do geral.

Neste estaria contido, então, os dados objetivos que não o espelhariam como simples reflexo do geral, uma simples reprodução; mas antes possuiria categorias vívidas de expressão do jogo de forças internas. Não é a toa que a interpretação parta do Brasil escravocrata, mesmo a análise se restringido ao sul do país. O próprio autor reconhece que a própria característica desta – uma economia subsidiária de um sistema mais amplo de uma economia primário exportadora para os países centrais - faz com que ela possa ganhar caráter amplo para todo o Brasil: “dentro dos limites de generalização requeridos pelo método de interpretação utilizado, servir para a caracterização da estrutura social escravocrata brasileira e da forma que a interação entre senhores e escravos assumiu nela” (Ibidem: 345).

Tal percepção firmada em “Capitalismo e Escravidão” é a pedra angular do entendimento acerca da sociedade brasileira e que vai ser expandido mais adiante para toda a América Latina em sua interpretação acerca das possibilidades de desenvolvimento para a região. Pois, ao fixar-se no materialismo dialético, ainda que em uma interpretação bastante heterodoxa, Cardoso realça as contradições inerentes às sociedades, retirando seu caráter estático e apontando as oposições referentes a cada sociedade como possibilidades históricas inscritas em sua estrutura e que ganham vida por meio da politização; do mesmo modo das oposições, estariam também as possibilidades de acomodações em relação a tais oposições. Portanto, colocadas à prova de força em momentos distintos da história, as oposições ganhariam distintas roupagens expressando condições histórico-estruturais. Ou seja, não haveria, por princípio, o caráter de

inevitabilidade histórica dos fatos, mas estes antes se inscreveriam dentro de tais oposições.

A construção teórica afirmada em sua tese é o fio condutor nas análises realizadas anos mais tarde. Exemplo disso é a percepção que o autor apresenta no livro de 1964, “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil” (CARDOSO, 1972). Discutindo primeiramente com autores consagrados do desenvolvimento econômico como Joseph Schumpeter e Walt Whitman Rostow, Fernando Henrique Cardoso vai destacar o caráter formal em que o empresariado assume em tais teorias. Cardoso, a despeito de apontar o caráter empreendedor e inovador do empresariado como condições importantes, assume não serem esses suficientes. A capacidade de realizar a produção, a distribuição e acumulação passam pela via política de realização, cujo processo na periferia se dá de maneira diferente. Dessa forma, as características do empresário no centro do capitalismo não poderiam ser meramente transplantadas ao subdesenvolvimento. Portanto, tratava-se de se ater ao processo de formação do empresariado brasileiro.

As conclusões apresentadas no livro de 1964 seriam resultados de uma pesquisa empírica no substrato industrial paulista, que supostamente lideraram o processo de industrialização. A pesquisa apontaria, então, para a impossibilidade do desenvolvimento articulado pelas teorias do nacional-desenvolvimentismo, ligados tanto ao ISEB quanto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - desenvolvimento pensado por meio de um processo endógeno de crescimento -, pois o protagonismo político não seria encontrado na classe empresarial brasileira. Em outra chave, Cardoso apontava que a burguesia nacional não desejaria tal protagonismo.

Conforme aponta Marcelo Dias, “o estudo empírico de Cardoso revelava que a burguesia de um país periférico como o Brasil era refratária tanto à ideia de assumir-se como classe politicamente dominante”, o que implicaria enfrentar os tradicionais setores ligados à grande propriedade rural – de onde muitos derivavam -, além de serem refratários também “à possibilidade de desenvolver-se autonomamente, por meio de capitais próprios ou nacionais”, implicando a sustentação de uma oposição a capitais externos dominando setores essenciais para o capitalismo nacional (DIAS, 2012:116).

A condição *sui generis* do empresariado industrial brasileiro, enquanto ator que diferenciado em relação aos seus pares europeus e estadunidenses, já havia sido levantada por outros pesquisadores brasileiros. Entretanto, a análise de Fernando Henrique Cardoso aponta para questões que seriam imprescindíveis para que o autor caracteriza-se a condição de dependência da mentalidade da elite econômica brasileira e, conseqüentemente, do próprio país – extrapolando, mais adiante, tal percepção para toda a América Latina.

O cerne da questão da produção, distribuição e da acumulação teria como denominador comum entre os industriais paulistas a busca pela segurança no processo de contínua diferenciação em termos econômicos aos demais substratos da sociedade. Uma derivação essencial dessa posição seria o abrir-de-mãos em relação à hegemonia sobre a

sociedade, criando espaço para a associação com o capital estrangeiro que poderia, até com o desejo dos industriais, assumir tal posição.

Por sua parcela nada desprezível da hereditariedade oligárquica e rural dos industriais, à “opção” do empresariado paulista Cardoso denominou de “subcapitalismo”, ou seja, sujeito à determinação da vontade externa, fechada politicamente a aparição de grupos de pressão interno e excludente em termos econômicos. Ainda nesse ponto de sua análise, Fernando Henrique Cardoso parecia ainda apontar para a possibilidade de uma modernização proveniente de outras formas de organizações políticas: “resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que são capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país.” (CARDOSO, 1964:1972). Hipótese que seria abandonada quando da produção do livro “Desenvolvimento e Dependência na América Latina”, na década de 1970, em conjunto com Enzo Faletto.

Conforme chama a atenção Marcelo Dias (2012:124), o diferencial da análise de Cardoso e Falleto se dá pelo “foro privilegiado” ao problema histórico do poder político interno e a ausência de autonomia em relação ao sistema capitalista internacional. Diferentemente das demais análises realizadas em torno do conceito de dependência⁷⁵, a chave política seria o caráter fundamental da situação de dependência, que vai além da expansão capitalista, como um mecanismo em que se materializam os condicionantes inscritos na própria sociedade dependente.

Tal materialização tem ligação direta com a autonomia relativa de cada unidade, segundo os autores, no momento de rompimento com o “pacto colonial” e a instauração de países independentes. Em um primeiro momento, as mudanças na colônia são em relação direta com a metrópole e a sua forma própria de inserção global; enquanto que com o movimento anticolonial e o rompimento do “pacto”, novas ambiguidades são inseridas na realidade dessa unidade.

A independência, então, é permeada por um leque de “amarras coloniais” ligadas à economia mundial moderna: a dependência que antes se via ligada formalmente à metrópole agora assume caráter mais complexo (CARDOSO; FALLETO, 2010:34). Novas formas de contradições surgem nesse processo, sobretudo na principal problemática dos países dependentes. Para Cardoso e Falleto, mesmo as lutas política internas que buscam maior autonomia à vida nacional têm sua fortuna estritamente relacionada com a objetividade da economia mundial; em uma relação direta com a sua capacidade de autonomia frente aos laços econômicos criados previamente à construção da independência. Cada unidade teria, então, uma medida de autonomia a depender de

⁷⁵ Ver Capítulo 1.

sua relação com os polos centrais da economia mundial e ao baixo/ alto nível de controle sobre o seu comércio internacional⁷⁶.

Em suma, o sistema de relações sociais seria determinado por um sistema de poder, cuja estrutura deita raízes ainda em um período de formação anterior à independência. Dessa forma, as possibilidades de cada sociedade seriam intimamente relacionadas ao seu aspecto histórico-estrutural; podendo, então, a relação de dependência variar em muitos níveis, algumas com possibilidades que estariam impossibilitadas a outras (Ibidem:118). Ao tratar da possibilidade da continuação do processo de industrialização verificado durante o século XX – a industrialização por substituição de importações -, os autores apontam pela sua impossibilidade, pois: haveria a grande necessidade de acumulação de capital, que por sua vez levaria a grandes diferenciações sociais; esse processo seria seguido de pressão econômica e política da base da pirâmide social, forças que se opõem às necessidades e ao tipo de investimento necessário para o capitalismo.

Dada a não-vontade da elite dependente em praticar o jogo de seus congêneres - que apontaria para a necessidade de centralização do poder e a formação de uma coesão interna, por exemplo, com sindicatos de trabalhadores, além da necessidade de expansão da influência do país no sistema global -, a saída vislumbrada pelos autores às sociedades que haviam trilhado o caminho do que chamaram de “nacional-populista”, seria o de “internacionalizar o mercado nacional”. Em outras palavras: *um arranjo político interno que viabilizasse e desse vazão à dominação econômica externa; abrindo caminho para um tipo de desenvolvimento “dependente-associado”, com a entrada maciça de empresas transnacionais de forma a ampliar e a introduzir novas tecnologias realizando, realizando uma “oportunidade” de desenvolvimento que não estava aberta a todos os países dependentes.* Nas palavras dos autores:

“Nessas circunstâncias - de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento - as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade.” (Ibidem:120)

⁷⁶ “A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implica, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina. Por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações e definir novas relações político-econômicas num duplo sentido: reorientando as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos, e constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado “para fora”.” (Ibidem:41-42).

Como vimos, a análise de Fernando Henrique Cardoso, ainda que de forma panorâmica, levam em consideração a totalidade enquanto um fenômeno material que informa a ação política na periferia. Isso implica no esvaziamento de outras variáveis-chave, dentre as mais importantes: a geopolítica e o próprio papel da guerra; e as relações de poder político pela formação de um ideário que fugisse aos determinantes econômicos. Nesse sentido, o papel dos militares aparece como algo bastante lateral; em verdade, apenas como uma instituição de manutenção do *business as usual*, em cuja leitura do golpe de 1964 reside.

Além desses pontos centrais para a construção de um aparato de interpretação do desenvolvimento brasileiro e das suas possibilidades, a teoria realmente ganha relevância ao passar para dentro do núcleo estratégico do Estado, nos anos de 1990. Colocando-a não apenas como interpretação, mas como projeto político a ser realizado que, do ponto de vista do objeto dessa tese, representa o rompimento tanto com a agenda colocada em prática desde 1930 quanto com a tradição geopolítica luso/brasileira. Ou seja, a busca, como os autores assumiam, pela “refundação” do Estado brasileiro em um período em que a histórica havia se resolvido em termos de um grande mercado mundial capitaneado pelos Estados Unidos.

3.2.2 Agenda de segurança continental: segurança enquanto mecanismo de contensão de pressões sociais

A América Latina aparece, historicamente, na percepção estadunidense de mundo como um espaço quase que “natural” de projeção de seu poder. Conforme aponta Raphael Padula (2015:232), “[a] América do Sul, por sua posição geográfica, está enquadrada na geoestratégia estadunidense desde o discurso de seus *founding fathers*, passando por diversos estrategistas”. Pouco depois do reconhecimento de independência pelos britânicos, o governo estadunidense já havia criado uma doutrina que apontava para a ideia de uma agenda de segurança coletiva arregimentada por Washington. A Doutrina-Monroe, que pregava a ideia de “América para os americanos”, pode ser considerada esse primeiro marco, que foi seguida, como apresentamos no primeiro capítulo desta tese, pelas conferências pan-americanas, onde os Estados Unidos pressionavam os países da região por uma maior aproximação e apartamento dos países europeus. O corolário do *Big Stick* rooseveltiano do início do século XX marcou essa posição de determinação dos Estados Unidos em liderar e homogeneizar o espaço latino-americano sob a sua bandeira.

O descrédito em que caíram as potências europeias como farol do mundo após a Primeira Guerra e a conjuntura aberta na década de 1940 com a Segunda Guerra Mundial alçaram os Estados Unidos a uma posição de destaque no sistema não apenas na condição de provedor de crédito, armas e produção diversa, mas depois da Conferência do Atlântico, de 1941, desenharam-se as condições de um novo polo de poder com contornos de potência mundial (FIORI, 2004). Os eventos que se seguiram à Segunda Guerra

confirmaram essa posição, tanto em termos da Conferência de *Bretton Woods* (1944), que ratificaram o dólar como uma das moedas âncoras do sistema internacional e os Estados Unidos como centro financeiro da reconstrução europeia; reconstrução a partir da visão geopolítica e de segurança estadunidense, já dentro do âmbito da Guerra Fria.

O pacto que constituiria a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, serviria como arcabouço basilar da projeção de poder estadunidense na Europa, de forma a criar um “campo de gravidade” em torno de Washington como delineador da posição da região em sua política mais ampla. Do outro lado do jogo de guerra que havia se instalado após a Segunda Guerra, desenhava-se pacto semelhante sob a égide da União Soviética. O Pacto de Varsóvia, assinado em 1955, compreendendo os países do leste europeu como uma fronteira clara à OTAN.

Dentro desse contexto mais amplo, a América Latina havia se inserido já em 1947, com o Tratado do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Tal Tratado materializava, então, as pretensões de projeção da poder estadunidense na região, e que teriam um movimento crescente nos anos seguintes. Nesse contexto é que as relações entre Estados Unidos e Brasil ganham corpo, sobretudo pela oposição em relação a aliança entre Inglaterra e Argentina.

A aproximação com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, como vimos, criaram alguns graus de liberdade e viabilidade a um projeto industrializante por parte dos militares brasileiros após o Golpe de Estado de 1964 (MANI, 2010), ainda que este se distanciasse de um projeto nacional mais autônomo desenhado nas décadas anteriores.

Em um contexto de constante ameaça nuclear e de fragilidade estrutural do país, o governo brasileiro buscou dentro de tal relação, a princípio, e, posteriormente, a partir de um afastamento de um alinhamento mais direto com o país americano, dar cabo de suas vulnerabilidades. Em especial, este segundo movimento se deu em um momento de reorganização da posição dos Estados Unidos em relação a sua estratégia global e, conseqüentemente, a permissividade em relação a projetos nacionais mais autonomistas.

Em documento de 1977, desclassificado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos em abril de 2017, a inteligência estadunidense chamava atenção para o perigo que o chamado “Cone Sul” poderia significar para os Estados Unidos. A definição do conceito levaria em consideração, além do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Conforme as palavras do documento, “*from the US perspective, the notion of a Southern Cone bloc is significant and troublesome because it is commonly assumed that the bloc is or will be anti-US in nature, i. e., a reaction to US policy on human rights. Observers who perceive or anticipate the emergence of a bloc contend that Southern Cone Leaders, viewing themselves as abandoned, if not betrayed by the US, have drawn or will draw together in mutual defense against US policies.*” (DEPARTMENT OF STATE, 1977). Além disso, o documento aponta que a participação decisiva para a construção de um bloco anti-Estados Unidos na região dependeria, essencialmente, da participação e liderança brasileira.

Não só a mudança de agenda oficial dos Estados Unidos passou a pressionar os países em sua área de influência por questões como Guerra as Drogas, Direitos Humanos e Questões Ambientais, mas uma miríade de pesquisadores de sustentação teórica a essa redefinição da agenda. Conforme aponta Lester R Brown (BROWN, 1977), que havia feito parte da burocracia de Estado no país norte-americano antes de fundar o *Worldwatch Institute*, haveria, então, a necessidade de redefinição do conceito de Segurança Nacional que reorganizasse em outros termos o “mundo livre”. Isso se devia, principalmente, pelas mudanças surgidas com o desenvolvimento de boa parte do globo nas últimas décadas e os efeitos gerados em termos globais. Desse modo, ainda que os líderes mundiais estivessem se concentrando em ameaças externas, argumenta o autor, boa parte das reais ameaças se daria em termos internos aos países: “*The overwhelmingly military approach to national security is based on the assumption that the principal threat to security comes from other nations*”, entretanto, continua ele, “*the threats to security may now arise less from the relationship of nations and more from the deterioration of the earth’s biological systems now threaten the security of nations everywhere*” (Ibidem: 6).

As principais ameaças percebidas pelo estudioso seriam, então, as provenientes da falta de alimentos em nível global, sobretudo pela “instabilidade de preços”; da necessidade de transição de uma economia baseada no petróleo para energias sustentáveis; da deterioração ambiental, dada a explosão populacional e o desequilíbrio em relação a capacidade de manutenção do meio-ambiente; da ameaça econômica global, sobretudo pela inflação (BROWN, 1977). As novas ameaças a que Brown chama atenção em seu texto de 1977, giram em torno da crítica à sustentação da segurança nacional em termos militares e autárquicos, que acabavam por concentrar o orçamento dos países em ameaças que já não tinham, a seu ver, o mesmo peso das citadas ameaças à própria continuidade da sociedade, ou como expressa o autor, referendando as palavras do, à época, pesquisador ligado ao governo estadunidense, Franklin P. Huddle: “*security means more than safety from hostile attack; it includes the preservation of a system of civilization*” (Ibidem:41)

O ponto-chave para a mudança de padrão e implementação das agendas dos países sob a égide estadunidense estaria apoiada no liberalismo econômico e na redefinição de papéis dos Estados Nacionais dentro de um esquema mais amplo. A Segurança Nacional seria, agora, uma parcela da Segurança Global. Entretanto, ainda que um discurso incipiente nos anos de 1970, tal agenda tomou corpo na década seguinte a partir da tendência de liberalização mundial que se seguiu desde o rompimento da paridade do dólar em ouro em 1971, e que criou o padrão “dólar-flexível” (SERRANO, 2002). Além disso, a pressão pela abolição do controle de capitais empreendido pelos Estados Unidos em meados da década de 1980 (HELLEINER, 1994:146), além do esforço de abertura comercial global estiveram ligados a uma estratégia global de prevalecimento frente à

ameaça soviética, como chamava atenção Zbigniew Brzezinski, em sua obra *Game Plan*, de 1986⁷⁷.

A conjuntura aberta pela superação do inimigo soviético entre 1989, com a queda do muro de Berlim, e 1991, com a fragmentação da União Soviética, atreladas as mudanças na economia internacional nos anos de 1980 - que deram a capacidade dos Estados Unidos de expandirem seus gastos como nenhum outro país no sistema interestatal -, levaram a agenda apresentada por Lester Brown nos anos de 1970 à realidade. Em artigo para a revista *Foreign Affairs*, em 1989, Jessica Mathews, que havia servido no Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos no final da década de 1970, referendava todos os pontos apresentados por Brown, e chamava a atenção para a urgência em se controlar a expansão populacional dos países periféricos frente as capacidade de recursos limitados disponíveis: “*global developments now suggest the need for another analogous, broadening definition of national security to include resource, environmental and demographic issues*” (MATHEWS,1989:1963). De forma semelhante a posição de Brown, as possíveis destabilizações de um sistema global de segurança seriam provenientes do não-compromisso dos governos em torno de uma agenda comum que preconizasse um sistema coletivo cuja agenda tradicional baseada na segurança estatal teria pouca aderência.

De maneira mais pragmática, Michael Doyle (1991) chamava atenção para a necessidade de se manter uma política realista em relação a alguns polos, ainda que o liberalismo estratégico fosse ampliado. Seguindo de perto a interpretação de Samuel Huntington, de que o fim da Guerra Fria não significava diretamente a hegemonia estadunidense, e que para tanto seria necessário lidar com pequenos núcleos civilizacionais diferentes, Doyle afirma que o liberalismo deveria ser o preceito geral, porém medido sempre em termos realistas. Portanto, a abertura econômica seria o “elo de ligação” entre os países, no sentido de criar vínculos que colocassem os assuntos militares como laterais, abrindo espaço, então, para que os problemas agora da “segurança global” fossem tratados a partir de uma percepção quase que de “falhas de mercado” e de necessidade de construção de uma estrutura institucional que se mantivesse alinhada às políticas das instituições internacionais.

A partir da posição de única de superpotência global multidimensional (FIORI,2008), sem contraposição de nenhum Estado e nem conjunto de Estados - seja de forma política, econômica, militar e cultural -, os Estados Unidos anunciavam, então, a chamada “nova era” pelo presidente George Bush (1989-1993). Tal processo se caracterizaria pela busca de homogeneização do sistema interestatal a partir das diretrizes apresentadas. Conforme

⁷⁷ O autor tendo sido assessor de do presidente estadunidense Jimmy Carter, entre 1977 e 1981, teve participação efetiva na ampliação dos meios possíveis de superação da União Soviética. Conforme chamava atenção, a disputa entre Estados Unidos e União Soviética se dava de forma estrutural, com dois domínios imperiais de alcance mundial. Entretanto, no estágio em que se encontravam na distribuição das capacidades bélicas, o conflito haveria de ser “multidimensional”, levando em consideração questões políticas, ideológicas e econômicas. Ver BRZEZINSKI, 1986.

apontado no documento da estratégia nacional estadunidense de 1991, a continuidade do aparelhamento militar dos Estados Unidos se fazia necessário dado os desafios apresentados por Estados (ainda que pequenos) que buscavam algum tipo de contestação. Entretanto, de forma mais geral, o “norte” era o de abarcar os demais países nesse grande *software* estadunidense assegurando: “*access to foreign markets, energy, mineral resources, the oceans and space; promote an open and expanding international economic system, based on Market principles*”, realizando ajustes quando necessário apenas em negociações conjuntas entre os países, “*with minimal distortions to trade and investments, stable currencies, and broadly respected rules for managing and resolving economic disputes*”(USA, 1991).

Nesse sentido, as forças armadas dos países considerados aliados deveriam ser reduzidas a um nível condizente com a nova estrutura pós-Guerra Fria. Como chama atenção Maria Santos (SANTOS, 2004), se antes da década de 1990, a OTAN tinha como objetivo central criar uma estratégia contra um ataque surpresa proveniente do espaço soviético, a Cúpula de Londres, em 1990, alteraria sobremaneira a estratégia da organização até aquele momento. A nova estratégia seria erigida, agora, em torno da ênfase cooperativa, sobretudo na área militar e forças armadas “com contingentes menores, mais flexíveis e de maior mobilidade, estruturadas de forma multidimensional” (Ibidem, 2004:117). A padronização da atuação sobre temas que afetassem diretamente o sistema em nível regional apontariam para o novo papel das forças armadas nacionais, que deveriam estar alinhadas as diretrizes das Nações Unidas⁷⁸. Segundo as palavras da estratégia militar estadunidense de 1991-1992: “*military capabilities as are necessary for self-defense and alliance commitments counter-narcotrafic efforts, disasters relief, international peacekeeping forces and consistent with their laws and constitutions*” (BANDEIRA, 1999:12).

Tal estratégia seria consolidada dentro do governo do Partido Democrata entre 1993 e 2001. O governo do presidente estadunidense Bill Clinton, com sua estratégia de “engajamento e Expansão” (USA,1994), buscou-se fortalecer os arranjos e instituições regionais e internacionais⁷⁹. Entretanto, ainda que o papel da força militar já houvesse,

⁷⁸ Sobre esse tema, o General e geopolítico brasileiro, Carlos de Meira Mattos (MATTOS, 1999:5), escreveu um texto publicado em 1999, em que apontava para o alargamento da missão da OTAN, dada a vitória sobre o Pacto de Varsóvia. Nesse sentido, a missão apontada para a Organização era vista pelo autor como uma ameaça à soberania nacional, o que chamou de “intervenção militar arbitrária”, como a ocorrida na Iugoslávia. Vista como um arranjo dos países desenvolvidos do norte para abarcar os países do sul, o caminho necessário seria, então, o da prevenção a tais investidas.

⁷⁹ Período caracterizado de “otimismo Clintoniano”, pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA, 2012:52-54), em que o autor sustenta que o fim da União Soviética gerou o otimismo em torno da ideia do “Século Americano”, de “um mundo sem fronteiras”, que viria adiante por meio de arcabouços como “governança mundial”, que contava com “a aceitação tácita pelos pequenos e médios países, prontos para acolher as recomendações dos organismos mundiais de abertura econômica e política, de abandono de aduanas e de interdependência. Os temas sobre crimes transfronteiriços – narcotráfico, lavagem de dinheiro, contrabando e pirataria industrial – foram transformados em agenda de trabalho para a maioria dos países” (Ibidem:52-53). Euforia

em 1992, sido declarada como uma forma de atingir a estabilidade no sistema internacional, a nova estratégia desenhada em 1995 trazia uma novidade em relação ao uso da força militar.

Conforme aponta Richard Meinhart, em trabalho para a *U.S. Army War College*: “*the 1995 strategy described a more active use of military globally to promote stability rather than to react to instances of instability*”. Tal forma de atuação seria definida por três eixos: engajamento em períodos de paz, pela atuação de forma não combativa na promoção da democracia liberal; dissuasão e prevenção de conflitos, com o objetivo de fazer valer o código de leis internacional e; o último componente chamado de “*fight and win*”, ligado às missões de paz e forças-tarefas de assistência à reconstrução de outras nações (MEINHART, 2006:308). Importante notar, ainda, o movimento constante da escalada de intensificação do papel das forças militares durante toda a década para assegurar que o novo sistema obtivesse sucesso. Nesse sentido, a estratégia de segurança nacional estadunidense de 2002, ou seja, já no âmbito da “Guerra ao Terror”, trazia a ideia de “guerra preventiva” (USA, 2002:11), utilizada no ano seguinte na invasão ao Iraque.

Dentro desse amplo arcabouço, a conformação de blocos regionais constituiria, então, uma espécie de caminho mais eficiente para a homogeneização em torno da agenda de ampliação das estruturas de livre-comércio e da mudança de regimes nos Estados para um modelo de Estado liberal. Nesse sentido, diversas foram as mudanças nas organizações internacionais: O Acordo de comércio internacional que havia vigorado até então, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, de 1947, passaria a ser apenas um capítulo dentro de Organização Mundial do Comércio (OMC).

Do ponto de vista que nos concerne nesta tese, o conceito de “Segurança Humana” capitaneou a busca pela transformação das agendas dos estados partícipes da organização em torno dos seguintes temas: segurança econômica, ambiental, pessoal, comunitária e política (PNUD, 1994). Dessa forma, o novo conceito buscava borrar as fronteiras e impulsionar resoluções em nível global para problemas nacionais, principalmente pelas ligações criadas a partir das reduções das barreiras econômicas. Como chama atenção Williams Gonçalves, “o projeto de globalizar o capitalismo liberal sob a égide norte americana forjou as condições para uma nova concepção de segurança internacional, transferindo-se o foco do Estado para o indivíduo” (GONÇALVES, 2012:32), que, como veremos na sequência, teve impactos diretos na construção da identidade nacional e na agenda de segurança brasileira, constituídas novamente em torno de uma determinação econômica.

que diminui sobremaneira com o mandato de Georg W. Bush, entre 2001 e 2009, em que a geopolítica retorna ao centro da agenda estadunidense, com fortalecimento do velho papel da OTAN.

3.2.3 A contraparte brasileira da segurança global

Na América do Sul, o arcabouço da “globalização do mercado” estadunidense se constituiu a partir da reformulação do sistema regional de integração. Impulsionado pela tendência do projeto estadunidense, a integração regional entrou no que ficou conhecido como a “segunda onda” de regionalismo. Diferentemente da “primeira onda” realizada ainda no âmbito do desenvolvimentismo dos anos de 1960, o chamado “regionalismo aberto” dos anos de 1990 se caracterizou, como aponta Raphael Padula, “pelo enfoque comercial e econômico, no qual de uma forma um tanto paradoxal, os arranjos regionais trabalhariam pela liberalização dos fluxos econômicos no âmbito multilateral” (PADULA, 2010:2). Portanto, a “segunda onda” representaria uma mudança drástica em relação à definição da identidade nacional dos países, que agora se ligariam à ideia de “economias nacionais”. Ainda segundo o autor, “sob a perspectiva do regionalismo aberto, a América do Sul começa a aparecer com maior importância nas estratégias e identidades internacionais de seus países”, cujas estratégias de inserção internacional se voltam para “uma abertura ampla e rápida, caracterizando uma forma de inserção subordinada (...) tomando as agendas propagadas pelos países desenvolvidos e pelos organismos internacionais” (Ibidem:3).

No âmbito da Segurança e Defesa, a mudança em termos das diretrizes de políticas de segurança nacional e estratégias de defesa seguiriam o mesmo sentido. Entretanto, sem o mesmo tipo de arcabouço jurídico de integração econômica regional que tomou corpo com a criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), em 1991, e a Comunidade Andina de Nações, em 1996. A relação entre os países sul-americanos e as diretrizes estadunidenses para a região se deu a partir das chamadas Cúpula das Américas, bem como as Conferências de Ministros de Defesa, realizadas no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Duas Cúpulas e quatro reuniões de ministros foram realizadas sob o governo Clinton. No período que compreende os anos de 1994 a 2001, os países da região convergiram suas políticas de segurança em torno das diretrizes norte-americanas de: (i) combate ao tráfico – agora reconhecido como terrorismo, sob a alcunha de narcotráfico -, (ii) pela subordinação das forças armadas ao poder civil, (iii) aumento da transparência em relação a doutrinas, ações e gastos em defesa, (iv) pelo combate à corrupção e a reestruturação das forças armadas para dar cabo às novas ameaças que iam de encontro à consolidação da democracia, em termos estadunidenses, e do livre-comércio (LIRA, 2013:25-27).

No nível nacional brasileiro, a conjuntura do final da década de 1980 e início dos anos 90, deram força, como chama atenção Daryle Williams, para a desconstrução da identidade nacional brasileira constituída após a década de 1930 e o seu modelo mais próximo ao período anterior, de forte determinação econômica. Nas palavras do autor: “*it is no coincidence that presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) and Fernando Henrique Cardoso proposed drastic reforms to the federal government’s institutional relationship to culture*”, estava em jogo a reversão de um padrão tanto da identidade da

sociedade brasileira quanto do próprio aparato estatal nacional: “*in hope of reversing the patterns of state building established under Vargas*” (WILLIAMS, 2001:52).

De forma condizente com a percepção desenvolvida durante sua carreira acadêmica e construção teórica, Fernando Henrique Cardoso ao chegar ao poder, em 1995, fez de tal interpretação o norte de condução do país. A aderência ao projeto da globalização estadunidense e a modernização possível pelo mercado, enquanto célula introduzida desde fora, representou uma guinada bastante drástica em relação à estratégia da “era desenvolvimentista”. Ainda em 1993, em artigo para o jornal “O Estado de São Paulo”, Cardoso apontava que: “no passado, víamos o desenvolvimento do Sul quase que autonomamente, e como um fator fundamental para a estabilidade, para a paz e para a segurança e mundo”, continua ele, “hoje, embora continuamos a acreditar que o desenvolvimento é peça essencial da segurança mundial, estamos convencidos de que o crescimento dos países industrializados e nossa relação com eles são decisivos” (CARDOSO, 1993 apud PENHA, 2012).

Em discurso no Senado Nacional, em dezembro de 1994, já como presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso apontava de maneira direta para a desconstrução do modelo de desenvolvimento que alterou estruturalmente o Brasil durante cinquenta anos, em suas palavras: “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade”, segue Cardoso, “Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista” (CARDOSO, 1994 apud FILHO, 2013:856). Ainda segundo o presidente Cardoso, um novo ciclo de desenvolvimento impunha, necessariamente, a reforma do Estado e a mudança da inserção na economia internacional pela busca de um “agente modernizador”, dada a impossibilidade de encontrar tal possibilidade na estrutura social brasileira.

No ano seguinte, já como presidente empossado, em conferência proferida em Washington, publicada na íntegra pelo jornal *Folha de São Paulo*, o presidente Cardoso explicitava o projeto para o país que permearia os próximos anos de seu mandato. A interpretação da crescente interdependência econômica enquanto um fato consumado, teria, segundo o presidente, alterado a natureza do jogo internacional, sobretudo por meio de seu aparato institucional em que os Estados agora teriam que negociar o seu desenvolvimento.

Nesse contexto, segundo Cardoso, “os países passam a ter que gerar poder econômico para conseguir obter resultados positivos em suas negociações internacionais”. O MERCOSUL estaria estritamente ligado a esse projeto comercialista do território no jogo mundial. “Afim, se o jogo é de reciprocidade, é necessário ter o que oferecer, e a dimensão do mercado é o primeiro trunfo”. Portanto, como conclusão e síntese do projeto a ser perseguido pelo país em busca de um novo ciclo de desenvolvimento:

“as reformas são bem conhecidas, a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização

comercial, a criação de infraestrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde. Sabemos que, do grau de progresso verificado nesses objetivos, depende, em grande parte o sucesso dos países na disputa global por investimentos e mercado. Em suma, a “psicologia do receio” do internacional se transforma porque, hoje, ninguém duvida de que a competição internacional se concentra no estabelecimento de condições internas que determinarão de que maneira cada país se inserirá na economia internacional”. (CARDOSO, 1995).

Portanto, o câmbio em relação ao papel do Estado no desenvolvimento econômico nacional colocado em prática na segunda metade da década de 1990 alterou não apenas na *forma* a continuidade da construção nacional, mas também em termos *essenciais*. Todos os aspectos apresentados como centrais e discutidos no primeiro capítulo desta tese acerca da construção nacional brasileira sofreram alterações profundas. Como resultado da aderência ao projeto da globalização pelo mercado, o foco no indivíduo - no contribuinte - levou a severas alterações em termos da identidade nacional, da percepção em relação ao território e, conseqüentemente, da própria organização da segurança e defesa nacional⁸⁰.

A ascensão de uma elite afastada da percepção de segurança nacional em relação ao período anterior, sobretudo a elite ligada à exportação do agronegócio e aquela que havia sido marginalizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico dos anos 70, criou novas articulações em torno da questão do desenvolvimento econômico e da segurança internacional em consonância com a proposta estadunidense. Conforme chamam atenção Paulo Wrobel e Mônica Herz:

“durante os anos noventa a elite decisória brasileira desenhou uma política externa marcada por uma tendência a conformar-se com normas e regras internacionais. Os governos eleitos perseguiram uma estratégia de inserção que comporta a aceitação de regimes internacionais, uma maior participação nas operações de paz da ONU e a busca de estabilidade regional, em contraposição à competição sub-regional do

⁸⁰ Vale apontar, como o fazem Caiado, Ribeiro e Amorim (2004), a trajetória de integração do Brasil no sistema mundial de forma quase que irrestrita, mais do que zerar as alíquotas de importação severamente, promovendo a competição desigual entre as estruturas produtivas nacionais e internacional, somada as desregulamentações das relações capital-trabalho e a privatização como parte do enxugamento do Estado, lançaram as unidades federativas em uma competição que desconstruía o pacto federativo. A mesma lógica de competição por capital para investimentos foi oferecida às unidades. As unidades, então, passaram a conceder isenção de impostos para que as empresas realizassem investimentos locais. Com a lei Kandir, de 1996, os estados não necessitavam devolver os créditos aos exportadores, a passaram a fazer caixa com o Imposto sobre a Circulação de Mercadores e Serviços (ICMS), pago pelos importadores. Muitas vezes a condição para a isenção é a de que haja produção do mesmo produto no estado em questão, o que afetaria outros estados que possuem produção de semimanufaturados similares, pois a redução de alíquota de ICMS concede vantagens para a importação em detrimento à produção nacional. Conhecida como “Guerra Fiscal”, esse processo é um dos catalizadores a criar novamente um movimento de diástole no país, corroborando para o desmantelamento do poder central no Brasil.

período anterior. A visão geral de uma inevitável tendência em direção à globalização contém a articulação entre as percepções sobre segurança e multilateralismo e um conjunto de políticas face à interdependência como traço marcante do cenário internacional.” (WORBEL; HERZ, 2002:256).

A estratégia brasileira, a partir da adesão ao regime global norte-americano, passou, então, a se definir pela busca de maior participação nas instituições multilaterais, e pela tentativa de influenciar nos rumos e decisões do sistema internacional por meio puramente da diplomacia, chamada de “diplomacia orientada para a paz”. Seguindo as diretrizes acordadas nas reuniões entre os países americanos, o Brasil publicou sua primeira Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996 (BRASIL, 1996), apontando para a necessária adequação à agenda continental. Como chama atenção Shiguenoli Miyamoto, o documento teria mais a aparência de uma carta de intenções do que realmente uma política nacional estruturada a partir de reflexões estratégicas. Os tópicos abordados seriam então “arrolados sem maiores critérios e analisados superficialmente” (MIYAMOTO, 2000 461). Ainda segundo o autor, um ponto importante da elaboração de tal documento se daria por um primeiro passo em torno da democratização da discussão sobre o tema da segurança e da defesa do objetivo de colocar tal política nacional sob o comando civil, em um novo Ministério.

Enquanto *proxy* da percepção brasileira em relação ao ambiente internacional e a maneira de condução da política de segurança nacional, o princípio norteador da PDN se dava em torno do que foi chamado de “etapa de transição” (PDN, 1996), e, conseqüentemente, das ameaças daí derivadas. A “transição” marcava um período segundo o qual as normas políticas e econômicas de convivência a serem seguidas pelos Estados não estavam claras. Por conta da ampliação de atores não-estatais e do fim das “generalizações simplificadoras” que mancaram o período da Guerra Fria, a proposta expressa na política seria a de apontar para uma inserção internacional do Brasil “sem matrizes ideológicas”. Por conseguinte, as relações no espaço regional sul-americano deveriam se realizar a partir do fortalecimento dos mecanismos regionais e continentais, reduzindo a militarização expressa no período anterior. Isso se devia principalmente à percepção das ameaças, provenientes exclusivamente de crimes transfronteiriços.

Em conformação com a determinação da política de segurança global, a PDN de 1996 apresentava como objetivo a garantia das pessoas, bens e recursos sob a jurisdição das instituições brasileiras; além das tradicionais soberania e coesão nacional. O documento ainda reforça a ideia da diplomacia comprometida com o desmantelamento de forças dissuasórias voltadas a ameaças externas. Portanto, pela primeira vez na história, uma elite brasileira deixava a geopolítica de fora da definição do território nacional em relações a possíveis pressões externas; tratando-o, agora, como um espaço na “economia global”, que contaria com cada vez menos fronteiras. Ao fazê-lo, deslocava a posição a

que haviam ocupados as forças militares brasileiras na condução do processo de desenvolvimento⁸¹.

Em 1998, o projeto de governo apresentado por Fernando Henrique Cardoso dava papel marginal à questão da segurança. O documento elaborado pela filial brasileira de uma das maiores consultorias mundial, a Booz-Allen & Hamilton Consulting, ligada diretamente ao Banco ABN Amro S.A., focava na necessidade da inserção competitiva do território brasileiro na economia mundial. Segundo Alcides Neto, os anos de 1990 foram marcados pela expansão dessas instituições a fim de ampliar e aprofundar o processo de conexão entre os espaços territoriais nacionais e as economias centrais, sobretudo a dos Estados Unidos. Segundo o autor, “as estratégias propagadas por esses agentes e incorporadas pelas grandes empresas são dirigidas por um agir essencialmente instrumental, cujo resultado é um uso reticular dos territórios”, ainda segundo o autor, “apesar disso, os preceitos adotados tornam-se princípios mimetizados pela administração pública, que entende tal conjunto de ações como condição *sine qua non* para a modernização das funções do Estado” (NETO, 2013:116).

Conforme a exígua seção do material acerca da segurança nacional, estando o Brasil em uma região de baixíssima possibilidade de conflitos fronteiriços com seus pares, o país continuaria o processo de adequação de suas forças militares focadas nas ameaças já apresentadas, além da possibilidade de ampliação do uso das forças “nas operações de apoio à defesa civil e em defesa do meio ambiente, contando com a capacidade logística já instalada”, operando ainda no apoio “aos órgãos legalmente incumbidos de combater o narcotráfico e os crimes transfronteiriços” (CARDOSO, 1998:286).

Dentro desse contexto de reorganização da identidade de segurança do Brasil e do loteamento de seu território em busca de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, a burocracia de Estado brasileira no início do século XXI, anunciava o fim da ideia que permeou o imaginário brasileiro desde 1930: a da construção de um país que viesse a se tornar uma grande potência mundial. O fim do sonho de grande potência, anunciado em 2000 pelo, à época, Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, em entrevista à Folha de São Paulo, foi destacado pelo jornal como um avanço, “um apelo raro ao bom senso”.

Segundo palavras do Ministro, “o Brasil, com os desafios sociais que tem, graves carências no próprio povo, não pode gastar os recursos para criar uma potência militar” (SOLIANI, 2000). Ainda segundo Lampreia, o caminho possível a ser percorrido seria a transformação de miseráveis em trabalhadores num mercado com potencial de crescimento e inclusão no sistema global. A despeito de todo o caos social da conjuntura

⁸¹ Entre 1990 e 1995, os gastos militares no Brasil foram reduzidos a uma taxa média anual de 23%, resultando em uma queda total de 56% no período. A preços constantes em dólares de 2010, o país contava com um orçamento de US\$ 46,6 milhões, passando, em 1995, a US\$ 20,4 milhões. Alguma recuperação dos gastos militares só viria na primeira década do século XXI, quando, em 2010, o valor representaria 74% do montante em 1990, cerca de US\$ 34,4 milhões – segundos os dados do *Stockholm International Research Institute (SIPRI)*, ver: IPEA, 2015:47.

em que se inseria tais assertivas sobre a possibilidade de desenvolvimento do país, o aumento da participação comercial do Brasil no comércio total mundial era vista ainda como uma forma de elevar sua participação na dimensão política do jogo entre os Estados Nacionais.

3.3 O retorno à agenda dissuasória no século XXI.

Nesta seção apresentaremos nosso argumento acerca do retorno à agenda dissuasória pelo Brasil na primeira década do século XXI. Do nosso ponto de vista, antes de uma vontade à priori do governo de bases populares, tal agenda surgiu como uma necessidade premente dentro de um projeto que visava diminuir as desigualdades dentro de uma conjuntura de esgarçamento do tecido social brasileiro. A fim de demonstrar as nuances de sua construção, realizaremos, na primeira subseção, um panorama dos resultados econômicos e sociais da última década do século XX e a conjuntura de ascensão do primeiro governo de bases populares no país; na segunda subseção será apresentado o redesenho do arcabouço de Segurança Nacional brasileiro na primeira década do século XXI e, por último, alguns comentários acerca da correlação entre tal Política e a expansão do Estado brasileiro no sistema mundial.

3.3.1 Crise Econômica e Social e a chegada ao poder de um governo de bases populares

As reformas colocadas em marcha nos anos de 1990 - ou as “condições internas” para a inserção externa como apontou Fernando Henrique Cardoso -, a despeito de estabilizarem a moeda em seus surtos inflacionários, geraram um processo de esgarçamento do tecido social brasileiro. No início do Século XXI, o Brasil encontrava-se em uma delicada situação de aumento substancial da pobreza e fragilização de seu parque produtivo por conta do “choque de capitalismo” provocado pela abertura do mercado nacional à concorrência dos países desenvolvidos. A falta de financiamento e coordenação pública para a manutenção do desenvolvimento econômico acabou por degradar setores essenciais à competitividade do país⁸²; muitos setores chegaram a

⁸² A abertura comercial praticada pelo Brasil ainda no início dos anos de 1990, levada a cabo por meio da Política Industrial e de Comércio Exterior, praticamente zerou as barreiras tarifárias existentes anteriormente, e para as que não haviam sido instantaneamente extintas, criou-se um cronograma de desgravamento tarifário que seguiria de 1990 a 1994. Entretanto, em 1992 o cronograma fora antecipado, efetuando-se a redução de todas as linhas tarifárias previstas para os dois anos seguintes. Paralelo a esse movimento, a constituição do Plano Real, com forte valorização da moeda, favoreceu o consumo interno pela contenção da inflação, porém levou à grande pressão no Balanço de Pagamentos pelo forte crescimento das importações, que possuíam papel central no controle dos preços internos. A forte dependência da âncora cambial em um

extinção, como é o caso da indústria naval, que, pelos baixos níveis de investimento e expansão da Petrobrás, foram reduzidos ao nível mais baixo desde a sua construção no país⁸³.

Em realidade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que havia sido criado no período da “era desenvolvimentista” e capitaneado, principalmente, a estruturação da infraestrutura nacional, passou nos anos de 1990 à missão de privatizar os ativos nacionais, no plano conhecido como Plano Nacional de Desestatização (PND).

A privatização dos ativos nacionais e o corte nos gastos públicos ocorridos no breve governo de Fernando Collor de Mello, e nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso ampliaram a desigualdade no país e produziram resultados muito aquém daqueles esperados a partir das reformas liberalizantes. Do ponto de vista do nível de emprego⁸⁴ - medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, após a instituição do Plano Real, a taxa de desemprego chegou a um nível próximo aos 3,5%. Entretanto, no início de 1996 a taxa já alcançava 6,5%, chegando a julho de 1998 a 9%. Em 2002, ano de eleição, a taxa ultrapassaria a marca de 11%, em um movimento de contínuo crescimento; em janeiro de 2013, o patamar do desemprego atingia 13% de toda a população economicamente ativa no país.

O caminho trilhado pelo nível de desemprego tem relação direta à dependência criada em relação à moeda estadunidense e os problemas crescentes em manter um nível de reservas internacionais para estabilizar a economia. Diante das crises do México, em 1995, seguido pela Ásia e pela Rússia, em 1998, a paridade fixa da moeda foi colocada em risco; dada a centralidade do câmbio na reestruturação da política econômica nacional, tal questão tornou-se cada vez mais de grande preocupação do governo. Esse fator teve impacto substancial na economia brasileira e nas finanças do Estado, pois grande parte do passivo do setor privado doméstico possuía denominação em dólar. Assim, o governo, a partir do segundo semestre de 1998 passaria a conceder *hedge* nos mercados futuros e à vista, assumindo o risco cambial das operações e elevando, conseqüentemente, a dívida pública ao socializar os prejuízos das classes proprietárias.

Assim, mesmo com a crise russa contínua, e os temores de desvalorização abrupta da moeda, o governo manteve o câmbio estável, levando em consideração o cálculo das

período de constantes turbulências levou o governo a liquidar diversos patrimônios nacionais para fazer frentes às necessidades de financiamento do Estado. Nesse sentido o setor produtivo, principalmente o de transformação, sofreu conseqüências drásticas, com alguns deles deixando de existir.

⁸³ Ver estudo do Departamento de Gás, Petróleo e Bens de Capital do BNDES sobre o assunto: “A Retomada da Indústria Naval no Brasil”, no link: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/962/4/A%20retomada%20da%20ind%C3%A9ria%20naval%20brasileira_final_P.pdf

⁸⁴ Série de Referência: Taxa de Desemprego Mensal aberto em 30 dias.

eleições que se aproximavam. Atreladas a falta de controle sobre capitais no país, a paridade fixa foi abandonada em 1999 (após as eleições), já com grande desvalorização da moeda brasileira⁸⁵. Nesse contexto, desenhou-se uma nova forma para dar cabo ao projeto liberal no Brasil. Com o regime de metas inflação, o Banco Central ganharia autonomia frente à política monetária constituindo uma ruptura em relação à política fiscal, apresentando-se, não raramente, como um freio à expansão da economia.

Nesse contexto de final da década, o Brasil experimentou queda nos investimentos internos que atingiram principalmente os setores de infraestrutura, propiciando a criação de gargalos que elevaram o custo de produção. Conforme aponta José Luis Fiori (FIORI, 1997), a própria dimensão liberalizante do modelo trilhado pelo Brasil se tornaria seu gargalo para o crescimento econômico. Segundo Fiori, os investimentos estrangeiros no período foram direcionados num montante de 60% a 70% visando países asiáticos, não porque existisse lá uma política macroeconômica liberal, mas antes porque aqueles países haviam se tornado potências de crescimento e investimento produtivo em uma política oposta à política adotada no Brasil.

Em nível regional, como chama atenção Paulo Vizontini (2005), o projeto do MERCOSUL, pensado em um espectro mais amplo da globalização, começava a se fragilizar. Segundo o autor, após 1997, Brasil e Argentina passaram a diferir em interpretação em relação à globalização estadunidense e, conseqüentemente, o Bloco perdeu dinâmica. Diferentemente da abertura pouco cautelosa do início dos anos de 1990, Vizontini aponta que a política externa brasileira passou a se guiar por uma crítica em relação à globalização, denominada, agora, de “assimétrica”, de forma a destacar a necessidade de reajustes na condução do processo de abertura. Contando com a oposição argentina, que havia feito a escolha por aprofundar-se no processo de adesão ao neoliberalismo, o MERCOSUL e sua Tarifa Externa Comum (TEC) passaram a ser alvo de ataques do governo portenho⁸⁶. O colapso argentino, poucos anos depois, colocaria um freio a seu projeto extremo de adesão à economia estadunidense.

⁸⁵ Segundo dados da Bolsa de Valores de São Paulo, A BOVESPA, o custo real do dinheiro nesse contexto, nas taxas interbancárias, chegaram ao seu maior nível histórico, no patamar de 52,9% ao ano.

⁸⁶ As assimetrias - marca entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - não seriam atacadas por esse arranjo institucional, o qual criou uma união aduaneira incompleta e, conseqüentemente, frágil. A crise do MERCOSUL teve algumas conseqüências importantes. Por um lado, ela destacou os problemas decorrentes da baixa institucionalidade do bloco, uma vez que os países membros, ao procurarem respostas individuais para os desafios por que passavam, em vez de articulações coletivas, expunham as fraquezas do bloco. Nesse sentido, é emblemático o fim do apoio argentino às decisões de Brasília quanto à condução do Real nos momentos pré-crise. Domingo Cavallo, então ministro da fazenda argentino, fez declaração sugerindo que o Brasil adotasse uma política de paridade com o dólar, argumento esse que reforçava as opiniões que duvidam da capacidade brasileira de contornar aquele difícil momento. Quando, também em 1998, a Argentina, sem consultar o Brasil, negociou o status de aliado extrarregional da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), as tensões bilaterais aumentaram mais uma vez. Finalmente, quando da referida desvalorização unilateral do Real, a desconfiança entre os dois maiores países da América do Sul chegou a níveis preocupantes.

Em um contexto em que a integração regional pelo MERCOSUL parecia rivalizar com a proposta estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o governo brasileiro nos anos 2000 convocou uma reunião em Brasília, a I Reunião de Presidentes da América do Sul, que buscava reorganizar a integração regional e orquestrar um plano de infraestrutura para a região, conhecida como Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Entretanto, conforme aponta Vizentini (2005:386): “[p]aradoxalmente, a reação à crise do Mercosul centrou-se na ampliação da integração para toda a América do Sul, sinalizando a possível realização da Alesa (Área de Livre Comércio Sul-Americana) lançada em 1993”. A lógica liberal envolvia também o plano de integração física, em grandes corredores de exportação visando facilitar o acesso de produtos básicos para mercados dos países centrais, além da Ásia.

Ainda no âmbito da Reunião, Raphael Padula chama atenção para uma agenda mais ampla de temas discutidos sob a égide do liberalismo econômico. Os documentos produzidos no encontro “incluíram temas como democracia, direitos humanos, temas sociais, paz e segurança, drogas ilícitas e delitos conexos, diálogo político, informação, conhecimento e tecnologia” (PADULA, 2010:27). Segundo Gisela Guevara (2011), o intento brasileiro de organizar a integração regional de forma ampla se deu na tentativa de fazer frente ao projeto estadunidense caracterizado não apenas pela pressão para a área de livre comércio, mas também pela instituição do Plano Colômbia, em 2000. Segundo a autora: “*las divergencias entre los dos países se harían sentir de forma contundente cuando Brasil criticaría el Plan Colombia*”, o principal receio brasileiro seria então, na percepção da autora, de que os “*Estados Unidos aprovechase la ayuda técnica y militar a Colombia contra el narcotráfico para intervenir en la Amazonia brasileña*” (GUEVARA, 2011:23).

Ainda segundo a pesquisadora, o Brasil teria tido algum tipo de vantagem em relação às investidas estadunidenses nesse período, com os demais países da região aderindo aos lineamentos da política brasileira para a região. Ao se afastar de uma identidade “latino-americana”, sobretudo após a integração do México à união aduaneira norte-americana. O Brasil passa a conferir, então, uma nova possibilidade para a região sul-americana em detrimento da proposta estadunidense, sobretudo pela decisão de ampliar o projeto de integração regional pela expansão do MERCOSUL, como, por exemplo, a partir da aproximação da Venezuela realizada no início do novo século, ainda pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Coetaneamente a tentativa de reorganização do espaço sul-americano sob um projeto brasileiro - ainda que dentro do arcabouço neoliberal -, os resultados do desemprego e de queda no Produto nacional impulsionaram a candidatura do ex-metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva, à corrida presidência o Palácio do Planalto. Com as reais chances de um governo de composição e liderança popular chegar ao poder, a conjuntura que se seguiu, de forma geral, foi de receio em relação em relação às possíveis

políticas que seriam adotadas - como, por exemplo, a quebra de contratos e a reestruturação da política econômica de forma drástica visando um outro norte para o país.

Entretanto, a coligação a qual Lula liderava se alterara sobremaneira daquela vista pelos brasileiros em 1989. No intuito de arrefecer as especulações sobre uma hipotética guinada radical à esquerda, o líder político publicaria, em 22 de junho de 2002, a “Carta ao Povo Brasileiro” (LULA, 2002). O tom da Carta era o de mudança gradual, sem os solavancos anunciados de forma ampla pelos meios de comunicações e por analistas do mercado financeiro. Dois principais eixos organizavam as intenções da coalização que pretendia ascender ao poder: (i) a inclusão e justiça social, baseado em um processo de expansão das oportunidades econômicas pelo crescimento, e; (ii) o respeito aos contratos e responsabilidade do Estado com as finanças públicas, o chamado equilíbrio fiscal, sinalizando, assim, para a continuidade de política econômica de corte liberal. Portanto, ainda que apontasse para uma mudança de escopo, ao colocar o Estado como o agente central da inclusão da população, reafirmava a continuidade de diversos pontos referentes ao mandato dos presidentes que o precederam.

A despeito da Carta, confirmada a eleição de Lula da Silva, os efeitos no mercado financeiro foram imediatos. O Real se desvalorizou cerca de 70%, saindo de um patamar de R\$2,30/US\$ para um valor próximo de R\$4,00 por dólar. Contudo, as primeiras ações adotadas foram no intento de reverter o que ficou conhecido, à época, como “efeito Lula”, e ganhar a confiança do setor financeiro⁸⁷. Assim, o governo passou a definir sua política econômica pela continuidade da autonomia operacional ao Banco Central, tendo como norte um modelo de desenvolvimento com estabilidade econômica e ao mesmo tempo, comprometendo-se com a redistribuição de renda às classes mais baixas, dando prosseguimento, ampliando e criando programas sociais.

Conforme chama atenção André Singer, ainda que o primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006) tenha afastado o governo e o Partido dos Trabalhadores da matriz de formação no início dos anos de 1980, havia, agora, a conexão com um substrato populacional que antes rechaçava o Partido. Segundo Singer, o quadro formado no final do primeiro mandato era visto da seguinte maneira pelo autor: “o partido [PT] passa a ter menos força relativa na classe média, nos eleitorados de alta escolaridade, no Sul/Sudeste e nas capitais das regiões mais ricas, cuja aceitação o caracterizava desde a fundação”, continua ele, “[p]or outro lado, ampliou em escala significativa o suporte entre os eleitores de baixa renda, de baixa escolaridade, no Norte/Nordeste, nas metrópoles periféricas e no entorno das capitais”, em síntese, “[o] PT vai, portanto, na mesma direção que o lulismo tornando-se um partido popular” (SINGER, 2012:116-117).

⁸⁷ O anúncio das metas de inflação para 2003 (8,5%) e para 2004 (5,5%) demonstrava a tendência da política monetária que seria adotada pelo Banco Central. Desse modo, a taxa básica de juros Selic foi elevada acima dos 25% ao ano, tendo saído de um patamar de 16%, e a meta de superávit fiscal elevada de 3,75% do PIB para 4,5%. Ver FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007:105.

O lulismo, como chama atenção André Singer, caracterizou-se pelo realinhamento político da base da pirâmide social brasileira a um governo que atendia as suas demandas. Uma espécie de rompimento ideológico e de perda de receio em relação à esquerda. Ainda que, do ponto de vista do governo, este se caracterizasse pela reforma gradual buscando harmonizar com as classes proprietárias e a oposição liberal do país.

A melhora econômica das parcelas mais pobres da sociedade, que caracterizam ainda hoje a maior parte do eleitorado, e a decisão de expandir o mercado doméstico teve impacto direto no resultado do Produto brasileiro. A adesão de grande parte do eleitorado ao projeto do governo deu importantes graus de liberdades não apenas no momento da reeleição, mas também no aprofundamento das reformas, tornando tal processo o centro do projeto a partir da reeleição de Lula da Silva, em 2006. Atrelado a esse movimento político interno, o período foi marcado pelo avanço das compras da China no mercado brasileiro, e o incremento substancial das reservas internacionais do Brasil, fator que corroborou para que o governo buscasse maior autonomia em relação às políticas de Washington e buscasse ampliar o poder brasileiro no sistema internacional, como veremos mais adiante.

Portanto, como buscamos demonstrar aqui, a incorporação do projeto globalista estadunidense enquanto um projeto brasileiro e modelo capaz de alçar o desenvolvimento do país a novos níveis esbarrou em questões estruturais: (i) tanto as relativas ao sistema interestatal, com sua estrutura de poder entre as unidades; (ii) quanto internamente, realizando resultados danosos em termos sociais com alto nível de desemprego e esfacelamento da capacidade produtiva nacional. Importante notar que, mesmo no momento de busca de uma saída a tais resultados, já no início do século XXI, a elite brasileira que guiava o governo não possuía qualquer estratégia outra que não a de determinação econômica da nação e um projeto cujo centro gravitacional fosse uma percepção liberal econômica de mundo.

A chegada de um governo popular, ainda que sob um acordo conciliador com as classes proprietárias e as altas finanças, impulsionou o retorno da construção nacional a partir do fortalecimento do Estado e da retomada de sua expansão. Fatores que guardam estreita relação com a recondução da política de segurança nacional e a própria identidade internacional do país, sobretudo por conta da ampliação da inclusão social com harmonização de interesses com a elite econômica; processo que não poderia ser realizado senão pela ampliação da área de influência brasileira no mundo.

3.3.2 Geopolítica, Segurança e Desenvolvimento Nacional: redirecionamento estratégico e dissuasão extrarregional

Dentro desse novo contexto de redirecionamento de objetivos, ainda que numa conjuntura de continuidade do arcabouço liberal em termos da política econômica, o

governo brasileiro, juntamente com a burocracia de Estado, articulada em torno de grupos ligados ao Ministério das Relações Exteriores e das Forças Armadas, reorientaram a política e a estratégia brasileira de segurança e defesa. Em 2005, a nova política de segurança, consubstanciada no documento *Política Nacional de Defesa* (PND), suplantava as diretrizes em vigor desde 1996 não apenas como uma atualização, mas, de maneira robusta, reestruturando as bases de um projeto que reconduzia a Segurança Nacional novamente a um patamar de importância dentro do Estado. Conferindo a esta um caráter holístico de integração da identidade nacional, retorno da geopolítica, além do retorno da preocupação com o desenvolvimento industrial.

A primeira edição do documento que explicita a estratégia que dá corpo as definições políticas foi lançado no início do segundo mandato do presidente Lula da Silva. Em 2008, e com atualização em 2012, a *Estratégia Nacional de Defesa* (END) apontava as diretrizes de ações a serem arroladas no âmbito da política de segurança nacional e inserção brasileira no mundo. Além dessas duas principais ações, foram desenvolvidos, ainda, outros importantes documentos a dar sustentação do novo arcabouço de segurança e defesa. O mais importante para os fins aqui perseguidos é o *Livro Branco da Defesa*, publicado em 2012, que compila toda a política e estratégia e explicita as ações táticas do Brasil para esse fim.

De forma a apresentarmos a reestruturação da agenda, ambos os principais documentos, a *Política e Estratégia*, serão tomados em conjunto. Do ponto de vista que nos interessa demonstrar aqui, a importância de tal reestruturação assenta-se na rearticulação de conceitos de maneira totalizantes, guardando, assim, relação bastante próxima com a forma de organização nacional preponderante desde 1930 até a década de 1990. O fator central de aproximação com a agenda organizada já nas primeiras décadas após a Revolução de 1930 se dá enquanto os focos das preocupações nacionais, “voltada[s] essencialmente para ameaças externas”, dessa forma, “[A PND] estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militares e civil em todas as esferas do Poder Nacional”(BRASIL, 2012:11)⁸⁸. Enquanto que a END, expressa-se enquanto ações “com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Ibidem:12) .

A Segurança Nacional é vista, então, como um grande “guarda-chuva” do desenvolvimento e da inserção internacional do Brasil - expressa enquanto uma condição *sine qua non* para ambos; a defesa, por sua vez, expressa como um conjunto de medidas objetivas voltadas a manutenção da *condição* – ainda que as forças armadas tenham um papel interno regido pela Constituição Nacional, sua atuação é valorizada enquanto sua missão visando à defesa do Brasil externamente. Portanto, nesse nível de coordenação política, estratégica e tática, a inteligência nacional e a coordenação entre diferentes âmbitos da burocracia estatal se fazem necessária.

⁸⁸ O documento utilizado aqui congrega tanto a Política quanto a Estratégia de Segurança e Defesa Nacional, bem como suas atualizações.

Dessa maneira, as pretensões expressas em ambos os documentos se colocam bastante além do caráter apenas informativo. Os eixos que organizam tanto a PND quanto a END rompem com a política de Segurança e a Estratégia de Defesa em seus termos mais essenciais tanto em forma quanto em conteúdo do plano desenvolvido durante a década 1990: (i) a ligação direta entre Segurança, Defesa e Desenvolvimento nacional, enquanto mecanismos retroalimentados, (ii) a leitura do ambiente externo de maneira realista e (iii) o retorno da geopolítica enquanto definidora dos *antagonismos* e *vulnerabilidades* ao País dão o caráter holístico ao que se pode chamar de “grande estratégia” ou mesmo “projeto nacional”. Do ponto de vista da história moderna do Brasil, como vimos no capítulo segundo, esses são conceitos centrais no processo de desenvolvimento nacional.

A ligação direta entre Segurança e Desenvolvimento perpassa de maneira integrais ambos os documentos. Conforme expresso na PND, a *Política* “pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo” (Ibidem); realça, ainda, o necessário alinhamento à política externa brasileira que, orientando-se pela busca de soluções pacíficas para as controvérsias entre os Estados, busca reforçar o multilateralismo e a integração sul-americana. Desse modo, a *Política* se colocava como indispensável enquanto diretrizes-guia para a construção de um projeto dissuasório brasileiro, e sul-americano, contra as determinações externas.

A Estratégia Nacional de Defesa, seguindo as diretrizes da PND, aponta a reestruturação das forças armadas e a capacidade organizacional como meios essenciais para dar cabo às diretrizes políticas. De forma consonante com a PDN, a percepção acerca do “crescente desenvolvimento econômico” e da importância do Brasil nas relações entre os países impõem que se criem “condições sociais e econômicas de apoio à Defesa Nacional no Brasil, assim como a contribuição para a paz e a segurança internacionais e a proteção dos interesses brasileiros nos diferentes níveis de projeção externa do País” (MD, 2012:42).

Além disso, chama atenção para a necessidade de objetivar os planos de que a PND faz menção. Desse ponto de vista, a END traz a importância da reorganização e reorientação da *Base Industrial de Defesa* – além da própria ampliação e composição dos efetivos das forças armadas. De forma a sintetizar a relação entre estratégias de desenvolvimento e defesa, o documento traz a seguinte assertiva:

“Estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento”. (BRASIL, 2012:42)

Portanto, assim como na origem da formação do Estado moderno no Brasil, a agenda brasileira de segurança e defesa no início do Século XXI, apresenta a percepção de que a congregação dos recursos em prol dos esforços nacionais não apenas gabarita o

País para fazer frente aos antagonismos como também cria o senso de “destino” entre os brasileiros, apontando para a importância da identidade nesse processo.

Conforme ressalta o documento, “os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências” (Ibidem:42). Dessa maneira, o impulsionar dos recursos totais para o desenvolvimento teria como fim tanto a “independência nacional efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos”, mas também a inclusão no processo e ampliação da participação civil a partir da “democratização das oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País” (Ibidem:44). Portanto, a formação de uma identidade nacional que ganharia corpo pela criação do senso de cidadania através da inclusão mais robusta da população a partir da participação no projeto de Segurança e Defesa nacional.

No do âmbito da END, a ampliação da participação de civis e a inclusão constante da população em assuntos concernentes à defesa têm na capacitação um dos seus pontos fulcrais. O diagnóstico apresentado é o de que com o aumento do escopo da Segurança Nacional nas últimas décadas, o tema não só colocaria em relevo as dimensões já tradicionais da política e da questão psicossocial, mas também dimensões militar e científico-tecnológicas. Dessa forma, a dissuasão em todas as fronteiras nacionais, ligadas à soberania, e as que não são espaços soberanos, como os campos espacial e cibernético, estruturariam a inclusão e participação popular no desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, o campo nuclear é visto como uma conexão importante com os civis, sobretudo com a universidade pública.

Assim, não apenas resgatando pontos estruturantes da doutrina que guiou o desenvolvimento do Estado brasileiro no século XX, a PND e a END trazem à tona novas fronteiras em que os antagonismos e vulnerabilidades se expressariam; e que por sua própria natureza seriam os espaços em que haveria a possibilidade de congregação de diversos setores, inclusive o popular, em torno da mitigação de tais ameaças, sobretudo pela necessidade do domínio e desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitassem eliminar a ingerência externo por tais meios.

Do ponto de vista do segundo eixo, diferentemente da PDN de 1996, a percepção quanto ao ambiente externo na PND de 2005 é marcado por uma leitura realista do mundo. Apesar de sustentar que o conflito direto entre os Estados seria algo pouco provável, as ameaças provenientes das relações estatais não são desprezadas ou colocadas em segundo plano em detrimento a grupos não estatais. Tal aproximação em relação à guerra, que recoloca novamente o fenômeno enquanto caráter total e multidimensional, deita raízes na ampliação do leque em que a Segurança Nacional passaria a se preocupar após o fim da Guerra Fria. Como chama atenção Andrew Korybko (2015), “*in the current day weapons of mass destruction and the emerging multipolar world place limits on direct confrontation between Great Powers*” (Ibidem:9). Portanto, a paridade de poder entre as grandes potências e a entrada de potências médias na disputa internacional levou a dimensão de enfrentamento para uma série de outros espaços, além de, em espaços

periféricos, a tradicional disputa em termos territoriais com foco em recurso naturais se manter ativa, conforme aponta Michael Klare (2001) sobre as guerra em torno de recurso naturais.

Alinhada a esta percepção das disputas, a PND aponta para dimensões das ameaças representadas por outros Estados e que extrapolam as fronteiras territoriais, mas que se concentram na busca pela dominação de ativos nacionais importantes ou ao próprio veto em relação ao projeto nacional. Desse modo, cumpriria estruturar um processo que atuasse contra a “ingerência em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados” (BRASIL, 2012:17). Importante notar que tal interpretação sobre os meios que se expressariam os antagonismos ao País não distingue o interno e o externo enquanto dimensões isoladas da vida nacional. O documento aponta, ainda, para a dificuldade em realizar a separação entre os assuntos de ambiente externo e interno – posição destoante daquela externada pelo governo anterior, principalmente pelo seu Ministro das Relações Exteriores.

A leitura em relação à globalização ampliava as críticas realizadas ainda no final do governo Fernando Henrique Cardoso, em que uma via alternativa à ALCA foi proposta aos países da região. A posição expressa na Política Nacional de Defesa em relação a esse tema é a de que a globalização dos mercados significou “avanço apenas para uma parcela da humanidade” (Ibidem). Os resultados desde o reordenamento do sistema mundial haviam, então, estados aquém daqueles esperados; contribuindo e ampliando ainda as características polarizadoras do sistema, na divisão entre países ricos e pobres, além da própria característica do sistema internacional de “assimetrias de poder”. A percepção brasileira sobre o futuro era, portanto, de que tal frustração representava um desafio adicional aos “países em desenvolvimento”, que deveria ser sanado a partir de uma inserção positiva no mercado mundial.

Guiada pela ideia de reforço do multilateralismo enquanto meio, a estratégia desenhada pelo Brasil constituía uma força a mais no reforço à integração regional. Ainda que a saída fosse perseguida de maneira semelhante ao governo anterior, enquanto forma, a integração regional ganharia traços novos baseados em uma percepção geopolítica tanto do espaço brasileiro quanto da ressignificação das relações sul-americanas. Dessa forma, a ligação de temas relativos à integração com a política de Segurança e a Estratégia de Defesa são bastante estreitos; a integração passa de um conceito econômico para um processo visando a “autonomia e desenvolvimento regional”.

A constituição do terceiro eixo em torno da redefinição política do território nacional aparece como baliza central de toda a redefinição da agenda; pois é a expressão da vontade política que se proclama enquanto conceito visando à inserção política do território nacional no sistema mundial. O conceito de Entorno Estratégico retoma, em boa medida, o conhecimento geopolítico desenvolvido durante todo o século XX pelos pensadores e pensadoras brasileiros, sobretudo se levada em conta a perspectiva de Golbery do Couto e Silva que projetava o Brasil para fora das relações sul-americanas. No documento, o conceito é apresentado da seguinte forma:

“O país visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a esta região” (BRASIL, 2012:21)

O conceito geopolítico do entorno estratégico possuía, então, estrita relação com o direcionamento de política externa do governo Lula da Silva. Conforme aponta Paulo Roberto de Almeida, muitas das novas iniciativas da política externa “constituem, na verdade desdobramentos e reforços de ações já em curso na administração anterior, embora com nova roupagem e novas ênfases conceituais” (ALMEIDA, 2004:163). A disposição, então, do governo Lula em construir uma real aproximação com os países da região, fortalecendo a integração regional, e elevar o nível estratégico da relação com os países africanos ressurgem, também, como paralelos da agenda de busca autônoma pelo desenvolvimento forjada na década de 1970 no Brasil (VITELLI, 2015).

Do ponto de vista da relação com os países africanos, sobretudo os da África Subsaariana, o Brasil ampliou sua capacidade consular, reabrindo embaixadas que haviam sido fechadas durante a década de 1990 e criando novas unidades, chegando ao número de 30 em 2011 e a 37, em 2013 (FARIAS, 2017). A nova matriz de relacionamento com os países africanos contou com projetos de cooperação em prol do desenvolvimento, liderado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Além da cooperação, relação com os países africanos se deu na busca pela ampliação de investimentos e internacionalização das empresas brasileiras, sobretudo a partir do apoio realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Nesse período, o Brasil abriu linhas de crédito voltadas ao comércio e investimentos, além do perdão das dívidas dos países que se tornaram insolventes na década de 1990. Como chama atenção Hélio Farias, a despeito das limitações “institucionais e político-estratégicas, coube ao BNDES, além das funções de banco de desenvolvimento e de investimentos (...) o papel de suporte às exportações e à internacionalização de empresas”, de maneira mais específica, Farias aponta que os destinos com maior participação do desembolso do Banco “para a exportação de bens e serviços de engenharia foram os Estados que compõem o entorno estratégico (...) principalmente a Argentina e a Angola” (FARIAS, 2017:206-207).

Em especial, a relação com a América do Sul tomou contornos para além das relações diplomáticas e econômicas. O diagnóstico apresentado nos documentos estratégicos brasileiros aponta para a raridade dos litígios fronteiriços na região; fato que não eximiria o espaço sul-americano da pressão advinda de terceiros países ou grupo de países. Nesse contexto, a identidade da integração regional sofre alterações essenciais em relação à política dos governos dos anos de 1990: “como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul”, sobretudo pela importância da região ser o espaço imediato que “se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais” (BRASIL, 2012:22).

Importante notar que, a partir da definição do espaço brasileiro e sul-americano enquanto um espaço necessariamente integrado em termos da segurança e defesa voltados para a dissuasão, existe uma novidade em relação à agenda construída no desenrolar do século XX. Ao não apontar mais a dissuasão contra nenhum de seus vizinhos, o Brasil projeta a sua agenda dissuasória para o espaço extrarregional; para a fronteira do espaço sul-americano e os demais países ou grupos de países. Isso se deve, principalmente, ao que é chamado de “profundidade geoestratégica” do Brasil, enquanto um país diverso e continental em haveria, pela interpretação expressa nos documentos oficiais, a necessidade de organização da região, haja vista que grande parte das “áreas vitais” ao poder brasileiro relacionam-se com seus vizinhos.

Dentre essas “áreas vitais” são apresentados o espaço amazônico, que como vimos anteriormente, no segundo capítulo, tornou-se um ponto central da preocupação dos militares ainda na primeira metade do século XX por conta da projeção econômica estadunidense, e que na década de 1990 figurava como um ponto de discordância em relação à política estadunidense no âmbito do Plano Colômbia, e; o espaço do Atlântico Sul, que, por conta da “vocação marítima do Brasil” (Ibidem:24), fazia-se necessária a ampliação da jurisdição da chamada “Amazônia Azul”, sobretudo pelos ativos estratégicos nacionais que ali se encontram, como o petróleo da faixa pré-sal.

Certamente todas as variantes do poder nacional são importantes para a organização geopolítica do Brasil. Entretanto, a “Amazônia Azul” e a própria Amazônia despontam como focos centrais, sobretudo por serem as vias tanto de expansão do Estado brasileiro quanto por conformarem os pontos de penetração de ameaças externas.

No primeiro caso o Atlântico Sul ganha relevo especial, dadas as posições de Estados Unidos e Inglaterra nesse espaço, o chamado “cordão de ilhas” que separa o Brasil da costa oeste africana e pela manutenção do acesso ao mar entendido como a continuidade do território brasileiro em sua plataforma continental. No segundo caso, as ameaças que poderiam visar a manutenção do conflito, como no caso da Colômbia, que justificaria a ocupação dos Estados Unidos, quanto por grupos externos que pretendam tutelar “decisões a respeito de preservação, desenvolvimento e defesa da Amazônia” (BRASIL, 2012:82), quanto por uma “guerra assimétrica (...) a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por a o ou de uma coligação de países que insista em contestar, a qualquer pretexto, a incondicional soberania sobre a sua Amazônia” (Ibidem:82).

Na passagem anterior fica clara que percepção de ameaça viria de países ou grupos de países desenvolvidos, dada a especificidade da “assimetria” em termos de poder, muitas vezes referenciadas em termos de poder nuclear. Dentro dessa descrição, as ameaças mais próximas seriam as provenientes do próprio Estados Unidos e da OTAN, organização liderada pelo país norte-americano.

É sob esse contexto e orientação estratégica que as instituições de integração regional são reformadas ou criadas. Conforme destacado pelo Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, uma organização ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia

(MCTI), em paralelo com as prioridades em seu próprio território, sobretudo nas Bacias do Prata e da Amazônia, e das ligações econômicas criadas com a Bacia do Pacífico, destaca-se também o processo de integração física e econômica, coetaneamente a um “projeto comum de segurança e defesa por meio da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), do Conselho de Segurança Sul-Americano (CDS) e do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)”, além disso, o relatório chama atenção para a ampliação do MERCOSUL em relação aos países andinos⁸⁹, “em competição cada vez mais clara com o projeto de integração da região a sua política mais ampla de liberalização do comércio internacional (FIORI; PADULA; VATER, 2013:11).

A reorientação do processo de integração na América do Sul em um novo direcionamento a partir de uma política que buscasse maior autonomia da região iniciasse, como apontado, já no segundo ano de governo Lula da Silva. No que tange ao MERCOSUL, a referida estratégia brasileira resulta, em 2003, no relançamento do bloco. Brasil e Argentina adotam como ponto de partida o Consenso de Buenos Aires, marcando, de vez, a retomada da retórica progressista nos governos dos dois países e no processo de integração. A eventual rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) seria parte desse movimento, e a aliança estratégica com a Argentina é reafirmada como eixo central do processo integrador.

Ocorrem, nesse contexto, dois movimentos paralelos. Em primeiro lugar, em meio à coadunação do crescimento econômico e da estabilidade macroeconômica com reforma social, o Brasil passa a projetar-se cada vez mais autônoma e proativamente nas relações internacionais. A reforma da governança global torna-se pleito central do Itamaraty, e aproximação com os países do Sul, que teriam características em comum com o Brasil, passa a ser instrumentalizada no sentido de obter-se uma ordem internacional mais favorável à consecução do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, a construção de uma liderança regional e a ascensão para a posição de potência global passam a ser prioridade da política externa (ALMEIDA, 2004).

Em segundo lugar, frente às constantes dificuldades comerciais, o MERCOSUL é relançado com grande ênfase em aspectos institucionais, políticos e sociais. Entrou em vigor o Protocolo de Olivos (2002), assinado ainda durante o governo Cardoso, com o funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão, o que representou avanço significativo em termos do sistema de solução pacífica de controvérsias. Em 2006, foi criado o Parlamento do MERCOSUL, em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta. O Brasil, respondendo a demandas e ao próprio anseio de colocar-se como *paymaster* da

⁸⁹ Ainda que houvesse havido a aproximação com a Venezuela entre 1999 e 2000, ainda no governo Cardoso, esta se deu em contexto de dificuldades e ajuda brasileira àquele país. No âmbito do governo do Partido dos Trabalhadores, o Mercosul passa a ser ampliado paulatinamente, incorporando a Venezuela em 2012 – além do início de processo de inclusão de Bolívia e Equador.

integração, lidera, em 2005, a criação do FOCEM, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, de modo a lidar com as gritantes e permanentes assimetrias do bloco.

Do ponto de vista da integração em segurança, o acordo da UNASUL de 2008 abriu caminho para a construção do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2009. O lançamento da ideia de se formar na América do Sul um conselho de segurança teve seu primeiro impulso em fevereiro de 2008, em visita do ex-presidente Lula da Silva e do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Argentina. Neste primeiro pronunciamento, as duas ideias principais a serem citadas sobre o conselho foram: a capacidade de resoluções de controvérsias entre seus membros e a possibilidade de terem uma mesma voz em defesa no subcontinente sul-americano. Além destes dois pontos, foi tratada, também, a necessidade de se integrar as indústrias de defesa dos países para que estes possam eliminar a dependência de terceiros países no fornecimento de insumos.

A reunião com o principal parceiro brasileiro na América do Sul, e o entendimento sobre a acuidade do tema, foi um fato importante para incentivar o desenvolvimento do projeto brasileiro. Entretanto, a invasão do território equatoriano pela Colômbia, em março de 2008, no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), certamente apressou o desenrolar do plano. Após este ocorrido, Nelson Jobim passou viajou a cada um dos países da região para apresentar e colher o apoio para a conformação do conselho de defesa.

Apenas a Colômbia de fato teve posição desfavorável à ideia brasileira. O argumento utilizado pelo mandatário colombiano, à época, Álvaro Uribe, era de que os países da região não se comprometiam com o propósito de combater o terrorismo, o que claramente era uma demanda específica do país contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e também parte do apoio do país a “Guerra contra o Terror” colocado em prática pelos Estados Unidos após o Atentado de 11 de setembro de 2001. A Colômbia só viria integrar o Conselho de Defesa após a visita do presidente Lula da Silva ao país, em julho do mesmo ano, quando as demandas colombianas por (i) decisão por consenso dentro do conselho, (ii) o reconhecimento e respeito pelas forças institucionais consagradas em cada constituição nacional e (iii) e o rechaço a qualquer organização armada irregular, sem importar a sua origem foram atendidas.

Ainda em maio de 2008, os mandatários sul-americanos se reuniram em Brasília para firmar o tratado constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, que seu artigo de número 3 ressalta “*el intercambio de información y de experiencias en materia de defensa*”. Este seria o arcabouço institucional cujo Conselho de Defesa iria se resguardar. Ainda no mesmo ano, aos 16 dias de dezembro, os países da região se reuniram no Brasil, na cidade de Salvador, em uma reunião extraordinária da UNASUL para formalizar o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Neste documento constam os três principais objetivos gerais do Conselho, que são:

“Consolidar Suramérica como una zona de paz, base para la estabilidad democrática y el desarrollo integral de nuestros pueblos, y como contribución a la paz mundial; Construir una identidad

suramericana en materia de defensa, que tome en cuenta las características subregionales y nacionales y que contribuya al fortalecimiento de América Latina y Caribe. Generar consensos para fortalecer la cooperación regional en materia de defensa.” (UNASUL, 2008a)

Ademais destes três objetivos gerais, outros 11 objetivos específicos são imputados a este documento. Dentre eles destacam-se: a promoção do intercâmbio de informações e análises da situação regional e internacional para a identificação de ameaças externas, a cooperação na indústria de defesa, a cooperação na formação e capacitação militar (treinamentos conjuntos) e a organização de posições conjuntas dos países da região e fóruns multilaterais sobre defesa.

Em suma, a integração regional após 1980 aparece em um primeiro momento como tentativa de fortalecer a parceria com a Argentina em um momento crítico para a região. Entretanto, essa integração sofreria com a baixa institucionalização e criação de mecanismos que desse maior interdependência entre os países. A integração colocada em prática nos anos de 1990, a despeito de dar um caráter sul-americano ao país, convergiu para a agenda hemisférica e global dos Estados Unidos. Agenda que foi revertida na primeira década do século XXI quando a institucionalização da integração ganhou força e foram criados mecanismos tanto de mitigação de assimetrias econômicas quanto no sentido da segurança regional a partir da CDS da UNASUL.

Conforme chama atenção Darc Costa, em texto de 1999, mas que certamente, por sua análise baseada na geopolítica regional e continental pode ser extrapolada para o processo que se seguiu na década seguinte, “criou-se, portanto, um novo contexto, onde a velha visão do vizinho como adversário e ameaça a nossa segurança foi superada pela constatação de que os riscos do vizinho agora são nossos próprios riscos” (COSTA,1999:139). Sendo assim, “a maior das ameaças que pesa, hoje, sobre o Brasil e Argentina é a da fragmentação do Mercosul, algo que representará a destruição do projeto comum e de constituição de um polo de poder na América do Sul com projeção mundial” (Ibidem:142).

Tal mudança de agenda não foi realizada sem críticas tanto internas quanto por parte de analistas e a burocracia de Estado estadunidense. A principal ênfase das críticas advindas dos grupos ligados ao projeto de integração liberal dos anos de 1990, seria a de que o novo modelo havia perdido seu “sentido original”. Como chama atenção Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o MERCOSUL possuía um sentido claro quando de sua criação, corroborar para a liberalização comercial na região com intuito de avançar para uma segunda etapa, de integração econômica. Entretanto, segundo o embaixador, “levando em conta seu objetivo inicial, o MERCOSUL, principal projeto da política externa do governo Lula/Dilma, está seriamente abalado e sem perspectiva”. Ainda segundo Barbosa, “a agonia do MERCOSUL começou com a sua politização (...) [e] a fidelidade do Brasil ao

projeto de integração é a única garantia de não desintegração do subgrupo regional” (BARBOSA, 2010).

Do ponto de vista estadunidense, o vazamento de correspondências oficiais destinadas ao Departamento de Estado demonstrou a preocupação do, então, embaixador estadunidense, Clifford Sobel, acerca da Estratégia de defesa Nacional publicada pelo Brasil, sobretudo em sua correlação direta entre Segurança, Defesa e Desenvolvimento Nacional. Além disso, o embaixador norte-americano chamou atenção para a “paranoia” brasileira em relação ao espaço amazônico e as ameaças provenientes tanto dos Estados Unidos quanto de organizações não-governamentais que pudessem influenciar conflitos na região; além do espaço amazônico, a percepção de ameaça no Atlântico Sul foi vista como errônea pelo burocrata estadunidense, ao assumir: “*there is no threat, for example, to Brazil’s maritime oil deposit*”⁹⁰. A ampla e conhecida espionagem estadunidense à Petrobrás certamente legitimaria a percepção brasileira acerca das ameaças a uma das “áreas centrais” ao País.

Em 2010, um instituto ligado à Escola de Guerra do Exército estadunidense, conhecido como “*The Strategic Studies Institute (SSI)*”, publicou a monografia do professor da Duke University, Hal Brands (2010), acerca da Grande Estratégia brasileira, em que o autor aponta para a crescente disputa entre os dois países americanos desde meados da década de 1970, seguidos de sucessivas tentativas de amenização das fricções. Para Brands, os eventos mais recentes, como os acordos com bases militares na Colômbia em 2009 e o reativação da 4ª Frota estadunidense no Atlântico Sul, se colocam como resposta a Grande Estratégia brasileira que buscou aumentar o perfil no sistema e diversificar o “portfólio estratégico” do Brasil, apontando para um plano audacioso de redirecionamento estratégico dos ativos nacionais.

Considerações Finais

Nesta tese tivemos como objetivo central oferecer uma resposta acerca do momento da gênese de uma agenda de segurança nacional que se confunde com a própria construção do Brasil moderno e de seu retorno na primeira década do século XXI. Tal agenda, a nosso ver, se caracteriza não só pelo redesenho da identidade nacional, mas também a projeção desse redesenho - obra da vontade política - sobre o território, apontando caminhos para a inserção internacional e a construção de capacidade dissuasória para resistir a antagonismos a tal movimento.

⁹⁰ Ver matéria da Fox New, U.S. cable on Wikileaks: Brazil “paranoid” on Amazon, em dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.foxnews.com/world/2010/12/01/cable-wikileaks-brazil-paranoid-amazon.html>
https://www.huffingtonpost.com/nikolas-kozloff/wikileaks-brazils-militar_b_823124.html

Para demonstrar nosso argumento, passamos em um primeiro momento pela discussão do arcabouço teórico que nos guiou em nossa análise da objetividade. A dialética de recortes hegelianos foi apresentada e discutida em relação às percepções que geralmente compõem as principais análises das Relações Internacionais, nomeadamente a visão contratualista de mundo.

Do nosso ponto de vista, A superioridade da percepção hegeliana se dá pela superação do entreva “todo-parte”. Ao invés de recortes do tipo indivíduo/ sociedade e interno/ externo, a formulação da dialética hegeliana aponta para uma dinâmica social em termos de um longo processo histórico em constante movimento e construção. Dessa forma há um processo retroalimentado entre indivíduos e sociedade (Estado), pois, esta sendo uma ideia ética, a busca pela sua própria realização está intrinsecamente ligada à realização de tal vontade pela expansão. O movimento dialético é, portanto, o mover-se na busca de reconciliar uma ideia ética universal a uma singularidade ainda aquém de tal objetivo. Portanto, o universal não passa por algo que constitui, em essência, a todos as sociedades, mas antes uma ideia ética de um polo que se universaliza em espaços onde esse mesmo movimento foi negado.

A despeito de nos afastarmos quanto à percepção da reconciliação enquanto a “astúcia da razão”, entendemos ser o movimento, ou a forma da dialética hegeliana um importante mecanismo para pensarmos as relações interestatais. Para tanto, consideramos a contribuição do filósofo Frantz Fanon acerca desse mesmo movimento, porém partindo de um outro ângulo: a posição subsumida. Ainda que diversas contribuições, sobretudo às ligadas a visão da chamada “teoria da dependência”, tenham partido dessa posição para realizar suas análises, grande parte delas estiveram ligadas a uma interpretação econômica do todo.

A perspectiva fanoniana, seguindo a ideia da totalidade hegeliana, aponta para elementos que vão além do mundo material. A posição subsumida é, então, nos apresentada enquanto um espaço inessencial, constituído pela violência colonizadora que determinou não apenas a construção econômica, refletindo a “musculatura” que serve o colonizador, mas também desenhou o espaço social como tal, e de igual maneira a sua inserção no jogo internacional.

Dessa maneira, Fanon chama atenção para a linha divisória real do processo de construção nacional. Segundo o autor, o rompimento com a posição subsumida eleva o país a um jogo muito mais amplo, cujo “teste de força” colocará o país frente a vetos sucessivos das grandes potências. Além de tal posição, Fanon chama atenção à possibilidade de um país figurar na posição dependente, caracterizado pela falta de vontade política, de construções intelectuais que deem continuidade a mentalidade colonizada e rearranjem os laços em busca de resultados positivos.

Em ambos os movimentos, tanto na posição de suprasunção quanto na posição de subsunção, entendemos residir, como argumentamos, o substrato imanente desse sistema: a relação de poder. Pela sua característica expansiva e não sendo possível a realização por apenas um polo, torna-se, portanto, impossível qualquer posição de equilíbrio. Sua forma

de negação enquanto motor e energia necessita acumulação contínua; em termos hegelianos, o poder está em busca constante para se reconciliar com o seu absoluto, ou global, ainda que essa posição, hipoteticamente, representaria o seu próprio fim.

Do ponto de vista da constituição da agenda de segurança e construção nacional que estudamos aqui, esse fenômeno se apresenta no próprio delineamento da identidade nacional, da teoria geopolítica que expressa a vontade política nacional e, conseqüentemente, o desenho de antagonismos e vulnerabilidades que impeçam tal movimento de reconciliação entre ideia e realidade. Como aponta Žižek, pela realidade ser “menos que nada”, o movimento é sempre o de criação da realidade; em termos objetivos no sistema interestatal, como aponta Jose Luis Fiori, o jogo das grandes potências é um jogo produção geopolítica e colocação à prova de tais produções por meio da guerra enquanto fenômeno multidimensional. Nesse sentido o território espelha uma construção relativa à própria expressão da vontade política de cada país.

Assim, partindo da percepção de um Sistema Interestatal caracterizado por unidades cuja percepção sobre si mesmas é sempre de um “projeto inacabado”, algo “por completar”, em que a forma dialética-expansiva se impõem aos países, é que localizamos a importância de nosso objeto de estudo para o caso específico brasileiro.

Dessa forma é que, em um segundo momento, caracterizamos a gênese de uma agenda que nasce dentro de um processo de construção nacional moderna no Brasil. Conforme apontamos no segundo capítulo, a própria estrutura social que se organizou no país por meio da colonização portuguesa e continuou já no período pós independência deu sustentação a um pacto político que constituiu o espaço brasileiro não como um Estado moderno, mas antes como uma confederação oligárquica em torno das elites paulistas e mineiras que preconizavam a manutenção da fragmentação do poder político no Brasil e uma agenda de segurança voltada para a sustentação da estrutura social de acumulação.

Entretanto, como argumentamos anteriormente, o adensamento da política internacional na região gerou, ainda durante o século XIX, constantes e crescentes embates na região da Bacia do Prata. É dentro do movimento de guerra que surge a partir do aumento das tensões na região platina é que vai se formar um grupo político que, paulatinamente, passaria a se destacar na vida nacional e constituiria um movimento de ruptura com a tradicional agenda de segurança visando às ameaças provenientes do próprio seio da sociedade.

Essa célula que é inserida na vida brasileira via conflito no tabuleiro geopolítico sul-americano mais quente, ao chegar ao poder, por meio da Revolução de 1930, desenha um projeto para o país dentro das próprias condições de guerra que o formara. Assim, a tradição geopolítica portuguesa é reinserida em movimento que iria criar, por décadas à frente, não apenas as instituições modernas no Brasil, mas também a sua identidade, sua geopolítica e a constante necessidade de desenvolvimento industrial visando à mitigação de vulnerabilidades externas, principalmente as advindas da Argentina. Ainda que a projeção de terceiros países na região fosse vislumbrado enquanto ameaça e antagonismo

à vontade brasileira, o jogo principal a se desenrolar tinha como objetivo a prevalência na região da Bacia do Prata.

Se por um lado o período iniciado após a Segunda Guerra Mundial viabilizou o projeto industrial brasileiro a partir da aproximação com os Estados Unidos, por outro levou a desconexão de tal projeto nacional das bases populares que havia sustentado o mesmo nas décadas anteriores a 1960. Com reorganização da estrutura do projeto modernizante brasileiro, a releitura da geopolítica brasileira realizada por Golbery e a recomposição da agenda de segurança com a inserção do perigo comunista criou um lugar para o povo na agenda de segurança que se arrasta até o presente, se mostrando como um grande impeditivo ao desenvolvimento nacional.

A tensa conjuntura instalada na década de 1970 pelos diversos episódios da política e economia mundial levou também a uma crescente tensão entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo em questões relativas ao desenvolvimento de tecnologia sensível para a dissuasão. Nesse período o Brasil ensaiava um retorno à agenda que havia se desenhado entre 1930 e 1950, porém, com o próprio reordenamento do sistema levado a cabo pelos Estados Unidos, o caminho seguido pelo país foi bastante similar às demais periferias globais.

O projeto neoliberal no Brasil nos anos de 1990 traria novamente um retorno à velha agenda de segurança sem geopolítica e de ligação econômica do país aos principais centros do mundo. Conforme explicitamos no capítulo 3, a posição da excêntrica social democracia brasileira projetou sobre o Brasil projeto similar ao também excêntrico republicanismo paulista do final do século XIX e início do século XX: um movimento centrípeto em relação ao poder central, beneficiando às velhas oligarquias regionais no país. Ainda de maneira similar, entretanto agora em um período de grande projeção da agenda hemisférica estadunidense, o combate interno focou nos temas de preocupação deste país, mas de mesma forma recaindo sobre a grande massa da população, identificando-a como principais fontes de desestabilização política para a modernização do país.

O retorno à agenda dissuasória no Brasil tem, então, a nosso ver relação direta com dois elementos essenciais a que chamou atenção Frantz Fanon quando da discussão acerca da construção nacional: demografia galopante e complexificação social. Dessa forma, ainda que os militares houvessem excluído a população enquanto base do projeto de modernização brasileira e concentrado a renda nacional em detrimento destes, o que se seguiu no Brasil como resultado foi a criação de uma grande massa urbana, que a partir da modernização do aparato produtivo se organizou politicamente em grupos de pressão pela recomposição das perdas de renda nas décadas anteriores.

A despeito de não possuir um projeto geopolítico para o Brasil e se guiarem em torno do conflito distributivo capital/ trabalho, ao ascender ao poder o Partido dos Trabalhadores colocou em prática uma agenda bastante similar a que havia sido ensaiada no país tanto em seu princípio quanto em seu afastamento em relação aos Estados Unidos nos anos de 1970. Com a chegada ao poder de um governo de bases populares, retorna à

política de segurança a percepção geopolítica do espaço brasileiro, em uma construção que extrapola os limites territoriais, projetando poder nacional em seu entorno imediato e apontando a aliança indissociável entre defesa nacional e desenvolvimento econômico para fazer frente aos antagonismos e vulnerabilidades à vontade brasileira.

A novidade nesse processo foi o redesenho em relação aos seus vizinhos: se no passado a dissuasão havia sido focada na disputa regional com a Argentina, a agenda estruturada na primeira década do século XXI apontava a aliança necessária entre o Brasil e os países da região e a dissuasão majoritariamente contra terceiros países ou grupo de países externos à América do Sul, tendo como ameaça principal a projeção de poder assimétrico capaz de inviabilizar a continuidade do projeto nacional brasileiro em direção aos seus anseios.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGNEW, John. “*Disputing the nature of international in political geography*”. Geographische Zeitschrift, 89. Jahrg., H. 1, pp. 1-16, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.47, nº1, Brasília, jan/jun 2004.

AMARAL, Azevedo. “O Presidente e a Segurança Nacional. Revista A Nação Armada, novembro de 1940, n 12, pp. 16/22. Disponível no Acervo Histórico do Exército (AHEx), Disponível no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

ANGELL, Norman. A Grande Ilusão. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. Missão Militar Francesa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: EdUNB, 1962.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

ASHLEY, Richard K; WALKER, R. B. J. “*Introduction: Speaking the Language of The Exile: dissident thought in International Studies*”. International Studies Quarterly, Vol. 34, Nº3, Special Issue: speaking the language of Exile: dissidence in International Studies, Sep. 1990, pp. 259-268.

ASHWORTH, Lucian. “*Did the Realist-Idealist Great Debate Really Happen? A Revisionist History of International Relations*”. International Studies, 16 (1): 33-51, 2002.

AYOOB, Mohammed. Security in the Third World: the worm about to turn? International Affairs, 60 (1), 1983.

_____. The third world security predicament: state making, regional conflict, and the international system. BOULDER, CO: Lynne Rienner, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brizola e o Trabalhismo. Rio de Janeiro: Editor Civilização Brasileira, 1979.

_____. Brasil e Estados Unidos: a rivalidade emergente – 1950-1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: FUNAG, 2009.

_____. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. O Golpe Militar de 1964 como fenômeno de Política Internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. São Paulo: Editora Unicamp, 2014.

BARBOSA, Rubens. “Integração econômica do Mercosul está seriamente abalada e sem perspectiva”. Opera Mundi, 18 outubro de 2010, disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/31877/Integracao+economica+do+merc+osul+esta+seriamente+abalada+e+sem+perspectiva.shtml&SyAxxOu>

BARROS, Gustavo. “O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: crescimento e substituição de importações”. Estud. Econ., São Paulo, Vol. 45, nº1, pp 153-183, 2015.

BATARRA, Fernando Watanabe. O PAEG e o “Milagre Econômico” brasileiro. Monografia Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto, 2010.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. A Cabela de Golbery: segurança nacional e desenvolvimento global no pensamento de Golbery do Couto e Silva. Itajaí: Ed. Univali, 2002.

BOLT, Jutta; TIMMER, Marcel; ZANDEN, Jan Luiten van. “GDP per capita since 1820”. In: ZANDEN, Jan Luiten, et al. (eds), How Was Life?: Global well-being since 1820, OECD Publishing, 2014.

BLACK, Jeremy. Geopolitics and the Quest for Dominance. Bloomington: Indiana University Press, 2015.

BRANDS, Hal. Dilemmas of Brazilian Grand Strategy. Strategic Studies Institute (SSI), 2010.

BRASIL. Política de Defesa Nacional, 1996. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefBras.asp>

_____. Política Nacional de Defesa/ Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Game Plan: a geostrategic Framework for the conduct of the U.S. – Soviet Contest. Boston: Atlantic Montly Press, 1986.

BROWN, Lester. Redefining National Secutiry. United States: WorldWatch Institute, 1977.

BUCK-MORSS, Susan. “Hegel and Haiti”. Critical Inquiry, vol. 26. N. 4. (Summer, 2000), pp. 821-865).

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

- CAIADO, S. C.; RIBEIRO, T. F.F.; AMORIM, R. L. C. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCHMANN, Márcio (Org). Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- CALMON, Pedro. Historia Social do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- CARDOSO, C. F. S. A crise do colonialismo luso na América portuguesa – 1750/1822. In: História Geral do Brasil. Elsevier, 1990. Rio de Janeiro – 26ª Reimpressão.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972.
- _____. “Ainda a “teoria” da dependência”. Folha de São Paulo, 28 de maio de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/28/mais!/8.html>
- _____. Avança Brasil. Brasília: s. ed., 1998.
- _____. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Brasil negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. A construção da ordem: a elite política imperial/ teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a
- CENTENO, Miguel A. Blood and Debt: war and the nation-state in Latin America. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- CHAVES, Luis Guilherme Bacellar. Azevedo do Amaral. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- COMBLIN, José. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CONCA, Ken. Manufacturing Insecurity: the rise and fall of Brazil’s military-industrial complex. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.
- COUTO e SILVA, Golbery. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 3ªed, 1981.

CORTESÃO, J. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Imprensa Oficial do Senado Federal, Brasília, 2001.

CHACON, Vamireh. A Grande Ibéria: convergências e divergências de uma tendência.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARR, Edward. Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASTRO, Therezinha de. José Bonifácio e a unidade nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CINTRA, Rodrigo. Relação do Estado com o Setor Siderúrgico: estudo comparado Brasil-Estados Unidos. Cadernos CEDEC, nº75, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CSSN. Ata da Primeira Reunião, 1934. Disponível no site do Arquivo Nacional: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

COSTA, Darc. “Segurança e Defesa: uma única visão abaixo do Equador”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, nº1, Brasília, jan/june 1999.

_____. Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DE HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira; t.1;v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DEUTSCH, Karl. *Political Community and the North Atlantic Area: International organization in the light of historical experience*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

DIAS, Marcelo Francisco. Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. São Paulo: ANPOCS, Relume Dumará, 1995.

DOMINGOS, Pereira; LIRA, Paulo Vitor Sanches Lira. “Exportações da indústria de defesa brasileira: a formação de uma arcabouço político-institucional”. II ERABED Sudeste, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2017.

DOYLE, Michael W. Liberalism and the Formulation of U.S. Strategy. In: KAUFMAN, David S., et al. U.S. National Security Strategy for the 1990s. Baltimo: The Johns Hopkins University Press, 1991.

DORATIOTO, F. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Brasília, FUNAG, 2014.

_____. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). In: Textos de História, vol. 16 nº2, 2008.

DUNN, Kevin C. “Identity, Space, and the Political Economy of Conflict in Central Africa”. In: LE BILLON, Phillippe (org). The Geopolitics of Resource Wars: resource, dependence and wars. New York: Routledge, 2005.

DUSSEL, Enrique. 1942, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, Vol II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Escola Superior de Guerra (ESG). FRAGOSO, Augusto Tasso. A Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro: 1960.

_____. A Guerra Revolucionária. Rio de Janeiro: ESG, 1965.

_____. GAIVA, Teodorico. A Guerra Revolucionária e a Conjuntura Brasileira. Rio de Janeiro: ESG, 1959.

FACÓ, Rui. Brasil: século XX. Rio de Janeiro: Editora Polar, 1960.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, Hélio Caetano. A estratégia do Brasil na África: fundamentos geopolíticos e mecanismos de financiamento no ciclo recente de expansão econômica (2003-2014). Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Ananda Simões. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. Antíteses, vol. 2, nº4, jul-dez, 2009, pp. 831-856.

FILHO, Hermógenes Saviani Filho. “A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade”. Economia e Sociedade, Vol. 22, Nº3, Campinas, dec. 2013.

FILHO, João Roberto Martins. “A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia”. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 519-536, 2012.

_____. “A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960”. RBCS, v.23, n.67, p.39-49, 2008.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

FIORI, José Luís. “O Capitalismo e suas vias de desenvolvimento”. Entrevista a HADDAD, Fernando. Teoria e Debate, n. 33, janeiro 1997. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/entrevista-o-capitalismo-e-suas-vias-de-des>

_____. O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O Poder Global. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “Nicholas Spykman e a América Latina”. In: Jornal Valor Econômico, 2007a. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori051207.pdf> (acessado em 20 de novembro de 2017).

_____. O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O Mito do Colapso Americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. “Brasil: vocação natural e vontade de potência”. In: Carta Maior, 28 de fevereiro de 2010. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Brasil-vocacao-natural-e-vontade-de-potencia/20868> (Acessado em 20 de novembro de 2017).

_____. “O Capitalismo feliz”. In: Carta Maior, 29 de novembro de 2012, Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-capitalismo-feliz/26682> (acessado em 18 de agosto de 2017).

_____. História, Estratégia e Desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. “Brasil: vocação natural e vontade de potência”. Instituto de Economia, UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori240210.pdf> (acessado em novembro de 2017).

- FIORI, Jose Luis; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul. In: CGEE. Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro, vol. 3, Brasília. 2013.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- FRANK, André Gunder. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. Brasília: Editora Brasiliense, 1980.
- GARCIA, Eugênio Vargas. “O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). Revista Brasileira de Política Internacional, 40 (1), pp. 18-40, 1997.
- GIANNASI, Carlos Alberto. A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973). Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade De São Paulo, 2011.
- GILLESPIE JR, Berkeley S. Brazil, A potencial world power?. US ARMY WAR COLLEGE, 1966.
- GOMES, Flávio; FERREIRA, Roquinaldo. “A miragem da miscigenação”. Novos Estudos, CEBRAP 80, pp. 141-160, março, 2008.
- GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. A Economia Política do Governo Lula. São Paulo: Contraponto, 2007.
- GONÇALVES, Williams da Silva. Segurança Internacional na Década de 1990. In: FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (orgs). Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- GONÇALVES, Williams da Silva & MIYAMOTO, Shiguenoli. “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”. Estudos Sociais, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 211-246, 1993.
- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GUEVARA, Gisela. Brasil, “Opciones estratégicas de una potencia emergente para afirmar su liderazgo mundial”. OASIS, n.16, 2011, pp. 11-29.
- GUGLIALMELLI, Juan E. *Geopolítica del cono sur*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

GUIOT, André Pereira. Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. “O programa neoliberal de terceira via do PSDB”. *Tempos Historicos*, vol. 14, pp. 228-255, 2010.

HAMILTON, Alexander. Relatório sobre as Manufaturas. In: *Cartas da Economia Nacional Contra o Livre Comércio*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2009.

HARVEY, David. The geopolitics of capitalism. In: GREGGORY, Derek; URRY, John. *Social relations and spatial structures*. London: Macmillan, 1985.

HASS, Ernst B. *Beyond the Nation State*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HASS, Ernst B; SCHMITTER, Phillippe C. “*Economics and Differential Patterns of Political Integration: projections about unity in Latin America*”. *International Organization*, Vol. 18, Nº 4, Autumm, 1964, pp. 705-737.

HEGEL, George Friedrich Wilhelm. *O Sistema da Vida Ética*. São Paulo: Edições 70, 1991.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. Petropolis: vol. I, Vozes, 1999.

_____. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 2008.

_____. *A Razão na História*. São Paulo: Centauro, 2012.

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. New York: Cornell University Press, 1994.

HEPPLE, Leslie W. “*South American Heartland: the charcas, latin american geopolitics and global strategies*”. *The Geographical Journal*, Vol. 170, N. 4, pp. 359-367, dezembro, 2004.

HERMANN, Jennifer. *Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)*. In: GIAMBIAGI, Fabio, et al, *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERZ, Mônica; WROBEL, Paulo S. *A Política Brasileira de Segurança no Pós-Guerra Fria*. In: BRIGADÃO, Clovis. *Brasil e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

HIRST, Mônica. *The United States and Brazil: a long road of unmet expectations*. New York: Routledge, 2005.

_____. *Understanding Brazil-United States Relations*. Brasília: FUNAG, 2013.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- KAPSTEIN, Ethan B. *The Political Economy of National Security*. New York, 1991.
- KANTOR, I. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: *O Brasil Colonial*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- KECK, Margaret E. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence: world politics in transition*. Glenview, IL: Pearson Education, 1997.
- KNORR, Klaus. *Historical Dimensions of National Security Problems*. Lawrence: The University Press of Kansas, 1976.
- KOHLI, Atul. *State-Directed Development: political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- KORYBKO, Andre. *Hybrid Wars. The indirect adaptative approach to regime change*. Moscou: Peoples' Friendship University of Russia, 2015.
- KRAUSE, Keith; Williams, Michael C. “*Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods*”. *Mershon International Studies Review*, vol. 40, n. 2, Oct., 1996, 229-254.
- IPEA. *Textos para discussão*. Brasília: IPEA, 2015.
- JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. *Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*. In: ABREU, Alzira de, et. al. (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- KLARE, Michael T. *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt and Company, LLC, 2001.
- LACLAU, Ernest. *La Razón Populista*. 1ª ed. 6ª reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola, 1989.
- LE BILLON, Phillippe. *The Geopolitical Economy of “Resource Wars”*. *Geopolitics*, Vol. 9, nº1, pp. 1-28, 2010.
- LIMA, Laura. *Worlding Brazil: intellectuals, identity and security*. New York: Routledge, 2012.

- LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos; DUARTE, Rubens. (Coord.). ATLAS DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LatITUDE Sul, 2017.
- LIST, Friedrich. Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LIRA, Paulo Vitor Sanches Lira. Agenda de Segurança Brasileira: o dilema entre a ameaça interna e externa. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- LIRA, Paulo Vitor Sanches; VASCONCELLOS, Patricia. “A continuidade do conflito: as disputas entre Portugal e Espanha; Brasil e Argentina na Bacia do Prata”. *In: Anais do II Encontro de Economia Política Internacional (ENEPI) do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*, 2016.
- LOSANO, Mario G. “A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil”. *Cultura*, Vol. 22, pp. 1-14, 2016.
- LUDDERMAN, Margarete K. Nuclear Technology from West Germany: a case of Disharmony in US-Brazilian relations. Occasional Paper N°1, Georgetown University, 1978.
- SILVA, Luis Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. 2002. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf
- LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- MACCANN, Frank D. Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MACKINDER, Halford. “The Geographical Pivot of History”. *The Royal Society*, Apr. 1904.
- MAESTRI, Mário. Uma história do Brasil: Império. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAGALHÃES, J. B. “Meditações em torno da política militar latino-americana”. *Revista A Defesa Nacional*, Ano XVI, n. 18, janeiro de 1929. Disponível no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.
- MALDIFASSI, José O. Defense industries in Latin America countries: Argentina, Brazil, and Chile. Westport: Praeger Publishers, 1994.
- MANI, Kristina. “Militares Empresarios: approaches to studying the military as an economic actor”. *Oxford: Bulletin of Latin American Research*, 2010.
- MANWARING, Max. Nuclear Power In Brazil. *Parameters*, Journal of the US Army War College, 1984.

MAQUIAVEL, Nicolau. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética de la Dependencia*. México: Ediciones Era, 1991.

MARSON, Michel Deliberali. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1990-1920. Estudos Econômicos, vol. 45, N°4, São Paulo, Oct/ Dec. 2015.

MARTIN, José de Souza. O Cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTINS, Antônio Fávaro. Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: Dois Modelos Geopolíticos Sobre a América do Sul. Dissertação da Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/ USP), 2011.

MARQUES, A.H. de Oliveira. Breve História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2012

MATTOS, Carlos Meira. A nova estratégia da OTAN. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº38, 1999.

MARX, Karl. O Capital: Livro 1, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHEW, Jessica Tuchman. Redefining Security. Foreign Affairs, spring 1989.

MATTOS, Meira. Brasil: Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

MEARSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Politics. New York, W.W. Norton & Company, 2001.

MEINHART, Richard M. National Military Strategies: 1990 to 2005. In: U.S. Army War College Guide to National Security Policy and Strategy, 2006.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Manaus: Ed. Da Universidade de Amazonas, 1997.

_____. Quem tem Medo da Geopolítica?. São Paulo: Hucitec, 1999.

METRI, Mauricio. Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional. Contexto Internacional, v 22, n. 2, pp. 431-472, 2000.

MIGNOLO, Walter. The idea of Latin America. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Memorando 1: sobre a situação do País, dezembro de 1936. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), caixa 1, pasta 2, bloco 6, documento 11.

MITRANY, David. *A Working Peace System*. Chicago: Quadrangle Books, 1966.

MORGENFELD, Leando Ariel. Argentina y Estados Unidos em tensión: 50 años debatendo el pan-americanismo. XI Jornada iterescuelas/ Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, 2007.

MOISES, J. A. “Reflexões sobre o estudo do populismo na América Latina”. Rio de Janeiro: CPDOC, 1974/1981. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/arquivo-pessoal/CMa/textual/reflexoes-sobre-o-estudo-do-populismo-na-america-latina-s-l> (Acessado em 5 de Dezembro de 2017).

MONTEIRO, Góes. A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército. Rio de Janeiro: Odersen Editores, 1934.

MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORGENTHAU, Hans. J. A Política entre as Nações. Brasília: EdUnB, 2003.

MURADÁS, J. A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008 [Orientador: Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves].

NASCIMENTO, Fernanda dos Santos. A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NASCIMENTO, Luis Henrique Felício do. O Ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

NETO, Alcides Manzoni. “Abordagem territorial no planejamento público federal no Brasil a partir dos anos 1990: uma análise da atuação de empresas de consultoria”. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 34, Número Especial, 2013, p. 106-118.

NETO, Lira. Getúlio 1 (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLADIRAN, Olusegun; ADADEVOH, Irene O. Cultural dimensions of the national security problem. In: ADELUGBA, Dapo; UJOMU, Philip Ogo. Rethinking Security in

Nigeria: conceptual issues in the quest for social order and national integration. Dakar: CODESRIA, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. “A ‘Ilha Brasil’ de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico”. *Biblio 3W*, Vol. XXII, N. 1.1919, pp. 1-31, 2017.

OLSON, William C. *The Theory and Practice of International Relations*. New Jersey: Prentice Hall, 1991.

PADULA, Raphael. *Integração Regional de Infra-Estrutura e Comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

_____. “A disputa pela agenda de Segurança Regional e o Conselho de Defesa Sul-Americano”. *Revista Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 21, Nº2, pp. 221-262, jul/dez. 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Trço, 2011.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINTO, Janaina. *Disputas entre Estados em desenvolvimento e companhias estrangeiras pelo controle de produção petrolífera: posicionamento do governo brasileiro em 1954, 1997 e 2010*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Informe sobre Desarrollo humano 1994: Nuevas Dimensiones de la seguridad humana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PT. *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores*. Disponível em: <http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/> (acessado em 20 de dezembro de 2017).

RAMOS, Guerreiro. *Ideologias e Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RATZEL, Friedrich. *Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RDN. “Lembraí-vos da Guerra”. *Revista Defesa Nacional*, janeiro de 1927.

ROMA, Celso. “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, Nº49, São Paulo, junho 2002.

_____. “Organizaciones de partido em Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada”. *América Latina Hoy*, 44, pp. 153-184, 2006.

QUINTANEIRO, Tânia. “A política estadunidense de desgermanização do sistema de transporte aéreo brasileiro: o caso da Condor”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52 (1), pp. 110-132, 2009.

RICUPERO, R. O Brasil no Mundo. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010. Crise colonial e independência – 1808-1830. Volume I. Objetiva*, 2011.

SAMPAIO, Claudineide Rodrigues Lima. “O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária”. *Anais do X Colóquio de História da UNICAP*, 2016.

SANCHEZ, Raul Christiano. *De volta ao Começo! Raízes de um PSDB militante que nasce na oposição*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “A nova missão das forças armadas latino-ameiricanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54, fevereiro, 2004, pp. 115-128.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y Dependencia*. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SARAIVA, Hermano José. *História Consisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

SERRANO, Franklin. “Do ouro imóvel ao dólar flexível”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, Nº2 (19), pp. 237-253, jul/dez, 2002.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Política de defesa e segurança no Brasil no Século XXI: um esboço histórico*. In: FILHO, Edison Benedito da Silva; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (orgs). *Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SCHMITT, Carl. *The Concept of Political*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil: Culture and Politics in a New Industrial Powerhouse*. Oxford: Westview Press, 1996.

SCHWAM-BAIRD, David M. *Ideias and armaments: military ideologies in the making of Brazil's arms industries*. Boston: University Press of America, 1997.

SCHWARCZ, Liliam; STARLING, Heloisa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. Uma história do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SLOTERDIJK, Peter. Palácio de Cristal: para uma teoria filosófica da globalização. Frankfurt am Main, 2005.

SMITH, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. Cambridge, UK: The Press Syndicate of The University of Cambridge, 2002.

_____. A Riqueza das Nações. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, Joseph. Brazil and the United States: convergence and divergence. Georgia: The University of Georgia Press, 2010.

SOLIANI, André. “Lampreia rejeita sonho de potência mundial”. Folha de São Paulo, 24 de abril de 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2404200014.htm>

SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira – quem e e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Os Batalhadores Brasileiros – nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. A tolice da inteligência brasileira. São Paulo: Leya Casa da Palavra, 2015.

SPYKMAN, Nicholas. America’s Strategy in World Politics: the United States and the balance of power. New York: Harcourt, Brance and Company, 1942.

STRANGE, Susan. States and Markets. London: Bloomsbury Academic, 1988.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. “1968 no Brasil: a visão dos militares”. História: Debates e Tendências, v.8, n.1, p.132-147, 2009.

_____. “Ponto de contato ou de atrito? Documentos de defesa nacional do Brasil e dos Estados Unidos”. Revista Conjuntura Austral, v. 3, n. 11, p.24-37, 2012.

_____. “O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 1940. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 34, n. 1, p. 76-91, 2008.

SILVA, Roger Anibal Lambert. “É preciso por n’água a arca santa da reação”? O jogo político da abolição em periódicos do Rio de Janeiro (1887-1888). Dissertação de Mestrado. Instituto de História, UFRJ, 2013.

_____. Em nome da ordem: o jornal do commercio e as batalhas da abolição. Tese de Doutorado. PPGH-UFF, 2017.

SINGER. André. Sem medo de ser feliz – cenas de campanha. São Paulo: Scritta, 1990.

_____. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLINGEN, Etel. Industrial policy, technology, and international bargaining: designing nuclear industries in Argentina and Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1996.

TAYLOR, Charles. Hegel: sistema, método e estrutura. São Paulo: Realizações Editora, 2014.

TILLY, Charles. Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

THUATAIL, Geróid Ó. Critical Geopolitics: the politics of writing global space. London: Routledge, 1996.

USA. South America's Southern Cone – Bloc in Formation? Department of State, Bureau of Intelligence and Research, 1977.

_____. A National Security Strategy, 1991. Disponível em: <http://www.fas.org/man/docs/918015-nss.htm>

_____. A National Security Strategy of Engagement & Enlargement, 1994. Disponível em: <http://history.defense.gov/resources/nss1994.pdf>

_____. The National Security Strategy, 2002. Disponível em: <http://www.comw.org/qdr/fulltext/nss2002.pdf>

VIEIRA, Ricardo Zortéa. Lembrai-vos da guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964). Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2013.

VIEIRA, Ricardo Zortéa; LIRA, Paulo Vitor Sanches; FARIAS, Hélio Caetano. Guerra e Dinâmica Macrossocial: teoria, história e conjuntura. In: SALLES, Denise Mercedes N. N. Lopes; GOLÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; ARAÚJO, Rafael Pinheiro (ORGs). Relações Internacionais Contemporâneas: temas e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

VIEIRA, Wellington Fernandes. Centralização do Estado e Populismo no Brasil (1930-1945): a ameaça externa como aglutinadora do processo de desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. PEPI-IE, UFRJ, 2017.

VITELLI, Marina. “La identidad estratégica de Brasil: política de defense para un jugador global”. Colombia Internacional, nº85, septiembre-diciembre, 2015, pp. 141-169.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “De FHC a LULA: uma década de política externa (1995-2005)”. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, v.5, n.2, 2005.

WADE, Robert H. *Governing the Markets*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. “The developmental state: new perspectives”. For Meeting of JICA/ IPD task force on industrial policy & transformation, Jordan, June 2014. Disponível em: http://policydialogue.org/files/events/robert_wade_paper.pdf (Acessado em 15 de agosto de 2017).

WALKER, R. B. J. *Inside/ Outside: International Relations as Political Theory*. In: WALKER, R. B. J. *Inside/ Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. “*Frantz Fanon: reason and violence*”. *Berkley Journal of Sociology*, vol . 15, 1970, pp. 222-231.

_____. *The Itinerary of World-Systems Analysis; or How to Resist Becoming a Theory*. In: BERGER, J; ZELDITCH, M (Org). *New Directions in Contemporary Sociological Theory*. Lanham: Rowman & Littlefiel, 2002.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill, 1979.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: EdUnB, 2000.

WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the first Vargas regime 1930-1945*. London: Duke University Press, 2001.

WIRTH, John D. *The politics of Brazilian development, 1930-1954*. Stanford: Stanford University Press, 1973.

UNASUL. *Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas*. 23 de maio de 2008. Disponível em:

http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=339

_____. *Decisión para el Establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR*. 11 de dezembro de 2008a. Disponível em: http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=82:consejo-suramericano-de-defensa&id=329:estatutos-de-creacion-consejo-de-defensa-suramericano

YONG, Jordan M. *The Brazilian Revolution of 1930 and the Aftermath*. New Jersey, 1967.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violence*. New York: Picador, 2008.

_____. *Less than Nothing*. London: Verso, 2012.